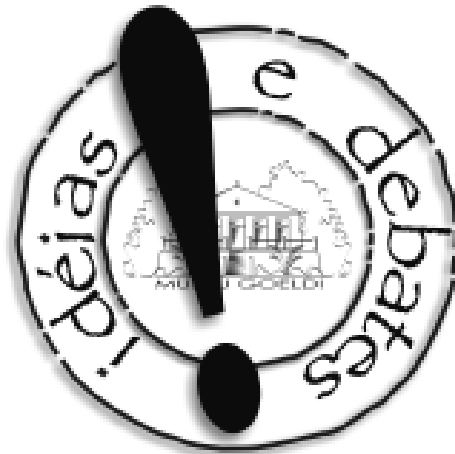


Museu Paraense Emílio Goeldi

Coordenação de Pesquisa
e Pós-graduação



8

A Geopolítica da Soja na Amazônia

Museu Paraense Emílio Goeldi,
Embrapa Amazônia Oriental,
Amigos da Terra.



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Ciência e Tecnologia

Eduardo Henrique Accioly Campos

Museu Paraense Emílio Goeldi

Diretor *Peter Mann de Toledo*

Coordenadora de Pesquisa e Pós-Graduação *Ima Célia Guimarães Vieira*

Coordenador de Comunicação e Extensão *Lucia Hussak van Velthem*

Comissão de Editoração Científica

Presidente *Lourdes Gonçalves Furtado*

Editora Chefe *Iraneide Silva*

Editora Assistente *Angela Pizzani*

Designer *Andréa Pinheiro*

Idéias e Debates

Número 8, maio de 2004

Edição e Revisão *Ima Célia Guimarães Vieira*

Transcrição do texto *Maria Luiza Simões dos Santos*

Produção Editorial *Iraneide Silva*

Capa e Projeto Gráfico *Andréa Pinheiro*

Editoração Eletrônica *Auxiliadora Lima*

A Geopolítica da Soja na Amazônia. - Belém : Museu Paraense Emílio Goeldi / Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação, 2004.

146 p. – (Idéias e debates ; 8)

Debate dividido em 3 seções. Seção 1 - Os caminhos de ocupação do território pela soja no Brasil e Amazônia. Seção 2 - Fatores econômicos e agrônômicos que propiciam o avanço da soja na Amazônia. Seção 3 - Soja na Amazônia : aspectos fundiários, ambientais e sociais.

1. Soja – Geopolítica – Brasil – Amazônia . 2. Ocupação Territorial - Aspectos avanço da soja. 3. Bioma – Amazônia - Impacto da soja.
V. Série

CDD 500

Idéias e Debates

O perfil de Domingos Soares Ferrreira Penna (1818-1888), fundador do Museu Goeldi, é o de um explorador, escrupuloso e de rara probidade científica, realizador de inúmeras viagens de pesquisa pela Amazônia para recolher dados sobre a geografia, etnologia, arqueologia e história natural da região. Um homem preocupado com os problemas da região estudada, como o foi também um outro grande administrador do Museu Goeldi, o zoólogo Emílio Goeldi (1859-1917), cientista a quem esta casa deve sua sobrevivência por muitos e turbulentos anos. Ambos iniciaram o conhecimento científico endógeno da Amazônia, e são exemplos de amor à pesquisa e à exploração, que os levaram a mergulhar no desconhecido amazônico.

Esse ideal de busca contínua permanece vivo depois de 136 anos de existência do Museu Goeldi, como se vê no lançamento da série Idéias e Debates. Essa nova publicação pretende registrar, ordenar e tornar acessíveis para o público em geral as palestras promovidas pelo Museu Goeldi, proferidas por profissionais respeitados sobre os temas desenvolvimento sustentável, biodiversidade, sociodiversidade, saúde e meio ambiente e, *last but not least*, ética na pesquisa. Nesse sentido, o objetivo do Museu Goeldi é democratizar o saber produzido intra e extramuros, mostrando ser uma instituição comprometida com a socialização e divulgação do conhecimento.

Belém, outubro de 2002

Ima Célia Guimarães Vieira
Coordenadora de Pesquisa e Pós-Graduação
Museu Paraense Emílio Goeldi

Apresentação

Os impactos sócio-ambientais produzidos no bioma amazônico decorrentes da atual expansão da fronteira agrícola motivada principalmente pela produção de grãos, em especial o cultivo de soja, possuem grande extensão regional e revestem-se de elevada importância, pois influenciam sobremaneira no futuro do desenvolvimento da Amazônia e no quadro econômico referente aos *commodities*. Este processo merece uma ampla discussão por parte da sociedade brasileira em virtude de suas demandas para consolidação de infra-estrutura do sistema de produção, pelo estabelecimento de uma capilaridade de ocupação territorial que consolida as novas fronteiras, pela replicabilidade e expansão do sistema de latifúndios, pela intensidade da transformação de paisagens, bem como na geração de conflitos entre grandes produtores com populações indígenas e tradicionais, e o potencial impacto em ecossistemas naturais ainda intactos. Este padrão de ocupação e uso da terra impõe, necessariamente, uma reflexão e posicionamento por parte da comunidade acadêmica, que tendo como base informação e conhecimento científico sólidos, deve analisar pontos importantes e resolver questões estratégicas como, por exemplo, se os padrões de uso e mudança da terra e critérios de sustentabilidade dos modelos agrícolas reproduzidos de outras regiões brasileiras podem ser compatíveis com a especificidade da floresta tropical úmida da Amazônia, entre tantos outros temas de interesse.

Dentro do segmento de ciência e tecnologia, um dos desafios do setor ambiental da Amazônia não está necessariamente em evitar o desmatamento a qualquer custo, mas na falta de informações sobre o potencial da floresta e os benefícios que podem trazer seus recursos naturais. Com mais C&T, o país poderá contar com subsídios técnicos para planejar melhor, pois a preocupação com o meio ambiente exige um conhecimento adequado da composição e funcionamento dos ecossistemas e as conseqüências causadas pelos diferentes processos de alteração.

Neste contexto, o MPEG motivado por recentes posicionamentos em encontros técnico-científicos e discussões na mídia nacional achou necessário estimular a manifestação articulada das instituições públicas sobre este assunto. Decidiu, então, se unir a Embrapa e a Amigos da Terra para juntos organizarem o seminário **Geopolítica da Soja na Amazônia**. O debate científico foi pautado na identificação dos caminhos e história da expansão da soja, na discussão sobre os principais aspectos agrônômicos e ecológicos associados à expansão da soja e aos aspectos fundiários e de gestão de território.

Espero que este documento, um extrato da inteligência científica sobre o tema apresentado por mais de 16 painelistas e debatedores, sirva como fonte de consulta e debate. Devo ressaltar a importância das instituições públicas em enfatizarem nos seus respectivos documentos de estratégia e metas um espaço especial de produção de conhecimento científico deste processo de mudança e uso da terra, pois nunca se observou taxas tão elevadas de transformação de floresta primária e de perdas significativas de biodiversidade como observamos nestas últimas décadas na Amazônia - considerada como a última grande fronteira da humanidade. Este debate resultou na construção de um documento consensual sobre os desafios e soluções da C&T para este tema, que trata sem sombra de dúvida de um dos mais importantes tópicos atuais ligados às questões sócio-ambientais do país.

Peter Toledo
Diretor MPEG

A Geopolítica da Soja na Amazônia

Sessão de Abertura

Roberto Araújo – Eu gostaria de registrar também alguns convidados que estão presentes à Assembléia: o Dr. Charles Clement, do INPA; Sr. Josafá Pereira Borges, do Batalhão de Policiamento Ambiental; o Prof. Paulo Roberto da Universidade Federal Rural da Amazônia; Dr. Adilson Serrão, da Embrapa; Dr. Jorge Yared, da Embrapa; Dr. Daniel Lopes da Secretaria da Agricultura; Prof. Eurico da Cruz Moraes, coordenador do curso de Agronomia da Universidade Federal Rural; Dr. Australino Silveira Filho, da Embrapa; Prof. Eurico Moraes da UFRA; Dr. Paulo Kitamura, da Embrapa; Sr. Airton José, do governo do Estado do Amazonas; Prof. João Guilherme Souza, da UFPA; Sr. Paulo Roberto Galeranie, da Embrapa de Londrina; Dra. Isabel Escada, do INPE, nossa colega do Projeto GEOMA; Dr. David Cleary da TNC; Sr. Valdeney Travassos, vice-reitor pro-têmpore da Universidade Federal Rural da Amazônia; Sr. Elias Sedik do IPAM; Sr. Moisés Moreira Santos, do Ministério da Agricultura; Sr. Antônio Carlos Paula da Rocha, pesquisador da Embrapa; Sr. Dilson Frazão, da Embrapa, e o Sr. Anderson Serra da UFPA, além do Sr. Rosivaldo Batista, secretário especial na produção. O Sr. Lúcio Flávio Pinto, jornalista, também está presente entre nós.

Queremos dizer o seguinte: estamos gravando esta sessão e seria interessante que as pessoas presentes à Assembléia que fizessem alguma intervenção se identificassem para que depois possamos reconstituir os debates.

Chamo para compor a Mesa o Ilmo. Sr. representante do Ministério da Agricultura, Dr. Moisés Santos, o Ilmo. Sr. representante do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Shigeo (completar), o Ilmo. Sr. representante da Secretaria de Agricultura do Estado, Dr. Daniel Lopes, o Ilmo. Sr. Coordenador Geral de Planejamento Estratégico da Agência de Desenvolvimento da Amazônia, Dr. Francisco de Assis Costa, o Ilmo. Sr. Deputado Estadual Airton Faleiro, representante dos Movimentos Sociais da Transamazônica, o Ilmo. Sr. representante dos Amigos da Terra, Dr. Roberto Smeraldi, a Ilma. Sra. Diretora Executiva da Embrapa, Tatiana Sá, o Diretor Executivo da Embrapa, Dr. Herbert Lima e, finalmente, o Dr. Peter Mann de Toledo, Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Vou passar a palavra aos membros da Mesa, e em primeiro lugar ao Dr. Peter de Toledo.

Peter Toledo – Estimados membros da Mesa. Gostaria, primeiro dar as boas vindas a todos, porque realmente para nós é um momento muito marcante discutir um tema tão relevante para o desenvolvimento da Amazônia. Eu queria aqui falar em nome de algumas pessoas do Museu Goeldi, do grupo que tentou organizar isto num primeiro momento, a Ima Vieira, Leandro Ferreira, e depois discutimos isso junto com o pessoal da Embrapa. Eu queria também estar representando a Tatiana, que junto daquele grupo estava tentando discutir esse tema. Todos nós ficamos surpresos nestes últimos anos, com o desenvolvimento das atividades agrícolas da Amazônia, principalmente relacionadas à perda de biodiversidade, na mudança de uso da terra, e aí a cultura da soja é um elemento importante na modificação da paisagem, e consequentemente na modificação dos componentes da biodiversidade, e o Goeldi enxerga por aí a sua contribuição na questão da estruturação do funcionamento de ecossistemas, principalmente da sócio-diversidade dos mais de 20 milhões que vivem nesta região. Por isso, o motivo da nossa instituição estar se preocupando com um assunto dessa natureza.

Outro ponto que não posso deixar de ressaltar é que as instituições públicas federais precisam começar a colocar seus posicionamentos institucionais frente as várias situações ligadas ao desenvolvimento da região. Por isso a aproximação com os Amigos da Terra, que promove conosco esse evento, que é apenas o primeiro encontro de vários que esperamos que a comunidade científica comece a participar, com informação e conhecimento para a melhoria da qualidade de vida, para realmente termos um plano de desenvolvimento compatível com as necessidades locais, regionais e nacionais, e depois dentro do contexto internacional nesta linha de prioridade. Estamos então aqui com esta filosofia, e agradecemos muito o interesse de todos vocês representantes dos ministérios, secretarias, dos participantes que imediatamente aceitaram o convite e fizemos de tudo, no apagar das luzes deste ano de 2003 para que ele fosse realizado neste momento. Não podíamos deixar a oportunidade do diálogo se esvaziar pelo período de final de ano. Queríamos marcar este como o último evento científico que o Goeldi realiza, dos vários deste ano em parceria com a Embrapa.

Gostaria de salientar que hoje e amanhã será apresentado um tema importante para discussão, para troca de idéias e debates, e esperamos que deste rico debate entre instituição e pesquisadores possamos apresentar para a sociedade no final deste evento uma síntese das demandas, das diretrizes e um breve diagnóstico desta situação, voltado à questão da ciência e tecnologia. Obrigado.

Roberto Araújo – Em seguida deve falar o Dr. Herbert Lima, Diretor Executivo da Embrapa.

Herbert Lima – Bom dia a todos e todas. Primeiramente gostaria de saudar o nosso companheiro Peter Toledo, desta instituição que nos recebe, e dizer que ambas as instituições vêm buscando construir espaços para este debate que hoje preocupa toda a sociedade brasileira. Gostaria de saudar a todos em nome do Peter e também a Mesa, também os meus companheiros da Embrapa em nome da Tatiana, chefe da unidade da Embrapa aqui em Belém, a Amazônia Oriental. Gostaria de me congratular com as universidades, presentes aqui todos os representantes das instituições de ensino superior. Também me congratular com os companheiros do INPA em nome do nosso companheiro pesquisador aqui presente.

Gostaria também de me colocar de forma bastante satisfeita com a participação e a parceria que temos executado com os movimentos sociais e a participação muito próxima no debate, o acompanhamento com o deputado Aírton Faleiros, e com os companheiros dos movimentos sociais, das ONGs que também participam deste esforço junto com as instituições de governo na busca de alternativas, na avaliação do reflexo de toda esta expansão, no caso em debate da soja na Amazônia.

Gostaria de colocar neste momento que vivemos uma fase da nossa vida na Amazônia em que há um contexto diferente a partir de um novo governo, que busca dialogar com a sociedade e criar canais para que possamos ter agendas de resolução de conflitos, e eles são resultantes de toda uma lógica de desenvolvimento que tem sido implementada a partir de diversos governos e que é um passivo que estamos administrando. Este é o nosso compromisso.

Por parte da instituição que represento – Embrapa, temos consciência do nosso papel institucional, portanto, estamos todos juntos na busca de saídas para reverter esta lógica, mesmo porque o entendimento que temos é que a nossa instituição – Embrapa – foi criada em 1973 dentro de uma visão positivista, no auge do movimento e das opções que a revolução verde oferecia e que, como instituição reconhecemos que cumprimos o nosso papel, geramos as tecnologias necessárias para o aumento da

produtividade, as melhorias necessárias à evolução e o avanço da agricultura brasileira. O saldo do nosso trabalho juntamente com uma rede de instituições, dando suporte de tecnologias ao desenvolvimento da agropecuária brasileira, é um fato que ninguém hoje pode deixar de reconhecer. Mas o nosso desafio enquanto instituição, neste momento e neste novo governo, é estar internalizando novos conceitos buscando desenvolver parcerias para que este contexto possa ser modificado a partir da incorporação de algumas preocupações, uma delas a inclusão da variável ambiental dentro do conceito de desenvolvimento. Enfim, a discussão do desenvolvimento sustentável é um elemento que está se colocando internamente e que move toda a instituição a fazer o planejamento que definirá a ação de cada unidade a partir dos próximos quatro anos. Nós, internamente, estamos numa agenda intensa de realinhamento do nosso Plano Diretor, da Embrapa, de realinhamento do Plano Diretor das unidades inclusive na Amazônia, na qual tenho a satisfação de coordenar as ações, de supervisionar, estamos também vinculando toda uma ação interna para que possamos reorientar as ações de cada unidade da Embrapa na Amazônia.

A nossa colaboração com este evento, com este espaço de debate, é trazer aqui as unidades da Embrapa que estão trabalhando com pesquisas nessa linha de alternativas para a cultura da soja. Vocês terão a oportunidade de ver a avaliação do chefe de Rondônia, o representante da unidade do Amazonas, de Roraima, no caso aqui também do Pará, e buscamos também trazer para vocês a visão dos grupos que estão fazendo pesquisa com soja no nosso Centro de Londrina, que é o Centro de Pesquisa da Soja, e volta a sua ação basicamente em torno desse produto.

Para complementar essa visão que nós queremos internalizar do contexto do desenvolvimento vinculado à questão ambiental, trouxemos o chefe da unidade de Jaguariúna, Embrapa Meio-ambiente, que também estará participando nestes dois dias, passando para vocês a nossa visão, incorporando neste debate os elementos necessários, na visão da Embrapa, o desenvolvimento de tecnologia, na transferência de tecnologias o que poderia ser positivo para que pudéssemos definir esta nossa agenda de compromissos entre as instituições de governo – federal, estadual, municipal – os movimentos sociais, as ONGs, setor privado, enfim, todos aqueles que são atores desse processo que caracterizamos neste momento como desordenado, a expansão da soja na Amazônia.

Então seriam essas as considerações que gostaria de colocar, e dizer a vocês que o que nós queremos deste evento é a definição de uma agenda de compromissos. Compreendemos que isto é o início de uma ampla parceria, é possível que as várias instituições com os movimentos aqui representados possam contribuir com o governo para definição de uma agenda de resolução de conflitos, de intervenção, de ações vinculadas a ordenamento, ao zoneamento, a busca de alternativas de boas práticas para atividades de produção de grãos na Amazônia, enfim, uma série de demandas que nós, investigadores e representantes das instituições de ciência e tecnologia podemos fazer e contribuir neste momento.

Gostaria de desejar bom trabalho a todos e dizer que esperamos muito deste evento, e também deixar o abraço de toda a diretoria da Embrapa, das nossas parcerias também consolidadas neste processo de ação na Amazônia, enfim, bom trabalho a todos e muito obrigado.

Roberto Araújo – Passamos em seguida a palavra ao representante dos Amigos da Terra, Sr. Roberto Smeraldi.

Roberto Smeraldi – Eu queria agradecer muito aos nossos amigos do Museu e da Embrapa por permitir à nossa entidade – Amigos da Terra – contribuir e participar deste processo, porque já tem parceria com a Embrapa há muito tempo sobre outros projetos. Nesse caso temos um exemplo e acho que isto é novidade (gostaria de chamar atenção) é que em outros temas semelhantes demoramos 10 anos para chegar a este nível de interação sentando na mesma mesa, o governo do Estado, movimentos sociais, governo federal, institutos de pesquisas, ONGs, a sociedade civil. Temos outras experiências parecidas, a madeira e outras mais, quer dizer, demorou no mínimo uma década para se chegar a uma discussão em cima de soluções, em cima de agendas comuns, mesmo com divergências, mas para identificar a agenda comum. A pauta, não precisamos pautar a questão, ela se pauta por si só, já está lá, o que precisamos é mapear as demandas que existem dos diferentes atores e acho que um destaque neste sentido tem que ser para os atores sociais e principalmente para a agricultura familiar porque estes vivem lá na ponta a questão de uma maneira extremamente delicada e crítica em relação à questão fundiária, e coloco isto até antes da questão ambiental que é aquela sobre a qual trabalhamos mais diretamente, mas é preciso mapear as demandas. A mesa já está formada, a pauta já está dada e nós temos um caminho extremamente rápido graças a esta iniciativa da EMBRAPA e do Museu, porque acho que, com base nesta reunião, daqui a 2 ou 3 meses (imagino e acredito) já vamos ter capacidade para sentar com o setor privado. E esse diálogo com o setor privado será um só no Brasil. Final de janeiro e começo de fevereiro teremos lá na Europa os primeiros encontros com grandes estrelas e importadores em relação ao Brasil. Ou seja, acho que em março, provavelmente, vamos poder identificar qual é a pauta de demanda inclusive para pesquisa social, científica, teremos a possibilidade de ampliar esta mesa e já dialogar com o setor privado. Repito: em outras ocasiões semelhantes isto demorou muitos anos; demorou para cair a ficha dos atores envolvidos de que era necessário sentar e discutir, e hoje temos um fórum, um GT Floresta do fórum brasileiro de ONGs e movimentos sociais onde já temos umas 8 ou 9 instituições que já têm algum segmento de trabalho sobre a questão da soja, é a CNC, o GTA, o WWF, o Imafloira, o Ipam, o Imazon, com certeza agora o ISA. Então, quero dizer, cada um com suas perspectivas, inclusive a Fetagri e suas demandas. Acho que se até amanhã, nesse dia e meio de trabalho conseguirmos mapear e sair daqui com uma pauta de trabalho para os próximos 3, 4 meses, teremos provavelmente um ganho de alguns anos em termos de avanço em cima de critérios, fatores condicionantes, limitantes, até para poder contribuir, secretário, para aquele processo que o Governo do Estado está chamando de zoneamento, que para nós nunca foi desenhar mapinhas, zoneamento para nós sempre foi processo de negociação, ou pelo menos este é o nosso entendimento da lição que a professora Berta sempre nos deu. E para poder contribuir com este processo de negociação, é muito oportuno que o Estado esteja lançando essa provocação, – isto talvez não acontecesse poucos anos atrás – os governos iam fazer isso depois de muita pressão da sociedade, e agora se antecipam, lançam e chamam a sociedade para isso. Independentemente de concordar, discordar e propor outra coisa é interessante observar estas mudanças. Nós somos chamados, hoje o Governo está nos provocando e cabe a nós, à nossa competência, nossa capacidade, saber preencher e ocupar este espaço em discussão.

Do nosso lado, entendo a parceria neste caso específico com a Embrapa e com o Museu como uma maneira para ampliar este diálogo, ampliar esta mesa logo nos próximos meses. Muito obrigado.

Roberto Araújo – Passamos agora a palavra ao deputado estadual Airton Faleiro, representante dos movimentos sociais da Transamazônica.

Airton Faleiro – Bom dia a todos. Como a mesa é grande, vou, em nome do Peter, do Herbert e do Daniel cumprimentar todos que é para ganharmos tempo aqui. Quero agradecer o convite e parabenizar a iniciativa do evento. Estou olhando aqui e dá a impressão que lá tem outra mesa porque só tem autoridade neste plenário, e estou imaginando que daqui se dê continuidade, nunca estamos começando, sempre estamos continuando, mas esperamos que deste evento saiam resoluções que venham ajudar a asseverar as coisas que às vezes estão dependendo de um empurrãozinho para pegar o seu caminho.

Como sou agricultor familiar e convivi na direção dos movimentos sociais por 20 anos, e já fui produtor de soja no Paraná como agricultor familiar, tenho a sorte de falar um pouco sobre a minha realidade como produtor de soja no Paraná, de líder dos movimentos sociais por um bom tempo e agora com um pequeno poder de caneta também como parlamentar aqui no Estado. Mas como vou participar só da abertura e depois quero participar, pelo menos até meio dia tenho agenda para ficar por aqui, e o pessoal me deu 10 minutos vou usá-los para fazer algumas considerações que imagino contribuam para o debate nas próximas mesas.

A primeira consideração é de que apesar deste evento estar se dedicando a analisar a soja como – e aí vou colocar o meu ponto de vista – estou vendo a soja como um fator de pressão para cima da agricultura familiar, para cima do meio ambiente, etc.. Mas quero que analisemos esta pressão não pegando só o sujeito soja. Não estou dizendo que este evento tenha que se aprofundar nos outros, mas nós temos que ter uma visão mais globalizada, mais completa desta pressão.

A nossa leitura é de que nós vivemos o momento de acirramento dos conflitos aqui na Amazônia, em especial no Pará, e esses conflitos estão pautados, e a soja acontece dentro de um contexto conjuntural em que o Estado do Pará é detentor de grande quantidade de terras públicas desordenadas; é detentor da talvez última fronteira de floresta da Amazônia Oriental nativa, muito cobiçada e também, principalmente a região leste do Pará, recebe os anúncios de obras de infra-estrutura de grande impacto, como as BRs, hidrelétricas e isso é um atrativo. Imagina só um cenário em que tem bastante floresta, que tem terras públicas desordenadas e que tem anúncios de obras de infra-estrutura e vamos chamar aqui “terras privadas” baratas, é normal que haja uma corrida para esta região. A soja para nós é um dos sujeitos que pressiona, mas temos outros que pressionam e que conflitam com esta realidade, em especial com a produção familiar rural.

Outro componente que eu gostaria de deixar para o debate é falar um pouco mais sobre a soja em si. E não estamos falando da produção de soja no Centro-Sul brasileiro, estamos falando da produção de soja na Amazônia, esse é o primeiro código que tem que ser feito, senão podemos ter aqui uma visão preconceituosa ou pré-concebida de que a soja é uma coisa ruim, não, estamos debatendo produção de soja na Amazônia. E neste sentido, o primeiro questionamento nosso é o seguinte: qual é a concepção de desenvolvimento que propomos para a Amazônia e qual a estratégia produtiva e estratégia de desenvolvimento? E se a soja é uma atividade que se integra a esta concepção de desenvolvimento e a esta estratégia produtiva.

Ao nosso ver, o Pará não deve colocar a soja como o carro-chefe da sua economia agrícola porque a soja conflita de forma exagerada com o conceito de desenvolvimento

sustentável e também com o que nós chamamos a produção diversificada x homogeneização da produção.

Temos um conflito de clima, um conflito de região, de concepção ao desenvolvimento. E por que vou argumentar, inclusive aqui, este conflito? Porque nós também temos uma leitura de que a Amazônia vai ganhar mais dinheiro, os setores produtivos vão ganhar mais dinheiro se se apresentarem aos mercados consumidores nacional e internacional também, principalmente como fornecedor (no caso a Amazônia) de produtos com componente sócio-ambiental. O nosso forte não é a produção homogênea, o nosso forte na Amazônia, a nossa estratégia produtiva, inclusive econômica, passaria por oferecer aos mercados estes produtos.

Como aqui tem muitas instituições de pesquisa, vou levantar algumas dúvidas e sugestões que acho poderiam ser trabalhadas. Falando como produtor de soja que fui, trabalhei 10 anos, a primeira dúvida é da viabilidade agrônômica; quanto será o tempo que os solos amazônicos agüentam a soja? Não temos estes estudos. A outra questão é da viabilidade ambiental, principalmente no leste do Pará, a Terra do Meio, tenho outro conceito sobre ela, para mim Terra do Meio é a que fica entre o rio Tapajós, rio Amazonas e rio Xingu, não é só aquela que se chama de Terra do Meio, para mim essa é a Terra do Meio porque está no meio dos três grandes rios. Aí está se propondo a produção da soja. Qual é o grau de impacto ambiental de adubo químico, inseticida, veneno, e isso desembocando para as águas, para os rios. Qual é o risco que está se cometendo aí? E também tem o conflito de legislação hoje: se se cobra que o agricultor familiar, para pegar um pobre financiamento de 5 mil reais, tem que ter o licenciamento ambiental e tem que cumprir as regras da reserva legal, e para a soja, vai se cobrar isso? Hoje a legislação diz que é só 20%; se cobrar isso vamos ter, para viabilizar a produção da soja, a concentração de terras, porque um produtor de soja vai ter que comprar grande quantidade de terra para trabalhar só em 20%. E podem dizer, mas ... é o que está na lei, estou me referindo à lei que muda e sou defensor de que se mude essa lei que hoje diz isso.

Do ponto de vista social, procurei uma palavra mais leve porém não achei: do jeito que está vindo hoje, a soja está expulsando as famílias e está grilando terra pública. Do ponto de vista da geração de emprego, que é um dos temas importantes para mim que conheço e sei e todos vocês sabem que não é uma atividade geradora de grande quantidade de emprego, não é, não adianta vir com conversa porque não é. Além disso, esta atividade tem sido migratória: quem me garante por quantos anos essa atividade fica aqui, depois não migra e não vai para frente!

Quero levantar, principalmente aqui com o Daniel que representa o governo do Estado, um outro componente que talvez à pesquisa não interesse, mas vou dar aqui uma demanda para essa pesquisa que seria o seguinte: quem são esses produtores que estão vindo para cá? O Pará tem uma triste história com latifúndio matador de gente, tivemos em 30 anos o assassinato de 753 (agora já são mais, isso era até ontem) pessoas de conflito no campo, e esses produtores de soja que estão vindo para cá é a banda boa ou é também o grileiro matador, o violento, e aí acho que tem que ter um estudo, vamos estudar quem são esses. Mais que isso, vou confessar e tenho provas do que vou falar aqui, em uma mesa de bar, grupo de sojeiros conversando e disseram: a nossa meta em 10 anos é nos apropriar de todas as terras mecanizáveis aqui na região leste do Pará, e o último governador que se elegeu paraense é esse e pode ser que tenha mais um mandato, o outro mandato não será

mais, porque faz parte de uma estratégia do governo de Mato Grosso, e a soberania paraense está ameaçada do ponto de vista político. Isso também é um desrespeito e o Pará não pode entrar nessa jogada.

Por último, quero aqui indicar algumas coisas da realidade. Vocês podem estar achando que estou fazendo discurso fácil; não. A realidade é a seguinte: nós temos que ter o pé no chão, aquele discurso de que a soja não vem para cá não adianta, a soja já está aqui, esta é a realidade, e vivemos em um país que tem terra privada e cada um vende para quem quiser, e não tem esse negócio de que a soja não vem. O que acho que é o caminho: partindo da existência dela, para mim vem uma ação de Governo muito forte, e quando falo de Governo é Estado, Governo Federal e do Estado, como sujeito planejador, como sujeito indutor mas regulador; se não tiver isso, se nós deixarmos que as forças econômicas se enfrentem entre si e não tiver o Estado planejador indutor e regulador, acho que aí vamos viver um momento muito ruim. Concordo que o zoneamento econômico e ecológico estabeleça limites, é um instrumento importante, como também temos que regulamentar a atividade, como é que se pode produzir soja na Amazônia e como é que não pode se produzir soja.

E por último dizer o seguinte: tudo isso não é suficiente se não tivermos um programa de governo que coloque a ADA, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Caixa Econômica, as instituições de pesquisa e todo mundo, um programa para agricultura familiar, para os ribeirinhos nesta região. Acho que o programa existe, posso ser suspeito de falar, mas acho que o programa é o Proambiente, agora, ele é só o nome, é necessário implantar um programa que venha apoiar este segmento social, inclusive remunerando os seus serviços ambientais e dando incentivo para ele se contrapor, é um mecanismo, porque senão vamos só querer regulamentar pela pressão, pela legislação, e não vamos dar apoio para o outro segmento. Termos um programa nessas áreas pretendidas é também uma bandeira de resistência.

Estou bastante otimista, estive junto com a bancada do PT, com a ministra Marina Silva na semana passada, tivemos diversas reuniões com o governador do Estado e caminhamos para agora, na primeira quinzena de janeiro uma reunião de trabalho entre o Governo Federal e o do Estado para discutir esses assuntos, inclusive o zoneamento e ordenamento. Aliás, é na segunda quinzena que está prevista e a minha expectativa é que o ano de 2004 seja o ano em que vamos para a operacionalização das nossas idéias sobre sistemas; nossas idéias são muito interessantes mas estão presas. Ou o Estado se adianta e vai operacionalizar colocando ordem na casa, ou então teremos um palco de conflito maior do que já tivemos na nossa História. Obrigado e desculpem o tempo.

Roberto Araújo – Passo a palavra em seguida ao Dr. Francisco de Assis Costa, coordenador-geral de planejamento estratégico da ADA, a nova SUDAM.

Francisco de A. Costa – Em primeiro lugar um bom dia a todos e agradeço o convite, parabenizando a iniciativa do Museu, da Embrapa e dos Amigos da Terra, dado que é incontestemente a importância da temática.

Eu estava comentando aqui com o Peter, quase que coincidimos nos tempos de trabalhar a temática. Listamos uma série de temáticas onde temos que visualizar o “estado da arte”, e obviamente a soja entrou como uma das prioridades. Só não trabalhamos este ano porque entendemos que a soja tem que ser trabalhada em um contexto, em uma lógica de contextualização temática que permita ver a relação que ela tem enquanto dinâmica produtiva e os famosos estrangulamentos macroeconômicos. Na nossa opinião há um

forte risco de inconsistência estratégica entre a perspectiva de resolução dos constrangimentos macroeconômicos e o tratamento da economia de base, sobretudo a economia regional, a amazônica principalmente, no contexto de desenvolvimento sustentável. Há uma relativa consistência aí porque a resolução dos constrangimentos macroeconômicos, sem entrar no mérito das concatenações internas da lógica do tratamento, implica na resolução do famoso constrangimento externo, ou seja, você ter balança de pagamentos com saldo positivo e quanto mais positivo melhor. A “tensão” no sentido de administrar as tensões derivadas das relações cambiais, passaria pela maximização do favorecimento das exportações e das contenções das importações, o que em linguagem econômica significa você explorar ao máximo setores exportadores com baixo coeficiente de exportação, porque tem uma série de setores em que você pode incentivar a exportação, que crescem rapidamente mas levam junto a importância; tem que aí o saldo fica sendo pequeno e sem estratégia você tem que fazer o avanço dos setores exportadores com baixo conhecimento de importação.

Se você pega essa idéia, desloca ela para a nossa área, você vai ver que tem três atividades assustadoras na perspectiva do desenvolvimento sustentável que tem essas características. Uma grande capacidade de exportação é com a baixa resposta de importação. Isso a grosso modo é a pecuária, por exemplo, as madeiras, e por outro lado agora a soja. Com isso, haveria um sinergismo, quer dizer, uma tensão associada à lógica das contenções, dos desequilíbrios externos a uma força de impulsão dessas atividades. Alguém pode cogitar que a pecuária nossa não é exportada aqui, a do sul é exportada. Quer dizer, os mercados são vasos comunicantes que se equilibram e o resultado final é isso, você ter um saldo de exportação pecuária com baixo conhecimento de importação e a pecuária aqui, independente se vai para baixo ou para cima, teria um papel fundamental, e a madeira é muito semelhante. Temos que trabalhar a soja contextualizada com esses elementos de macroeconomia que não são meras ficções. Aliás, eu diria os elementos de maior poder, o que faz com que certas posições inicialmente mobilizadas por coisas ideologicamente fáceis de contornar, não só porque elas têm uma sustentação estrutural muito maior dada por estas lógicas.

Então teríamos que trabalhar isso criando uma espécie de trajetória de rentabilidade que às vezes se reparte por um conjunto de atores e por vezes alguns atores condensados. A rentabilidade da derrubada da mata, rentabilidade da implantação do pasto e agora a rentabilidade de reutilização da área degradada, para a soja provavelmente o último passo da degradação, uma degradação mais profunda. Aí já temos resultados de pesquisas que indicam 100 anos de recuperação, ou coisa do gênero. Enfim, uma mera concatenação casual, ela simplesmente permite que, digamos, numa mesma área a partir da mobilização de um mesmo conjunto de elementos da sociedade, infra-estruturais, etc., você concatene três atividades com alto poder de tencionar estruturas sociais, estruturas naturais, etc., numa somatória que, ao final daria uma trajetória altamente rentável.

Então, as tensões macro se somam, tensões micro, isto aí explica uma racionalidade micro pesada que ajusta processos decisórios que findam atuando numa direção única. No nosso caso pretendemos retomar a temática, isto vai nos oferecer um conjunto de elementos sem dúvida nenhuma extremamente importante, e colocar esses elementos num contexto de discussão que permita a visualização dessas coisas, uma relação entre tensões macro e dinâmicas micro econômicas, e nessas dinâmicas uma visualização processual que permita que se veja a interação entre essas três atividades, e aí poderíamos ter uma visualização do “estado da arte bem”.

Aí um quarto elemento que eu traria como colocação inicial para o debate, seria o de que esses elementos, sobretudo já mencionei antes, esse que se passa no plano mais macro finda corroborando certas visões de modernidade, e aí tem um poder que não pode ser descolado, por exemplo, a soja ao moderno. O agente da soja posto é o agente da modernidade, o que dificulta uma discussão, por exemplo, do caráter efetivo sociologicamente falando ou politicamente falando da presença desses atores, quer dizer, o que há de positivo e negativo, etc., etc., porque de cara você já traz consigo na esteira de uma pressuposição organizada também no Brasil de que a soja seria a síntese, na agricultura, das maiores conquistas tecnológicas que pudemos apresentar, havia uma fusão do sentido do moderno com a presença da própria soja, isso dá um poder que não é abstração, é um poder real, efetivo de postar os atores em posição diferenciada, porque é moderno, porque favorece as correções dos estabelecimentos externos e assim por diante. Enfim, temos que tratar todas essas coisas para podermos sentir, claro, o que há de concreto e as medidas desse concreto para podermos ajudar a sociedade a tomar suas decisões em relação àquilo que ela entende como prioritário.

Da minha parte era isso. Muito obrigado mais uma vez.

Roberto Araújo – Pelo que vejo, entramos de maneira muito interessante já no debate, estas intervenções têm sido bastante estimulantes. Agora, devo pedir aos outros interventores na mesa que façam umas intervenções um pouco mais rápidas, porque senão, não dará tempo para chegarmos ao fim desta manhã.

Temos agora a fala do Sr. Secretário de Agricultura do Estado, Dr. Daniel Lopes.

Daniel Lopes – Em nome do Dr. Peter Toledo, gostaria de cumprimentar a todos os componentes da mesa, senhores e senhoras representantes de instituições, participantes deste Seminário.

Em nome do governador do Estado, da Secretaria de Produção aqui representada pelo Dr. Rosival Batista, da Secretaria de Agricultura, gostaríamos de louvar e parabenizar aos organizadores deste Seminário pela iniciativa da sua realização.

Gostaríamos de ressaltar a grande importância que reputamos neste encontro em que se pretende aprofundar a discussão sobre o conhecimento científico desta cultura, e esperamos que com certeza teremos no final uma sistematização desse conhecimento, das informações geradas e, com certeza também, recomendações que possam vir a nos ajudar a ordenar, a planejar e a desenvolver esta importante cultura em nosso Estado.

A soja no Brasil como todos os senhores que aqui participam têm conhecimento, há quase um século talvez possamos dizer assim, foi introduzida no país a partir do Estado do Rio Grande do Sul, e a partir daí essa lavoura, essa cultura teve um caminho pelo interior do Brasil e o Pará não ficou de fora, por iniciativa dos próprios produtores, e claro, com o acompanhamento do governo proporcionando meios, proporcionando condições de organização dessa exploração, e aqui no Estado não foi diferente.

A importância dessa cultura para o Brasil é muito grande, ela representa um dos principais produtos do agronegócio da pauta de exportação, e pelo conhecimento técnico e científico da soja ela hoje participa da cadeia produtiva de muitos elementos, tanto animal quanto vegetal, e no Estado do Pará realmente essa importância e essa participação se faz sentir. Poderemos citar, por exemplo, a questão da avicultura no Estado basicamente se inviabiliza no aspecto de concorrência com valores e custos de produção com outros estados, dada a participação do elemento

soja na cadeia produtiva, quer seja da agricultura, quer seja da aquicultura, quer seja da pecuária leiteira, e por aí afora onde os senhores sabem da participação da soja como elemento importante nessa cadeia produtiva. Além do mais, sabemos que a soja também passa a se desdobrar em vários segmentos produtivos da agroindústria na alimentação humana. Então, com certeza esse caminho da soja está muito associado a aspectos econômicos, e é claro, nós temos que nos preocupar quanto ao aspecto social dessa produção e também, porque não dizer, que é de grande importância o aspecto ambiental, sobretudo para nós aqui na Amazônia que representamos a área mais importante de extensão florestal do mundo.

Devemos dizer de que, no caso da soja em si, o Governo do Estado não vê a soja pela soja. A estratégia do governo do Estado é ver então o desenvolvimento e a necessidade dos pólos de produção de grãos, onde a soja é uma das alternativas. Para isso o Estado procurou organizar um trabalho de planejamento e de estratégia onde procurou estabelecer o que chamamos dos “pólos de produção de grãos”, e com esse trabalho ela vem compondo, além da soja é claro, o milho, o arroz, o feijão, de maneira que o trabalho do Estado com a visão de que a cadeia produtiva animal e a cadeia vegetal possa dispor desses elementos importantes para reduzir ou retirar esses gargalos que vêm dificultando o encaminhamento e desenvolvimento produtivo quer animal, quer vegetal. Mas essa coisa iniciou também, essa estruturação e estratégia do Governo, já a partir de uma preocupação ambiental e da indicação das regiões propícias para cada conjunto dessas atividades. Ela vem da iniciativa do governo anteriormente com o trabalho que é o zoneamento econômico-ecológico, que embora ainda não concluído já produz informações muito importantes que orientam o planejamento do Governo do Estado, isso com dados disponíveis e a partir de discussões com a sociedade e a comunidade, de maneira que você possa vir a tirar conclusões dessas informações já existentes.

No caso da soja ou dos grãos e da soja em si, a preocupação do Estado já começou aqui pelo ano de 1996 e hoje já podemos avaliar uma área produtiva no Estado em torno de 20 mil hectares, mas naquela ocasião com as próprias indicações já do zoneamento ecológico, procuramos estruturar um trabalho que vem desde a informação da pesquisa, do fomento, da demonstração no que diz respeito aos resultados da pesquisa, da viabilidade desses resultados em parcelas ou em trabalhos já ao nível de produtor, de maneira que pudéssemos dispor de informações que pudessem encaminhar esse planejamento e esse trabalho do Estado.

Já em 1996 iniciamos um trabalho desta natureza com a Embrapa, o Estado se associando à Embrapa procurou também viabilizar a interiorização desta importante instituição nas zonas ou nos pólos definidos com produtores de grãos, de maneira que viesse a gerar conhecimentos e possibilitar que o Estado levasse esta informação a nível de produtor, estudando também esta viabilidade. E nesta situação, nesse segmento, o Estado também contratou uma consultoria que é a Campo, que tem uma experiência comprovada em outras regiões do país, inclusive com projetos importantes, de desenvolvimento do cerrado brasileiro acompanhando a questão da soja e de outros grãos que vêm sendo produzidos naquela região, de maneira que pudesse nos dar também um suporte técnico juntamente com a Secretaria da Agricultura e a Emater para levar a organização dessa importante cultura, não só a soja e também os grãos, e trazer um ordenamento nessa preocupação que nos coloca o deputado Faleiros de quem são esses produtores. Nós também temos nos preocupado com isto, e esta consultoria tem procurado nos dar meios para que possamos adotar estratégias de forma que possa, não fazer uma

seleção, mas estabelecer instrumentos para que tomemos esta exploração e esta produção de grãos como um todo com pessoas e projetos que realmente sejam de interesse do Estado, cuidando então de terem respeitadas as restrições que são necessárias, de induzir o desenvolvimento de forma ordenada.

Neste particular, vê-se então representado o que chamamos as “políticas de incentivo” do Estado.

A política de incentivo do Estado que ficou estabelecida neste particular, não diz respeito apenas à diária de produção, a criar volumes de produção, mas também é um instrumento de controle para que essas explorações possam ser estabelecidas de maneira ordenada; de forma que recebem incentivo sim, os produtores de grãos, os produtores de um modo geral que estão engajados na exploração do agronegócio no Estado, apresentando projetos que sejam viáveis e que respeitem a questão ambiental, que tenham objetivos, metas de desenvolvimento compatível com a natureza, compatível com o desenvolvimento econômico, compatível com o desenvolvimento social. Então, essa política de incentivo no que diz respeito a máquinas e equipamentos, no que diz respeito ao armazenamento, enfim, no fomento de um modo geral ela está orientada não apenas para o volume de produção e aumento de área, mas também às questões restritivas que a essa exploração se possa impor.

De modo que nós visualizamos, hoje mesmo, atualmente estamos muito preocupados com a questão da terra que foi levantada, pois se dirigem a esta região muitos interessados não só na soja mas na exploração de grãos de um modo geral e repetindo modelos de outras regiões. Chega-se aqui empresários ou produtores como aquele que vai transferido ou desenvolver sua atividade profissional em qualquer lugar ele não chega logo comprando um apartamento, se estabelecendo comprando um carro, mas foi desenvolvido no país este modelo de arrendamento de terras, e o Estado, para não ser atropelado por isso, hoje já estuda a implantação da bolsa de arrendamento de modo que possa proteger não só esse recurso natural que dispomos que é a terra de um modo geral, quer seja na área pública mas também com o dever de proteger na área privada, o Governo procura se antecipar e ordenar esta ação, este tipo de atitude de maneira que venhamos a obter os melhores resultados.

Para este Seminário gostaríamos de deixar estes esclarecimentos, está aqui também o representante da Secretaria da Agricultura, da Secretaria da Produção, e que a soja seja vista como este elemento de um sistema produtivo de grãos como um todo, como elementos importantes dentro da cadeia produtiva animal, dentro da cadeia produtiva vegetal, também, como geradores de agroindústria, como geradores de empregos e, claro, respeitando as condições da nossa região, as condições ambientais, nossas condições de solo, de modo que com o conhecimento que já existe, com os conhecimentos que possam ser gerados da tecnologia agropecuária, possamos contribuir para o avanço do Estado nesta direção, que tem sido um daqueles da Federação que mais tem crescido no agronegócio, haja vista inclusive neste primeiro semestre foi o setor que mais produziu emprego na nossa economia.

Dessa forma saúdo a todos os senhores esperando que estes resultados sejam os mais importantes e significativos possíveis para o ordenamento deste trabalho da exploração agropecuária no nosso Estado. Muito obrigado.

Roberto Araújo – Passo a palavra ao representante do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Shigeo Shiki.

Shigeo Shiki - Também em nome do Ministério do Meio Ambiente gostaria de saudar a todos aqui presentes. É uma das poucas ocasiões em que estou deste lado da mesa, em geral como professor universitário e pesquisador sempre costumo sentar do outro lado, mas hoje estou vestindo a camisa do Ministério do Meio Ambiente com muita honra neste Seminário, para dizer algumas palavras também. Primeiro saudar como iniciativa importante que está dentro de uma nova orientação política que vem sendo dada pelo próprio ministério, acho que vocês todos já têm uma orientação a respeito, o Herbert já mencionou algumas linhas a respeito disto, no sentido de mostrar também que hoje se faz a política ambiental, estamos tentando passar de uma orientação mais conservacionista com que sempre se pautou a agenda ambiental no Ministério da Agricultura para incorporar este conceito bastante difuso e confuso de sustentabilidade, mas acho que neste caso da soja esta discussão que está sendo levada aqui é um bom exemplo de como exercitar isto na prática. A soja como alimento de desenvolvimento presente hoje na Amazônia, nós viemos acompanhando como parte desse elemento de discussão, mesmo que estejamos tratando hoje, quer dizer, o Ministério do Meio Ambiente sempre tratou da Amazônia com suas políticas de fortalecer os seus elementos naturais de biodiversidade, da preservação dos povos, locais, a economia local fortemente baseada nos recursos ambientais, hoje chamados de bens de serviços ambientais, mas também hoje a nossa tarefa é de como é que você permite que atividades como a soja, que está presente aqui na Amazônia, como vários depoimentos já prestados aqui, se faça sem que esse objetivo seja um elemento de destruição ou de exclusão social, que é toda a discussão sobre sustentabilidade.

Nós tivemos já alguns embates, a maneira como está sendo pretendido isto, é de que ela seja feita na base do diálogo, e até fazer ouvir não só a comunidade científica, mas os movimentos sociais todos, digamos todos os atores sociais envolvidos neste processo, e a partir deste diálogo é que se construirá uma política pública. Portanto, encontros como este e diversos outros nós no próprio ministério devemos estar incentivando e encorajando, assim como atividades que estão aí discutindo como o próprio centro da Universidade de Brasília de um projeto com soja, encorajando uma parceria neste sentido, e mais recentemente estamos tentando negociar um projeto das Nações Unidas com problemas com o meio ambiente também, de introduzir um pouco do conceito de avaliação de sustentabilidade, com instrumento de política pública na área ambiental, que serviria como instrumento de diálogo com a sociedade, com o setor produtivo, com os movimentos sociais, com a economia e a sociedade em geral, com os povos locais para poder, a partir daí se construir áreas, quer dizer, um momento de concentração a partir do qual se possa construir políticas públicas neste setor. Acho que esta é uma iniciativa, aqui do ponto de vista do meio ambiente, de encorajar. Já tivemos uma outra reunião um pouco mais ardente em Sinop, no mês passado, dá para ver o tamanho do problema que estamos enfrentando, mas no sentido um pouco daquilo que o Roberto Smeraldi estava dizendo de que não seja uma coisa esporádica este tipo de manifestação com o poder público, mas que a própria política seja um resultado deste confronto de que deva resultar em diálogo. E aí claro que em bases científicas, não só de avaliação integrada, mas com estes estudos que o próprio Museu Goeldi está fazendo junto com o projeto Geoma, a satisfação de ver apresentação do Dr. Peter num encontro no Ministério de Ciência e Tecnologia sobre a situação aqui da Terra do Meio, então dá para ver a dimensão do problema sócio-ambiental que é esta região, cheia de conflitos, diversidade e força que tem a região, como transformar isto numa política de desenvolvimento sustentável. Acho que isto é um grande desafio, mas que precisa da participação da comunidade científica, da Embrapa, da Ciência e Tecnologia, enfim,

para junto com a sociedade civil e o setor produtivo construirmos esta agenda positiva. Todos os instrumentos que temos de mitigação ou de pelo menos redução de desmatamento ilegal, de corte de madeira ilegal, de grilagem não estão funcionando! Porque provavelmente, somente os instrumentos de comando e controle como costumamos dizer não estão funcionando! O Estado não está sendo capaz de estar presente, regulando essas atividades ilegais ou muito menos, mas estamos querendo estar presentes, quem sabe seja a discussão da soja uma oportunidade para que, nesse movimento de concentração, até possível fazer isso.

Na discussão no qual o Ministério do Meio Ambiente esteve coordenando com o GT do desmatamento, envolveu 11 ministérios e várias outras entidades junto com os Governos dos Estados, e também na discussão do problema da Amazônia sustentável tivemos aí a grande dificuldade de ter essa voz vinda da sociedade, e que deu a noção da cumplicidade que é o problema sócio-ambiental da região.

O deputado Faleiro demonstrou um pouco da preocupação, da dimensão que é essa preocupação do ordenamento territorial fundiário, do zoneamento ecológico, da questão social em si, da preservação da biodiversidade, enfim, tudo isso é um pouco consubstanciado no programa Pró-ambiente do qual o deputado Faleiros é protagonista, hoje no Ministério do Meio Ambiente estamos assumindo como política oficial, com grande satisfação e grande dificuldade diria até um desafio, porque é realmente um programa de alcance social e de importância bastante grande, mas de uma execução delicada, principalmente na remuneração sócio-ambiental, uma questão difícil porque envolve biodiversidade, seqüestro de carbono, preservação da água, enfim, além do serviço de proteger a mata como está. Acabo de chegar da Conferência das Partes de Mudanças Climáticas de Milão, e isso foi um objeto de grande discussão inclusive com o pessoal do IPAM que apresentou propostas de floresta em pé, mas tudo isto faz parte da trama complexa que é a Amazônia do ponto de vista de desenvolvimento sustentável. E a resposta à pergunta para onde é que deve ser o desenvolvimento sustentável da região?, do deputado Faleiro, não dá para dizer é o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Planejamento que decide isso. Realmente é a sociedade com sua força política, sua força de segmentos sociais que tem que construir uma política para isto no Governo Lula. Esta é a mensagem da forma participativa de construção de uma política pública que está sendo desenhada no governo da Marina Silva, e de resto o Governo Lula que está tentando exercitar, colocar na prática isso é complicado.

Mas a grande expectativa deste seminário é que este tipo de contribuição seja fundamentado, inclusive na prática de reprodução destes tipos de eventos nos traga os caminhos para executarmos uma boa política para o meio- ambiente. Obrigado.

Roberto Araújo – Passamos finalmente a palavra ao representante do Ministério da Agricultura, Dr. Moisés Santos.

Moisés Santos – Bom dia a todos e todas. Gostaria de saudar os demais membros da mesa.

Inicialmente gostaríamos de parabenizar a direção do Museu Goeldi através do Peter Toledo, à direção da Embrapa na região através da Dra. Tatiana pela oportuna iniciativa de discutir este tema da Geopolítica da soja na Amazônia.

Na verdade, pelo adiantado da hora acredito que as introduções feitas pelos companheiros de mesa que me antecederam, são bastante importantes e suficientes para aguçar o debate. A proposta deste debate, repito, é bastante oportuna e as colocações feitas pelo

Faleiro, pelo Chiquito, pelo Daniel já apontam para os aspectos globais que essa exploração da soja na Amazônia desperta. Já se percebe algum contraditório no debate, e acho que a abertura aqui acabou sendo, talvez não tivesse essa proposta e sim uma proposta mais formal, mas ela acabou caminhando para este aspecto.

Entendemos que a soja, e o Ministério da Agricultura historicamente tem apostado na soja, acabou saindo para a agricultura brasileira como a galinha dos ovos de ouro, e o país se agarrou a esta alternativa que hoje contribui significativamente para o agronegócio, para o PIB, para a balança comercial. Naturalmente que aqui na Amazônia há necessidade, pelos aspectos já colocados anteriormente, a necessidade de sempre que temos uma alternativa tida como salvadora da pátria, os exemplos anteriores nos remetem uma precaução ainda maior; temos aí **n** exemplos que não vale a pena citar porque senão o tempo seria muito grande, mas nos remete para que tenhamos um grande cuidado quando surgem estas alternativas bastante promissoras.

A soja hoje no Brasil, na verdade, é um tipo de exploração que avança sem a possibilidade de grandes incentivos. O quadro que se formou em torno da soja, na verdade, ela não precisa de incentivos, ela precisa hoje de direcionamento, de cuidados, porque inclusive além dos aspectos todos já colocados, temos agora mais o componente da questão do transgênico que é mais um elemento que se coloca no debate.

É importante esta iniciativa das instituições, porque faz com que nós aqui da Amazônia possamos nos reunir, tanto as instituições públicas e a participação também da sociedade civil, no sentido de que possamos fazer este debate. Entendemos que, como o Faleiro colocou, a soja na região já é uma realidade e precisamos discutir mecanismos de como a geopolítica da soja efetivamente acontece na Amazônia. Esta é a grande discussão que precisa ser feita, e aí precisamos fazer, recorrendo aos aspectos científicos, e não só do ponto de vista do ambiente, da biologia da espécie, mas também no sentido social. O deputado Aírton Faleiro chamava a atenção de se fazer um estudo científico, qual é o ator humano que se insere neste tipo de exploração, qual é o tipo de contribuição que esse tipo de segmento vai trazer para a região. É um assunto bastante palpitante, uma responsabilidade muito grande nossa porque é uma cultura que avança a passos largos, precisamos ter uma agilidade, tanto as instituições públicas quanto os movimentos sociais, uma agilidade muito grande, porque para se ter um exemplo, do ponto de vista da questão dos transgênicos, os segmentos científicos e a sociedade não tiveram pernas para acompanhar o avanço da transgenia da soja. Por exemplo: temos hoje no Ministério da Agricultura, na condição de delegado me coloco numa posição quase que de inviabilidade de acompanhar o que está acontecendo, porque o que está colocado nas leis, medida provisória e assim por diante não tem praticamente como acompanhar quando praticamente avançou em mais de 50%, em alguns Estados até quase 100% da utilização de organismos geneticamente modificados. No caso aqui no Pará e na Amazônia como um todo, temos que ser rápidos. Por exemplo, Rondônia já tem mais de 60 mil hectares de soja; por onde é que está indo esse caminho da soja?; no Pará onde está indo esse caminho da soja? Estamos percebendo hoje que mais de 100 km além da sede do município de Alenquer já tem pessoas comprando terras e desmatando para plantar soja; quais são os mecanismos que temos para dirigir? Não é que sejamos contra ou coisa parecida, é que há necessidade da sociedade buscar os mecanismos para dirigir esta geopolítica.

Neste sentido, gostaria de colocar mais um elemento para contribuir na abordagem feita pelo Francisco Costa, é que ele colocava que a questão da nossa pecuária tem a dificuldade da exportação, mas pelo trabalho que foi feito na questão da sanidade animal, a nossa perspectiva bastante promissora é que já agora no primeiro quadrimestre de 2004, 70% da nossa área do Estado do Pará vai estar livre para exportar, e isto na realidade vai conferir uma dinâmica toda diferenciada porque vamos ter, digamos assim, uma nova situação que incentiva a questão da pecuária. Eu me pergunto (estava debatendo agora com a Tatiana), o segmento pecuário vai ficar trabalhando nas baixas produtividades que existem hoje, em torno de meia cabeça por hectare/ano, ou este segmento pecuário vai avançar na questão de novas áreas de pastagens, ou vai trabalhar para aumentar a produtividade dessas pastagens? Com essa dinâmica da soja, certamente a coisa vai acontecer de uma maneira que não está sob o nosso controle. Isso tudo remete para fazer uma discussão que tem uma ligação muito grande com estes pontos aqui colocados, já fizemos um debate nestes dias na Sudam sobre este assunto, que temos que estar interagindo muito com todas estas questões. A questão da soja interage com outros segmentos, ela tem um componente muito forte diferenciado dos outros grãos, na verdade, enquanto outros grãos precisam de algum tipo de incentivo, a questão da soja não se insere no mesmo incentivo. Por exemplo, a nível nacional os incentivos dos outros grãos não são os mesmos que existem para a soja, não podemos dar o mesmo tipo de tratamento, ele tem que ser diferenciado. Então na verdade, precisamos fazer um debate, aprofundar um debate, estarmos todos unidos porque a situação diante dos elementos que se colocam hoje, do que a Amazônia é, como a Amazônia se comporta, temos que ter muito cuidado, porque os fracassos deixados no passado me parece que tiveram vários reflexos sociais e ambientais, mas da maneira que são explorados hoje, estas mazelas que ficam são muito mais profundas do que foi a questão do plantio da seringueira na região de Forlândia, em Belterra e assim por diante. Hoje em dia as mazelas, as formas como acontecem, são muito mais incisivas e estamos sem mecanismos. Só para dar um exemplo aos senhores, a questão da soja transgênica, na prática, não poderia ser plantada porque o herbicida que é recomendado não tem aprovação do Ministério da Agricultura em nenhuma instância para ser aplicado em pós-emergência, ele não poderia ser aplicado na soja; então, se essa soja depende deste herbicida, ela não poderia ser plantada porque sendo herbicida não tem como se viabilizar, mas a situação está incontrolável. Precisamos, a sociedade, o poder público unir as nossas forças para que não sejamos mais uma vez atropelados.

Com estas palavras gostaria de encerrar a minha participação, e naturalmente esperamos usufruir bastante dos debates que aqui vão acontecer. Muito obrigado.

Roberto Araújo – Agradeço a todos os presentes à mesa, e peço que chamemos as pessoas que vão participar da primeira mesa redonda fechando esta sessão de abertura, e talvez o Roberto Smeraldi pudesse ficar na mesa já que vai participar da mesa redonda logo em seguida. É a primeira sessão depois da sessão de abertura que chamamos de "Caminhos de Ocupação do Território pela Soja no Brasil e na Amazônia".

Sessão 1: Os caminhos de ocupação do território pela soja no Brasil e na Amazônia

Moderador: Roberto Araújo (Museu Goeldi)

Palestrante 1: Leandro Ferreira – Museu Goeldi

Palestrante 2: Roberto Smeraldi – Amigos da Terra

Palestrante 3: Paulo Roberto Galeranie– Embrapa-Soja

Palestrante 4: Charles Clement – INPA

Palestrante 5: Bertha Becker - UFRJ

Chamamos a Profa. Dra. Bertha Becker, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Para continuar a nossa composição da sessão, chamo o Prof. Dr. Charles Clement, do INPA. Chamo o Dr. Paulo Roberto Galeranie, da Embrapa-Soja, e o Dr. Leandro Ferreira, do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Sem mais delongas, eu devia fazer na verdade uma rápida apresentação desta primeira sessão, tinha preparado alguma coisa mas depois de algumas das palestras na mesa de abertura, sobretudo do deputado Aírton Faleiro e do Francisco de Assis Costa, eu não teria muito mais coisas para acrescentar; gostaria apenas de mais uma vez chamar atenção, no entanto, para o fato de que estamos tratando muito mais do que o problema da soja em si, é o problema da geopolítica da soja que já foi dito na mesa de abertura, ou seja, de como a soja está atualmente entrando na Amazônia, em que contexto ela está entrando na Amazônia e como é que esta entrada da soja na Amazônia compõe o território amazônico a partir de agora, acho que alguns aspectos muito importantes já foram abordados hoje de manhã, vou mais uma vez chamar atenção para o problema da questão fundiária e de como a soja está entrando neste problema da questão fundiária. Alguns dias atrás no jornal por exemplo, num artigo, intitulado “O Ibama acusa o Iterpa de vender áreas do Estado para sojeiros”, lemos por exemplo que um grupo na área do município de Santarém está se organizando para demarcar e se apossar das terras do Estado, negociando-as com o Iterpa através de um escritório situado em Juruti. O artigo diz o seguinte: *“Os sojeiros que estão montando uma cooperativa, pretendem formá-la e produzir soja de maneira sustentável, mas os fiscais do Ibama revelam que a verdadeira intenção do grupo é instalar-se na região a qualquer custo, desrespeitando as leis, autoridades e comunidades da área. A denúncia é de que o grupo se prepara para desmatar uma grande área de floresta nativa que servirá primeiro à exploração ilegal de madeira, depois para o plantio da soja”*. Quer dizer, existe uma empresa que é citada pelo artigo e apontada pelo Ibama como responsável pela abertura ilegal de muitas estradas na gleba para este tipo de finalidade, e o responsável por estas operações ilegais da empresa é acusado de intimidar comunitários, e em seu poder foi encontrado forte armamento. Mas também acho que não devemos adotar essa posição diante desse tipo de fato, ou seja, fatos que estabelecem uma relação sem solução de continuidade entre a exploração predatória e ilegal de madeiras, o desmatamento e a entrada da soja. Diante desse tipo de fato acho que não podemos mais nos limitar a uma distinção entre os bons e os maus, existem bons e maus empresários. Acho fundamental que comecemos a raciocinar em termos de uma estrutura da apropriação fundiária (para responder um pouco às preocupações também do deputado Aírton Faleiro), em que os atores estão agindo desta maneira porque é assim que está sendo conduzido o processo de apropriação fundiária na área, e nesse contexto é que se inclui a entrada da soja. Ou seja,

quando falamos da ausência de ordenamento territorial, estamos falando da presença de ações violentas de uma apropriação fundiária ligada a uma ilegalidade voluntária da parte de grupos que estão entrando com um poder muito grande na região.

O que nos leva um pouco a retomar aquela coisa que o Chiquito estava colocando dessa associação entre a soja e a modernidade como fazendo parte da imagem que os sojeiros trazem e da capacidade de lobby que têm estes poderosos empresários da soja; os lobbies da soja são bem conhecidos no país, têm conseguido obter concessões importantes em termos de subsídio do Estado, existem certos trabalhos que falam (acho que vamos falar disso agora durante a primeira sessão) na exploração da soja em áreas anti-econômicas por causa dos subsídios que o Estado forneceu em bilhões de dólares para a exploração da soja, e esta capacidade de lobbies sendo usada em projeto econômico e político hegemônico imposto pelos grandes grupos que estão ligados à soja.

Neste contexto é que podemos colocar a questão de se perguntar como é que podemos chegar a negociar com todos os atores envolvidos? Porque chamamos para a mesa ou pensamos em arranjos positivos locais com empresários de certos setores, mas estes setores muitas vezes estão participando voluntariamente de um processo em que existe subversão das leis e dificuldades de negociar neste quadro. Sem um estado de direito que assegure a possibilidade de contrato, de relações contratuais entre os diferentes atores envolvidos, como é que podemos ter um mercado na região, e como é que podemos realmente negociar a implementação do desenvolvimento sustentável! Acho que estas são questões muito importantes. Quando vocês pegam, por exemplo, o fato de que as relações sociais em áreas de grilagens de terras na região são muito ligadas ao trabalho escravo, à super-exploração da mão-de-obra, que em outras atividades ligadas ou não diretamente (como aqui a exploração ilegal de madeira ligada à soja) são muito fundadas em um trabalho informal, as pessoas não têm respeitados os seus direitos, um trabalho temporário sem cumprimento da legislação trabalhista, etc., nós nos perguntamos que tipo de geração de emprego, que tipo de melhoria da qualidade de vida, que tipo de distribuição da renda pode advir dessas relações sociais que estão sendo implementadas, inclusive pela presença desses grandes grupos que não têm trabalhado dentro da lei, dentro do estado de direito.

Acho que, para retomar um pouco as preocupações que foram expressas aqui, essa questão da sustentabilidade política, digamos assim, é muito importante ser debatida profundamente, para que possamos pensar realmente e raciocinar no quadro de uma economia de mercado, e poder negociar com atores que finalmente estarão agindo sob o domínio da lei e que eventualmente vão realmente querer implementar ações para o desenvolvimento e para a geração e distribuição da renda.

Apenas queria retomar alguns pontos, me parece que foram abordados hoje de manhã, e vou passar a palavra para as pessoas que vão falar nesta mesa redonda da qual sou apenas o moderador. Começo pelo Dr. Leandro Ferreira, do Museu Goeldi.

Leandro Ferreira (MPEG) – Bom dia a todos, vou tentar fazer uma apresentação bem rápida porque é bastante informação para pouco tempo.

Antes de começar esta apresentação, queria ter um pequeno direito de resposta, porque infelizmente ontem tivemos um debate bem acalorado na Embrapa entre eu e o meu amigo aqui, e no qual infelizmente foram colocadas algumas coisas que

ficaram um pouco deturpadas, principalmente em relação a dizer que eu disse especificamente que a Embrapa lida com as questões ambiental e social como quarto plano da sua lista de prioridades. Em momento nenhum eu, particularmente, disse isso, como a Embrapa bem apresentou, a questão econômica da expansão da soja está muito bem explicada, mas a expansão da soja tem que ser colocada também do ponto de vista de conseqüências ambientais e conseqüências sociais. O contexto da discussão foi esse, e foi deturpado em relação de que eu dissera especificamente que a Embrapa não leva isso em consideração, o que não foi correto.

Mas vamos falar rapidamente aqui sobre o que estamos colocando que é a expansão da soja na Amazônia; vou lidar aqui com as questões ambientais e sociais.

[Mostrando figuras]

Próximo – Este trabalho foi feito em conjunto por uma série de pesquisadores do Museu que fazem parte da comissão de gestão territorial e conservação, estão todos listados aqui.

Próximo – A primeira coisa que colocamos é que você tem uma visão bem clara e dicotômica de como as pessoas enxergam a Amazônia, infelizmente; tem gente que enxerga a Amazônia assim – Próximo – e tem gente que enxerga a Amazônia assim – Próximo - Então você tem essas duas grandes linhas de como as pessoas vêem a Amazônia.

Próximo – Ou seja, você tem uma coisa bem clássica do processo de ocupação amazônico, aqui você tem qualidade ambiental, aqui você tem tempo, em verde aqui são as funções ambientais, em vermelho são estresse ambiental. Ou seja, as funções ambientais tendem a regredir, diminuem em função de tempo e as variáveis urbanas, industriais e os agroecossistemas tendem a dominar. Próximo – Conseqüentemente, vai haver uma diminuição da qualidade ambiental por perdas de funções ambientais, alteração da estrutura de paisagem e desestruturação dos sistemas sociais e econômicos.

Próximo – Ou seja, a questão é: é possível manter estas duas variáveis que não são antagônicas (mas infelizmente são sempre vistas de maneira antagônica), equilibradas?

Próximo – Quais são as atividades e tecnologias sustentáveis para manter a Amazônia?

Próximo – Na verdade, quando o pessoal descobre aquela visão dicotômica, isto foi uma apresentação feita recentemente em Brasília no qual estava tentando discutir a Amazônia através de um modelo sustentável múltiplo, ou seja, você não vê a Amazônia como um grande santuário de proteção integral, e não vê a Amazônia como um sistema de atividades destrutivas irreversível, tem que ter alguma coisa entre esses dois fatores. Por exemplo, isto aqui poderia ser um cenário, 10% da Amazônia dentro de sistemas protegidos, 20% da Amazônia em atividades de impacto ou atividades de produção, as duas coisas, a Amazônia dentro do sistema tradicionalmente de terras indígenas que já são existentes, e o uso sustentável em terras florestadas: públicas que está em torno de 9% e privadas que não fazemos a mínima idéia de quantos por cento tem. Ou seja, você pode trabalhar com múltiplas funções variando de conservação e uso dos recursos, tanto da parte comercial como da parte sustentável florestal.

Próximo – Rapidamente, não vou entrar neste detalhe porque isso particularmente não é a minha especialidade, não sou especialista em soja, só estou lidando aqui com algumas questões de expansão e de suas conseqüências ambientais na Amazônia.

Isto só para vocês terem idéia dos números que estamos trabalhando, a soja é realmente um agronegócio importante no Brasil, todo mundo sabe disso, e atualmente 50% do superávit líquido do agronegócio brasileiro depende desse grão. Obviamente, é importante e temos que trabalhar em cima disso.

Próximo – A evolução - a soja foi entrando na parte do cerrado, ela avança para a Amazônia passando pela parte da transição aqui de cerrado amazônico para as florestas semidecíduais que são bastante secas ainda, e sua marcha vai seguindo, entrando tanto pelo Maranhão, por Rondônia e Mato Grosso.

Próximo – E a partir de 1996 ela abre novas fronteiras independentes da função do que chamamos de “arco”, que vamos trabalhar, em que você vai ter várias regiões pontuais na Amazônia, em que essa cultura começa a se expandir, principalmente constituindo focos autônomos em ecossistemas específicos: campinarana no Estado do Amazonas, lavrados ou cerrados no Estado de Roraima.

Próximo – O por quê disso ter ocorrido de maneira tão rápida? Primeiro, você tem um mercado internacional que compra o produto; segundo, subsídios governamentais. Isso pode ser dito de maneira direta, primeiro você tem uma despesa com infraestrutura de transporte, o apoio inédito da iniciativa privada dentro desse sistema, e crédito agrícola subsidiado principalmente para insumos e maquinários, o que torna seus pesos bem menores do que em cálculos financeiros padrões.

Próximo – Aqui voltamos com a obtenção de subsídios federais que permitem com que a soja vá para áreas mais distantes com solos muito pobres, e sem subsídios ela não conseguiria fazer isso.

Política de garantia de preço mínimo, que é realmente uma coisa que encoraja basicamente a plantação, e o baixo preço da terra. Aqui você tem um exemplo do município de Santarém no início de 2003, onde se poderia comprar um hectare de terra no valor de 50 reais. Toda essa combinação, e aqui não estamos falando da Lei Kandir que isenta a exportação de soja de pagar ICMS. Tudo isso são fatores, não só soja, qualquer produto.

Próximo – Na verdade você tem uma evolução – aqui anos e aqui a soja que foi retirada: nesse trabalho você tem, com exceção do Estado do Amapá, todos os Estados amazônicos produzindo soja, o que hoje corresponde a cerca de 40% de toda a área plantada na Amazônia legal.

Próximo - E aqui você tem um dado da importância da balança comercial, e aqui o saldo dessa balança em que você vê a importância desse agronegócio em termos de exportação. É um mercado altamente forte em que a soja tem um componente importante.

Próximo – Isto aqui já falei, só que isto causa conseqüências, esta expansão.

Próximo – Isso aqui foi a evolução do desmatamento da Amazônia, área desmatada em km²/ano; aqui o pico do auge do Plano Real, houve uma estabilização a níveis ainda altos.

Próximo – No período de 2000/2002 houve um pico de 40% no nível de desmatamento florestal (não estamos colocando ambientes de cerrados, campinarana, que são preferencialmente abertos, nos quais a soja entra).

Próximo – Este aumento pode estar associado à expansão da soja na Amazônia, e é aí que começamos a trabalhar a questão.

Próximo – Na verdade a resposta é bem mais complexa do que isso, porque poucos sojicultores cortam floresta primária, é antieconômico jogar soja em floresta primária, eles não cortam; o que acontece é uma modificação do padrão, ou seja, normalmente eles compram áreas já desmatadas de pequenos agricultores ou terras públicas griladas. Isso aqui é meio pesado mas é o que acontece.

Muitas vezes esses agricultores sem terra têm que se movimentar para algum lugar, e vão para as áreas de expansão. Exemplo: em alguns lugares a soja está empurrando a pecuária e tomando seu lugar; obviamente que este gado vai ser empurrado para algum local através de abertura de mata primária para jogar pastagem.

O fato é que esses agricultores que estão ameaçados de expulsão da Amazônia por causa da soja, já foram previamente expulsos do Paraná pelo mesmo sistema. A pergunta cíclica é esta aqui: para onde eles irão e até onde este processo vai se repetir. Para fora do “arco do desmatamento”?

Próximo – Isto aqui são dados do desmatamento da Amazônia e aqui você tem o desmatamento até o ano 2000, já temos dados para 2001 em que 16,8% de toda a Amazônia Legal já foi desmatada.

Próximo – Isto aqui é o que denominamos de “arco do desmatamento” mas que já foi classificado como “arco povoado”, “arco do desenvolvimento sustentável”, no qual a soja se concentra.

Próximo – Agora, a soja começa a sair do eixo, começa a ir para outros locais independentes. Aqui a saída para o Pacífico via Assis Brasil, é uma alternativa que está sendo discutida.

Próximo – Humaitá e Novo Aripuanã que também são municípios da Amazônia que estão começando a investir na parte da soja.

Próximo – Lavrados de Roraima. Próximo – Aqui os cerrados de Santarém e a BR-163 – Próximo, e aqui a parte de São Felix do Xingu. Nestes ambientes é que vamos dar uma analisada nos impactos ambientais que a soja pode estar provocando e porque está se expandido para aí.

Próximo – Obviamente, a soja e o desmatamento estão associados; você tem aqui o desmatamento da Amazônia e aqui as 4 irmãs que eu chamo – Mato Grosso, Pará, Rondônia e Maranhão, que foram responsáveis por 91% de todo o desmatamento da Amazônia no biênio 1999/2000, e 91,2% de 2001. Estes Estados representam quase todo o desmatamento da Amazônia, que está associado entre outros fatores, à expansão da soja na região.

Próximo - O problema do impacto da soja é muito maior do que simplesmente a perda direta de *habitats* que você tem aqui. Só a soja justifica um desenvolvimento de uma infra-estrutura muito grande para a Amazônia que promove transporte e escoamento; outras formas de uso da terra como pastagem, apesar de ocupar grande área não tem peso político necessário para induzir o governo a construir hidrovias, estradas de ferro e rede viária.

Próximo – Ou seja, grande parte da porção amazônica do Brasil em Ação foi indicada à infra-estrutura para escoamento de soja da Amazônia. O Plano Plurianual anterior, o Avanço Brasil, previa locações orçamentárias para a mesma infra-estrutura.

Próximo – Aqui você tem os eixos. Este é o eixo da BR-163; essa aqui a hidrovia do Madeira, esta a recuperação da 230 – Transamazônica, e aqui você tem a região de Santarém, e vamos discutir só os impactos ambientais que alguns desses eixos causam.

Próximo – Isto é reportagem recente. O Ministério Público no dia 10 de dezembro entrou na Justiça pedindo a demolição do porto graneleiro da Cargil que foi construído em Santarém, simplesmente porque ele foi construído em uma praia na região de Santarém com base numa liminar judicial municipal, no caso, e a obra foi construída sem o relatório de impacto ambiental, que é simplesmente uma exigência da Constituição Federal.

Próximo – Na verdade isto aqui é só para vocês terem uma idéia da importância da hidrovia do Madeira, foi feito o terminal graneleiro em Itacoatiara onde os grandes navios conseguem chegar, e esta soja começou a vir da parte do Mato Grosso da região do Sapezal, e para terem uma idéia, cerca de 145 caminhões chegam a cada dia em Porto Velho para colocarem a soja nas barcas que vão descer no rio Madeira até o porto de Itacoatiara. Esta nova rota de exportação cortou o custo da soja numa ordem de 3 vezes, ou seja, obviamente que aqui você tem super importância do fator econômico.

Próximo – Só que começam algumas coisas bem interessantes. A ENASA, a companhia de propriedade do Maggi, que coordena o transporte, simplesmente pediu para o Governo do Estado um corte profundo numa curva do rio Madeira. Ou seja, esta curva aqui estava atrapalhando o transporte das barcas e houve uma idéia ...

Próximo – Isto aqui é uma estação ecológica de Cuniã, uma das áreas de maior biodiversidade dentro da região do rio Madeira devido ao sistema de lagos associados que você tem aqui; esta é a reserva extrativista de Cuniã, e aqui a outra estação ecológica.

Próximo – A idéia que não foi colocada no projeto de impacto ambiental, isto foi posterior, era simplesmente fazer um corte para tirar toda esta linha, todo esse intervalo aqui de mais ou menos 25 km, por dentro da estação ecológica de Cuniã e acabando com os lagos dentro da estação ecológica. Ou seja, para terem uma idéia do total despreparo que estas pessoas têm em termos de impactos ambientais que isso poderia causar.

Próximo – Isto poderia mexer em rios em qualquer lugar do Brasil, esse tipo de proposta, mas, no Estado de Rondônia e em outros que vamos ver é uma coisa bastante perigosa. Por felicidade, esta é uma estação federal, então não é possível mexer nos limites dela, mas..

Próximo – Existe uma idéia, este é o Estado de Rondônia, isto aqui é Guajará-Mirim, esta é a Nova Mamoré, o que estão vendo aqui em vermelho é o desmatamento até o ano de 2000 e o azul é o desmatamento até o ano de 2001, ou seja, estas áreas que estão em branco aqui são terras indígenas, reservas extrativistas e um parque estadual. Mas existe uma idéia de fazer um corte tirando este bico do parque para fazer a conexão de Nova Mamoré para Burity. Isso aqui é um parque estadual.

Próximo – E isso já foi aprovado na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, ou seja, existe e está havendo a possibilidade de modificação de limite de unidade de conservação de proteção integral e de uso sustentável para melhorar a infraestrutura de escoamento de soja. Este é um impacto ambiental super perigoso e está acontecendo na Amazônia.

Próximo – Porque você permitindo essa conexão vai acontecer o efeito clássico que não vou aqui repetir porque todo mundo já conhece, do desmatamento em função da distância de estrada. Obviamente, isto aqui vai acontecer naquela região causando os impactos que já conhecemos.

Próximo – Só para vocês terem uma idéia como esta coisa acontece, no Maranhão existe uma idéia que é de mudar o limite, a revogação do parque estadual de Serra do Mirador no Vale do Alto Taperu, na região do cerrado, de alta produção de soja, trocando aquela parte do parque por uma outra região.

Próximo – Isto aqui é o desmatamento no Estado do Maranhão e aqui vocês têm a malha viária e estamos falando deste parque aqui.

Próximo – Estes aqui são os cerrados arbóreos, estes os cerrados abertos, este é o limite do parque, aqui passa a estrada, essa região já está toda alterada em termos de plantio de soja e a idéia é avançar para dentro do parque aonde os cerrados estão protegidos, ou trocando por uma área mais acima, ou colocando em outro lugar.

Próximo – É exatamente o que está acontecendo, ou seja, aqui é um outro exemplo claro de que um parque estadual de proteção integral pode, simplesmente, com uma vontade política de uma Assembléia Legislativa, ter os seus limites alterados para expansão da soja.

Próximo – Agora, estamos falando em zoneamento ecológico e econômico, o que é super importante e necessário. Vou dar um exemplo de como o zoneamento econômico e ecológico foi implementado e exatamente a soja entrou assim mesmo.

Próximo – Isto aqui foi feito no Estado do Amazonas onde você pega estes 4 municípios que fazem parte aí do PG, que é o Projeto de Gestão Integrado: Humaitá, Mairiporé, Novo Aripuanã, Apuí – Rondônia e Mato Grosso, ou seja, o que está acontecendo na região de Humaitá.

Próximo – A Embrapa classificou estas áreas como inaptas para agricultura, terras com aptidão restrita para cultura adaptada, terras com aptidão regular para culturas adaptadas. Estamos falando de esta região aqui amarela e mais esta aqui, que são principalmente os campos naturais de Humaitá, as campinaranas e os cerrados e que são regiões abertas nas quais a soja está entrando. Isto aqui é a BR-319, o amarelo que vocês estão vendo aqui já é o desmatamento; Humaitá está aqui, rio Madeira e estes pontos amarelos aqui já são o desmatamento ligado à soja e pode-se ver nitidamente na imagem os campos naturais de inundação de Humaitá.

Próximo – O que acontece: estes locais têm solos com limitações severas devido a drenagem o que causa açodamento no lençol freático. Um estudo clássico feito pelo Brown e o André Ramos já condena esta área para o desenvolvimento agrícola devido ao problema de laterização. Sem critérios técnicos bem definidos esta terra pode tornar-se inapropriável por causa do cultivo de soja, segundo relatório da Embrapa de 1998; assim mesmo a soja está entrando nesta região.

Próximo – Finalmente, este é o Estado do Mato Grosso, esta é a BR-163 – Cuiabá, esta é a malha viária.

Próximo – Isto é o desmatamento até o ano de 2001 em que vocês podem ver que 28,4% do Estado já está comprometido, e isto é subestimado, sempre lembrando que o INPE só detecta corte de floresta, e não de vegetações abertas, então este número ainda é maior.

Próximo – E aqui vocês podem ver o Parque do Xingu, aqui a fronteira, é o limite de Mato Grosso onde podem ver que todo o limite do parque está sendo comido, e o que está segurando esta área aqui é realmente o limite da terra indígena; só que infelizmente isto não é o suficiente, porque toda drenagem dos rios e igarapés que

entram dentro do Parque Nacional do Xingu estão fora na região de plantio agrícola, ou seja, mesmo a área intacta infelizmente está sendo comprometida em função da drenagem de substâncias que são produzidas aqui no plantio e estão entrando dentro do Parque Nacional.

Próximo – Efeitos do solo (erosão) e efeitos de substâncias químicas agrícolas sobre o meio-ambiente, sobre a saúde humana, principalmente os índios dentro do parque.

Próximo – E aqui temos o Estado do Pará onde já se discutiu um pouco aqui, este vermelho que estão vendo aí é o desmatamento até 1997 e o azul é o desmatamento até 1991, onde se vê uma expansão forte na direção de São Felix do Xingu, e aqui é a BR-163 e aqui a Transamazônica.

Próximo – Esta região que é definida como região da Terra do Meio.

Próximo – E aqui vocês vêem nitidamente o processo de áreas protegidas que segurou o avanço dessa região, mas não está conseguindo segurar este avanço aqui porque não foi implementado ainda o ordenamento territorial, e aqui é a 163 que sem o asfaltamento torna o nível de impacto bastante significativo.

Próximo – Isto aqui é só para terem uma idéia do impacto de asfaltamento, esta estrada asfaltada e não asfaltada. Aqui vocês podem ver o exemplo de uma mesma estrada – BR-364 de Rondônia onde você tem porcentagem de desmatamento a 50 km de cada lado da estrada, onde se vê que no nível de asfaltamento é muito maior do que na não-asfaltada.

Próximo – E as duas estradas que vão ser beneficiadas, a 163 e a 230 – Transamazônica, no qual muito provavelmente o nível de impacto vai aumentar significativamente se você não fizer um ordenamento ao longo da estrada.

Próximo – Vamos falar rapidamente sobre “cenários de expansão”. Você tem o cenário 1 onde a soja entra já em área desmatada por pastagens, ativas ou abandonadas ou em capoeiras. Este processo fundiário normalmente se dá em termos de áreas tituladas com financiamento; aqui o perfil do produtor médio e grande, geralmente com experiência de outros locais e estão localizadas em alguns eixos: a Belém-Brasília, no Pará, Maranhão e Tocantins.

Próximo – Aqui é um exemplo, Paragominas, no qual você tem áreas, aqui o município e estas áreas mais claras são de pastagens e as áreas mais verdes claras são capoeiras de diferentes cidades.

Próximo – Em que você vê o nítido efeito da soja entrando nessas regiões de áreas abertas, principalmente pastagens abandonadas.

Próximo – E a outra, foi o que o Roberto colocou aqui, que exatamente usei como exemplo que foi publicado no O Liberal no dia 15: áreas primárias são convertidas para cultura de soja. Não diretamente, o que acontece é que você vai ter (pode passar o próximo que é um exemplo clássico). Aqui você tem um exemplo do que o Roberto falou, isto aqui é o rio Tapajós, este o rio Amazonas, aqui o rio Arapiuns, aqui uma reserva extrativista, aqui uma floresta nacional que se não existissem provavelmente o desmatamento já tinha sido consolidado há muito tempo, mas vamos falar é desta região aqui, a Santarém-Belterra e esta parte, Arapiuns.

Próximo – O que acontece nesta região aqui é um exemplo clássico do processo fundiário que acontece com a soja.

Próximo – Ou seja, o Ibama acabou de denunciar um funcionário do Iterpa como responsável pela venda de áreas do Estado para sojeiros do sul do Brasil. Como é a etapa do processo: foi criada uma cooperativa, este grupo já demarcou mais de 120 mil hectares na Gleba Nova Olinda, este grupo se prepara para desmatar área de floresta nativa que servirá primeiro para exploração ilegal de madeira e depois plantio de soja, só que para vocês terem uma idéia, eram cobrados 300,00 para cada mata da gleba é no município de Santarém, isto foi denúncia do Ibama no jornal Liberal do dia 15.

Próximo – Então, algumas recomendações para tentarmos minimizar o efeito ambiental e social da soja na Amazônia, seriam a criação de um mosaico de unidades de diferentes categorias, proteção integral, uso sustentável antes da chegada da fronteira da soja. Fortalecer o sistema regulador de unidade de conservação estadual a fim de coibir os limites destas unidades que estão causando impactos e estão ocorrendo em Rondônia, no Mato Grosso e no Maranhão; o Pará não tem um sistema de unidades estaduais, de unidades de conservação de proteção integral. Encorajar a eliminação dos subsídios, muitos deles, que fazem a expansão da soja acelerar além do possível, caso depender exclusivamente das forças de mercado. Levar a cabo estudos científicos para avaliar os custos de impactos sócio-ambientais associados à expansão da soja, temos muito poucos. Fortalecer o sistema legal, regulador dos impactos sócio-ambientais, criando mecanismos de compromisso de não implantação de projetos de infra-estrutura específicos considerados excessivamente impactantes.

Próximo – Fortalecer a implementação de ações do zoneamento econômico e ecológico da Amazônia, particularmente no Estado do “arco do desmatamento”; implementar um sistema efetivo de controle e fiscalização do desmatamento no arco baseado numa combinação de tecnologias com diferentes parceiros e garantir imediatamente crédito diferenciado para iniciativas que priorizem a recuperação ambiental com aplicação de normas ambientais e mecanismos compensatórios.

Era isto que tinha a falar, obrigado.

Roberto Araújo – Agora a Profa. Bertha Becker, da UFRJ.

Bertha Becker – Bom dia. Tenho o prazer de estar aqui e quero agradecer, particularmente ao Museu Goeldi e aos Amigos da Terra pelo convite e a pressão que me fizeram para vir aqui, e me congratular com esta iniciativa, com estas parcerias – ciência, governo, sociedade civil, estou me sentindo um produto dessa parceria com o apoio do Museu e dos Amigos da Terra, uma mediadora das minhas fantasias.

Hoje vou querer falar de uma coisa diferente porque nem vinha, mas na hora em que resolvi vir eu disse que não queria me repetir e não repetir para os colegas que vão falar. Eu queria trazer à discussão algo de um contexto mais amplo, como o Faleiro e o Chiquito fizeram, mas não exatamente o que eles fizeram; quero trazer à discussão o contexto da grande empresa. Porque acho que isso é importante, é um outro lado da questão.

Nossas pesquisas e nossas preocupações têm sido, principalmente, com os impactos ambientais e sociais decorrentes da expansão da soja em nível local, e hoje em face do planejamento das novas obras de infra-estrutura, das estradas, essa visão passou a ter um foco regional, que antes era muito mais localizado. Acho importante tratar a questão da soja em nível nacional e internacional, porque as análises em níveis local e regional são pedaços apenas de um complexo de muito mais ampla escala, um complexo que é movimentado por processos e decisões extra-locais. Acho que é

importante conhecer um pouco desses processos e práticas de uma grande empresa para não só melhor situar as questões locais dentro desse todo maior, como também para definir melhor as estratégias a adotar. Já que puseram o nome de geopolítica, quero dizer que na geopolítica se diz que quaisquer relações econômicas no território devem ser vistas como uma guerra, é pesado, mas já que colocaram a geopolítica tenho que dizer: qualquer relação econômica vista territorialmente é guerra. E que se nós temos forças confrontantes é fundamental conhecer a força confrontante e suas estratégias porque isso é conhecê-la por dentro e, portanto, poder ajudar a elaboração das suas próprias estratégias. Está claro o que estou falando? Isso são coisas da geopolítica. Por isso que resolvi colocar como questão central a seguinte: estamos diante (vou tratar de um exemplo do grupo André Maggi porque não posso falar de todas as corporações, tenho alguns elementos para poder falar dessa) de uma ou várias corporações, e a corporação é um agente extremamente poderoso de reorganização do espaço, envolvendo crescente multifuncionalidade, quer dizer, múltiplas funções, múltiplas localizações em diferentes escalas geográficas. Não é brincadeira, é uma força extremamente poderosa. E a busca de lugares e regiões privilegiadas com diferentes processos de trabalhos concretos (isto também é muito importante do ponto de vista da corporação) e as grandes redes de transporte de comunicação e energia estão na base da circulação do capital, que é a essência da corporação e da articulação de todas essas múltiplas funções e articulações. Então, localizações e interações definem o campo de atuação de uma corporação. Não sei se estou sendo muito conceitual mas isso é só no começo.

Quero dizer aos senhores que estamos agora com problema no Brasil, no Ministério da Integração, de conceder uma política de ordenamento do território, e a corporação realiza um ordenamento do território, ela em si, porque organiza o território em rede, numa rede densa, ramificada como eu já disse envolvendo inúmeras localizações em áreas. em pontos, cidades, armazéns, e com fluxos variados e muito direcionados que articulam as atividades múltiplas da corporação e dela com outras empresas, com outros grupos.

A manifestação espacial concreta da corporação são territórios produtivos e organizados em cadeias produtivas e redes políticas, com grande intensidade de relações, formando verdadeiros territórios corporativos, no sentido de fazer parte da corporação. Estou dando essa idéia de propósito porque vemos o poder realmente da organização. E na questão da Amazônia qual é, agora, a questão central, me parece que neste Seminário: como enfrentar o processo de corporativização territorial que a soja está promovendo em relação à região, quer dizer, como a região vai entrar no território corporativo da soja, como enfrentar este processo. Acho que isso tudo que temos ouvido aqui é a discussão exatamente sobre esta questão.

Mas sobre esta grande questão central tenho três sub-questões: a primeira é o próprio título da nossa mesa – Quais os caminhos da ocupação do território pela soja, mas que vou juntar com a segunda porque senão não teremos tempo para ficar falando tudo, e a segunda é: quais os elementos estratégicos que sustentam a expansão da soja no seu caminho? Temos que identificar isto como já falei, a geopolítica acidente, acho que devemos identificar isso; e a terceira questão: quais as tendências para o futuro?

Vamos à segunda misturada com a terceira, para ser mais curta – Os caminhos e as estratégias do grupo André Maggi (não vou falar da soja toda porque não tenho condições e conhecimento das outras), quais os caminhos e as estratégias que sustentaram esses caminhos?

Eu distingi no que li em relação a elementos da estratégia do grupo, cinco elementos principais: o primeiro é a abertura de fronteiras nesse grupo, novos e amplos espaços não plenamente estruturados – a minha definição de fronteira é esta, espaços não plenamente estruturados e por isso mesmo potencialmente geradores de realidades novas. Os novos e amplos espaços não estruturados permitem a extensão dos mecanismos de acumulação de capital, fazer isso rapidamente num espaço plenamente estruturado é muito porque as terras como nós sabemos são apropriadas de modo barato, muitas vezes não foram nem compradas. Isto é um elemento central ou foi da estratégia do grupo Maggi.

O segundo elemento central - a logística espacial; são as redes técnicas que viabilizam a integração produtivo-mercantil-financeira, que é o sangue da corporação, são as redes técnicas que permitem isso, fazem a integração física. E as redes políticas (acho que não temos dado muita atenção a isso), porque essas empresas não podem se situar, se localizar numa região sem ter as alianças estratégicas políticas, e são as redes políticas na verdade que determinam até as redes técnicas, que por sua vez também influem nas redes políticas, existe uma relação dialética entre redes técnicas territorializadas e a integração política.

A coisa da rede política é tão forte no grupo Maggi com os produtores, com as prefeituras, com os pequenos e grandes produtores, não preciso dar mais exemplo porque chegou a ser eleito para governador do Estado do Mato Grosso, só isso é o exemplo maior da importância das redes políticas, e como disse o Faleiro, tem cuíca, quiçá, não queremos isso, de a expansão gaúcha chegar até ao governo do Pará, não acredito nisso, acho que o Pará tem uma cultura e uma tradição muito maior do que o Estado do Mato Grosso tem. Só quero chamar a importância das redes políticas.

O quarto elemento fundamental da corporação e da sua expansão, do seu caminho: ciência e tecnologia, desde as sementes ao manejo da terra, do meio ambiente à logística, a informação quase em tempo real - a informação é uma busca contínua de chegar a esse nível de informação em tempo real, inclusive porque a informação é que alimenta e controla toda a logística da corporação – a ciência e tecnologia é fundamental.

E o quinto que estou colocando aqui é a questão, não sei se o nome seria esse, são as relações de trabalho. Estou colocando como relação de trabalho o processo que se chama de “terceirização” que significa que o produtor continua mantendo a sua terra mas é financiado pela empresa, pela corporação que compra a sua safra antecipadamente, ele financia com dinheiro, com adubos o pequeno produtor, mantém a terra e paga o financiamento com grãos, é a compra antecipada; acho que isto é uma relação de trabalho, coisa muito importante de pensarmos porque existe a expansão da soja pela compra da terra e expulsão dos pequenos produtores, que são os sojeiros, os grandes fazendeiros, e existe também este processo de terceirização que é uma coisa diferente porque aí o produtor permanece na terra. O que é melhor e o que é pior? *I don't no*, mas estou colocando isto como uma questão a ser pensada, porque isso está acontecendo neste caminho da expansão.

Tendo em vista estes elementos, eu vou falar dos gaúchos, vieram de Torres, e o primeiro espaço de tempo é a abertura da fronteira no oeste do Paraná, por isso falei que a fronteira é sempre presente nisso. Foi onde eles ficaram de 1955 a 1976, ou seja, atuando na escala local, a base logística da atuação é em São Miguel do Iguaçu, e a base econômica era a exploração da madeira; foi com a madeira que eles começaram, e quando a madeira se esgotou passaram à soja, que passou a ser o carro chefe. E aí criaram em 1976 a firma Sementes Maggi que é a base nuclear de

toda a corporação, porque é através desta que faz a comercialização das sementes, o comércio e a produção da soja. Estabeleceram-se aí e começou também o grupo, com forte liderança política alcançada localmente.

Segundo espaço-tempo, é abertura da fronteira do Centro-Oeste, quer dizer, passaram do oeste do Paraná para Centro-Oeste, alcançando, portanto, uma escala regional, não mais uma escala local, e esse período caracteriza de 1979 a 1985; em 1979 chegaram no Centro-Oeste e que já vinha com todo o projeto de integração nacional abrindo estradas, tudo isso, e a década de 70 também trouxe uma elevação muito grande do preço internacional da soja, e tem que levar em consideração também o Estado do Mato Grosso, que nesta década de 70, no âmbito do segundo PND, ou seja, o Estado ainda estava atuando fortemente, tanto o governo federal como o estadual estimularam a ida de empresas, tanto que Cargil, Ceval, Sambra e Sadia foram para o Centro-Oeste antes do Maggi, que chegou em 1979. O que houve de forte: a consolidação do comércio e da produção de sementes, o fortalecimento do vínculo comercial com os produtos (é aquilo que falei – financiamento em dinheiro e adubos e o produtor pagando em grãos), revelando no meu entender que a terra já não estava tendo mais um valor tão grande, porque o produtor podia ficar com a terra, o que estava valendo realmente, ele passou a ser uma agência bancária, quer dizer, consolidou o comércio, fortaleceu-se como agente de crédito e ampliou enormemente a sua logística no sentido de fazendas, empresas agropecuárias, de construção, armazéns e transferiu a semente mais para Rondonópolis. Olha o controle espacial como foi sendo feito.

1985 é também um marco na evolução dos caminhos do grupo Maggi porque ele se insere num circuito mercantil financeiro internacional, ou seja, alcança na escala internacional, ele veio lá daquela escala local, mas através dessa inserção ele entra na escala internacional, ele se articula com *tradings* internacionais, ampliando enormemente, não sei se foi iniciando o mês, a forte exportação para os mercados europeu e asiático, e amplia a sua logística com filiais em Rondônia, Roraima e Amazonas, e compra de terras em Mato Grosso e Rondônia, e também entrando em industrialização. O mais importante foi o fortalecimento do seu papel de agente de crédito. Acho que é uma coisa muito brasileira, não sei se os outros que lidam muito com isto podem me dizer, mas a capacidade de captar recursos externos das *tradings* foi o que permitiu a ele entrar, mesmo nesta inserção internacional e fortalecer a sua base, captando recursos externos das *tradings* a baixo custo e repassando o crédito ao produtor com juros mais baixos e tempo maior do que o mercado estava acostumado a dar. Quer dizer, é um jeitinho, é uma saída nova, uma estratégia nova que lhe permitiu ampliar enormemente o número de produtores terceirizados.

Em 1997 abro o quarto espaço-tempo porque esse 97 foi o ano da inauguração da hidrovía do Madeira, e tomei isso como um marco, e é o ano da abertura da fronteira da Amazônia florestal, quer dizer, até então ele vinha no Centro-Oeste mas a hidrovía do Madeira representou, na minha opinião, sem dúvida, a entrada da fronteira amazônica florestal. Ao fazer isto ele se transforma, o grupo Maggi, numa *trading*, ele não passa mais a usar só as *tradings* externas, ele se transforma numa *trading*.

Duas estratégias básicas importantes nesse período de nova ascensão em termos de poder: uma foi realmente a ciência e tecnologia. Em 1993 foi fundada a Fundação Pesquisa Agropecuária do Mato Grosso, ela não é do Maggi mas foi por ele idealizada e a mobilização dos produtores se fez a partir dele, porque durante toda a década de 80 a

produção de soja no Mato Grosso tinha sofrido muito com problemas climáticos, problemas de doenças, de pragas (não vou dizer o nome aqui porque não lembro mais) e havia pouca resistência das sementes, então resolveram fazer essa fundação de ciência e tecnologia no setor privado. Estou chamando a atenção porque já está mudando, nem o Estado-União, nem o Estado do Mato Grosso que está atuando, agora é o setor privado que está entrando firme, e é o que está caracterizando a soja atual, a tendência com o financiamento da Br-163. Ela foi criada com base em Rondonópolis, 80% do financiamento dessa fundação é de grandes produtores, 10% apenas de indústria de insumos e maquinarias e 5% só de prefeituras, os outros 5% de outros. O Estado do Mato Grosso entrou anos depois através de um programa agrícola que dava um rendimento para fundação, mas a coisa foi realmente baseada nos produtores. E hoje a fundação atua no Mato Grosso, no Acre, no Amazonas, no Pará e em Roraima, só. Conseguiram novas variedades mais produtivas e mais resistentes e tendem hoje ao que chamam de “uma agricultura de precisão” (eu mesma não conhecia essa expressão), mas que é baseada em GAS, no satélite e no GPE, é uma coisa realmente para ter uma informação mais rápido possível e trabalhar com melhores possibilidades.

O segundo elemento dessa estratégia que permitiu elevar um patamar e se transformar numa *trading* internacional foi a hidrovia do Madeira, que foi inaugurada em 1997 após oito anos de negociações, de estudos e acabou em busca de alianças e sendo, como vocês sabem, teve o apoio do governo estadual e na verdade é do grupo Maggi, com dois portos importantes – Porto Velho e Itacoatiara que está se transformando no terceiro porto exportador de soja do Brasil. E a hidrovia resolveu dois problemas fundamentais para o grupo e que permitiu a ele esse *up grade* internacional. Primeiro, o escoamento da produção e importação de insumos para lavouras a custos muito mais baixos, quer dizer, redução do custo do frete, a produção inclusive que já estava em Sapezal, Parecis, caminhando para o noroeste, para Rondônia. O segundo elemento que a hidrovia permitiu ao grupo foi adquirir capacidade de competir com os grupos transnacionais que até então liderava a comercialização da soja; até então era a Cargil, era outro que não sei qual o nome hoje, eles que lideravam, tanto que o grupo Maggi tinha que se articular com *tradings* internacionais. Mas a partir daí ele conseguiu competir com essas e ele se transformar numa *trading*. E por que isto? Porque houve uma enorme mudança na estrutura econômica da produção da soja, havia uma enorme competição entre estas *tradings* para o controle da comercialização da soja. E aí o que aconteceu: houve uma incorporação de firmas pelas *tradings* maiores, e o que aconteceu com isso? Muitas firmas que antigamente eram chamadas de cerealistas, mas na verdade eram esmagadoras de soja, elas tinham muitas empresas compradoras, mas com a incorporação e a redução das unidades compradoras pela função, por exemplo, a Cargil comprou a Matosul e foram se reduzindo as compradoras e as esmagadoras foram perdendo possibilidade de venda, quer dizer, o controle da venda ficou muito maior. E ao mesmo tempo Cargil e outras adotaram o sistema Maggi de financiamento direto ao produtor. Com isso, houve uma eliminação praticamente dos cerealistas, dos esmagadores no Mato Grosso e uma incorporação, uma oligopolização dessa comercialização da soja. E o que o Maggi fez? Ele aproveitou algumas *tradings* internacionais que perderam suas supridoras com esse processo, ele entrou e passou a suprir e fazer sozinho tudo isso.

Só quero dizer que essa competição que ele ganhou, conseguiu entrar nesse mercado internacional como uma *trading* ele mesmo, também foi baseado como ele chama no discurso, na relação de confiança com os produtores, que é aquela relação que falei,

do financiamento e da venda de grãos. Só para dar uma idéia, na safra de 1999/2000 o grupo Maggi controlava 1.600 produtores. Eu trouxe umas transparências mas não vai dar porque não tem nada aqui. Então, o Madeira significou também o privilégio que o grupo passou a atribuir às saídas pelo Norte, quer dizer, a rodovia permitiu tudo isso, a competição, o *up grade* internacional, reduziu o custo, permitiu competir e também mostrou para o grupo que as saídas pelo Norte eram muito mais interessantes do que as saídas pelo Sul. Ou seja, a entrada de frente pela fronteira amazônica.

Que tendências podemos ver para o futuro nesse caminho do grupo? Ele vai se transformar numa *trading* que a tendência é fazer, não só a comercialização internacional como o próprio transporte até o destino final. Quer dizer, é ampliar o seu papel no comércio internacional da soja.

Tem planos de uma logística própria (eu queria que prestassem atenção para ver o que vamos fazer com isso), ele planeja mais três hidrovias: o Araguaia/Tocantins (muitas delas já estão no PPA), o Teles Pires/Tapajós e o rio Negro/rio Branco, porém, um pouco mais tarde, ligando com a produção de Roraima acho que faz sentido com o que o Leandro mostrou. Além de mais três hidrovias, mais quatro rodovias, algumas também já estão no PPA: a 163 que já sabemos, mais três vinculadas à hidrovia Teles Pires, por isso não entendi essa Teles Pires, já se vai fazer a 163, para que precisa da hidrovia, mas ela é um eixo multimodal de transporte de acordo com a logística do Maggi que liga-se não só à BR-163 como a mais três rodovias: Cuiabá/Porto Velho, Transamazônica e Cárceres/Vilhena.

Vocês estão vendo aí já o próximo caminho, e dizem eles no discurso que o maior obstáculo material são os conflitos de territorialidade e a defesa do meio ambiente (isto é importante de registrarmos, quem eles consideram como a maior pressão contra seus planos).

Quero finalizar perguntando: isso que apresentei serve para alguma coisa, serve para tirarmos alguma lição, alguma estratégia daí? Vejo assim: primeiro, o fortalecimento das unidades de conservação das terras indígenas, e a luta dos movimentos da sociedade são fundamentais, considerados principais obstáculos, portanto, eles funcionam no sentido de estratégia. A outra é tentar não abrir mais fronteira, concentrar as batalhas de acordo com tudo isso, ou seja, selecionar dentro deste plano do governo o que podemos achar que é ou não viável? Por exemplo: Araguaia/Tocantins, de repente é cerrado, já tem uma área alterada, de repente pode ser feito, tomando cuidados das cachoeiras. Já o Teles Pires com as ramificações todas, com as estradas todas, de cara já podíamos dizer que não. A terceira estratégia é tornar a fronteira mais cara através de tentativa de compatibilização que é o que está ocorrendo agora na BR-163, diante da pressão social o Governo está tentando criar, transformar a BR-163 num modelo de povoamento ordenado e instrumento de desenvolvimento na região, ao invés de instrumento de depredação. Ora, isto custa caro porque, para poder fazer isto precisa, primeiro, ver o que está acontecendo com a questão da terra (como o Roberto já falou), medidas prévias, fundamentais. Acho que não se deve dar mais título de terra, deve-se fazer concessões de terras por determinados períodos, presos a determinados compromissos porque terra (aí estou de pleno acordo com o Aírton) e floresta, além de ser fundamental para os produtores, são bens públicos e elementos fundamentais do poder do Estado, e o Estado do Pará sabe disso ou deve saber mais, não sei, acho que ele falou bem, tem uma questão de soberania ligado a isso, porque são elementos do poder do Estado. Então, tornar a fronteira mais cara – nós fazemos o levantamento da situação fundiária incluindo os custos ambientais, os

custos sociais, fazendo um zoneamento em que sejam planejadas as cidades que vão acolher os migrantes, as cidades que devem ter um serviço de educação e saúde e de indústria e agregação de valor. Então, o estudo para compatibilizar estrada com desenvolvimento sustentável é alto, nem o setor privado que está tão interessado deve arcar com grande parte destes custos. Isto é que chamo de compatibilização, estradas com desenvolvimento sustentável, tornando a fronteira mais cara.

A outra questão – ampliar as redes políticas. Acho que já podíamos ter convidado para hoje os produtores de soja, não precisava esperar mais tantos anos, seria um preparatório; só vi um produtor aqui que é o Airton (eu sabia que você havia sido produtor, já o vi lá no oeste do Paraná). Tem que ampliar a rede política com outros atores, senão, acho que a coisa não anda muito.

Ciência e tecnologia – Tenho repetido nas minhas falas, estou propondo uma revolução científica e tecnológica para o bioma amazônico. Já disse que o Brasil já fez três grandes revoluções científicas tecnológicas importantes: uma para aproveitamento do petróleo em águas marinhas profundas, a segunda na Mata Atlântica aproveitando a cana-de-açúcar para fazer combustível, a terceira no próprio cerrado em que a Embrapa teve um papel enorme no sentido de aproveitamento do cerrado para soja, que é importantíssima e mesmo nas áreas alteradas, o que não pode é entrar na floresta porque aí é uma coisa triste. Então, está na hora de fazer uma revolução científica e tecnológica para o bioma amazônico. O que eu quero dizer com isso? Uma revolução científica e tecnológica que permita o aproveitamento do bioma nos seus diferentes níveis de produção, desde os fármacos e a biotecnologia avançada que é fundamental, acho que a sociedade tinha que fazer uma força em cima disso porque estamos perdendo, internacionalmente todo mundo sabe o valor da floresta e nós aqui não damos, não atribuímos este valor. Desde os fármacos até agregação de valor em nível local no próprio extrativismo, inclusive formando cadeias produtivas para abastecimento desses centros de biotecnologia. E a Cuiabá/Santarém eu também já propus que tivesse um nível, uma base estratégica científica talvez ligada ao Museu ou ao INPA, no sentido do estudo da biodiversidade, tem que fazer isso. E, por que não?, organizar a produção florestal e manejo da floresta com cadeias até para Manaus, usando a Cuiabá/Santarém no sentido inverso, levando lá produtos para desenvolvimento da biotecnologia e aproveitamento da biodiversidade, enfim, nos diferentes níveis de produção.

O último elemento que gostaria de colocar aqui é que pudéssemos pensar um pouco nesta questão do fortalecimento dos pequenos produtores e do extrativismo. Não sei se o Airton quando fala em pequeno produtor engloba, e acho que tem que pensar na questão da terceirização, porque ela já entrou em volta de Santarém é tudo terceirizado, não é compra de terras. A Cargil atua copiando o modelo da Maggi no sentido de que financia e recebe a produção, pode ser até 50 hectares, não estão interessados, mas não estão comprando a terra, estão fazendo a terceirização. Isto é extremamente importante, ou seja, pensar no contrato de terceirização, e ele pode ser extremamente espoliador ou não. Esta é uma coisa que tem que ser pensada na sociedade, como estão sendo feitos estes contratos. E chega. Obrigado.

Roberto Araújo – Depois desta exposição brilhante que levou um pouco mais de tempo do que previsto, mas acho que todos vêem a razão pela qual era importante, vou passar a palavra ao Dr. Paulo Roberto Galeranie, da Embrapa.

Paulo Roberto Galeranie – Bom dia a todos. É com muita satisfação que participo deste Seminário sobre a Geopolítica da Soja na Amazônia, e agradecer o convite que a Tatiana e o Emeleocípeo nos fizeram, aqui da Embrapa, Amazônia Oriental.

Gostaria de fazer uma apresentação mais técnica mostrando algumas informações, trazendo dados de pesquisa, de resultados, no sentido de contribuir para que possamos discutir este assunto nesta ou em outra oportunidade.

A Embrapa-Soja não tem nenhum resultado de pesquisa na Região Amazônica no sentido do estudo de biodiversidade, estudos de água no solo ou o solo em si, temos sim alguns trabalhos de testes de variedades, testes de linhagem muito bem conduzida com muita capacidade pelo Jamil, aqui no Pará, e também nos outros Estados, com exceção do Amapá como já foi dito, mas é a única experiência que a Embrapa-Soja tem na Amazônia. Acho até que é um trabalho importante para se definir, caso necessário as variedades e as linhagens com toda a sua capacidade genética de resistência de produtividade, etc., para as áreas que forem necessárias serem plantadas com soja. Enfim, gostaria só de trazer estas informações para vocês e contribuir para as discussões futuras, porque na verdade a Embrapa-Soja desenvolve essa tecnologia de soja para todas as outras regiões, começamos no Sul como já foi dito o histórico da evolução da soja no Brasil, e a Embrapa-Soja esteve sempre presente desenvolvendo tecnologias, variedades, etc. Vou mencionar estas tecnologias aqui para que discutamos futuramente. Pode passar por favor.

[Mostrando gráficos e figuras]

É assim que eu gostaria de dividir a minha apresentação, um pouquinho de estatística, talvez até coincidindo um pouco com o colega que apresentou o que a Embrapa-Soja tem de visão e enfoque de pesquisa, as nossas tecnologias que são direcionadas, porquê a questão de preservação ambiental, e não só aqui na Amazônia. Quando começou a Embrapa-Soja na região Sul já existia um problema sério de preservação ambiental; hoje temos, por exemplo, muitas regiões sendo exploradas até na beirada dos rios causando problema sério, inclusive tem um projeto hoje desenvolvido pelo IAPAR, no Paraná, de manejo e conservação de solo naquela região de influência do Itaipu porque os estudos mostraram que se não fossem feitos esses trabalhos a própria represa de Itaipu seria assoreada em poucos anos. A situação é problemática no Brasil todo, mas vamos direcionar mais aqui para a nossa região.

Próximo – Uma coisa que gostaríamos de deixar sempre claro, uma espécie de radiografia da soja, sempre ouço em vários lugares que vamos conversar que a soja só é plantada por grandes produtores, só é econômica com grandes produtores. Vejam bem o seguinte: este aqui é um dado do IBGE do Censo de 96, temos no Brasil aproximadamente 300 mil propriedades, das quais 214 mil são menos do que 99 hectares, ou seja, 88%, e se são dados de 96 não sei se mudou muito até agora; maior que 100 hectares – 12 %. Em termos regionais, a região Sul tem 205 mil propriedades menores do que 100 hectares. Na região Sul existe uma organização diferente de produção, tem sistemas integrados com produção muitas vezes de frango, de porco, etc., e talvez essa organização de plantio tendo duas safras por ano, possa viabilizar havendo um benefício de uma cultura na outra durante o ano, ou seja, você tem plantio de soja no verão, plantio de trigo, cevada ou outra cultura de cobertura no inverno e isso acaba viabilizando e até provocando a melhoria nas condições do solo. Na região central muda totalmente essa situação, ela é a região do Centro-Oeste, nesta época não tinha muita estatística quanto a questão de propriedades aqui na Amazônia, mas são somente 8 mil propriedades. Se você somar 214 com 28 dá as quase 300 mil propriedades ali.

Próximo – É também um quadro geral, dividi aqui de 5 em 5 anos só para mostrar a evolução da produtividade da soja no Brasil, iniciando aqui em 70/75, era até antes disso, 1.000 kg por hectare, nesta época já era 1.400, houve uma evolução importante.

Gosto de mostrar isso porque demonstra que não há uma pressão de produção de soja por área, a produtividade da soja tem aumentado graças as tecnologias geradas e não tem pressionado a abertura de novas áreas, ela abre normalmente por causa desse apelo econômico, mas houve sempre um aumento de produtividade, então, não é devido a uma estagnação de produtividade que as áreas vão sendo ocupadas, mas sim outros fatores que estão sendo colocados aqui a todo momento.

Nos últimos três anos foi o que ocorreu, de 16 milhões de hectares passou de 2002 para 18 milhões já em 2003, nos últimos três anos a evolução da soja é uma coisa fantástica, talvez pressionada pela demanda mundial, tem que haver uma análise macro para poder até entender bem o que está acontecendo aqui, mas enfim, é mercado que pressiona, o preço pressiona e a produção aumenta. E é um aumento de produtividade importantíssimo aqui. Se você aumenta 300 kg na média no Brasil é um aumento fantástico, embora haja esta produção em um aumento de área, um aumento muito maior em função da produtividade, ou seja, da tecnologia aplicada até para a produção de soja.

Esta é uma intenção de plantio para este ano já passando para 20 milhões de hectares, não sabemos se isso vai ficar nesta forma ou não, esta é uma intenção de plantio levantada pela CONAB agora em dezembro.

Próximo – Uma visão um pouco diferente daquela que o colega mostrou na região Sul de 2003 para intenção de plantio 2004 deve haver uma diminuição em percentagem de área de produção, a região central deve aumentar, a região do Centro-Oeste, em que Mato Grosso está envolvido. Na divisão da CONAB esta região “Sul” é constituída pelos Estados de Roraima, Rondônia, Amazonas, Pará e Tocantins; a região Centro-Oeste que é essa região central que consideramos – Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, é só para regularizarmos direitinho, nivelar as nossas informações. Em geral vai haver uma diminuição e um pouquinho de aumento na Região Norte que são os Estados dessa região.

Próximo – Em termos de milhões de hectares, na região Sul, houve um aumento de 2001 para 2002 e 2002 para 2003 em termos de área de soja, aquela que mostramos antes foi a produção. Aquilo ali varia por causa da produtividade que na região central do Brasil é extremamente alta; na região Sul do Brasil a produtividade média é relativamente baixa por causa da influência do Rio Grande do Sul que tem uma produtividade baixa (podemos elaborar isto depois se vocês tiverem interesse). Na região central a previsão de aumento de área é esta aqui de 8 milhões para 9 milhões de hectares. Vamos ficar aqui na região Norte que em 2001/2002 foi de 100 mil hectares, passou para 200 mil hectares e há uma previsão para 300 mil hectares no próximo plantio. A maior contribuição para este aumento é com os Estados de Tocantins, em que houve um aumento de 40%, de 2001 para 2002, e no Estado do Pará que tem um aumento bastante considerável de 18 mil para 32 mil hectares, então, são percentuais bastante grandes, mas em termos de área é relativamente pequena. Enfim, é assim que está distribuída a pressão e a ocupação da soja nesta região. Estou trazendo estas informações só mostrando o levantamento que foi feito pela CONAB, podemos até elaborar e discutir depois se vocês quiserem.

Próximo – Esta é a evolução da soja no Brasil; esta é a evolução de área começando em 80/81 e aqui até 2002/2003. Houve um aumento de área relativamente importante mas não tanto de 10 milhões para 18 milhões de hectares, mas o aumento da produção via aumento da produtividade foi bastante importante. Mais uma vez o aumento da

produtividade é importante para mostrar ação da tecnologia que é aplicada na soja e a não-necessidade de pressionar a abertura de novas áreas para que haja um aumento de produção. A tecnologia tem dado conta em parte desse tipo de ação.

Próximo – Isto aqui é também como informação para vocês: os Estados Unidos (ainda é dado de 2001, usei aqui esta tabela antiga) ainda é o maior produtor, tem o Brasil aqui que ainda estava com 40 e poucos milhões de toneladas, já está mais ou menos por aqui, e em terceiro a Argentina, a China que é o terceiro maior produtor e maior consumidor de soja, ela come tudo que produz e ainda importa; se a China aumentar 300 gramas por habitante no consumo de soja, haja soja no mundo para satisfazer esse pessoal. Ali está uma grande pressão nessa questão do mercado de soja. O Brasil tem aumentado muito a relação comercial com a China, felizmente, e tem dado esse tipo de resultado, e a soja tem sido um produto bastante importante nessa relação bilateral com a China. Depois tem a Índia que se mantém numa produtividade muito boa, e depois o Paraguai que tem muitos produtores brasileiros na verdade, mas ela já aparece nesta estatística.

Próximo – Como eu disse, vou expor as coisas, posso até emitir opinião depois, quero colocar coisas polêmicas e não-polêmicas, favoráveis ou não- favoráveis. Vamos fazer uma análise: por que esta soja está desse jeito? É porque a soja sozinha não decide, agora vou entrar lá na Amazônia para acabar com a biodiversidade! Não é bem assim; tem uma série de coisas que acontecem ao redor na área econômica e social, que a professora colocou muito bem, e que faz com que a soja tenha esse tipo de “comportamento”. A rusticidade (sou um engenheiro agrônomo e da área de manejo de solo e tenho uma tendência de falar mais na parte técnica, por isso que priorizo a parte técnica aqui) bastante grande comparada com outras culturas, poderia ser o milho, o arroz, mas se você coloca duas culturas – arroz e soja, milho e soja em condições de estresse, a soja sempre produz alguma coisa e as outras culturas acabam tendo uma dificuldade maior de produção, é pela rusticidade dela. Também há explicações para isso, não é o caso de ficarmos comentando agora aqui.

É uma cultura que recicla nutrientes, melhora a condição de solos, tem uma relação carbono/nitrogênio bastante baixa, ou seja, você devolve ao solo o nitrogênio com muita facilidade, sem contar o nitrogênio que ela fixa via bactéria. Felizmente ou infelizmente ela suporta alguns anos de monocultura, ou seja, você pode plantar em anos seguidos que ela mantém a produtividade, o que não acontece com algumas outras culturas; se você fizer isso no trigo, no segundo ano ela desmancha de tanta doença (estou falando agora com a realidade do Sul). Infelizmente ela suporta a monocultura porque se não suportasse teria que ser feito uma rotação de culturas para poder manter a produtividade. Em rotação ela traz benefícios como já mencionei para o milho, arroz e pastagens. A questão da rotação, soja ou agricultura com pastagem imagino que vai ser um ponto extremamente importante para se discutir na Amazônia, já estou antecipando minha opinião. A relação com pastagem é exatamente esta questão de áreas alteradas que vocês estão falando aqui, mas que a relação soja-pastagem e agricultura-pastagem vai ser bastante importante, até para que se evite esta questão do sujeito desmatar, alterar aquela área, você entra com cultura e ele vai desmatar a outra área. Então quem sabe, um sistema naquele local possa manter essa área restrita àquela que já foi alterada, sem que haja necessidade de passar para outra área. Como disse, não conheço e a Embrapa-Soja tem pouca tecnologia na região, mas é uma coisa que me veio à cabeça enquanto o pessoal estava conversando e acho que devo falar. E é a questão da demanda mundial crescente, como já falei a

China sempre pressiona o mercado de uma forma bastante agressiva, e para vocês terem uma idéia, não tenho aqui a tabela, mas de 2001 para 2002/2003 houve uma demanda de 10 milhões de hectares a mais do que já tinha antes, isso pressiona muito o preço para cima. Mas teve épocas em que o preço da soja foi horrível, teve necessidade realmente dessas empresas, como a professora falou, financiar os agricultores até para viabilizar a venda de produtos para eles, mas não só o Maggi, outras empresas também financiam empresas pequenas mesmo de venda de produtos, financiam agricultores para poder vender o seu produto, evidentemente, não é porque são bonzinhos, eles querem é vender, mas há esse processo de financiamento.

Um parênteses aqui, gostaria de me informar melhor quanto à questão de subsídio. Sempre tive a informação de que não há subsídios para a soja, mas você está mencionando a questão de subsídios de créditos e vou me informar melhor sobre isso. Subsídio sim é o americano em que o agricultor (semana passada conversamos com um agricultor americano), eles recebem na conta deles e às vezes nem sabem que dinheiro é aquele, mas recebem subsídios do ano anterior ou futuros, inclusive, aquilo sim é subsídio direto na conta do agricultor. Isto também é um efeito negativo que faz com que eles tenham uma produtividade hoje estável, eles não aumentaram a sua produtividade nos últimos 5 anos.

Próximo – Também positivos ou negativos houveram impactos da soja no Brasil, falando agora do movimento da agricultura comercial no país. Realmente a soja teria esse tipo de função, vamos dizer assim.

Provocou mecanização das lavouras. No primeiro momento, fantástico, com a tecnologia ótima; no segundo momento se percebeu que esse não é o caminho da mecanização, mas sim de plantio direto, rotação de culturas, a cultura de cobertura. Então, essa mecanização no primeiro momento (que talvez o deputado tenha utilizado nas suas propriedades na época), hoje não é mais a melhor prática para a soja. Aqui estamos tendendo para uma importante mudança para a rotação de culturas, plantio direto; sessenta e cinco por cento hoje das áreas plantadas já estão com plantio de soja no Brasil.

A modernização de transportes, todo mundo já falou disso; modernização também pode ser vista como forma positiva no Sul, mas com muito cuidado aqui na região pelo que vocês estão expondo, pode causar problemas de uso inadequado, abertura inadequada de áreas nas beiradas dessas linhas de transporte. E também queiram ou não ela contribui para a expansão da fronteira agrícola e está ocorrendo isso que estamos discutindo aqui, para fazer uma expansão de uma forma mais ordenada, de uma forma mais racional, a soja, felizmente ou infelizmente, também tem essa característica.

Próximo – Vamos falar dos contrastes, por que não? E é por isso que estamos reunidos; ao mesmo tempo que a soja tem características agrônômicas importantes para a questão de solos, nutrientes, etc., ela pode virar uma monocultura que é extremamente negativa, devido principalmente à questão do retorno econômico. É difícil você chegar para o agricultor e dizer para ele ir plantar soja porque ele precisa fazer rotações de culturas, porque precisa preservar, na hora do recurso no bolso ele faz a monocultura porque é o que dá mais resultado.

Estou colocando friamente o que acontece, vai caber a nós de uma forma inteligente tentar passar por cima disso, resolver esta situação.

Características nutricionais da soja, todos vocês sabem e não precisamos dizer; questão de proteínas, a nossa soja no mercado interno tem uma aceitação maior, não é

porque não é transgênico, é porque tem mesmo melhor proteína, a quantidade maior de proteína nossa, o farelo. Ao mesmo tempo tem a questão dos nutracêuticos que estão entrando por aí, o flavonóide, para proteção de doenças, para equilíbrio de hormônio principalmente em homens e mulheres, falando de uso da soja para alimentação humana. Ao mesmo tempo que ela tem essas características ela substituiu cultura de subsistência; ela substituiu café, feijão e arroz na região Sul, realmente ocorreu isso. Temos que ser claros porque isso realmente ocorreu.

Tem uma grande contribuição para o agronegócio; já falamos aqui na contribuição do PIB e etc., embora ache que a discussão não seja por aí, aqui para a Região Norte não temos que nos preocupar com o PIB e a sua contribuição na área econômica, mas ela tem uma contribuição importante para o agronegócio, ela é uma cultura que concentra rendas. Está claro, não tem jeito de dizer que não concentra. Ela provoca, como já disse, é um importante fator de desenvolvimento regional, claro, mas também desloca a população local; tem muita gente que contrapõe isso aqui dizendo que a soja ocupou o cerrado onde tinha muito pouca gente, era uma área aberta, mas se deslocou uma família, já se deslocou alguém, não sabemos para onde esse pessoal foi, pode ser até que tenham melhorado de vida trabalhando na própria indústria de soja, porém, eu pelo menos não tenho essa informação, mas ela causa deslocamento da população local sim. Então, é uma cultura de contrastes.

Rapidinho, sobre a Embrapa-Soja e o que ela enfoca em termos de pesquisa.

Próximo – A Embrapa-Soja foi criada em 1975 lá em Londrina, no Paraná, temos 70 pesquisadores, e isto estou colocando para colocar a Embrapa-Soja à disposição para os próximos trabalhos, participação de projetos, participação de programas aqui na região que nós temos competência e condições para participar, desde que nos convidem e nos envolvam dentro deste processo todo, gostaríamos muito de ser envolvidos.

Estas são as áreas que trabalhamos, tem uma área importante do zoneamento agrícola, que existe hoje zoneamento agrícola para todos os Estados produtores da região Sul e Central; temos dois campos experimentais, um em Londrina e outro em Balsas, no Maranhão, e pesquisadores descentralizados no Mato Grosso, Goiás, Minas e na Bahia, tem colegas trabalhando principalmente na área de melhoramento, mas também com outras tecnologias de melhoramento de solo, de controle de doenças, pragas, etc., nessa região.

Próximo – A visão da Embrapa-Soja em termos de pesquisa tem sido nessa linha. Primeiro, a inserção da soja no sistema agro-produtivo: ninguém quer que o Brasil vire um mar de soja, se conseguirmos isso são outros quinhentos, aí vou dar uma sugestão no final de como poderíamos melhorar esta situação, mas a visão da Embrapa-Soja em termos de pesquisa é isso.

Esqueci de mencionar, naquela tabela inicial onde temos 80% das propriedades com menos de 100 hectares a informação que temos desta questão da discussão da agricultura familiar que tem sido bastante importante dentro da Embrapa-Soja, nós “descobrimos” que mais de 50% da produção de soja da região Sul vem da agricultura familiar, essa agricultura em que há uma utilização em sistemas há inserção da soja do sistema, não a soja monocultura, mas ela vem 50% da agricultura familiar.

As tecnologias em geral visam ao aumento da produtividade ou diminuição de custos, tendo em mente sempre essa questão, vou mostrar daqui a pouco a nossa tendência em termos de tecnologias, como exemplo, para verem o que eu quero dizer com isto.

Isto é mais para o futuro, pretendemos trabalhar com os estudos de impacto ambiental. Fizemos algum trabalho há dois anos atrás sobre o impacto de transgênico, estava muito inicial ainda, não dá para aproveitar aqueles resultados, mas este aqui é uma visão que a Embrapa-Soja tem, principalmente agora com nova chefia e com novos direcionamentos nos planos de trabalho. Incluí aqui a Amazônia, os cerrados já têm alguma coisa, com o centro de pesquisa dos cerrados, mas a Amazônia é coisa nova. E temos um trabalho de fusão de transferência de tecnologia extremamente inovador, muito bom, que é a questão do treino-visita, que também se quiserem saber detalhes não vou fazê-lo agora, e também a questão do sistema de parcerias com a iniciativa privada.

Aqui eu quero trazer um crédito para a Embrapa-Soja, professor: quem iniciou um processo de organização de agricultores no Mato Grosso foi a Embrapa com associação de produtores do Mato Grosso. O Maggi era um produtor de soja que fazia parte de 68 produtores de sementes de soja da região; depois as coisas evoluíram, a Fundação Mato Grosso, aliás, este modelo foi utilizado e está funcionando em outras regiões com a participação direta da Embrapa-Soja, é a Fundação Triângulo em Minas Gerais, a do Maranhão, o IBDA em Goiás, todo um modelo utilizado no Mato Grosso, depois então, como sabemos como é o “avião” Maggi, aí ele desenvolveu de outra maneira. Quer dizer, acabou ficando por uma negociação um pouco desastrosa entre a Embrapa-Soja, a Embrapa da diretoria anterior (Herbert, talvez você tenha que comentar isto mais tarde), com a Fundação Mato Grosso na questão do programa dos *royalties* da Lei de Proteção de Cultivares, houve um desacordo muito grande e uma negociação meio desastrosa entre a Embrapa e a Fundação Mato Grosso, aí eles saíram pelos nossos dedos, perdemos o controle e ficaram independentes. Esse também é um parêntese que gostaria de fazer aqui.

Próximo – Alguns exemplos (estou dizendo que a Embrapa-Soja se preocupa com a preservação ambiental, isso ou aquilo, mas vou dar alguns exemplos): desde 1976 o primeiro programa de manejo integrado de pragas feito na Embrapa-Soja já diminuiu de 5 a 6 aplicações de inseticidas na época para uma, uma e meia no máximo, e essa tecnologia foi se evoluindo numa seqüência de resultados e de evolução da própria tecnologia, houve um trabalho de seleção de inseticidas menos tóxicos, menos agressivos ao ambiente, e uma diminuição bastante importante de aplicação de agrotóxico através de algumas tecnologias também que contribuíram como estratégias para um manejo integrado de pragas e a diminuição de aplicação de agrotóxico. Isto aqui é um exemplo de sustentabilidade importante que gostaríamos de dar.

Próximo – Também a questão do melhoramento genético. Desde o início da implantação quando começamos a testar as variedades americanas, Bague (o pessoal que está envolvido com a cultura conhece estas variedades), havia uma seleção para produtividade e características agronômicas inicialmente, e já desde àquela época com resistência a doenças. Para vocês terem uma idéia, se nós não tivéssemos resistência a algumas doenças que pareceram ser Cóspera, a soja não estaria nesta área toda que temos hoje, graças a um trabalho muito interessante e importante de melhoramento, e não é de biotecnologia, melhoramento comum, toda a soja hoje no Brasil, principalmente as produzidas pela Embrapa-Soja ela tem resistência a essas doenças, e viabilizou então a soja em várias regiões sem aplicação de fungicidas. Mais recentemente o trabalho de melhoramento tem focado a qualidade de grãos e sementes que é muito difícil a produção de grãos em áreas quentes e úmidas,

busca de resistência a secas e insetos, e variedades adaptadas. Estes três itens finais são mais recentes, iniciados há uns 10 anos atrás ou até um pouco mais, 15 anos.

Este aqui é o trabalho de melhoramento genético. Estou mostrando para vocês que ela também tem a tendência de preservação ambiental, na medida em que você produz variedades resistentes sem necessidade de aplicar fungicida.

Próximo – O manejo de solo e da cultura é a estrela da preservação ambiental na cultura do soja. Ela iniciou com o preparo convencional, como eu disse, com a utilização de equipamentos de manejo de solo, mas hoje 60% da produção de soja no país está com o plantio direto. E para o plantio direto obter sucesso é necessário que haja uma rotação de culturas e culturas de cobertura (vou mostrar algumas culturas de cobertura para vocês daqui a pouquinho). Estas rotações de culturas são difíceis de serem feitas por causa da questão econômica, como já mencionei. Muitas vezes você precisa que haja, recomenda essa rotação de culturas para manter essa relação, preservação, melhoria de solo, mas os agricultores vêem a questão econômica em primeiro plano.

Próximo – Este aqui é um plantio direto bem estabelecido para aqueles que não conhecem.

Próximo – Este aqui é milheto, tem uma massa bastante importante e ele é importante em locais que têm só uma cultura por ano, questão de cerrado por exemplo. É necessário que para o plantio direto funcionar bem, que haja uma cobertura no solo e o milheto tem sido a principal cultura de cobertura nessas regiões. A região Sul tem mais opções.

Próximo – Na região Sul tem por exemplo o tremoço e nabo e outras mais ainda, muitas opções. Só para vocês terem uma idéia da relação que existe entre a necessidade de você ter uma produção sustentável de soja hoje, é necessário você seguir este tipo de recomendação.

Próximo – Podemos dizer que também é uma das mais importantes vantagens a aplicação biológica de nitrogênio que substitui o fertilizante químico. A soja é uma das culturas que mais usam nitrogênio, só que não há necessidade de você aplicar, desde que você faça aplicação de inoculantes não precisa aplicar um quilo de nitrogênio químico, ela é todinha fornecida pela fixação biológica, e isto aí é extremamente importante porque nos Estados Unidos tem um problema sério com o milho onde eles usam doses enormes de nitrogênio e está afetando a água do subsolo, e no nosso caso com toda esta área de soja que temos não temos nenhum problema, pelo menos assim bastante gritante com a contaminação de água no subsolo.

Alguns desafios que tem a Embrapa-Soja, a questão da biotecnologia, resistência de plantas a doenças, etc., e melhor qualidade da soja, uma questão de óleo e proteína.

O desafio aqui é a biotecnologia; esta questão de soja RR, é uma parte mínima da biotecnologia; o desafio é você usar realmente a tecnologia da forma como deve ser usada, como contribuição importante para a população.

Próximo – Um outro desafio é a questão de estudos e impactos ambientais, é o que estamos conversando aqui.

Próximo – E a questão da cultura familiar e orgânica que está sendo bastante discutida dentro da Embrapa, inclusive com alguns trabalhos e estudos de casos específicos que estamos desenvolvendo agora. Há quem diga que em regiões novas como aqui na Região Amazônica é possível você fazer uma agricultura orgânica, e aqui sim você tem diferenciação de preços. A soja orgânica tem uma variação importante de preço

e pode ser comercializada com grandes vantagens. Quando se diz que vai haver uma aplicação muito indiscriminada de inseticidas, fungicidas, etc., não é bem verdade, podemos fazer a produção de uma forma orgânica e com grandes vantagens.

Próximo – Em termos de sugestões, acho que seria necessário, para se iniciar um trabalho – quero ter a petulância de chegar aqui, vim lá da região Sul sem experiência aqui na região e propor algumas coisas que possam contribuir para a nossa discussão.

Essa é a elaboração de um código de conduta ambiental, não é uma invenção, uma idéia só nossa, conversamos com o Paulo Kitamura numa época até por telefone e mencionamos alguma coisa nessa linha, da necessidade de uma elaboração de um código de conduta ambiental em que participassem Governos, associações de produtores, é aquilo que a professora falou e acho que até há necessidade da participação de produtores em discussão deste tipo, e estamos falando tanto do Maggi, eles têm pessoas que podem participar desta discussão também, não precisamos ter medo deles, ninguém morde, não tem problema nenhum, acho que é importante para a discussão.

Precisamos de um arranjo institucional coletivo em que a Embrapa, Universidades, Governos estaduais e ministérios participem de uma forma bastante intensa, preocupada realmente com a situação. Já conversamos bastante, levantamos problemas de uma forma bastante detalhada, está na hora de agir.

A reestruturação da extensão rural nos Estados. Por que acho importante isso aqui? Você pode ter as melhores práticas de produção de soja que quiser, ou de qualquer cultura, se você não tiver uma reestruturação da extensão rural ela não chega aonde deve chegar. Estão trazendo para a Embrapa como um todo uma função que não é dela, que é a questão da extensão rural, o trabalho diretamente com os produtores; até fazemos isso, a Embrapa-Soja tem feito isso de uma forma ineficiente, evidentemente que não tem pessoal para isso. Então, há necessidade sim da estruturação da extensão rural nos Estados, e também da pesquisa. E o zoneamento, que acho, houve uma coincidência com as outras proposições anteriores. É fundamental que tenhamos limites, nós sabemos que não pode entrar de uma forma indiscriminada grãos na região, mas aonde é que pode entrar, alguém disse para eles onde pode entrar? Alguém fez um mapeamento sério e disse: não é questão de 20% que você pode abrir, não pode abrir nada nessa área aqui, ou você pode abrir 50%, dependendo do zoneamento. Estou tendo a pretensão de vir aqui e colocar essa idéia, pode ser que não seja tão linear como estou colocando.

Próximo – O setor público tem uma função bastante importante de investimento em pesquisa e desenvolvimento, e no fortalecimento de pólos e pesquisa, acho que a Embrapa precisa, diretor, se preocupar na questão dos macroprogramas aqui para a região, talvez com projetos comissionados sem edital de competição, direcionados diretamente para problemas, porque não queremos competição entre projetos, queremos desenvolver projetos bons. Na questão da situação atual dos macroprogramas é uma competição muito grande por recursos, acho que a Embrapa deveria colocar isso nos seus macropro -gramas, para que haja um direcionamento e para aquele trabalho que realmente precisamos desenvolver.

Roberto Araújo– Paulo, temos ainda duas palestras até uma hora e se você puder terminar

Paulo Roberto Galeranie – Este aqui é o último. A regularização fundiária é extremamente importante, também quero ter a pretensão de dizer aqui. Política para incentivo de explorações regionais também já foi dito, que precisamos fazer esse tipo de incentivo. A flexibilização de normas e registros de produtos biológicos. Há uma

série de dificuldades ao se fazer registro de produtos biológicos, as exigências são muito grandes e isso aqui poderia ser uma negociação entre ministérios. E o incentivo de uso de práticas conservacionistas ligado talvez a crédito ou coisa assim.

Desculpem, vim de Londrina para cá e gostaria de ter apresentado realmente todas as minhas transparências, o pessoal usou tanto tempo e gostaria de usar todo o tempo que me foi dado. Muito obrigado.

Roberto Araújo - Ainda temos duas exposições, vamos continuar e deixar o debate para o começo da tarde. Gostaria que os presentes que estivessem interessados no debate, que é um aspecto importante, me parece, deste Seminário, voltassem no começo da tarde quando o faremos. Vou passar a palavra ao Prof. Charles Clement, do INPA.

Charles Clement – Muito boa tarde a todos. Primeiro, gostaria de agradecer ao grupo do Museu Goeldi pelo convite para estar com vocês hoje. Depois de todas essas palestras otimistas, eu queria introduzir um pouco da realidade da ciência e tecnologia (C&T) aqui na região. A Profa. Bertha Becker falou da importância da C&T, e o Dr. Paulo Galeranie mostrou claramente que investimentos em C&T, e mais especificamente em pesquisa e desenvolvimento (P&D), dão resultados. E então, a pergunta que quero levantar é “por que a soja está entrando na Amazônia se temos tanta biodiversidade aqui?” A biodiversidade supostamente oferece oportunidades de desenvolvimento. Será que não temos algumas alternativas à soja aqui na região?

A Ministra Marina Silva falou que aqui na região precisamos ter produção sustentável com tecnologia avançada, e perguntamos se a soja atende a esses requisitos. A palestra de Dr. Paulo mostrou que potencialmente a soja atende estes requisitos, até na Amazônia.

Hoje de manhã, o Dr. Francisco Costa falou sobre a importância da macroeconomia na região e tenho esta pequena citação de um relatório sobre a Amazônia sustentável, produzido aqui no Pará pelo grupo da AMAZON para o Banco Mundial. É uma frase curiosa: “se não houver controle das forças do mercado na região, o uso do solo será baseado na exploração madeireira predatória e pecuária extensiva”. Vamos controlar as forças de mercado aqui na Amazônia, na fronteira, onde temos menos governança? Isso é razoável? E por que não falaram sobre a soja chegando aqui na região?

Os sinais que vem do mercado, das políticas públicas, dos ministérios, dos governos federal e estaduais são contrastantes, quando não contraditórios, ficando claro que não tem uma decisão nacional sobre o que os governos e a sociedade pretendem fazer aqui na Amazônia, e quando não tem organização, como o Deputado Airton Faleiro falou, o desordenamento vai permitir às forças do mercado atuarem como eles bem entendem. Em esse tipo de ambiente macro-econômico tem espaço para o desenvolvimento sustentável, onde o desenvolvimento sustentável é entendido a possuir como elemento importante a floresta em pé? O desenvolvimento convencional, que é sempre baseado em agricultura também convencional, funciona muito bem, com toda sua desorganização aqui na região. A Amazônia Legal já produz 20% da soja nacional, possui 11% do rebanho bovino, extrai minerais e madeira, somando 7% do produto interno bruto. Como Washington Novaes perguntou, “como dizer que este sistema está errado?” No entanto, também temos alguns dos piores índices de desenvolvimento humano, o que mostra que alguma coisa não está funcionando de forma apropriada.

Agora, a questão de escala. A Profa. Bertha já comentou de leve que precisamos pensar em escala. Soja é um agronegócio de escala. Este agronegócio entende a logística

de ocupar espaços e reduzir distâncias para chegar a mercados. Mas se vamos falar de sustentabilidade precisamos também falar de tempo e é o tempo que está esgotando rapidamente aqui na região, pois cada hectare cortado para pasto ou soja é menos uma hectare onde podemos buscar biodiversidade para oferecer alternativas.

Quando falamos de desenvolvimento sustentável podemos falar de numerosas definições, mas se escutamos o MMA estamos esperando ter uma boa parte da floresta em pé daqui a uns 100 anos. Pessoalmente, acho ser este o futuro mais interessante para a região. Mas o MMA não é um ministério importante; as decisões econômicas são tomadas sem consultar o MMA, apesar dos esforços da Ministra Silva, e nós já falamos que o desordenamento vem como consequência das contradições dessas políticas macro-econômicas. O Avança Brasil teve, e o Brasil Um País de Todos (o novo PPA 2004-2007) tem investimentos que estão contribuindo ou estão prontos para contribuir para o desenvolvimento convencional, mesmo com a retórica da floresta em pé. Sem a integração entre as instâncias dos governos, sem resolver estes conflitos entre objetivos dos ministérios, não tem desenvolvimento que vá manter a floresta de pé. Neste cenário, nas matas que o Dr. Leandro Ferreira mostrou sobrarão áreas temporárias de conservação, porque áreas de conservação fragmentadas e cercadas de cerrado vão ser comprometidas pelo fogo pouco a pouco.

Temos um problema: se queremos manter estas florestas de pé, como vamos fazer? Em realidade não sabemos como fazê-lo. Pior, precisamos fazer isto dentro do sistema econômico vigente. Não temos um acervo de conhecimento de opções econômicas que vá atender a escala da Amazônia. Temos apenas muitas idéias, como cupuaçu, andiroba, copaíba etc., mas são idéias que servirão para poucas comunidades. Não temos idéias que atenderão à escala da Amazônia.

Agora, pior do que isso, nenhum país do mundo tem se desenvolvido com grande parte de sua floresta de pé, porque nossa espécie (*Homo sapiens*) é agrícola. No novo livro de Alfredo Homma que trata da história da agricultura na Amazônia, mostra-se claramente que o passado indígena da Amazônia foi agrícola e o passado colonialista foi uma tentativa de desenvolver agricultura, de forma que esta discussão não é somente de hoje.

Quando falamos da escala da sócio-diversidade da Amazônia vemos que ainda temos aproximadamente 150 línguas indígenas vivas aqui na região. E outros brasileiros estão chegando cada vez mais à região, muitos deles indo para os centros urbanos que têm enormes demandas para produtos do setor primário, especialmente comida e moradia (madeira). Todos esses povos querem opções econômicas já, nenhum deles está querendo viver de salário mínimo. Eles querem viver melhor do que seus pais viveram.

O espaço ecossistêmico é o palco onde as opções econômicas são e vão ser desenvolvidas, como já estamos vendo com a chegada da soja e antes dela os pastos.

Os Ecossistemas da Amazônia, seguindo o MMA

Florestas densas ~ 1.900.000 km²

Florestas não_densas ~ 1.600.000 km²

Cerrados etc. ~ 700.000 km²

Antropizados ~ 600.000 km²

Várzeas ~ 200.000 km²

A biodiversidade, como a mídia dela entende, é composto principalmente das espécies, muitas delas, mas as plantas não são tão numerosas como as outras. Não entanto, porque somos um povo agrícola, as plantas são o maior alvo de nosso estudo e uso até o momento. Elas oferecem potenciais alternativos.

Os principais grupos de Espécies da Amazônia

Animais vertebrados ~ 5 a 7 mil? spp

Plantas superiores ~ 15 a 20 mil? spp

Microorganismos ~ 10 a 100 mil? spp

Animais invertebrados ~ 1 a 10 milhões? spp

Vamos examinar esta questão um pouco mais agora. A palavra “potencial” no dicionário de Aurélio significa uma coisa que não existe, embora possa existir. Quais são as implicações disto? Precisamos transformar potencial em lucro, e para isto precisamos de empreendedores. Aqui na região tem muitos empreendedores com imaginação, mas a maioria deles quebra economicamente em um ano, no máximo dois, porque não tem capacidade empresarial. E para apoiar estes empreendedores precisamos de investimentos. Estes investimentos são da grande revolução que a Profa. Bertha está falando e que não chegou ainda.

Quais são as opções que podemos tirar da biodiversidade? Com a agricultura e pecuária, o desmatamento vai continuar, mas a fruticultura e os sistemas agroflorestais poderão amenizar as mudanças climáticas que virão com o desmatamento para a agricultura. Será que tem demanda para tantas frutas que a escala da Amazônia implica? A agricultura familiar foi mencionado, mas para nós, nas instituições de pesquisa, atender a esta demanda vai precisar muito mais capilaridade das instituições do que existe hoje. Se for agronegócio, como o da soja, o país está ganhando, mas o índice de desenvolvimento humano aqui na região, mesmo nas áreas onde a soja é importante nos últimos 5, 10 anos, não muda, diferente do que acontece no Sul.

Agora, madeira. A FAO fala que temos um estoque de mais de um trilhão de dólares aqui na floresta e manejo sustentável é sempre mencionado: como nós vamos fazer isso? Acontece que o mercado interno é que consome a maioria da madeira produzida na floresta amazônica, e este mercado não quer pagar para a sustentabilidade. Podemos legislar isto, mas as forças de mercado geralmente são maiores do que as forças da lei, especialmente na fronteira. Um dos economistas ecológicos do Brasil, que trabalha no Rio de Janeiro, tem observado que “A diversidade da própria floresta mina sua conservação devido à baixa densidade econômica.” A implicação deste é que, se vamos ter manejo florestal, precisamos também trabalhar para aumentar a densidade econômica da floresta, para que entremos num sistema econômico que possa ser mais sustentável.

O ecoturismo é a contemplação da biodiversidade. Hoje tem muita gente correndo para a Amazônia para contemplar esta biodiversidade antes que acabe. Em termos econômicos é muito bom para os donos, mas não para o resto do povo.

Com relação ao carbono, o Dr. Philip Fearnside, do INPA, que foi citado pelo Dr. Leandro em sua palestra, escreve muito sobre isso. Mas, o Protocolo de Kyoto não aceita floresta nativa ainda, e quando finalmente for negociado adequadamente, precisamos ter mecanismos que tragam esses benefícios para o interior da Amazônia.

E os produtos florestais não-madeireiros? Estes são os sonhos das ONGs porque pode ser que encontraremos “nichos” de mercado de alto valor onde agregaremos

as marcas da Amazônia, de produção orgânica, de socialmente justo, de certificação de todos os tipos. São as plantas medicinais, aromáticas, oleaginosas etc. Alfredo Homma tem escrito muito corretamente que, conforme um produto florestal não madeireiro passa a ser mais importante, este vai ser levado para sistemas agrícolas, e mais uma vez estamos desmatando. Mas estes produtos também oferecem genes que não requeiram domesticação nem agricultura. Esta foi a biotecnologia que a Profa. Bertha comentou. Podemos até encontrar genes aqui que vamos usar na soja, mas para beneficiar a Amazônia precisamos ter direitos de propriedade intelectual e mecanismos de repartição de benefícios.

Grosso modo, estas são as opções. O que foi feito no passado? Está na moda hoje falar de conhecimento tradicional, que é investimento que foi feito no passado e está sendo feito hoje fora das instituições de pesquisa. Podemos olhar para a relação entre biodiversidade e conhecimento tradicional como uma série de pequenas equações sobre investimento.

A História Indígena dos Investimentos é a Geração de Conhecimento Tradicional (CT)

$BD + CT/\$ = \text{Recursos biológicos} _ RB$

$RB + CT/\$\$ = \text{Recursos genéticos} _ RG$

$RG + CT/\$\$\$ = \text{Cultivares}$

Vamos pegar nossa biodiversidade (BD), adicionar um pouco de investimento (CT/\$) e vamos ter um recurso biológico (RB); essencialmente isto é saber sobre uso de um componente da biodiversidade. Depois vamos pegar alguns desses recursos biológicos e investir mais, criando recursos genéticos (RG) via seleção, propagação, manejo e cultivo. Soja, antes de começar o agronegócio, era um recurso genético e os melhoristas de soja usaram os recursos genéticos indígenas (da China) para criar e melhorar as cultivares que a Embrapa-Soja, Fundação Mato-grossense etc., produzem. Ou seja, os recursos genéticos com mais investimento resultam em cultivares e estas são que geram resultado econômico na economia moderna.

Agora, vamos olhar novamente para a história: das 15 a 20 mil espécies de plantas, que são menos de 2% da biodiversidade, os povos indígenas e tradicionais encontraram uso para ao redor de 3.500, das quais muitas são lenha, mas também muitas são plantas medicinais. Esta proporção útil – 20% – da diversidade vegetal é típica de outras regiões do mundo. Dentro dos recursos biológicos, os recursos genéticos somam ao redor de 100 espécies de plantas que mostram maior ou menor grau de domesticação. Muito pouca coisa e não muito diferente de outras regiões do mundo com muita domesticação de plantas, como o sudeste asiático. E qual foi a economia de subsistência indígena? Foi baseada em dois cultivos, igual como hoje a economia mundial é baseada em seis cultivos. A mandioca é nossa, o milho chegou do México milhares de anos antes da chegada dos europeus.

O que sobrou desta herança indígena no mercado atual? Talvez 500 espécies da Amazônia são visíveis nos mercados: madeira, fibras, plantas medicinais, agricultura etc. As espécies que realmente são comercializadas, na melhor das hipóteses, são 50 espécies: plantas medicinais, frutas, hortaliças, amidos etc. Alguns cultivos da Amazônia estão nos mercados nacionais mas são muito poucos, e estes que são da Amazônia já estão indo embora, seguindo a mesma trajetória que Alfredo Homma descreveu para os produtos florestais não madeireiros. A soja está chegando e o que é nosso está indo embora.

Agora, por que a biodiversidade da Amazônia é tão pouco importante? A resposta é muito simples: falta de investimento. Aquela revolução da ciência e tecnologia que a Profa. Bertha está pedindo. Faz 500 anos que os investimentos caem. Sem esses investimentos as cadeias de produção não fluem. É por isso que aqueles 5 cultivos que mencionei que estão indo embora, estão indo, eles têm demanda em outros lugares, e estão recebendo investimentos em outros lugares. As cadeias de produção precisam daquela revolução que a Profa. Bertha falou, precisamos da infra-estrutura econômica, desenvolvimento de mercado. Sem essas coisas, a biodiversidade da Amazônia não vale nada.

Tem pessoas que dizem que a biodiversidade é o ouro verde da Amazônia, mas esta é uma imagem baseada apenas em suposições. A biodiversidade da Amazônia é imensa, claro que é, mas a proporção que é usada, não é. A biodiversidade contém a cura de AIDS, de câncer? Com base em que informações? Nenhuma, é baseada apenas em tamanho e pelo fato de que o mercado farmacêutico tem Ibope e nós temos plantas medicinais aqui na região.

A indústria farmacêutica é interessante (já que querem dar Ibope vamos dar uma olhada): 40% dos medicamentos ainda são de fontes naturais, dividido em 25% de plantas, 13% de microrganismos e 3% de animais. Vale lembrar a distribuição filogenética da biodiversidade na Amazônia: a maioria absoluta são animais.

Quais as consequências disso? Oferece um modelo para planejar a revolução que a Profa. Bertha está falando. Vê como a indústria farmacêutica faz. Até recentemente a síntese combinatória recebia grande parte dos investimentos em P&D e é fácil gerar 300 mil compostos. Após examinar cada um destes compostos apenas um remédio gerava lucro importante. O custo de chegar a um remédio é entre 50 e 300 milhões de dólares e o tempo necessário varia entre 10 e 20 anos.

Se aplicamos o conhecimento tradicional é possível mudar esta equação e, se fazemos a parte mais simples, vamos direto para fitofármacos. Se pegamos 100 desses conhecimentos tradicionais médicos podemos levar 3 a 5 para o mercado em pouco tempo e a um custo relativamente aceitável para um país pobre como o Brasil. Estas idéias são modelos, faltam investimentos: se não investimos, nenhuma idéia sairá do papel.

Já fui tentado no passado aproveitar a biodiversidade brasileira e amazônica. Teve um programa chamado de Cultivos Pioneiros. A Embrapa participou, o CNPq, o Finep e a SBPC. Teve também um programa chamado de Central de Medicamentos para fitofármacos, do Ministério da Saúde. Ambos foram fechados no início da década de 1990 e os conhecimentos gerados foram abandonados.

Aquele é o passado. Hoje, o que temos aqui na região? Seis Embrapas, três institutos do MCT, inclusive o Museu Goeldi, duas grandes universidades, cinco pequenas e algumas particulares. Todos em apuros: orçamentos contingenciados, perda de recursos humanos, estrutura sucateada.

Grupos de pesquisa são onde o trabalho é feito, por isso vamos focar estes por um minuto. No Brasil inteiro existem 15 mil grupos, enquanto na Amazônia são apenas 4% destes. Estes grupos trabalham muito com a biodiversidade; a nível do Brasil, 41% trabalham com biodiversidade de alguma forma, dividida em saúde, biologia e agrária. Na Amazônia, estamos um pouco melhor do que o resto do Brasil, pois 45% dos grupos trabalham nestas áreas, mas podemos ver que apenas 2% de todos os grupos de pesquisa no Brasil trabalham com biodiversidade na Amazônia, embora outros grupos trabalhem com

biodiversidade da Amazônia. Aqueles *royalties* não vêm para nós aqui, vão ficar em São Paulo ou Rio de Janeiro, como aquela vela de andiroba que foi patenteada lá.

Formação de novos doutores. O Brasil formou 6.800 segundo a Capes; o ministro da Ciência fala em 6.200, mas tudo bem, o que importa é o número aqui da Amazônia – 38. Ou seja, estamos formando quase ninguém aqui nesta região.

E todos esses números irrisórios, tudo a menos de 10%, geralmente menos de 5%, são resultados de investimentos. Três a 4 % dos investimentos em C&T e P&D federais são para a Amazônia. É verdade que os Estados da região estão começando a criar suas fundações de amparo de pesquisa. Esta falta de investimento explica porque não tem um acervo de conhecimento. Ao mesmo tempo, a região gera 7% do PIB e a implicação é simples: a Amazônia paga para outras partes do Brasil fazerem a C&T e P&D. Inclusive, com certeza, estamos ajudando a financiar pesquisa com soja, e é um bom trabalho que está sendo feito no Sul, no Centro-Oeste etc.

Esse pouco investimento explica por que não temos um acervo de opções econômicas para a escala da Amazônia. Também explica por que, quando temos um investimento, todo mundo corre atrás da mesma meia dúzia de coisas de moda; temos 3 ou 4 projetos de cupuaçu aqui na região. Vê se faz sentido, quando temos pelo menos 100 cultivos.

Pouco investimento na Amazônia, combinado com a sua escala, ajuda a explicar porque a soja está se expandindo. A soja vem com investimento feito e nós já vimos o trabalho do Paulo e sabemos que esse investimento está continuando. Em contraste, os investimentos em cupuaçu estão quase paralisados. As espécies da Amazônia não têm cadeias de produção, porque não foi feito investimento. Portanto, servem apenas para nichos, e estes nichos geralmente dependem de organizações não-governamentais. Aqueles projetos do PDA, do PG7 e assim por diante, todos são ligados à ONGs que ajudam a produzir, processar e comercializar.

Uma vez perguntei à Mary Alegretti, quando ainda estava no MMA, o que aconteceria se aquele desejo do Senador Gilberto Mestrinho de tirar todas as ONGs da Amazônia fosse viabilizado. Ela falou: as comunidades do interior voltariam às escuras, sem as ONGs nem essas poucas soluções vão para os nichos.

Agora, dada a escala da Amazônia, precisamos de todas aquelas opções que mencionamos apenas como números. E aquele imenso investimento, a quarta revolução científica brasileira que a Profa. Bertha falou, esta é que estamos precisando, pois coisa menor não resolve. E precisa ser combinado com boa imaginação.

A biopirataria é um crime, mas mostra uma demanda no mercado nacional e internacional. Aqui no Pará, no passado, um grupo de estrangeiros foi parado comprando aranha caranguejeira. Recentemente no Estado do Amazonas um outro grupo foi parado. Ou seja, tem demanda para essas aranhas. Onde estão as pesquisas para desenvolver oferta para esta demanda? Qual instituição está fazendo alguma coisa? Qual FAP abriu um edital para criar aranhas? Precisamos de imaginação.

O mais importante para o interior de nossa região são os produtos florestais não madeireiros. Eu quase descartei esses produtos florestais não madeireiros no início desta palestra, mas, se queremos levar opções econômicas para o interior, eles vão ser tão importantes como qualquer outro. E é fácil trabalhar com eles, se podemos levar as instituições para as regiões onde são importantes, o que quer dizer que as instituições precisam crescer. Instituições pequenas e em apuros, como temos aqui na região, não basta. Sabemos o que fazer.

Agora, o desenvolvimento sustentável é possível na Amazônia? É possível. Mas, aquela revolução que a Profa. Bertha falou é uma pré-condição e estes investimentos não estão visíveis no orçamento de 2004 e não estão visíveis no PPA de 2004-2007.

Já que estamos falando de geopolítica, a ausência de investimento é também uma política, e isto precisa ser dito com muito clareza. E o Brasil tem que decidir se a Amazônia merece o investimento para manter boa parte da floresta de pé, ou deixará as oportunidades passar para plantar soja e outras coisas similares. A soja não é culpada. Gosto de tofu com um pouco de Shoyu. O futuro é nosso para fazer, mas a estrada que você está vendo em todo os *slides* vai dar aonde? Seu destino é nossa decisão.

Quero agradecer sua atenção e pedir desculpas a Roberto, pois também furei o tempo que me foi dado. Obrigado.

Roberto Araújo – Vou passar imediatamente a palavra ao Sr. Roberto Smeraldi, dos Amigos da Terra, que com muito brio vai fechar aqui a nossa mesa.

Roberto Smeraldi – Esta palestra foi escolhida para substituir o almoço, ela terá a duração de duas horas e vamos começar com a entrada.

Gostaria de começar da Profa. Bertha com a sua visão geopolítica, se ela implica uma leitura da Geopolítica da força confrontante, aí é necessário entendermos qual é a vulnerabilidade da força confrontante.

Os elementos de concentração do mercado de escala da natureza das empresas que o compõem, e aqui não estou falando do grupo André Maggi, estou falando principalmente das três grandes *trades* internacionais, para começar. Elas apontam que a própria concentração é um primeiro elemento de vulnerabilidade, por razões óbvias: a exposição aos públicos consumidores, seus fortes vínculos com marcas conhecidas, embora a soja seja algo que pelo menos no caso do Brasil, das culturas ocidentais não é consumido *in natura*, mas em outros produtos, sua dimensão de presença ampla em uma série de produtos de consumo muito amplo, e marcas muito conhecidas, o consumidor não conhece a Cargil, mas conhece Liza que compra todo dia no supermercado. Ela faz com que este elemento de exposição ao consumidor torne extremamente vulneráveis as grandes *trades*. Isto pelo menos no Brasil e na Europa, não na China, depois temos que ver isto porque é uma outra questão.

Um segundo elemento também diz respeito à sua sinergia com os movimentos políticos. Ao assumir uma dimensão política, além de comercial, ao criar alianças fortes, mas às vezes mesmo assumir como no caso relatado hoje pela professora, esses elementos assumem um nível de responsabilidade que, enquanto forças do mercado eles não tinham, e responsabilidade gera condições para serem cobrados. Ao assumir governos, controlar governos, ao eleger governadores eles passam a ser elementos de formação das políticas de desenvolvimento, e aí tem mais um elemento de vulnerabilidade porque eles precisam começar a prestar contas de algo que não é o seu negócio, mas que vai além disso. Então hoje, para começar a dar alguns exemplos, enxergamos estratégias de negociação de cobrança em relação a esses setores, porque acho que esse é um objeto importante desse encontro. Por isso defendo que não fizemos este encontro com o setor privado aqui porque precisamos afinar essa análise para poder realmente sentar com o setor privado com uma agenda mais focada, e estou tentando aqui contribuir com alguns pontos, pelo menos três dessa agenda. O primeiro que enxergo está justamente nesta relação política. Há política de desenvolvimento regional que se pretende hoje reformular com o PAS. Precisamos entender se o governo assume aquelas análises, aqueles objetivos como seus, norteados de ações de fomento, crédito, assistência técnica etc., na região,

muito bem, embora eu já tenha dúvidas (abro um pequeníssimo parênteses) mas ontem o Senado votou em segundo turno a reforma tributária e acho que a região não percebeu que essa votação, a negociação que formou a base dessa votação esvaziou completamente o Projeto de Lei da nova SUDAM, porque simplesmente retirou a fonte financeira lá prevista que era o FDR - Fundo de Desenvolvimento Regional – que estava sendo criado para fazer as compensações interestaduais do ICMS que era a base do financiamento da nova SUDAM, inclusive pelo PL apresentado pelo ministro Ciro Gomes, foi destinado para outros usos fiscais com os Estados. Então a política de equilíbrio fiscal assume a prioridade em relação a política de desenvolvimento regional, este é o resultado da votação da Reforma Tributária pelo Senado, é um resultado politicamente muito significativo que tem que ser analisado, me parece que os observadores não estão percebendo essa mudança, agora, vai sobrar no máximo para a SUDAM a herança daquela dotação orçamentária contingenciável e carimbada da ADA dos 400 milhões do tempo do FHC, no máximo vai sobrar isso, desde que ela faça o teste da nova lei parlamentar. Então, temos uma grande dúvida aqui sobre os instrumentos dessa nova política de desenvolvimento regional à luz dessa situação. Mas assumindo que haja uma nova política de desenvolvimento regional, essa política estabelece prioridade: agricultura familiar, determinados públicos, as coisas do Chico que estão lá no documento do PAS. Como a soja contribui para essa política? Ela contribui muito pouco me parece para esta política, ela contribui para outras coisas importantes que foram mencionadas aqui. Principal delas, mais uma vez, voltamos ao macro- econômico, estamos passando de novo pela qualidade do desenvolvimento para aspectos macroeconômicos, ela contribui muito para a balança, isto em interesses maiores do país que não quero desprezar, muito pelo contrário, quero dar exatos valores a estes interesses.

Agora, o primeiro ponto é que se ela contribui para estes objetivos tem que pagar algum *royaltie* para que aquela política de desenvolvimento regional que o governo assume como prioridade para a região, seja realizada e implementada. E não estou discutindo agora, se é hora de irmos para o fomento da agricultura familiar, se tem que ir para a quarta revolução tecnológica da professora Berta ou os investimentos em ciência e tecnologia, não estou discutindo isso, só quero dizer que ela tem que girar um *royaltie* substancial para que esta política de desenvolvimento regional (que é prioridade do Governo e dos Estados porque foi assinada pelo menos por seis governadores da região, e tanto governadores alinhados com o Governo federal quanto da oposição, em tese), então para que ela tenha pernas e seja implementada.

Uma primeira questão para colocar no debate, sendo que essas forças pretendem participar da esfera política, liderar a esfera política, criando, portanto, a base para uma legítima cobrança em cima deles desses objetivos, nós podemos e temos que sentar nesta mesa colocando questões de desenvolvimento regional e de política nacional de desenvolvimento regional como objeto da negociação, e acho que é uma negociação em cima de *royalties* que temos que medir em cima da contribuição aos objetivos macroeconômicos do país, basicamente, de balança. O resto do país tem que pagar por isso. Com um detalhe, não olhando para a soja como cultivo e como cultura, mas sim como cadeia, e, portanto, incorporando nessa também todos os demais aspectos relevantes de frete, transporte, infra-estrutura, logística, insumos relevantes, porque eles também geram, por sua vez, PIB, geram emprego, só que emprego às vezes para outros, não necessariamente para aqueles públicos alvos da política de desenvolvimento regional, não é que não geram emprego, geram, mas para quem? Isso justifica o pagamento dos *royalties* porque temos que manter o nosso objetivo de gerar emprego, gerar renda para aquele público. Se essas atividades também de insumo, frete, logística

geram emprego para outros, em cima dessa geração temos que cobrar o *royaltie* para a primeira tarefa, a tarefa original, central da política de desenvolvimento regional.

A segunda questão diz respeito à legalidade, e ela é também parte dessa discussão política, parte da vulnerabilidade, da exposição, a pressão política que o complexo soja assume na hora que ele, para ter uma hegemonia, assume essa liderança no âmbito político.

Aqui já foi dito, temos na Amazônia uma questão bastante objetiva e simples, sem querer agora discutir futuras normas, porque não podemos mais continuar a criar políticas de reconhecimento do fato consumado, temos que raciocinar em cima das normas que temos. Então, a lógica do investimento na Amazônia: soja vale até para os pequenos, muito bem, mas no caso das leis que temos na Amazônia, sendo que temos 20% de área passível de conversão, é óbvio que o tamanho da propriedade viável é outro, é bastante simples isso. Se para uma área mecanizada justifica uma área em cima de 1000, 1.500, 2000 hectares, isso significa cinco vezes em termos de tamanho de propriedade. E um ponto claro para sentar na mesa com o setor privado acho que é o fato de não se reconhecer política de fato consumado, como infelizmente algumas atitudes do atual governo em seus primeiros meses, não só nessa área, mas em outras áreas também, apontaram para uma aceitação, uma anuência em relação ao reconhecimento de fato consumado, e acho que houve, pela própria Secretaria Geral da Presidência da República, em função de uma série de reações políticas, inclusive das próprias bases governistas que ocorreram ao longo dos últimos 3, 4 meses, uma tendência a entender que o reconhecimento da política de fato consumado é algo extremamente perigoso e que gera para o Governo desgastes que são inclusive extremamente caros em termos políticos e sociais e que está pagando. Temos que assumir o não-reconhecimento da política de fato consumado, que significa um tamanho de propriedade na Amazônia como é aquele que eu estava mencionando. Com certeza maior, e aí precisa compatibilizá-lo com os objetivos da política de desenvolvimento.

O próximo ponto diz respeito a onde se estabelecer. E em relação a onde estabelecer entendo que temos que identificar algum marco zero.

Eu estava olhando o primeiro *paper* sobre a soja da nossa entidade, de setembro de 99 (tenho algumas cópias aqui se alguém tiver interesse, ele é muito atual) no sumário dizia: "*O cultivo da soja na região dá início a uma mudança significativa nos modelos de ocupação do espaço territorial conduzindo a economia regional ao modo de produção capitalizado, em oposição aos modelos tradicionalmente vigentes na região*". Segunda coisa: "*a soja tende a ser identificada de forma semelhante às drogas do sertão – borracha, ouro, madeira de outras épocas como o potencial responsável para o novo ciclo da soja*". Agora, aqui havia região por região e sub-região por sub-região, inclusive tem uma descrição bastante nítida da situação do planalto santareno, de Humaitá, de todas aquelas áreas de Paragominas, de Roraima, de alguns cerrados até no Amapá, etc., acho que com base nisso dá para ver exatamente alguns outros dados lá da CONAB que foram apresentados em cada sub-região quando entrou a cultura, quando ela passou de piloto para, vamos dizer, algo mais estrutural. Hoje em Roraima está ainda em 6.000 hectares, não sei se essa dimensão pode já ser considerada algo de relevante do ponto de vista produtivo, mas é fácil identificar para cada Estado ou cada sub-região um marco zero da introdução da cultura, e é este marco zero que podemos utilizar para verificar as áreas já alteradas naquele momento, e negociar com o setor o respeito para a não abertura de áreas adicionais em relação àquele marco zero.

No meu entendimento, mesmo sem admitir novas aberturas após os respectivos marcos zero de introdução das culturas nas diferentes sub-regiões (este é um cálculo muito

obviamente é uma estimativa, não é um cálculo feito com todos os elementos), mas haveria na Amazônia algo entre 150 e 200 mil km² potencialmente ocupáveis por soja, de acordo com a situação de desmatamento desse marco zero relativo a cada sub-região. Isso seria suficiente para aumentar em 80% a produção nacional de soja naqueles índices de praticamente 3 toneladas por hectare que são considerados hoje mesmo.

Então, na realidade nós temos margens para negociação. O que eu quero dizer com isso é que existem margens significativas, provavelmente até superiores à realística expansão potencial do mercado nos próximos anos fora os três maiores de risco, obviamente como toda *commodity* sujeito aos mesmos riscos, a *commodity* tem a mesma característica do mercado financeiro, por isso tem este caráter. Então a escala não está tanto no elemento da produção, mas no elemento de quem tem suficiente capacidade de suportar as oscilações de mercados de *commodities* que tem características iguais ou semelhantes àquelas dos mercados financeiros. Esta é uma outra variável.

Esta questão de onde se estabelecer, por exemplo: ao falar de Rondônia, temos lá um zoneamento, estabelece determinadas áreas ao longo da BR-364 como área dois, três com aptidão, e temos toda a região do Guaporé, região ocidental do Estado que são em grande parte áreas 4 e 5, extrativismo vegetal ou coisa desse tipo, área para manejo florestal, ou unidade de conservação. E nós temos lá um plano que é a criação da hidrovía do Guaporé que assume (ligado a Santo Antônio do Jirau) 25 milhões de toneladas adicionais/ano, só do lado brasileiro, mais 22 do lado boliviano de produção de soja. É só olhar para aquele mapa. Isso implicaria² sempre com aqueles cálculos das 3 mil toneladas por hectare algo como 80 mil km² de áreas para conversão naquela região do Guaporé.

Quando falamos em estabelecer isso significa assumir decisões, não colocar mais uma vez o carro na frente dos bois no sentido de decidirmos obras de infra-estrutura indutoras de processo de ocupação, porque qual é a questão? Os eixos de transporte e de logística não são na realidade considerados como, ao contrário do que muitos acham, meros eixos de passagem, de transporte de um lugar para outro, eles são pensados como instrumento de transformação do território. Para gerar ganhos em escala que tornem inclusive o negócio como um todo mais seguro.

As estradas, quem estava falando das outras estradas?, a professora Berta. Em relação a dizer porque hidrovía do Tapajós, um discurso aparentemente sem sentido, porque hidrovía do Tapajós em paralelo à BR-163, não faz sentido se já tem uma. A justificativa do investimento está no efeito indutor sobre o território, não está em criar dois eixos paralelos de transporte para servir ao mesmo produto. Aí vem a questão da incorporação dos custos da presença do Estado nessa região nas PPP – parcerias público-privadas, sendo que essas obras muitas vezes são extra-orçamentárias e baseadas em parceria público-privada, embora sempre ou com aval ou financiamento de um banco público que é o BNDES, por exemplo: BR-163 que se fala tanto em dinheiro privado, quer dizer, assume o risco privado mas sempre em cima de 312 milhões do BNDES, quer dizer, mesmo a mais privada das parcerias, ela tem uma injeção significativa de capital, tudo bem, é o tomador dos empréstimos, depois são os privados.

Então, ao construir o modelo (este é outro elemento que falha hoje no desenho) da PPP, que é a base para realização das obras de infra-estrutura com dinheiro extra-orçamentário, não se leva em consideração o verdadeiro custo dessas obras, incluindo os outros elementos de presença do Estado. Se é para fazer uma obra de mero transporte, é uma coisa, se é para fazer uma obra que induz uma transformação do território, é outra coisa.

Outro ponto forte da negociação com o setor é este aqui: estabelecimento dos marcos-zero, a não-aceitação portanto de obras indutoras nas quais você na realidade está

gerando processos de ocupação que depois vão te entregar áreas que naquela altura já estarão alteradas e, portanto, para todo sentido serem ocupadas por esse tipo de cultura, acho que esta é uma maneira não assumida ou não burocrática de fazer zoneamento. Se dizemos que zoneamento é um processo de negociação, então esta é uma maneira de fazer zoneamento sem nem sinceramente dizer que vão fazer zoneamento. Mas é uma maneira para assumirmos e concordar e dar sustentabilidade a decisões e negociações políticas e sociais, que inclusive embasem os contratos de parceria pública e privada. Porque uma coisa é fazer negociações que depois tenham apenas a palavra como garantia, e uma coisa é fazer negociações respaldadas em contratos, em cima daqueles instrumentos que geram alteração no território.

Acho que esses são principalmente os 3, 4 pontos de uma agenda potencial de negociação que enxergo com o setor privado e coloco aqui para discussão com as ONGs, com as instituições de pesquisas, os parceiros, os envolvidos nesse processo, obviamente sujeitos a críticas e complementações que sejam, mas o que acho é que temos que aprofundar essa discussão para termos uma base para fazer essa interlocução. Enxergo esses pontos na parte político regulatório.

Esses pontos que mencionei, (sem querer agora me repetir, o tempo acabou), como base, hoje temos margem bastante interessante para a força confrontante ter também seu interesse em sentar. Obrigado.

Roberto Araújo – Agradecendo ao Roberto por esta exposição econômica e muito interessante que já abre caminho para o debate, vamos retomar então às duas e meia, e não às duas horas como estávamos pretendendo e comecemos às duas e meia a preparar o debate. Muito obrigado pela presença de todos.

(Retorno da Sessão)

Roberto Araújo - Vamos então aproveitar e fazer o debate da parte da manhã. Em 20 minutos, vocês lembram quem eram os expositores da parte da manhã, e se não lembrarem estão em parte aqui. Então, em 15 minutos quem tiver uma pergunta ou alguma observação para fazer sobre os temas que foram aqui Já o Dr. Paraguassu Élleres

Paraguassu Élleres – O meu nome é Paraguassu Élleres, tenho duas profissões que me ligam muito à terra: sou agrimensor e advogado, tenho mestrado em Direito Agrário e sou professor de Direito Agrário na UNAMA e no CESUPA. Fui diretor técnico do Iterpa e há cerca de 30 anos me dedico a esta questão fundiária.

Eu queria contar rapidamente um caso para se poder dimensionar bem o que está acontecendo com esta questão da terra, no que diz respeito à valorização e o descaso que o Estado do Pará, em especial, faz com as terras daquela região.

Fui convidado para fazer uma apresentação, uma explicação a um grupo de advogados em Buenos Aires sobre como é que a terra pública era vendida para o particular. Viajei a Buenos Aires e fiz uma palestra para advogados. Expliquei a eles tudo e depois vim embora. Algum tempo depois, um grupo do Rio de Janeiro telefonou-me dizendo que queria comprar 20 mil hectares de terra para plantar soja naquela região e que estavam com o documento na mão. Eu disse a eles que não tinha título de 20 mil hectares nesta região, ela é toda federalizada, na ocasião da militarização da questão fundiária esta área toda da BR-163 foi militarizada, e há uma intervenção territorial federal, essa terra é toda do Governo federal, portanto, o Estado não tem terras, e não compre o título de 20 mil hectares porque deve ser falso. Ocorreu-me de telefonar para a pessoa de lá para saber se tinha algum título para vender, só para investigar, me dizendo ele que tinha dois tipos de títulos: com requerimento é 300 mil reais e titulado é 700 mil, ou seja, aquela região lá

foi toda loteada, toda cartografada para que este loteamento servisse já como se fossem títulos. Estes documentos estão sendo dados como se fossem uma espécie de arrendamento: a pessoa compra, faz a proposta de compra para o Iterpa que fornece uma certidão de posse para um sujeito que geralmente mora lá no Sul do país, um indivíduo que não tem a menor ligação com a Amazônia, e esse indivíduo é um laranja que faz um contrato com alguém que capitaneia, por exemplo, 40 títulos de 2.500 hectares, ou seja, alguém está dominando 100 mil hectares de terra e esta terra é negociada sem que haja sobre ela nenhuma titulação correta, não há domínio, não há nada porque o Estado está ausente disso. Essa é uma primeira questão.

O Governo do Estado do Pará está desarticulado, não tem uma estrutura para controlar aquela região, a ponto de, em um milhão de hectares que em 1927 foi doado para o grupo Ford fazerem o que foi o grande projeto de seringa, que não funcionou, em dado momento, parece-me que em 1932 ou um pouco antes o próprio grupo Ford fez uma proposta de troca de terras de 281.500 hectares por uma área de planalto mais ao Norte, que veio a ser Belterra. Então os americanos tinham dois grupos de terras: ao sul, perto de Aveiro, e ao norte a parte que é Belterra. Esta parte foi trocada não como terra pública, ela já era propriedade dos americanos, e portanto, ela foi trocada com o Governo do Estado. Ali existe uma área no município de Rurópolis, ou Trairão, provavelmente, de 281.000 hectares que estão absolutamente desprezados e ela não é terra pública, é terra de propriedade como qualquer indivíduo poderia ter a terra do Estado do Pará, que também não está tomando conta. E a notícia que eu tenho é que sobre essa terra incidem hoje muitos títulos de terras fabricados, e aqui me chama a atenção uma observação que a professora fez hoje a respeito da questão da relação entre o grande sojeiro, o produtor, o homem que pega o produto final e o proprietário da terra. Na verdade, o que se faz com a soja aqui não é muito diferente do que se faz com o pinto, com a galinha, com o peru lá no Sul, ou seja, a empresa, o grande sojeiro não está interessado em ter propriedade de terra, ele está interessado apenas na produção da soja. E aí o que vai acontecer: quando ele faz o contrato, a sua garantia é o produto diferentemente do banco, que quando alguém não paga vai em cima da terra, ou seja, neste momento muitas escrituras públicas estão sendo falsificadas naquela região ao longo de toda a BR-163, e digo isso com a autoridade de quem foi diretor técnico do Iterpa, porque cheguei a ver muitas escrituras dessas falsificadas ao longo da carreira vendendo 10, 20, 30, 40, 50 mil hectares. Portanto, um dado que vai ficar fora da discussão dessa questão certamente é a questão fundiária do ponto de vista dominial, ou seja, do ponto de vista da grilagem da terra, da apropriação da terra. E é possível que venhamos assistir na BR-163 aquilo que se assistiu há 30 anos atrás em Paragominas, que era chamada de "Paragobala", porque a posse dessa terra, sem dúvida, vem a ser produto daquele que tiver o fuzil mais forte.

Roberto Araújo – Expositor, então fica fora o problema da posse da terra no sentido do sistema de produção específico a soja, não do processo do controle territorial destinado a passagem para o sojeiro, foi o que o senhor quis dizer? Essa coisa de "Paragobala" é muito importante, inclusive atualmente num processo porque a soja dá confiabilidade para as pessoas que tiverem terras na região e poderão, mais tarde, plantar soja ou trabalhar com sojeiros ou vender simplesmente a propriedade da terra.

Paraguassu Élleres – Indiferentemente de titulado ou não.

Luiz Bressan (FASE) – No debate da manhã houveram vários posicionamentos importantes, mas a Bertha ou o próprio Roberto Smeraldi colocaram várias análises no sentido de algumas condições para esta frente da soja, para este tipo de empresa ou de monopólio ou de pacote que se coloca em direção à Amazônia. Eu gostaria

que esclarecessem se estas condições, a questão de contrato, a questão do *royaltie*, a definição de áreas é uma saída, ou realmente temos que ir na discussão que o Charles bem coloca; há uma outra alternativa de nós firmarmos uma discussão, um debate sobre o aspecto econômico, social, para fazer da Amazônia um debate em que se faça guerra mesmo, neste sentido. E tem várias colocações que precisaria sentirmos melhor. Esta questão que foi colocada recentemente da terra, da grilagem... Estive em Santarém recentemente no hotel peguei uns 10 cartões de empresas para regularizar terra, escritório, firma e fui numa comunidade em Belterra, conversei com sojeiros que há 6 meses vieram do Paraná, venderam uma indústria lá e compraram dois mil hectares. Quer dizer, esta questão de não estão comprando e tal, começaram comprando a 300 reais os hectares e a última porção de 200 hectares foi a 2.500,00 reais o hectare. Então, os tratores já abriram mil hectares fazendo a propriedade; eles decidiram por um outro tipo de investimento. E aí vai no sentido do que o companheiro da Embrapa colocava, quer dizer, se a produtividade aumenta, a comparação de que não incentiva a expansão da fronteira, acho que é uma análise muito recortada tecnicamente, porque na verdade se a produtividade aumenta, acho que justamente incentiva também, e é por isso que os caras vão captar, tem a lógica do capital, onde rende mais vai aumentar a sua área também. Acho que no debate a mesa podia analisar o seguinte: tem um aspecto que não foi tratado, (para mim que vim do Sul, também sou gaúcho, experimentei as contradições da minha família ajudando a plantar soja, a questão tecnológica e tal, onde a maioria dos pequenos agricultores perderam as suas terras e foi o êxodo rural), se hoje tem um patamar de pequenos agricultores com 80, 100 hectares, tipo padrão do Sul, já é uma concentração.

Neste sentido, outro elemento importante para colocar é sobre a questão da Amazônia e também do Mato Grosso, que é a questão da água doce. Por exemplo, a tribo Guarani na região do Mato Grosso, dona da reserva subterrânea de água que é a maior do mundo; até que ponto uma análise hoje do estudo da contaminação está expressando a realidade do pacote tecnológico da soja? E para a Amazônia, que é a maior reserva de água doce de superfície: qual é a análise que se faz em função, por exemplo, de já se implantar um pacote ecológico da soja na Amazônia, numa água doce de superfície?

Roberto Araújo – Uma pergunta muito específica para fazer ao Paulo: você mencionou um desentendimento num determinado momento entre a Embrapa e o grupo Maggi; gostaria que você fosse mais específico e dissesse do que se trata exatamente, descrevesse um pouco as circunstâncias, o que ocorreu; acho que teve um desdobramento inclusive no Judiciário.

Charles Clement – Gostaria de acrescentar sobre a proposta que fez o Roberto sobre a Ortiz para cobrar sobre a cadeia da soja. É um tema que foi analisado em várias oportunidades, mas acho que é bom lembrar agora também um pouco os custos sócio-ambientais que não aparecem nos custos de produção da soja; numa certa forma estes custos estão socializados, a sociedade é que tem que pagar, e também todo o investimento que foi realizado e bem mostrado esta manhã, o investimento público em termos de pesquisa, em termos de infra-estrutura também, e agora falamos que a cadeia da soja tem financiamento privado e só, mas esquecendo todo o investimento que fez o poder público e a sociedade civil, e de uma certa forma (além do que falou o Roberto), acho que também esse produto ou a cadeia teria que pagar estes custos.

Airton (engenheiro agrônomo da Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas, pertencente também à assistência técnica do IBAMA) – Só gostaria de fazer uma colocação referente à primeira apresentação do Sr. Leandro, em que ele colocou nos mapas a evolução sobre cada região, e dentre eles citou muitos

pontos e focos da região do sul do Estado, dentre eles Humaitá, Manicoré, citou Novo Aripuanã, mas eu só queria colocar que os pontos que ele apresentou no mapa aéreo em que fez o levantamento, não são oriundos das ações da sojicultura. Ele apresentou os locais porque elas são advindas da BR-319 que liga Humaitá a Manaus, ele citou que são ações já de desmatamento oriundo da sojicultura. Vou esclarecer para o senhor que lá nem sequer trânsito existe; o que ocorre nestes locais é oriundo da colonização e que foi a pecuária ao longo dos últimos anos. Só isso.

Leandro Ferreira – Primeiro gostaria de falar da intervenção anterior sobre a questão do aumento de área que mencionei, e o aumento da produção; elaborei de uma forma em que para esse tipo de crescimento em produtividade haveria teoricamente uma menor pressão para abertura de novas áreas. Ele tem razão do que está dizendo, é bastante linear este pensamento, mas hoje não podemos esquecer que essa procura, essa abertura de área, essa que estamos percebendo é simplesmente um mercado extremamente aquecido. Uma vez que você tem um mercado com preços normais, equilibrados, possivelmente este tipo de pressão não existiria, então, um aumento de produtividade poderia equilibrar e tirar um pouco a pressão da abertura de novas áreas, era o que estava querendo dizer.

Paulo Galeranie - Eu quis mencionar na questão da Fundação de Mato Grosso, foi quando a Embrapa-Soja no seu modelo de parceria desenvolveu parcerias com produtores de sementes em diversos lugares nos Estados do País. A Fundação Mato Grosso foi uma delas, na verdade. Naquela oportunidade eles se estruturaram, houve uma estruturação muito boa daquela instituição e uma parceria bastante importante por um período muito grande com a Embrapa, e que gerou variedades bastante significativas em termos de contribuição por Estado. Por que começou este trabalho no Mato Grosso? Porque se vocês olharem, o Mato Grosso é o único Estado que não tem instituição da Embrapa, e isso acabou cobrindo uma necessidade que havia na época, e, por sorte pegamos um grupo bastante dinâmico.

Com a vinda da lei de proteção de cultivares houve um desencontro em termos de propriedade; a Embrapa tinha determinadas regras que tinham que ser seguidas, normas, e eles não concordaram com essas normas, simplesmente por uma questão de direcionamento, a Embrapa querendo, claro, preservar o setor público, como estava fazendo corretamente, e eles queriam a participação total nas variedades. Daí para frente vocês sabem o que aconteceu, houve uma ruptura, infelizmente porque a parceria com eles é bastante interessante pela competência que eles têm; quem sabe futuramente acaba esse problema, o que incentivará esta parceria no futuro.

Roberto Smeraldi – Sobre os pontos colocados, o primeiro do Sr. Paraguassú, não tem dúvida. Ontem eu estava contando no avião outros participantes aqui juntos e tivemos um exemplo claro, estávamos falando sobre o evento de hoje, estávamos com a presença de um sojicultor ao lado, começou a conversar conosco e nos contar como ele e 8 colegas dele acabam de se instalar aqui no Pará; são oriundos do Mato Grosso do Sul, até disse que hoje viria no evento mas acho que não veio, se instalaram na região entre o planalto santareno e ao norte do município de Novo Progresso. Os títulos que eles adquiriram, checaram primeiro em 16 municípios diferentes, até em Monte Alegre, acabaram se instalando naquela região, são 8 produtores, áreas grandes, e venderam as suas terras de Mato Grosso do Sul se mudando de mala e cuia todos, e passam a ser integrantes aqui do Estado em todos os sentidos, e eles falaram que o que chamam de mais seguro é que compraram do Iterpa, dizendo que estavam com o título e tudo mais, concessão do Iterpa. É exatamente a modalidade que os senhores estavam agora relatando. É óbvio que o Iterpa não teria terras para vender nessas condições naquela região. É um fato que evidentemente caracteriza hoje a instalação de alguns médios e

grandes proprietários naquela região com essa modalidade que o senhor acaba de demonstrar, e acho que naquela região do outro lado de Juruti, também pelos dados que tivemos acesso, acontece exatamente a mesma dinâmica, vamos dizer, na região do Arapiuns, também protagonizada por funcionários de Órgãos de Terra do Estado. Acho que é importante ter conhecimento dessa modalidade, inclusive porque faz parte da discussão sobre as dinâmicas que embasam o movimento de expansão.

Quanto ao Bressan, acho que ele tem dúvidas se vale a pena negociar ou não. A partir da constatação que temos dos fatos à nossa frente e dinâmicas muito fortes, entendo que a negociação é inclusive a única fórmula para tornar transparentes as relações, e para fazer os atores envolvidos assumirem publicamente. Por exemplo, essas questões fundiárias, ou seja, se eu não colocar para uma empresa, vamos dizer, a Cargil que é a maior empresa de capital fechado do mundo, não está na Bolsa porém está em 64 países, ou outra que está na Bolsa, e que tem um nível de exposição ao público consumidor, à opinião pública, à imprensa etc., bastante grande. Essa cadeia de relações que ela tem, por exemplo, da grilagem, acho que deixo de utilizar um dos instrumentos principais de pressão que eu possa ter para forçar o interlocutor a assumir um comportamento diferente, porque é muito difícil, tenho a experiência da madeira; tivemos um problema exatamente oposto. O anonimato substancial de todos os atores da cadeia, a pulverização e a fragmentação desses interlocutores fez com que tivemos que passar anos para encontrar pontos de pressão que funcionassem, e mesmo assim de início, tipo certificação para determinados públicos e que, por exemplo, pode funcionar na indústria moveleira, mas já não funciona na indústria da construção civil que consome 2/3 da madeira em São Paulo, porque lá a madeira some, não aparece o produto, quer dizer, nas indústrias de maior valor agregado você tem essa pressão que funciona; nas indústrias que usam madeira com baixo valor agregado você acaba não utilizando. Não consigo imaginar outra estratégia a não ser aquela de negociar usando estes pontos de vulnerabilidade dos interlocutores, que são basicamente da exposição das grandes estrelas, e se tiver estratégias mais efetivas eu gostaria de ouvir, mas até agora não houveram. Acho que era isso.

Bertha Becker – Não sei, porque tiveram várias perguntas. Acho que a questão da terra está na base de toda essa questão da soja, da madeira, da pecuária, porque como falei em relação à soja, a questão da fronteira, da apropriação de terras baratas tem sido uma constante, porque a ocupação dos espaços rapidamente de forma barata é uma constante e um elemento primordial nesse processo todo da expansão da soja. Agora, acho que hoje se faz apropriação do espaço de duas formas diferentes: uma é através da grilagem da terra mesmo, da apropriação da terra como temos visto aqui; outra forma é como falei, são as empresas como a Cargil que não compra terra, ela terceiriza os produtores, quer dizer, são duas formas hoje em dia: ou apropriação, da grilagem até a compra, e a terceirização, hoje em dia você tem essas duas formas e tem que atentar para isso.

Acho que é fundamental (e nas discussões que temos tido em outros fóruns, em outros grupos, eu tento) chamar atenção que os problemas são muito diferentes ao longo da estrada, do eixo, por exemplo, no caso da BR-163 e para além de 100 km do eixo da estrada, porque o eixo já tem uma ocupação (no caso da BR-163) de pioneiros que vieram do Mato Grosso, até do Paraná também, alguns já são filhos dos primeiros pioneiros, já estão com suas fazendas de gado, só estão esperando o asfaltamento para plantar soja. Aí seria o caso de se discutir qual é a política que vai ser feita em relação à terra: vamos continuar regularizando, titulando, se bem que lá a confusão pelo visto já está enorme com o Iterpa, ou se vamos passar para uma política só de concessão de terras e não de titulação, esta é outra questão. Agora, para além de 100 km o problema

é grave na minha opinião porque é ali que está se dando a maior grilagem. São as madeiras que se apropriam das terras via mapeamento (satélite) em imensas extensões e onde não há controle algum. Para essas áreas tenho sugerido que se crie uma força-tarefa nacional envolvendo o Exército, as Forças Armadas, o Sipam, porque todo mundo quer a presença do Estado para que faça isso ou aquilo e ele não tem dinheiro nem pessoal para atender a isto tudo, vamos colocar o pé na terra e ver isso. Tem que ter parceria. E no caso dessa grilagem imensa nessa escala que está se fazendo, acho que só uma força-tarefa poderosa com Polícia Federal, com o Incra, o Ibama, todo mundo, mas com Forças Armadas, não vejo outra forma de tentar resolver essa grilagem nessas áreas que é uma coisa muito forte, não sei se estou sendo clara. Uma coisa é resolver a situação no eixo da rodovia onde tem gente, tem título falso ou não tem título, tentar solucionar isso; outra coisa é prevenir essa apropriação indébita em uma escala muito violenta, muito grande como está ocorrendo agora. E tem um risco, pegando todas as três grandes frentes que estão ocorrendo já que é da Cuiabá/Santarém, mais antiga, a do Iriri chamada terra do Meio e o sul do Amazonas, de repente se não controlar esses miolos florestais, se não tiver o que estou falando, essa força-tarefa, vai ter um novo “arco de desmatamento”, estendendo o que já está povoado agora. Acho que é realmente um problema sério.

Eu queria dizer que o que o Roberto falou sobre *royalties* consolidou, ampliou e o que aquele outro senhor falou, tem a ver tudo com o que eu tinha dito antes, seriam estratégias de não abrir mais fronteiras, onde concentrar as batalhas. Por exemplo: existe um instrumento importantíssimo hoje chamado “Avaliação Ambiental e Estratégia” em que se estudam alternativas; o que era melhor: hidrovias, ferrovias, estudos custo-benefício, as vantagens e desvantagens de cada uma das alternativas, e tem umas que nem precisamos fazer porque já sabem que não se quer, mas eu sei: hidrovias Rio Negro/Rio Branco, aí realmente é o fim da picada (desculpem a expressão). Algumas já sabemos que não, tem que ver o que é passível de fazer e o que nem deve entrar em cogitação diante daqueles caminhos que tentei mostrar que são os planos do grupo Maggi.

Aquilo que chamei de tornar a fronteira mais cara, é exatamente isso, cobrar *royalties*, incluir nos custos das estradas os custos ambientais, os custos sociais, até falei cidades com extensão dos serviços educacionais e de saúde para a população, isso tudo seria tornar a fronteira mais cara, e quem paga é quem ... estou falando mais da BR-163 porque é aquela que vão financiar e será feito mesmo o asfaltamento, ninguém tem mais dúvida sobre isso -, então quem deve pagar e arcar com todo esse ônus devem ser os interessados, o setor privado que está mais interessado nisso. Agora, cabe ao Governo não deixar fazer sem a inclusão desses custos. Essa é uma questão; uma coisa é não abrir mais fronteiras, a outra é abrir com autocondicionantes, como são os que estou falando, como medidas prévias, a inclusão dos custos. E finalmente a revolução científico-tecnológica. O Clement falou tanto e acho que é fundamental, porque é ela que pode atribuir valor à floresta e impedir que ela seja destruída, porque enquanto ela não tiver uma valorização e outros produtos forem muito mais lucrativos, a tendência é destruí-la. Não sei se respondi a todas as questões.

Roberto Araújo – Só queria dizer uma coisa rápida, é sobre essa coisa da negociação; temos que partir do princípio, (acho que isso é boa sociologia e não cinismo) de que essa politização de certos grupos é não apenas a tentativa desses grupos de assumirem uma liderança política em prol da coletividade, mas a tentativa de controlar as condições administrativas institucionais que permitem: 1) legalizar o patrimônio obtido por quaisquer meios que fossem, inclusive grilagem de terras; 2) ter acesso aos fundos

públicos e aos apoios governamentais. Isso não é uma coisa casual, é produto de uma estratégia sistemática e voluntária desses grupos – grilagem institucional. E não é por acaso que essas coisas dão certo em áreas onde as instituições também estão se expandindo. Cito o exemplo dos municípios do Estrado do Pará que passaram de 83 para 143, a grande maioria desses municípios, quase 80% do Estado, criados nas zonas de fronteiras como uma espécie de expansão dessas instituições, e muito ligados à exploração madeireira que é basicamente ilegal no Pará, e à exploração do garimpo. Essas atividades são as que produzem as instituições, ou melhor, que produzem os atores que vão presidir as instituições que estão se expandindo, isso não é um acaso. É por isso que insisto: a negociação sim, mas lembrem por favor do Weber, também é sociologia básica. Por definição o Estado deve ter o monopólio do uso legítimo da força: se ele não tem esse monopólio não há Estado. A pistolagem nessas áreas do oeste paraense, não é um epifenômeno, é uma maneira de impor determinadas relações sociais e de produção e modo de dominação; se o Estado não tem isso, no sentido da professora Berta, a força-tarefa acompanha, digamos assim, a negociação porque senão não há negociação.

Charles Clement – Tiveram diversas colocações e perguntas muito interessantes, mas já que nenhuma foi para mim, vou passar a palavra para o Leandro.

Leandro Ferreira – Acho que não ficou muito claro aquele gráfico ali. O mapa que eu mostrei da região dos 4 municípios, juntando Humaitá, Manicoré, Novo Iporã e Apuí, não chega a 2% do nível de desmatamento, porque o desmatamento está concentrado ao longo dos dois eixos, que é a BR-230 e a BR-319, e aquele desmatamento mostrado, falei especificamente, não do desmatamento em terra firme, aquilo significa que nesses municípios o Governo do Estado do Amazonas está dando prioridade para promoção de plantio de soja, mesmo que nos campos inundáveis. Esta informação foi tirada do livro “Solos e Planos do Estado do Amazonas para Expansão da Soja nos Campos de Humaitá: a importância da ciência para o desenvolvimento” – Academia Brasileira de Ciências, a referência vem dali. Aquele mapa mostra o desmatamento geral, principalmente porque, infelizmente mapear esse desmatamento em soja é uma coisa um pouco difícil porque a soja normalmente está muito concentrada em regiões abertas (cerrados, campos inundáveis, campinaranas) e estes tipos de ambiente não são detectados nos processos de desmatamento; os sensores que se utiliza, principalmente o que o Inpa utiliza para dar os dados de estimativa de desmatamento da Amazônia, não leva em consideração o desmatamento em área aberta, esta situação é muito pior do que estamos imaginando.

Só para concluir, aquele mapa mostra desmatamento geral ao longo da 230 que é a Transamazônica e a 319 que é Manaus/Porto Velho, a não ser alguns pontos específicos dentro da região de inundação, aí sim essa atividade ou está associada a arroz irrigado ou à soja, foi isto que foi colocado, e não dizendo que o desmatamento colocado ali é em função da soja: porque é muito difícil detectar, como a região está desmatada, o que foi que provocou o desmatamento, sabemos algumas características mas não especificamente qual é a cultura.

Roberto Araújo – Podemos então passar à próxima mesa. Obrigado.

Sessão 2: Fatores econômicos e agronômicos que propiciam o avanço da soja na Amazônia

Moderador: Antonio Cordeiro de Santana (UFRA/ADA)

Palestrante 1: Paulo Kitamura – EMBRAPA - Embrapa Meio Ambiente

Palestrante 2: Richard Pasquis – CDS/UnB

Palestrantes da Embrapa Amazônia:

Newton Lucena – Embrapa Rondônia

Jackson Xavier – Embrapa Amazônia Ocidental

Antonio Carlos Centeno – Embrapa Roraima

Emeleocípeo Andrade – Embrapa Amazônia Oriental

Alfredo Homma – Embrapa Amazônia Oriental

Antônio C. Santana (moderador) – Boa tarde a todos. Para não perder tempo, vamos iniciar imediatamente a Sessão II, e para isso convoco os palestrantes: Paulo Kitamura, da Embrapa-Meio Ambiente; o Richard Pasquis, da CDS/UnB; Newton Lucena, de Rondônia; Jackson Xavier, da Amazônia Ocidental; Antônio Carlos, de Roraima; Emeleocípeo, da Amazônia Oriental e o Alfredo Roma, também da Embrapa Amazônia Oriental.

Vou atender de acordo com a “hierarquia” aqui dos nomes. Vamos estabelecer um tempo de 20 minutos, com padrão de 2 minutos para concluir, e podermos terminar no tempo.

Paulo Kitamura – Muito boa tarde a todos e todas.

Primeiramente gostaria de agradecer aos organizadores, porque é sempre interessante esta voltando para a terra, revendo os amigos e participando de um debate tão interessante, tão apaixonante que temos que ter agora a coragem e a persistência de ter um comportamento pró-ativo para encaminhar alguma coisa interessante para o futuro da Amazônia.

Preparei uma apresentação, não sei se vou conseguir fazer essa trajetória em 20 minutos, mas gostaria de colocar algumas coisas novas que nos sinalizam que tipo de encaminhamento podemos dar a esta questão da soja na Amazônia.

Primeiro gostaria de fazer um pequeno comentário: essa preocupação com a soja na Amazônia não é uma coisa muito recente, desde o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, o próprio Ministério do Meio Ambiente tinha preocupações para fazer gestão ambiental da soja na Amazônia, eu mesmo participei de umas duas viagens para olhar o que estava acontecendo e sugerir, recomendar algumas estratégias para o Ministério do Meio Ambiente; infelizmente, na época os produtores, as empresas privadas, todo o setor produtivo estava muito receptível a uma regulação desse tipo e perdemos a oportunidade. Agora, temos que recuperar esse tempo perdido, seis anos depois.

Uma outra pequena observação é que exatamente neste momento as forças indutoras da expansão da soja na Amazônia são extremamente fortes, quer dizer, temos os aspectos vocacionais, as vantagens competitivas que foram criadas com essas infra-estruturas todas, e também, do estágio tecnológico que o cultivo da soja mostra no momento, é um cultivo que já se mostra competitivo, mas ainda em termos de investimentos da pesquisa podemos dizer que tem um longo caminho a percorrer e por aí vocês imaginam o tamanho do problema que estamos lidando hoje.

E uma questão importante é que tem consequência para o tipo de encaminhamento que queremos dar, e é exatamente essa falta de coordenação das políticas de desenvolvimento regional. Quando falamos da esfera federal, estadual ou municipal, acho que tem vários conflitos que temos que resolver.

Há necessidade de novas formas de regulação, vou tratar algumas coisas neste sentido, são instrumentos de gestão ambiental da produção de soja na Amazônia. A perspectiva que vou trabalhar é extremamente positiva, de que podemos, se a sociedade assim desejar, temos condições de cercar e fazer a gestão onde a soja realmente vai se expandir e como vamos fazer essa gestão.

Uma questão importante, toda hora ouvimos nos meios de comunicação a necessidade de apertar os requisitos legais, mas uma questão extremamente importante que nos tempos contemporâneos tem sido a tônica, uma tendência hoje, mundial, e de todos os setores produtivos é exatamente buscar códigos de conduta ambiental que sejam extensão da legislação que está colocada. Acho que estas são as questões novas, emergentes que os encaminhamentos de vários setores estão mostrando, esta é uma possibilidade que podemos trabalhar tranquilamente.

Outra questão importante também é que há tendência de incorporar um instrumento de gestão ambiental nos setores produtivos, quer dizer, vários modelos e instrumentos de gestão ambiental vêm sendo desenvolvidos exatamente nessa linha dos códigos de conduta como extensão da legislação, acho este um ponto extremamente importante que é exatamente um formato geral da fala que pretendo finalizar.

[Começa a mostrar figuras]

Próximo – Começando, algumas questões básicas para pensar isso. Primeiro, a constatação de que realmente os problemas ambientais nas últimas décadas se agravaram, e uma questão importante que muda bastante a configuração, há pouco alguém estava falando do aquífero Guarani, o que mudou muito nos últimos tempos é que hoje temos vários problemas ambientais transfronteiriços, que são problemas comuns a várias sociedades e a gestão ambiental de uma das sociedades não resolve mais o problema. Por exemplo, a reserva natural de água Guarani que é compartilhada entre o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai não adianta só o Brasil, ou só o Paraguai, ou só a Argentina, ou o Uruguai se preocupar em fazer a gestão, resolver, adotar medidas para a gestão das áreas de recarga dessa reserva natural de água se os outros também não o fizerem; você passa de um patamar da forma de fazer políticas ambientais para outro, ou seja, de políticas coordenadas.

Um outro ponto importante. Nós temos um consenso social de que as forças de mercado não dão conta dos programas ambientais. Essa é uma constatação e uma tendência grande que se configurou. E é claro que, junto com este aumento da intervenção estatal, vemos o aumento do número de organizações não-governamentais do terceiro setor atuando também, entre outros, ajudando nesta gestão com uma diversidade de atuação.

Essa é uma parte realmente interessante porque estamos partindo de algumas décadas atrás onde a gestão ambiental era realizada quase só pela esfera pública, e hoje temos uma regulação da área ambiental compartilhada, vários outros atores apareceram, as redes de ONGs, várias outras formas de organização que também ajudam a regular este setor; quer dizer, temos várias formas de regulação que no setor produtivo vou trabalhar um pouquinho mais.

Em termos de estratégia do setor produtivo, se fizermos um corte de algumas décadas vamos perceber que elas estavam totalmente numa estratégia remedial, de remediação e atrás do prejuízo; hoje temos o setor produtivo trabalhando no sentido da antecipação.

Próximo – Como coloquei, talvez aqui a parte mais importante e como temos pouco tempo, a emergência das novas formas de regulação na área ambiental, a proliferação de comitês, consórcios, conselhos, arranjos de atores, processos de certificação que são multi-atores sempre, planos de desenvolvimento e gestão de territórios são algumas das figuras. A ADA, por exemplo, está falando muito em arranjos produtivos locais, quer dizer, são formas que podemos estruturar para regulação da questão ambiental, que acho podemos acrescentar. Essa forma de regulação que a Berta Becker colocou muito bem, como o grupo Maggi a partir da montagem de uma estrutura desse tipo, dessa natureza, conseguiu fazer a gestão daquele espaço. Está na hora de pensarmos no consórcio de instituições públicas e privadas e do próprio setor produtivo para se contrapor, e também trabalhar no sentido da gestão ambiental a partir dessas novas formas de regulação, construir essas formas de regulação.

Próximo – Em termos de estratégia do setor produtivo, hoje está bastante claro que cada vez mais, a partir do mercado internacional a questão ambiental é uma restrição e é também um aspecto importante na estratégia de competitividade, as empresas, os setores produtivos estão utilizando cada vez mais a gestão ambiental como a estratégia de construção da competitividade das empresas. Esta é uma questão extremamente importante. Claro que tudo isto é feito a partir da diferenciação dos produtos e serviços, a maior parte são nichos, além do que tem alguns produtos que já estão se caracterizando como se fossem mercado convencional também.

A emergência dos subsetores voltados para tecnologias em processos limpos, mesmo na agricultura, hoje temos vários subsetores que produzem tecnologias para o próprio setor, tanto agroecológicas quanto a de controle biológico e aquelas mais de componentes do sistema. O setor produtivo, que tinha estratégias de ações remediais passa no momento para uma estratégia muito mais preventiva, e neste ponto é extremamente importante porque as estratégias preventivas levam geralmente à reestruturação do setor. E colando com aquela idéia das novas formas de regulação, quer dizer, você tem novas formas de organização dos atores no mercado: abordagem de cadeias produtivas que é extremamente importante, e podemos perceber que onde tivemos abordagem de cadeia produtiva tivemos um avanço bastante grande; ciclo de produção, quer dizer: consumo, trabalhar todo ciclo de produção-consumo.

Próximo – Em termos de antecipar os movimentos dos órgãos ambientais, quer dizer, quando falo em antecipação, o que é que o setor produtivo está fazendo de novo?! Está trabalhando no sentido da negociação e formatação da extensão da legislação, aí podemos chamar de código de conduta ou alguma coisa desse tipo; definição de implantação de boas práticas agropecuárias, as famosas PPA's. Os consumidores impondo isto também a partir de uma demanda do consumo, avaliação dos perigos e pontos críticos de controle, a PPC campo, a PPC pós-colheita na agricultura, código de conduta ambiental que vale tanto para agricultura quanto para pecuária. Isso como uma extensão da legislação setorial. Os diferentes selos que não vou aqui especificar porque não temos tempo, mas temos tanto nessa linha social quanto na linha tipicamente ecológica e combinando com o econômico.

Claro que nem sempre nesse movimento de antecipação tem-se como imperativo a certificação, mas geralmente estas melhorias contínuas em área ambiental estão levando a certificação porque só ela garante sobrepreço.

Algumas trajetórias tecnológicas visando a sustentabilidade. Isso para mostrar que mesmo na agricultura intensiva nós podemos trabalhar bastante no sentido de busca da sustentabilidade; acho que o Galeranie colocou algumas questões e tenho um artigo que mostra quais os caminhos que a agricultura brasileira está trilhando em busca da sustentabilidade. É claro que tem esta questão da agricultura intensiva onde vários dos sistemas de produção estão introduzindo as boas práticas agropecuárias, estão introduzindo a PPC campo, e algumas estão trabalhando códigos de conduta. Temos também vários processos de certificação de qualidade ambiental andando, e também temos na linha dos agroecológicos todas estas vertentes da chamada agricultura orgânica. Aí tem uma questão importante, porque o Brasil tem um potencial enorme e estamos falando toda hora de certificação orgânica e tal, o Brasil é um dos poucos países do mundo que ainda tem muitos sistemas naturais que são exatamente o que os agroecológicos fazem, mas são tipicamente orgânicos e não têm certificado nenhum, por isso não ganham sobrepeso.

Próximo – Em termos de qualidade do produto e ambiental. Tem várias iniciativas acontecendo, eu diria que destacamos o que está acontecendo hoje na fruticultura tropical, o que está acontecendo no Brasil inteiro, hoje o Brasil tem 15 processos de certificação da produção integrada de frutas caminhando. É processo que reduz tragicamente o uso de agrotóxicos com cerca de 70 a 80% e introduz controle biológico e caminha no sentido da estruturação de estação de alerta onde você reduz totalmente o uso de agrotóxico sem monitoramento mais fino. Acho que este é um caminho muito forte.

Este é o último item – PPA's – Boas práticas agropecuárias, boas práticas de fabricação e a PPC no campo que também é uma tendência que o Brasil deve a partir do convênio da Embrapa com o sistema S deveremos estar trabalhando para os principais produtos hortícolas.

Próximo – Aí estão os principais tipos de certificação (vou passar direto porque o tempo está se esgotando).

Características do processo de certificação: o que nós temos, caminhando no sentido do código de conduta que levem a um processo de certificação? Claro, temos que encarar isto como melhorias contínuas e para isso temos que ter um sistema de monitoramento e avaliação; temos que ter normas que regulam cada processo de certificação e temos que ter órgãos normalizadores nacionais e internacionais, selos ou certificados específicos para cada tipo de certificação; instituições certificadoras creditadas, ou seja, com prerrogativa para dar esse certificado; uma rede ou alianças internacionais que dêem credibilidade aos selos; documentos que garantam a rastreabilidade – este é um ponto importante, todos os sistemas de certificação têm como requisito a rastreabilidade. O que é rastreabilidade? São registros, quer dizer, qualquer consumidor em qualquer lugar do mundo pode resgatar em que condições aquele produto que ele está consumindo foi produzido, esta é a palavra chave deste momento; auditorias de verificação de conformidade que é uma questão normal em qualquer tipo de certificação; atendimento ao aparato legal é o patamar mínimo que todos os tipos de certificação trabalham. Claro que, no caso da agricultura, entre a agricultura orgânica ou do tipo que usa agrotóxico ou qualquer outro tipo de certificação, temos que sempre avaliar se é custo-benefício e os produtores estarão avaliando qual dos certificados ou se só o código de conduta é suficiente para que ele faça essa transição. E o requisito fundamental aí é a organização dos produtores. Todos esses processos só podem ser implementados se os produtores estiverem organizados.

Tenho aqui normas da produção integrada, quer dizer, o que ela faz: pega exatamente o ciclo inteiro do sistema de produção, e trabalha os pontos críticos; pega os principais pontos críticos e recomenda boas práticas, para cada pedaço do sistema de produção. Por exemplo: você tem programa de treinamento aos trabalhadores, organização dos produtos de manejo de recursos naturais do turno, origem do material propagativo, aqui no caso produção de frutas; formação de pomares e nutrição da planta; manejo do solo e irrigação; manejo da parte aérea até análise de resíduos no pós-colheita. São pontos críticos do sistema de produção, olhando de uma forma ampla. E nestas pontas, você tem recomendações que são obrigatórias ou mandatárias, ou aqueles que são recomendados, que se recomenda mas não são obrigatórios; produtos e práticas que são proibidos, e algumas práticas que são permitidas com restrição, muitas vezes quando acontecem imprevistos no sistema produtivo.

Próximo – Sistema de Certificação Orgânica, a mesma coisa, quer dizer, você pega o sistema de produção, pega todos os pontos críticos e naqueles pontos críticos temos as recomendações de insumos e práticas permitidas, proibidos e penalidades no caso de ultrapassar ou utilizar determinados produtos ou práticas, acho que este é o ponto.

Próximo – Como é que eu imagino que podemos avançar em termos de gestão ambiental da soja na Amazônia. Primeiro, temos que pensar isso como um processo de melhoria contínua, não queremos contar um processo extremamente avançado que não seja exequível neste momento. Temos que imaginar qual o patamar mínimo e daí avançar. Temos que desenhar um modelo de regulação de desenvolvimento regional conforme estas tendências contemporâneas. Por que não trabalhamos no sentido de buscar aqueles arranjos, aquelas formas novas de regulação do desenvolvimento regional, e a partir daí fazer os arranjos de atores trabalhando neste sentido? Implementar estes arranjos locais, regionais de atores visando a gestão ambiental da produção de soja na Amazônia, e para isso temos que ter instrumentos, construir código de conduta ambiental, tanto local quanto regional, local mais detalhado porque é onde os produtores estão com extensão da legislação. Mas claro que isto tem que ter multiatores e portanto é totalmente exequível na medida que você constrói de forma participativa uma peça social. E claro, pode tanto ser para soja convencional quanto para orgânica, independe.

Finalmente, instrumentalizar a implementação dos códigos de conduta socialmente construídos. Primeiro, é necessário ter um zoneamento econômico-ecológico mais fino, mais detalhado, estabelecer os pontos críticos dos sistemas de produção, e aí eu colocaria a importância dos aspectos gerais da produção no local, ou seja, do entorno, além até dos locais de produção das propriedades; estabelecer boas práticas agropecuárias e sistemas de crédito aos detentores de PPA's. É claro que ninguém vai adotar código ambiental se não tiver nenhuma relação com o preço que ele vai receber, com isso temos que trabalhar nesse sentido, temos que construir esse mercado para que esses selos, esses créditos tenham uma relação com o preço recebido, preço a ser pago a esses produtores. Obrigado.

Antônio Santana – Obrigado ao Paulo por ter usado bem o tempo, inclusive os dois minutos de desvio padrão.

Nossa sessão, só lembrando, são fatores econômicos e agronômicos que propiciam avanço da soja na Amazônia. Vão guardando esses requisitos, essas normas e estratégias para confrontarmos daqui a pouco com o que está sendo feito aí nos Estados, acho que vai dar um bom debate.

Passo a palavra imediatamente para o segundo palestrante, Dr. Richard.

Richard Pasquis – Boa tarde, agradeço o convite e vou tentar apresentar um trabalho que realizamos, um grupo de pesquisadores, sobre o tema da soja que elaboramos quase ao longo do ano passado, onde tentamos colocar uma certa ordem entre as diferentes causas que identificamos, provocando esse deslocamento, esse avanço desordenado da soja na Amazônia Legal. É um desafio porque é uma “árvore” que gostaria de apresentar, vou tentar apresentar por pedaços, e a cada momento vou tentar relacionar onde que fica este pedaço dentro da “árvore”. Vou pedir muita atenção porque é complicado, e não durmam, por favor.

Com essa “árvore causal” tentamos responder um pouco o tema da mesa – Quais são os fatores econômicos, acrescentamos também sócio-ambientais e agrônômicos que propiciam o avanço da soja na Amazônia.

Para começar, gostaríamos de fazer alguns comentários. Primeiramente, quando falamos do avanço da soja achamos que é um processo bastante heterogêneo e seria interessante diferenciar esse processo em função das diferentes situações dos Estados onde está acontecendo esse processo.

Do outro lado, entendemos que esse processo do avanço da soja na Amazônia Legal, no Norte, não é para nós uma simples extensão do que esteve acontecendo no Sul, tem novas características no contexto de globalização totalmente diferente. O tamanho das áreas também não tem nada a ver com o Sul, a produtividade etc., então achamos que seria bom analisar não como uma extensão do que esteve acontecendo, mas talvez com certas características próprias à região.

Vários pesquisadores disseram, mas no Brasil sempre aconteceu isso, cana-de-açúcar, café, etc., e achamos que o que está acontecendo com a soja é bastante diferente do que está acontecendo com cana-de-açúcar e café, até pelas próprias características e obscuridade que tem a soja de adaptação e o cultivo anual, também que corresponde rapidamente ao mercado, o que não é realmente a repetição do café e da cana-de-açúcar.

Gostaríamos de exemplificar também, mesmo falando da soja, para todos nós é bastante claro, falamos do carro-chefe, mas também é importante pensar que a soja numa intervenção com outros grãos, a safrinha, milho, arroz, já forma um complexo de grãos, e também do outro lado a soja faz parte de todo um processo de ocupação de exploração madeireira onde tem pecuária, podemos pensar que os assentamentos do INCRA tiveram um papel importante nesse processo de ocupação, e a soja tem um relacionamento bastante estreito em termos de atores de capital dentro desse processo entre a soja e as outras atividades produtivas.

Uma pergunta que nós colocamos e que também foi colocada esta manhã sobre a soja ser uma nova etapa, um novo “boom” amazônico como teve com outros produtos, e se fosse assim o que vai acontecer depois da soja. É uma pergunta que temos com a preocupação de modelagem e também de visão a longo prazo.

A última questão que gostaríamos de colocar é quando falamos da Amazônia, acho que teve bastante debates sobre isso no Norte, Amazônia Legal, Amazônia como bioma, acho que também em algum momento seria bom precisar do que estamos falando.

A “árvore” que vou apresentar um pouco em nome do grupo que esteve trabalhando em cima dessa *árvore de problemas*, teria como consequência final a expansão descontrolada da soja na Amazônia Legal.

Quais seriam as principais causas que levam à seqüência geral? Primeiramente, o modelo empresarial que não incorpora os fatores sócio-ambientais, depois o modelo nacional de desenvolvimento baseado em resultados econômicos e agrícolas de curto

prazo, e por fim, uma terceira causa importante que é não ter propostas de articulação política institucional da sociedade civil.

Gostaria de acrescentar, neste sentido, que foi como uma autocrítica dos partícipes da sociedade civil neste processo. Eles acham que a sociedade civil esteve procurando modelos alternativos, mas não participou realmente para melhorar o modelo "favorecido". Foco nosso objetivo na alternativa da sociedade civil em não trabalhar conjuntamente com o setor privado, justamente para poder integrar esses fatores sócio-ambientais no modelo empresarial.

A consequência geral da expansão descontrolada está lá em cima, e estas três grandes causas estão aqui em baixo, que vão levar (as três) a esta caixinha aqui. A expansão descontrolada da soja está provocada por essas cinco causas que podemos chamar secundárias, que são: o aumento da produção da soja sem critérios sócio-ambientais que tem as suas próprias causas que vou apresentar; o maior acesso às terras amazônicas; o modelo único de monocultura da soja; terras facilmente incorporáveis à soja e uma falta de cumprimento da legislação ambiental, que justamente encontramos aqui como as causas finais que levam a essa expansão descontrolada da soja.

Agora, teríamos uma situação em que as causas que apresentamos fazem com que os fatores econômicos e agrícolas predominem sobre os fatores sócio-ambientais na formulação e implementação de políticas públicas e instrumentos de mercado.

Isso que vou apresentar seriam estas cinco causas que levam ao avanço descontrolado da soja. Mas, tivemos também uma pergunta: por que chamar expansão descontrolada da soja? Achamos que se nos referimos a um modelo de desenvolvimento sustentável, aí sim, podemos falar de uma expansão descontrolada, talvez uma visão nossa, dos ambientalistas, de alguns pesquisadores, porque podemos pensar que esse processo, ao contrário, é bastante controlado e bastante direcionado mas sob uma ótica de crescimento econômico. De uma certa forma, os atores privados têm um projeto de expansão bem delineado e coerente com os recursos disponíveis na Região Amazônica, inclusive o Roberto falou de uma estratégia bem montada para justamente conseguir estes objetivos. Então, quando falamos de uma expansão descontrolada da soja, claro que estamos falando sob uma ótica que temos que contextualizar.

Agora, nessa 'árvore' tentamos também analisar qual é o papel do Estado. De uma certa forma, no Estado identificamos dois grandes grupos, o que apoia mais o crescimento econômico, infra-estrutura, agricultura também, e do outro lado o Ministério do Meio Ambiente e talvez possamos pensar no MDA. Realmente às vezes falamos de uma certa esquizofrenia nas políticas públicas, mas, melhor do que isso achamos que tem um desequilíbrio muito forte entre duas tendências: de um lado tem uma dependência forte, da pauta exportadora no agronegócio, até nos foi explicado que por um assunto de imposto era mais interessante fazer uma exportação de produtos primários que elaborados; e de outro lado, também o governo depende de obtenção de superávits comerciais justamente para pagar os serviços da dívida externa. E o fato justamente desse desequilíbrio de duas tendências dentro do governo, estes elementos, estas necessidades de obter recursos para pagar a dívida da dependência via pauta agro-exportadora e essa fraqueza dos agentes ambientais dentro do governo, levam a que o modelo de desenvolvimento favorecido pelo governo esteja baseado em resultados econômicos e agrícolas num curto prazo. Esse conjunto de elementos aqui leva justamente a este modelo de desenvolvimento de que falei.

Agora, para essa causa que foi identificada de falta de propostas e articulação por parte da sociedade civil, tem ainda um debate: se realmente as propostas alternativas

podem ser só da responsabilidade da sociedade civil, em que medida o Governo tem realmente possibilidade de assumir esta responsabilidade. De certa forma, podemos identificar entre ações da sociedade civil o que falei antes, porque não teve realmente como prioridade inserir critérios sócio-ambientais no modelo favorecido. Isto fez que não tivesse realmente pontos de encontro de interesse comum entre a sociedade civil e o setor privado. E isto levou as propostas para inserir critérios sócio-ambientais no modelo favorecido a serem insuficientes.

Do outro lado, pela própria dispersão da sociedade civil, ainda que nos dois últimos anos houvesse um esforço muito forte para sua articulação, realmente a sociedade civil não teve suficiente capacidade de negociação e de comunicação para inserir estes critérios sócio-ambientais no modelo favorecido. E conjuntamente com essa fraqueza do lado do setor ambiental e do Governo, todo este conjunto levou a uma falta de propostas de articulação de política institucional para inserir critérios sócio-ambientais no modelo favorecido, que é esta outra parte aqui da 'árvore'.

Agora, em relação a essa elaboração que fizemos dessa "árvore de causas", conseqüências, até chegar a este avanço desordenado da soja na Amazônia Legal, temos ainda uma série de perguntas, dúvidas que gostaríamos de aprofundar.

Em relação a bens públicos: em que medida seria possível ter uma reflexão conjunta com diferentes atores sobre bens públicos? Por outro lado, se atualmente o financiamento da cadeia é principalmente privado, quer dizer que é muito difícil poder controlar esse processo através do financiamento. Por exemplo: outra parte da 'árvore' que identificamos aqui e que leva ao aumento da produção da soja sem critérios ambientais, de um lado temos um aumento da demanda para a soja brasileira provocada pelo mercado internacional, teve uma desvalorização do real, também interesses do agronegócio que priorizam o agronegócio nas negociações do país e que logicamente levam ao modelo de liberalização comercial sem critérios ambientais. E de outro lado, tem esse amplo financiamento privado, disponível para a soja, mas que não leva em conta critérios sócio-ambientais, que é essa outra parte da árvore.

Tem outra parte identificada também que é justamente a falta de valor para a floresta em pé. Em que medida, por exemplo, o mercado de carbono pode ser uma alternativa que possa resolver esta situação? Por que temos um modelo empresarial que não incorpora fatores sócio-ambientais? Se de um lado temos mercados diferenciados por que não têm mercados diferenciados para a soja sustentável? Por que não tem instrumentos para diferenciar a soja e cobrar os custos sócio-ambientais? Tem até um problema grave de dificuldade de rastreabilidade do grão, por exemplo, lá no Mato Grosso tem um produtor de soja orgânica que tem que ter toda uma tecnologia para segurar a rastreabilidade desse grão orgânico, é complicado. Além disso, não tem realmente mercado para financiar isso. De outro lado os consumidores não conhecem a soja, eles consomem frango mas não consomem diretamente a soja, sobretudo nos países ocidentais. Então, os consumidores também não estão dispostos a pagar mais por um produto sustentável. Não tem também uma diferenciação da soja na cadeia, não tem financiamento para diferenciar a soja sustentável, não tem mercado suficiente para produtos de debate florestal, a floresta em pé não tem suficiente valor, e há visões de curto prazo dos atores privados pelo fato de que não têm uma suficiente consciência ambiental. Todos esses elementos fazem com que o modelo empresarial tenha essas características.

Agora são as projeções oficiais, por exemplo, da produção no Mato Grosso no período de 10 anos. Que limitações poderíamos imaginar para frear este processo? Quais são

realmente as perspectivas no mercado? O que vai acontecer com o mercado da China? A soja orgânica, a soja alimentícia oferecem outras alternativas? Podem aparecer também novas doenças pelo fato do monocultivo, como a febre asiática, etc.?, Vão aparecer novas limitações agroecológicas que a pesquisa não possa resolver? Vai ter suficiente infra-estrutura, vai ter suficiente financiamento? Digamos que são várias perguntas que nos inquietam sobre o futuro dessa dinâmica da soja que estamos observando hoje. Obrigado.

Antônio Santana – O pessoal aqui é treinado, termina em cima da hora. Passo imediatamente para o Dr. Newton, de Rondônia, que fará sua apresentação. O palestrante tem uma mania de fugir do controlador de tempo, fica ruim de visualizá-lo.

Newton Lucena – Boa tarde. No momento agradeço pela participação no evento, extensivo às instituições promotoras. É um tema crítico, de grande relevância que tem de ser debatido por uma comunidade tão seleta.

Vamos fazer um histórico sobre Rondônia, a importância da soja, e através desses aspectos vai ser possível identificar até que ponto a soja é ou não ameaça para o Estado de Rondônia.

[Mostrando slides]

Aqui nesta localização, Rondônia, geograficamente, é o coração da América do Sul, uma posição privilegiada em relação a alguns mercados, mas em relação ao próprio Brasil fica escondido, dificulta o nosso desenvolvimento.

Aqui divisamos o município em 70, basicamente Rondônia começa em 70 com o primeiro projeto de implantação que é Ouro Preto do Oeste, eram dois municípios, a população muito pequena, e Rondônia hoje, depois de 33 anos é fruto de projetos de colonização, na nossa concepção de altíssima relevância social e que serve de exemplo tanto para o Brasil como para a América do Sul, até para todo mundo. Hoje aqui temos 52 municípios.

Próximo - Com relação a solos temos cerca de 40% de latossolos (vermelho-amarelos e outros) e 10% de terra roxa. Nessa terra roxa é que temos a pecuária de grandes produtores rurais e que possivelmente podem entrar no processo de renovação de pastagem através da soja, o que daria em torno de 50, 60 mil hectares. Ali as areias quartzosas. Então temos que 75% do nosso solo são hábeis para a lavoura, 3,5% para pastagens cultivadas, 2,5% para a silvicultura e pastagens naturais, que pertencem à região do Guaporé, o início do nosso pantanal brasileiro, e, sem aptidão agrícola, 16%, que correspondem a 41 mil de km².

Basicamente, 66% são solos com baixa fertilidade natural. O sucesso de Rondônia deveu-se a os assentamentos terem sido feitos em solos de boa fertilidade na década de 70; posteriormente, acabaram essas terras boas e os assentamentos feitos em solos de baixa fertilidade foram um fracasso, o pessoal teve que sozinho obter opções e temos a questão do café. Então, 32% são solos de média fertilidade onde se desenvolve todo o potencial agrícola de Rondônia. E temos as reservas ecológicas que, mesmo contendo areias quartzosas, nesse processo de avanço em caráter bem pequeno, já vêm sendo invadidas, na região de Vilhena, por alguns produtores que se estabeleceram nessas áreas. São elas que estão lá há mais de 40, 50 anos, nunca foram invadidas, não tem MST, nada, são áreas realmente impropícias, mas o pessoal está aproveitando devido à localização estratégica do município, e estão comprando e plantando. Realmente são extremamente frágeis.

Com relação à fertilidade do solo a Embrapa está se preocupando em usar leguminosas para proteger o solo, buscar nitrogênio biológico, usar consórcios anuais ou perenes em todos os sentidos e cobertura de solo. Além disso, a questão da retenção de água, e das plantas invasoras é seríssima. Porque quando se fala em soja em área de cerrado é muito fácil, muito simples, mas imagine soja em solo úmido, chuvoso, depois de 5, 6, 10 anos de cultivo. Até próprias pastagens bem manejadas não conseguem competir com as invasoras, é um problema seríssimo que não acontece em cerrado.

No nosso Estado, a agricultura familiar, 80% da nossa produção – arroz, feijão, mandioca e milho – é desenvolvida por agricultura familiar, fruto da colonização que dá mais ou menos 100 mil produtores rurais. E observamos a parte composta por propriedades de 200 hectares (93%) e até de 100 hectares (84%), que dificilmente a soja teria como ocupar lugar, já que sabemos que a soja faz o desenvolvimento regional, mas não faz o local, e é realmente excludente para agricultura familiar. Aqui se demonstra o sucesso que foi Rondônia, e que está sendo até hoje, na alocação de quase 100 mil famílias, na sua grande maioria, pessoal vindo das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, demonstrando que é possível fazer reforma agrária com relevância social, ambiental e econômica.

O Mato Grosso é uma potência continental, ou talvez mundial, mas mesmo assim consideramos Rondônia ainda a fronteira mais dinâmica da Amazônia. Nos últimos anos a população de Rondônia não vem aumentando muito. Está havendo um refluxo e os assentamentos rurais são muito poucos ou quase inexistentes. Trinta e seis mil e setenta, com um milhão de pessoas, que, se bem que representem um acréscimo em comparação com os quase 400 mil em 2.000, ficam aquém da perspectiva de 5 a 6 milhões em 2005, estimada na década de 80. Isso não se concretizou porque o grande alicerce de Rondônia é o serviço público; a partir do momento em que não se gerou emprego público, como o pessoal no campo tinha seus limites, não havia área disponível mais para fazer assentamentos. Cerca de 40% da população são de zona rural, já falamos, e o processo migratório está em refluxo.

O setor mais importante é o agropecuário para Rondônia, 22 a 30% do PIB de Rondônia se deve à agropecuária, o nosso PIB agora está em cerca de 9 bilhões de reais e o PIB agropecuário chegando a quase 3 bilhões de reais.

Aqui neste período é a colonização, e Rondônia foi o Estado com maior evolução e potência relativa e taxa de crescimento da produção de lavouras.

Temos muitas áreas encapoeiradas que podem ser utilizadas no processo, mas a questão de derruba e queima que é tradicional já ocorre com menor frequência.

O aproveitamento natural do solo no período de 2 a 3 anos e você entra ou com culturas perenes ou já na pastagem. Rondônia é o terceiro regional de arroz, segundo de milho, segundo em feijão e terceiro em mandioca. Em 93 Rondônia foi quem regulou o mercado nacional de feijão no Brasil.

Observe-se a produção de grãos na área, a redução é muito grande, feijão, milho, a mandioca está quase desaparecendo porque não tem mais assentamentos, o pessoal teve que optar, e basicamente a grande maioria optou pelas pastagens, a pecuária, então não tem mais áreas para isso.

Da soja vamos falar mais na frente. O algodão, algumas experiências, mas devido a falta de mercado e preço o pessoal não conseguiu evoluir.

Com relação à produção de soja, a área média de 600 hectares, de 300 a 3.000 hectares, é um cultivo racional com infra-estrutura adequada para exploração, utilização

de máquinas e equipamentos adequados, tratores e pneus, pulverizadores, britadeiras. O financiamento da Caixa ajuda mais, já foi falado aqui anteriormente, são os grandes impulsionadores do desenvolvimento local, principalmente do Grupo Maggi que faz financiamento, recebe a produção e paga antecipadamente.

O plantio direto, basicamente com milho onde já ocorre terceirização diária plantio/colheita. Algumas empresas têm só máquinas para fazer o serviço terceirizado. Pessoal com experiência e tradição, a maioria gaúchos e catarinenses, são receptivos à inovações tecnológicas, e aceitam sugestões para pesquisa e assistência técnica.

Rondônia, vocês devem saber mais do que eu, é tido como o Estado do desmatamento, é o Estado que mais desmatou, mais degradou o meio ambiente e isto não é verdade. Lá o nosso pessoal, o nosso produtor rural está consciente disso. Nós temos um trabalho da Embrapa Rondônia na comunidade adventista com cerca de 5 hectares de soja, é uma escola agrícola e esse pessoal planta soja orgânica, e ela é comercializada entre os membros da Igreja Adventista de Rondônia e Acre, é uma coisa pequena mas já tem importância social muito relevante.

Aqui é a área, começamos em 86, área pequena, recentemente, 91 - 2, 3 e 4 não houve plantio de soja, inclusive o próprio Mato Grosso tinha um preço para *commodities* muito baixo. Na região de Sapezal como não tinha soja, tudo virou pastagem. A partir de 95 já vem melhorando o preço relativo mas não tanto, porque estava todo mundo quebrado, o pessoal da região estava falido, mas em 97 sim, já vem o Grupo Maggi, e a tendência é de aumento.

Aqui é uma estimativa, vale a pena corrigir porque no jornal local saiu o Pará como o maior produtor de soja da Região Norte o que não é verdade, mas estamos aqui com 38 mil hectares, a produção é bem maior. E aqui estes dois valores, em 2000, 2001, e 2002 diz que a maior produtividade de soja no Brasil foi a de Rondônia, porque é um cerrado amazônico onde temos quase 2 mil mm de chuva por ano. E o grande lance da soja é que ela é muito produtiva, muito responsiva e você se torna competitivo e pode competir com o tesouro americano, nós competimos com o produtor americano, por isso que o grande interesse além de preço são os avanços que acho são benéficos na área agrônômica, melhoria da eficiência e eficácia da produção.

Aqui é o nosso mapa, temos a BR-364, aqui é onde está o desmatamento; aqui vocês observam quanto maior e mais desmatada a área é onde se concentram as grandes explorações. A soja é em Vilhena, aqui já é Mato Grosso e está entrando um pouco em região de mata, mas é floresta: Cerejeira, Colorado, Castanheiras, mas são produtores médios a grandes que têm maquinário, secador, colheitadeira que faz a safrinha do meio, ele associa até outras culturas e ele entra no mercado porque tem a questão de preço. No cerrado são solos planos. Aqui na região são solos bons, tanta terra roxa que está aqui... Os grandes pecuaristas que podem entrar no processo e lá o pessoal tem uma grande preocupação com a questão de conservação de solo porque Rondônia, como falei, é tido realmente como um Estado degradador. Essa é a grande preocupação, o pessoal tem todo o problema, são solos mais rasos e há a questão de infiltração.

E aqui nós temos Mato Grosso, e aqui na região de Machadinho fez-se um estudo já há quase 20 anos o pessoal tem interesse, eles já têm maquinário, vão plantar arroz e principalmente soja para exportar, e o plano do grupo Maggi é a 174 aqui em Sapezal e vai até Itacoatiara, e este pessoal aqui de Rondônia pode se beneficiar dessa via de escoamento. Aqui temos o porto que vai acessar esta estrada, foi inaugurado recentemente, 60 km e feito com recursos próprios dos produtores. Isto pode realmente viabilizar até o pequeno produtor a entrar na produção de soja.

Aqui foi mostrado pela manhã a questão de Buritis que é uma região nova mas que não é plantio de soja, há extração de madeira que é um projeto de assentamento dos municípios e as pessoas estão se instalando porque temos um vácuo de poder ou de oficialidade com relação ao zoneamento de Rondônia, como vamos falar mais na frente.

Culturas perenes (fruticultura, dendê ou outras coisas), áreas recentemente desmatadas ou deixar capoeira e entrar com a pastagem; mão-de-obra familiar e a grande ênfase em sistemas multiestratos com banana, cupuaçu, seringueira, castanha, café, cacau e outras espécies florestais.

Temos 44 mil famílias rurais que trabalham com café, é o 4º produtor nacional de café e 2º de 'robusta', 3º de cacau e 3º de banana a nível regional. Vejam, 203 mil hectares de café, quer dizer, na área de mata, na agricultura familiar a soja não vai ter espaço, a não ser que haja uma exclusão social muito grande. O cacau é uma cultura realmente decadente, não tem mais importância sócio-econômica, e as fruteiras em geral são muito poucas, quase incipientes. Então Rondônia, hoje, reproduz a política do café com leite: o que mantém Rondônia é o café e o leite, e são ações que não foram incentivadas por ninguém. O que se incentivou em Rondônia nunca deu certo, a questão das frutíferas.

Pecuária, que é o 2º grande recurso, 10º rebanho nacional, 9.8 milhões de cabeças, 36 mil produtores, quando você soma os dois ou faz intercessão vê que basicamente é café com leite: 1,8 milhões de leite por dia, 72 laticínios e 11 frigoríficos, só a carne gera quase 1 bilhão de 'valor-produção' para Rondônia, e o leite quase 200 milhões, e Rondônia é quem mais está crescendo na produção de leite no Brasil, já somos o 8º produtor nacional do leite.

Temos os eixos Oeste em que Rondônia faz parte, mais Amazonas, Araguaia, Tocantins, e o Mercado Andino Asiático, e Econorte através das hidrovias.

Aqui é o Madeira/Amazonas, o eixo Oeste; para Paranaguá o que se quer fazer é sair daqui para jogar em Itacoatiara, economiza bastante, e quando sair a Santarém/Cuiabá você está... Não sei como foi falado anteriormente se aqui no Guaporé teria algum sentido, fica muito longe, a não ser que você jogue aqui no Pacífico.

Aqui é a saída do Pacífico, os eixos mais definidos, aqui o Merconorte que segundo especialistas tem mais população do que o próprio Mercosul, e talvez até mais renda, desde que você considere o Brasil como um todo.

Aqui é o porto graneleiro onde tudo foi feito pelo Grupo Maggi em 97, eles modificaram as barcas, levam grande quantidade; já passaram por aqui quase 2 milhões de toneladas de soja, eles mudaram tudo e todo o processamento é via satélite, porque o rio tem muito banco de areia que a cada ano se modifica. Realmente é uma grande engenharia manter isso em execução.

Colonização: como falei, Rondônia realmente para ter essas produções, para ter esse impacto social e econômico, também teve a questão ambiental.

Aqui é o mapa. Aqui é a relação desmatamento/rodovias, aqui querem fazer essa estrada e aí sim é perigoso, se vier o asfalto será o Pantanal nosso e vai haver degradação.

Aqui é a relação dessa questão de desmatamento social, a relação entre produção de arroz, milho e feijão com área desmatada, e Rondônia, graças a Deus tem a melhor relação, provando que esse desmatamento pelo menos serviu para aliviar a fome de muitas famílias brasileiras.

Aqui é o zoneamento global. Aqui é a zona 3, esses verdes seriam preservação quase que absoluta; a zona 2 é manejo sustentável para alguma exploração de baixa intensidade, e a zona 1 seria onde se localiza a questão agrícola. O nosso zoneamento preconiza 70% de conservação e 30% de desmatamento, só que nessa área aqui você vai chegar até 80%, então Rondônia está parada há quase 4 anos, a Medida Provisória 2166 inviabiliza, não aprovou esse zoneamento, por isso tanto desmatamento como é observado aqui, estão desmatando, aproveitando esse vácuo de poder oficial, desmatando o que for possível para depois mostrar o fato consumado. Agradeço e muito obrigado.

Antônio Santana – Obrigado pela apresentação. E agora vamos ter a fala do Dr. João Barreto.

João Barreto - Gostaríamos de agradecer também a oportunidade de fazermos alguns esclarecimentos a respeito do cultivo da soja no Estado do Amazonas.

Em relação ao Amazonas, de maneira geral podemos considerar que a agricultura é incipiente em todos os sentidos. O Estado todo, hoje, sobrevive em torno das funções da Zona Franca de Manaus e como ela passa realmente por momento difíceis, não sabemos até quando vamos ter aceitação do Governo Federal, os últimos Governos têm trabalhado no sentido de criar outras alternativas econômicas para o Estado. E considera-se que a agricultura, a agropecuária, o sistema florestal como um todo possam realmente contribuir nesse processo.

Como foi colocado que teríamos 10 minutos apenas para fazermos esta apresentação, vamos fazer uma abordagem apenas da questão da soja, embora nós possamos também comentar a respeito dos outros grãos. Mas de maneira geral vou fazer um pouco da abordagem da soja, e mais tarde vão ver aí porque coloquei um quadro onde a situação é pequena.

O local onde se está plantando soja no Estado do Amazonas é a região sul do Estado, que se chama de "campos naturais", que, em função do avanço da fronteira agrícola dentro desses corredores passando por Mato Grosso e Rondônia, chegaram no sul do Estado porque existe lá uma área considerável, de campos e cerrado. Tem chegado ultimamente um grupo razoável de produtores vindos do Mato Grosso, de Rondônia que são gaúchos, paranaenses, e esse povo também está se instalando lá. De maneira geral é isso.

Os solos predominantes dessas áreas são os vermelhos-amarelos, a umidade lá na região é parecida com o restante da região toda, em torno de 84, 86% de umidade, a precipitação é em torno de 2.300 milímetros.

Vou apresentar isso só para terem uma idéia hoje do momento que estamos vivenciando, é uma apresentação pequena.

Fiz questão inicialmente de fazer uma abordagem a respeito das políticas, o próprio Governo tem interesse, em função desse aspecto que falei: precisamos sair do modelo de Zona Franca apenas, não que ela não seja interessante, gostaríamos que ela permanecesse mas não sabemos, ela está com prazo de validade até 2023 só para terem uma idéia, agora. Se até 2023 não conseguirmos criar modelos que possamos considerar de desenvolvimento para a Região Amazônica, para o Estado do Amazonas, vamos ficar numa situação difícil, a menos que ela seja prorrogada novamente. O Governo, através exatamente desses interesses, tem colocado alguns programas de apoio.

Inicialmente o terceiro ciclo de desenvolvimento do Estado do Amazonas, feito ainda numa gestão passada, isso começou em 94, 95, e dentro dessa política de incentivo

foram criados programas pró-calcário, e neste último Governo estamos vivenciando o programa Zona Franca Verde que é exatamente para se contrapor um pouco à Zona Franca mesmo, o pólo industrial de Manaus.

O Governo tem disponibilizado crédito via APEAM que é uma agência de fomento do Estado, como forma de incentivar de certa forma o pessoal que tem chegado lá. Além da FIAM existe o BASA que tem também financiado, e agora mais recente a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado que vem também contribuir no processo de geração de ciência e tecnologia, capaz de dar suporte não só à questão de grãos, mas em todas as áreas. Para nós isto é importante porque todo mundo sabe da situação que se vive no país, de maneira geral em relação à questão de recursos. Com certeza o Estado do Amazonas é um dos Estados que tem um bom suporte financeiro considerando que temos uma população pequena. Hoje é um Estado que tem um recurso considerável, e a Fundação de Amparo à Pesquisa, a partir agora deste ano que estamos findando, já recebeu um recurso considerável, já saíram os primeiros editais, inclusive vários projetos tanto da Embrapa quanto da Universidade e do INPA foram realmente contemplados para desenvolvermos atividades de pesquisa, porque muitas vão dar suporte às atividades do setor agropecuário.

Só para enfatizar mais uma vez, a questão da soja no Estado está sendo desenvolvida apenas na região sul, que é a região de campos cerrados que possui estas vantagens competitivas e oportunidades, com resultados promissores de variedades graníferas, disseminação de práticas agrônômicas modernas para exploração de cultivo, oferta de terras baratas, redução significativa de custo de transporte das safras, facilidade de atingimento dos mercados internacionais, apoio de políticas públicas do Estado. Compreende basicamente esta região dos municípios de Humaitá, Mainicoré, Canutama e Lávrea, essa é a região onde tem chegado pessoas para trabalhar a questão de grãos, e aí colocaríamos a soja que vão ver ainda é de pequena produção.

Fala-se, não temos dados muito precisos, algumas pessoas falam em mais de um milhão de hectares, mas também nós, particularmente, em função de documentos que temos pego, essas áreas devem realmente se situar nesta faixa de 600 a 700 mil hectares, mas o próprio Governo trabalha com dados maiores do que isso daí.

Não coloquei nenhum mapa em função da pressa com que fizemos isto, eu estava em Humaitá na segunda e terça-feira, cheguei e viajei já na quarta-feira de madrugada, infelizmente não tive condições de pegar nenhum mapa, mas os colegas, tanto o de Rondônia já apresentou e deu para perceber onde fica essa região, é no sul do Estado bem no limite com o Estado de Rondônia.

Na atualidade os produtores consideram que existem fatores limitantes a este processo produtivo lá na região e que é real, diga-se de passagem, e não deve ser tão diferente do que vem ocorrendo em outros lugares aqui da mesma região. Questões fundiárias, questões de financiamento de cultivos, de infra-estrutura inadequada, dimensionamento de máquinas, custo de produção, qualidade de insumos, controle fitossanitário, drenagem de solos (este é um problema sério, realmente), pesquisa agrícola pública e assistência técnica.

De maneira geral, o povo que tem chegado lá vem com uma certa infra-estrutura em termos de maquinário. No entanto, já existem hoje, aproximadamente, em torno de 20 famílias trabalhando com grãos no sul do Estado, envolvendo principalmente o município de Humaitá e de Mainicoré. Existe este número aí de produtores envolvidos que já têm alguma infra-estrutura, alguns já estão lá desde 95, criaram uma infra-

estrutura com secadores, têm máquinas de plantadeira, colheitadeira, armazéns para fazer armazenagem das colheitas, mas ainda assim é deficitário, até porque o plantio ocorre em uma única época, e quando chega a colheita é um problema sério.

Eu queria fazer uma abordagem em relação à questão da base tecnológica disponível hoje no Estado do Amazonas.

A Embrapa Amazônia Ocidental está presente de forma não-sistemática trabalhando na região sul do Estado desde 95/96; nesse primeiro ano em que lá chegamos, as atividades eram predominantes com arroz de sequeiro, arroz basicamente, milho só um pouquinho e soja nada. Então em função disso, nós particularmente lá da Embrapa Ocidental, junto com os colegas de Rondônia fizemos apenas dois experimentos com soja nesse período, que foi exatamente para fazer adaptação de cultivares e também um estudo de época de plantio.

Em função da dificuldade de recursos que temos, (está difícil conseguirmos recursos disponíveis para deslocamento) se estamos em Manaus, para nos deslocarmos até o sul do Estado é um negócio violento em termos de gastos. Tivemos realmente muita dificuldade para fazermos atividades com a soja, até porque nos primeiros anos só se estava trabalhando com arroz e milho, continuamos lá e depois o Governo do Estado fez um convênio conosco e trabalhamos apenas com arroz e milho; soja na realidade, todo o aparato, a base tecnológica hoje em utilização é proveniente de resultado de pesquisa dos colegas de Rondônia, dos trabalhos desenvolvidos no Mato Grosso e também um pouco dos trabalhos desenvolvidos hoje em Balsas, no Maranhão. Como este povo que está lá tem passado por Rondônia e Mato Grosso, principalmente, acaba aproveitando e eles têm experiência, com isso eles têm realmente utilizado mais as informações. E nós estamos acompanhando de uma forma meio devagar, diria que estamos um pouco a reboque dos produtores em relação à questão da soja. Em relação a arroz e milho também demos alguma contribuição; desde 2001 estamos afastados da pesquisa, no caso, dos campos de cerrado de Humaitá. Estamos num processo de negociação agora com o Governo do Estado que deve estar saindo, já foi assinado um convênio e a partir do ano que vem deveremos receber recursos para retornarmos lá com uma base física, e foi aprovado agora com recursos da FAPIAM um projeto do INPA no qual a Embrapa e a Universidade são parceiros. Este projeto já foi aprovado, tem recurso razoável que vai dar para fazer um trabalho também em relação à soja, e vamos continuar com arroz, feijão e milho que também estão sendo trabalhados nesta região. Eu fiz esta observação porque poucas foram as atividades de pesquisa sobre a soja implantadas pela Embrapa no Estado.

De forma geral, a base tecnológica é resultado de um trabalho desenvolvido pela pesquisa no Mato Grosso, Maranhão e Rondônia.

E sobre a infra-estrutura de apoio, se podemos considerar hoje, existe realmente o terminal graneleiro de Itacoatiara que, depois da criação da hidrovia Madeira/Amazonas foi feito e a professora Berta fez muitos comentários hoje pela manhã em relação à questão do terminal graneleiro de Itacoatiara, do Grupo Maggi e que está trabalhando hoje com o esmagamento de 1.500 toneladas de soja/dia; essa soja é toda proveniente principalmente do Mato Grosso, Rondônia e de Roraima também deve estar chegando, e do Estado do Amazonas que é incipiente, depois vocês vão ver.

Em 2002 foram exportados através do porto de Itacoatiara 1 milhão e 200 mil toneladas de soja, e agora este ano 1 milhão e 500 mil; a previsão para 2004 é que deve passar de 1 milhão e 800 mil toneladas de grãos lá no porto graneleiro.

Em relação à questão da produção de grãos no Amazonas, existem estas demandas para fornecimento dos cultivos; nós, junto com os produtores e todos os setores, o (IPAN tem participação interessante neste processo), todos os segmentos envolvidos, consideramos que estas demandas estão prementes para que este processo de cultivo de grãos na região possa realmente avançar.

A caracterização de áreas potenciais; oferta contínua de cultivares produtivas e adaptadas; ênfase para o manejo e conservação do solo; ênfase para o plantio direto; sistemas integrados de produção; aprimoramento de calagem em adubação; monitoramento de pragas e doenças; monitoramento ambiental; custo de produção competitivos; agressiva transferência de tecnologia dos cultivos; maior apoio para pesquisas com grãos e fortalecimento de serviços e assistência técnica, além de uma maior participação da iniciativa privada no financiamento da pesquisa. Consideramos que estas ações aqui são de extrema importância para que este processo produtivo de grãos no sul do Estado possa realmente avançar dentro de um processo capaz de considerarmos (não gosto muito desta palavra) sustentável, mas dentro de um conceito racional. Eu realmente considero que é possível que possamos fazer uma produção racional. Acredito que estas ações aqui são de extrema importância para que nós possamos fazer com que o cultivo de grãos lá no sul do Estado possa caminhar de forma a atender as condições ambientais e sociais.

Ainda em relação à questão – já fiz esta abordagem do projeto que foi aprovado recentemente pela FAPEAM, para a região de Humaitá, com a participação da Embrapa e do convênio que temos hoje com o Governo do Estado e que vai nos proporcionar realmente a possibilidade de desenvolvermos novas ações.

Já foi dito hoje pela manhã sobre a importância do desenvolvimento de ciência e tecnologia. Não teria nem a quem fazer esta abordagem; nós temos essa compreensão de que se não houver recursos para desenvolver ciência e tecnologia na Amazônia ou no mundo todo, fica difícil realmente avançar.

Eu queria enfatizar um pouco a questão da soja, isto é um pouco do que nós sentimos. Se nós desenvolvermos atividades na região, não dermos opção para quem vive na região principalmente em termos de outras alternativas de desenvolvimento, fica difícil. Infelizmente ou felizmente, a soja é uma opção. E já foi dito aqui e também percebo isso: enquanto a soja estiver neste boom de preço vai ser realmente uma opção aqui para a região.

A questão que também é importante ressaltar é que, qualquer atividade, aí eu não queria colocar a questão da soja mas qualquer atividade agrícola, desde que não se tenha critérios para trabalhar, com certeza em todas elas vamos ter insucesso, vamos ter problemas ambientais e sociais. Vejo essa preocupação, considero que não só para a soja, mas para todas as atividades que se faça aqui na Amazônia ou em qualquer parte do mundo, se não tivermos critérios, com certeza estaremos fadados ao insucesso. Entendo que a parte de ciência e tecnologia tem muito a contribuir nesse processo.

Gostaria de agradecer esta oportunidade, ficamos por aqui e depois teremos questionamentos. Até ressaltar um ponto: é uma pena que o colega, o Leandro, não esteja presente, mas não entendi muito a abordagem feita por ele em relação à questão de arroz irrigado. No Estado do Amazonas não existe um hectare de arroz irrigado, o que tem é arroz de sequeiro.

Desculpe, tem ainda uma última tabela: esta é a última mesmo, só para ter uma idéia da situação que se vive hoje no Estado do Amazonas. Em 94 e 95 tinham sido

plantados 600 hectares de arroz na região de Humaitá, depois subiu para 1843 em 96, e 97, 3.170 e a partir de 97/98 foi que entrou a soja e o milho com áreas consideradas pequenas, depois diminuiu aqui para 300 hectares, (o arroz sempre foi o carro-chefe), em 99 passou para 400, em 2001 baixou novamente para 100 hectares; em 2001 voltou a ter um incremento passando para 700 hectares. No ano passado houve um aumento maior de 1600 hectares no caso, e neste ano já estão implantados 2.589 hectares, mas esta área deve ficar este ano em torno de 4000 hectares, deve suplantiar inclusive a área de arroz. É esta a situação hoje que estamos vivendo no Estado do Amazonas. Obrigado.

Antônio Santana – Obrigado pelos 10 que viraram 20, mas estava no tempo. Passo imediatamente a palavra para o Dr. Antônio Carlos, de Roraima.

Antônio Carlos – Bom dia a todos. Para nós é um grande prazer estar aqui representando a Embrapa de Roraima.

Vamos dar primeiramente alguns aspectos gerais do Estado de Roraima para depois entrar, propriamente, no aspecto da produção de soja no Estado.

[Apresentando transparências]

O Estado de Roraima possui uma área de 225.116 km² que, basicamente é subdividido em dois ecossistemas principais: o ecossistema de savanas ou lavrados ou cerrados, chamado, que possui 17% do total da área do Estado, e o de floresta em torno de 83% do total, onde principalmente nesta região se concentra a maioria das pequenas propriedades.

Para organizar melhor a ocupação do Estado, logicamente que algumas ações foram desenvolvidas, e uma delas é o zoneamento ecológico-econômico, para o enfoque do uso agrícola teríamos em torno de 8,8% do total, se considerou para savanas próximo de 920 mil hectares, sendo que desses aí 800 e poucos são terras altas e 100 mil várzeas, e área de floresta em torno de um milhão de hectares, já descontadas áreas indígenas, áreas de legislação, etc..

Justamente dentro dessas áreas e procurando oportunizar opções de desenvolvimento para o Estado, fez-se também um levantamento de que oportunidades teremos em termos de mercado consumidor. Considerando a saída de Boa Vista em direção ao sul da Venezuela, nós teríamos nessa região em torno de 3 milhões de habitantes; no sentido da Guiana de Georgetown teríamos em torno de 800 mil habitantes, Roraima possui em torno de 300 mil habitantes, e na direção de Manaus, principalmente a cidade de Manaus que é o nosso grande mercado atualmente teremos em torno de um milhão e meio de habitantes. Isso aí daria em torno de 5,6 milhões de consumidores potenciais para a produção que fosse desenvolvida no Estado.

Com uma certa ligação com a outra transparência que apresentei, aqui seria com relação à alternativa para escoamento da produção agrícola, quer dizer, teríamos a Venezuela também até o seu porto 700 km, Porto La Cruz 1.200, teríamos no sentido da Guiana 550 km, e no sentido aqui até Itacoatiara onde teria o porto graneleiro do Grupo Maggi, a opção de 1.012 km. Vale ressaltar que tudo é estrada asfaltada, são estradas concluídas e bem pavimentadas, só em direção à Guiana é que está faltando a conclusão de uma ponte, inclusive o Governo Federal e o Governo da Guiana estão em negociação para construí-la para que dê acesso àquele país.

Outro aspecto que temos que considerar é que Roraima até pouco tempo atrás dependia de termelétricas, e hoje, graças ao acordo do Governo brasileiro com o Governo venezuelano trazemos energia de Guri na Venezuela onde o Estado compra 200

megawatts mas só utiliza 70, ou seja, dá um potencial muito grande para a expansão da própria eletrificação rural e sua utilização inclusive para irrigação em cultivos.

Um outro aspecto considerado também foi com relação a agronegócios potenciais para Roraima; a Suframa fez juntamente com o Governo do Estado e alguma coisa relacionada com a Embrapa, um levantamento de que seriam agronegócios potenciais para alavancar o desenvolvimento. Entre esses agronegócios que são muitos aqui, podemos destacar grãos, por exemplo: arroz, soja, milho e feijão.

Com base nisto o Governo resolveu estabelecer o Projeto Grão Norte, que é desenvolvido basicamente em áreas chamadas de lavrado ou cerrado, e é constituído por produtores vindos da região Centro-Oeste, onde a maioria tem origem sulista, e de Goiás também.

A vegetação de savana é uma característica de Roraima ou os buritizais aqui, estes campos naturais, daí a importância do desenvolvimento desse projeto para ocupação dessa área. Isto aí, inclusive, ganhou expectativa internacional a partir do momento em que agora em outubro realizamos o 1º Seminário Internacional de Savanas do Norte da América do Sul, com a participação de todos estes países aqui: Brasil, Venezuela, Colômbia, Guiana e Suriname. Estes países juntos correspondem a 51,5 milhões de hectares de savanas em toda esta região aí. E dentro da Carta do Savantec que foi elaborada e determinada junto aos governos, tanto do Brasil como dos demais países, saíram alternativas de desenvolvimento para o bioma nesta região. E logicamente que grãos foi uma das oportunidades levantadas.

Um aspecto que eu gostaria de salientar de Roraima em relação aos demais Estados da região é o período de cultivo que é justamente centrado na entressafra dos demais Estados brasileiros, e isto dá uma vantagem comparativa muito grande com relação ao preço de produtos e à produção, inclusive serve de regulador de estoque até para produção de sementes. Você pode ver aqui que o nosso período de chuva vai de maio até setembro, nos outros Estados é um período praticamente seco que é uma outra característica desta região de lavrados; a Amazônia toda apresenta um clima tropical úmido bastante chuvoso, já Roraima tem uma estação seca bem definida, o que corresponde a uma situação altamente favorável, digamos assim, para não proliferação de pragas e doenças.

Essa aqui seria a área mais ou menos delimitada para o desenvolvimento dessa produção de grãos, com concentração dos municípios mais próximos de Boa Vista que estão justamente fora daquelas áreas de reservas, de conflitos, etc. Aqui são áreas bem próximas da capital Boa Vista.

E entre as culturas (isto são fotos tiradas lá mesmo no Estado) temos não só a soja, mas o arroz irrigado e o milho, porque se entende os grãos dentro do complexo de um sistema de produção integrado, e não apenas com objetivo da monocultura.

Aqui são dados comparativos da produção de grãos em Roraima e na região Centro-Oeste. Quer dizer, temos em Roraima além da diferença em termos de época, uma característica muito importante que às vezes passa despercebida para aquelas pessoas que de certa forma não trabalham diretamente com isso, mas temos uma condição de clima que diminui em torno de 10 a 15 dias o ciclo das culturas, sem no entanto diminuir a produtividade; isso dá também uma diferença altamente favorável.

Vejam em termos de produção agrícola as nossas produtividades (isso aqui a nível de lavoura, não a nível de experimento) em comparação com o Centro-Oeste. Quer

dizer, temos a vantagem de produzir numa época de entressafra com um ciclo menor e com uma produtividade muitas vezes até superior.

Só para vocês terem uma idéia, a nossa produtividade de arroz irrigado só é inferior à de Santa Catarina. Outro aspecto de infra-estrutura é que o Governo montou esse complexo agro-industrial de silos para 50.000 toneladas localizado próximo de Boa Vista, e está sendo administrado pela cooperativa, que é a nossa aqui.

Outro incentivo é o Projeto Calcário, quer dizer, o Governo reembolsa o produtor a um real de incentivo a cada BRNT do calcário que ele compra. O nosso calcário vem quase todo da Venezuela e a percentagem de BRNT indica justamente a qualidade do calcário. Como nós temos um preço ainda bastante alto, em torno de 260 toneladas, o Governo subsidia em parte este 1% que falei reduzindo esse valor com relação ao calcário adquirido mediante apresentação da nota fiscal e fiscalização da aplicação dele na lavoura.

Aqui, para ter uma idéia do tipo de grãos e áreas beneficiados pelo Projeto Calcário, onde podemos ver que o maior interesse realmente é a soja, sem dúvida nenhuma, aqui deve ser em torno de 25 a 28 produtores que estão em atividade no momento.

Em termos de produção e produtividade, ainda é muito pequeno se formos comparar todo o potencial que teria a área de cerrado, a savana. Vê que hoje Roraima não chega a 7.000 hectares, chega próximo disso, com uma produtividade média de 2.400 semelhante ao Centro-Oeste. Na verdade isso começou a crescer a partir justamente da implantação de projeto Grão Norte.

Aqui é uma comparação, até comento que estes preços podem estar defasados na atual conjuntura, mas é só para mostrar que a opção de plantar soja nesta região e chegar em Roraima está relacionado também com o custo do transporte dessa soja até o porto de Roterdã. Em termos comparativos podemos ver que exportando a soja via Itacoatiara o preço da tonelada sai bem mais barato em relação a Sapezal no Centro-Oeste, ou até aqui o porto de Paranaguá, em Santos.

Outro aspecto é o projeto "calcário social", quer dizer, cada 1% da produção é fornecida pelos produtores para transformação em merenda escolar para toda a rede estadual de ensino, quer dizer, eles estão treinando as merendeiras para fazer a transformação de produtos à base de soja, inclusive o leite para fornecer para as crianças na rede estadual de ensino.

E aqui é uma idéia apenas do custo de produção que é alto ainda, mas só para terem uma idéia, se considerarmos calcário como não-investimento teríamos um custo de 1.800 reais aproximadamente por hectare, para uma receita líquida de 225 reais, mas se você considerar o parcelamento de calcário e fosfato natural como investimento durante 3 anos, você teria uma receita líquida um pouco maior, isso considerando o preço do saco a 15 dólares pago pelo Grupo Maggi, e a área média de produtor em torno de 500 hectares.

Em termos de geração de empregos, é lógico que só fizemos a projeção para a soja, mas esta é uma relação bastante considerada para uma área média de 500 hectares, a soja estaria nesta área empregando diretamente 250 pessoas e indiretamente 750.

Em termos de programa de pesquisa e desenvolvimento que a Embrapa vem fazendo, é bom que se diga que o desenvolvimento da soja no Estado foi baseado em indicações técnicas da pesquisa. Já viemos trabalhando com grãos há bastante tempo.

Isso aqui mostra mais ou menos o potencial da produção, quer dizer, (aqui em vermelho) a produtividade atual da soja é em torno de 2.200 a 2.400 a nível de

lavoura, as melhores lavouras chegam a 3.500 e as nossas melhores linhagens ainda não-disponíveis a nível de produtores estariam em torno de 4.700. Segue-se esta tendência a outros grãos também mas não cabe comentá-los aqui.

Isto aqui é só para ter uma idéia: para dar suporte a este desenvolvimento a Embrapa trabalhou e recomendou vários cultivares ao longo desses anos todos, logicamente que em parcerias com os demais centros da Embrapa, com a Embrapa-Soja, por exemplo, e todas elas procurando produtividade e também resistência a doenças como já foi falado aqui. Além disso, foram realizadas várias práticas de cultivo no sentido de adaptar a condição do plantio de soja no Estado a uma condição mais sustentável, principalmente voltado para o plantio direto, que inclusive já vem sendo praticado com alguns produtores, e a Embrapa está intensificando trabalhos neste sentido justamente para evitar o excesso de mecanização pesada nos solos.

Temos ainda (esta é a nossa área da Embrapa) dois pivôs centrais cedidos pelo Governo do Estado que dá mais ou menos 100 hectares, onde fazemos a produção de sementes na entressafra. É bom que se diga que não só produzimos sementes de soja, mas também de arroz, milho e agora estamos negociando também mandioca e cana-de-açúcar, isto para fornecer aos produtores já que esse trabalho não é fomentado a nível de Governo do Estado. A Embrapa fomenta, recebe por isso e ele é distribuído para as casas agrícolas para comercialização.

E o projeto que temos mais recente e acho que serve de base de sustentação para todos estes trabalhos que foram feitos até então, é "alternativas de manejo para produção sustentável de grãos em áreas de cerrado na Amazônia Setentrional". Este projeto está aprovado, tem parceria da Embrapa-Roraima, Amapá, Embrapa-Cerrados, Universidade Federal de Roraima e Secretaria de Abastecimento.

O principal objetivo é propor alternativas para utilização de manejo no cerrado nativo, ou seja, o objetivo maior nosso é trabalhar sem revolver o solo, fazer plantio direto em cima da própria vegetação nativa verificando também com isso alteração na composição botânica, alteração na macro-fauna, inclusive isto aqui é trabalho de tese de doutorado no Rio de Janeiro, onde estamos avaliando efeito de herbicida na macro-fauna do solo, além de outros trabalhos que são importantes para a sustentabilidade da atividade, como por exemplo dinâmica de carbono e água, avaliação de impacto econômico e ambiental, e validação de tecnologias.

Outra linha seria com relação, o que é muito importante, a manejo de espécie para cobertura do solo. Quer dizer, produzir soja em sistema convencional naquela condição de insolação e naquela condição de fragilidade dos solos realmente não é a condição mais adequada, ela o é com o plantio direto e para isso precisamos trabalhar visando principalmente o sistema mais equilibrado, não só o monocultivo da soja, mas aqui por exemplo, soja e milho.

Por último, as novas espécies para cobertura do solo. Apesar de já termos desenvolvido várias espécies, inclusive espécies locais como temos estilosantes, lavradeiro que é nosso, feijão guandu desenvolvido em nossa região e que é nosso, materiais excelentes, estamos trabalhando também com materiais introduzidos de vários locais, materiais que sirvam de cobertura do solo para poder alimentar esse plantio direto de uma forma mais sustentável. Quer dizer, o objetivo nosso é realmente aproveitar estas savanas com a produção de grãos, mas dentro de uma filosofia sustentável, equilibrada e que realmente se possa alavancar o desenvolvimento do Estado nestas bases. Era só isso e muito obrigado.

Antônio Santana – Muito eficiente com relação ao tempo, obrigado por isso. Dando continuidade passo a palavra ao Dr. Emeleocípeo Andrade, é um nome entomológico que cearense tem dificuldade em pronunciar.

Emeleocípeo Andrade – Senhores e senhoras boa tarde. É uma satisfação estar aqui com vocês e eu gostaria de dizer que temos na Embrapa-Amazônia Oriental uma preocupação muito grande com o modo de ocupação da Região Amazônica.

A Embrapa é uma empresa de geração de tecnologia, como já foi dito aqui pelo Paulo, de manhã, e nós na verdade como uma empresa pública e ligada ao Governo apoiamos as críticas do Governo, não só a nível nacional como a nível local, e aqui no caso do Estado do Pará apoiamos a política do Governo do Estado, como foi colocado inclusive pelo representante do secretário pela parte da manhã. A política de grãos no Estado é uma política do Governo.

Vou apresentar aqui esta proposta que seria o agronegócio de grãos no Pará uma alternativa sustentável para recuperar solos alterados no Estado.

[Mostrando transparências]

Alguns dados informativos do Estado: o Pará colheu um milhão e 50 mil toneladas de grãos. Em Paragominas, que é um dos pólos do Estado para a produção de grãos, o aumento da produção de soja entre a safra do ano passado e a deste ano foi de 300%.

Existe hoje no Pará 20,7 milhões de hectares de áreas alteradas, e são estas áreas que vamos ter que trabalhar. E a política do Governo estadual é de incentivo à produção de grãos nas áreas já alteradas.

Eu queria colocar alguns dados importantes que são os seguintes: quais são os fatores que condicionam a produção de grãos na escala empresarial? Eles são os recursos biofísicos, (o clima e os solos), e a infra-estrutura de transporte; basicamente isto que é importante para se trabalhar e eu gostaria de colocar aí alguns dados a respeito disso.

As características biofísicas dos principais pólos de produção em termos mundiais se caracterizam pelo seguinte: estão localizados acima do Trópico de Câncer e abaixo do Trópico de Capricórnio. São constituídos de solos com relevo plano e leve a ondulado. Apresentam boa estrutura física e razoável fertilidade natural.

Isso aqui é importantíssimo: amplitude térmica entre a média do mês mais frio e o mais quente está acima de 15%. Para vocês terem uma idéia, aqui na Amazônia conseguimos no máximo 3 graus.

Isso aqui é importante no controle de doenças e pragas. A umidade anual relativa média está abaixo de 70%, e a precipitação pluviométrica no período de cultivo é de 800 mm em média, e às vezes a precipitação pluviométrica é no máximo 1000 mm. O que quer dizer isso? É que só se produz grãos em áreas secas; a produção de grãos é incompatível com área úmida.

Só para dar uma idéia aqui para vocês verem: o Trópico de Câncer e o de Capricórnio, aqui os grandes centros de produção americanos, aqui na China, aqui na Austrália, aqui o Brasil e a Argentina. O Brasil foi o único que conseguiu colocar alguma coisa a nível de tropical que é justamente a 3ª revolução tecnológica que a Profa. Berta fala, que foi quando a Embrapa colocou disponível 204 milhões de hectares de cerrado.

Essa comparação então, se vocês virem por exemplo, se considerarmos esta aqui em termos de localização, solos, temperatura, umidade e pluviometria e este aqui o ideal; se compararmos a Amazônia úmida e os cerrados com os grandes pólos, por

exemplo aqui, os cerrados têm uma condição não tão boa como lá, mas tem alguns dados aqui como umidade, pluviosidade, a temperatura é mais baixa, e aqui é a Amazônia úmida. O que nós queremos dizer é que muito poucas áreas da Amazônia são propícias para grãos.

É uma primeira condição: apenas 20% da Amazônia Legal, o que daria 100 milhões de hectares apresenta condições propícias à produção sustentada de grão; elas se localizam nos microclimas mais secos no arco meridional, aqui, basicamente formados por cerrados e no extremo setentrional de Roraima.

Vocês vêem aqui o mapa de clima pluviométrico, ele justamente segue a mesma tendência. Aqui é o Estado do Pará onde estão localizados os pólos, estas são as áreas mais propícias para grãos.

Uma primeira conclusão é: do ponto de vista agroclimático, as áreas localizadas na região sul (estou colocando ali o Estado do Pará), sudeste e sudoeste do Estado do Pará não apresentam restrições para produção de grãos. Embora a região não seja propícia, o Estado do Pará tem áreas que são essas aí onde não existe restrição.

Esta vocês conhecem que é do INPE e Meio Ambiente, o Pará tem 125 milhões de hectares, a área de conservação oficial é essa, áreas percentuais. De uso restrito que são aquelas áreas que o Dr. Paraguassu falou, do tempo da Revolução, que ficaram disponíveis; agora, de uso privado, ou seja, as áreas são 14%, elas se dividem assim: áreas que já estão alteradas, 20 milhões de hectares, eram 14 mas já estamos com 16%, porém, o importante é isto. Estamos com cultivos perenes 271 milhões; cultivos temporários com 1.200.000, pastagens 9 milhões, você somando tudo isto aqui, em uso, temos 10 milhões e 200 mil hectares, embora algumas dessas pastagens já estejam bastante degradadas, o que quer dizer que tem 9 milhões e 800 mil hectares de áreas abandonadas e que foram alteradas. Nestas áreas temos de trabalhar ainda as pastagens que são degradadas.

Aqui é só para mostrar como é que está aquele percentual, aqui o avanço da curva do desmatamento, vocês já conhecem bem isso, nos Andes, já entrando em áreas indígenas de uso restrito de conservação, etc..

Na condição de grãos, o Estado do Pará estabeleceu para produzir grãos: o sudeste com Paragominas no centro, a região sul, o pólo sul – Redenção, e esta região aqui do oeste. Eu diria que esta região aqui está quase toda degradada e que temos que ocupar, e aí passamos a trabalhar.

Nesses pólos temos mais ou menos isto, um milhão e 200 mil hectares no nordeste, 3.800.000 no sudeste e 1.100.000 no oeste, com total nesses pólos de 6.100.000 hectares.

A questão de solos, podemos dizer que do ponto de vista da aptidão, os solos da região sudeste do Pará não apresentam restrições graves para produção de grãos.

Vou ser rápido aqui: esta é a do Estado, aqui temos a ferrovia (já conhecem bem), aqui os pólos do sul e do oeste, estas estradas, enfim, acho que embora com todas estas condições, aqui o Rio Capim, a Alça Viária, temos problemas com eclusas aqui na questão das hidrovias.

Podemos dizer que a atual infra-estrutura de transporte no Estado do Pará pode ser classificada assim: região sudeste que é a de Paragominas, razoável; região sul insuficiente; região sudeste precária; sudoeste precária. Quer dizer, mesmo com todo esse esforço que se está tendo, não temos ainda um bom sistema de transporte.

Isso aqui é um gráfico rápido, a questão da safra deste ano na Amazônia Legal. E aí estes Estados nesta faixa são de cerrado; esses aqui são os Estados da Amazônia verde, digamos assim, porque estão cobertos de floresta. Podemos ver aqui, dos 14 milhões de hectares de soja plantados, na verdade, 99,75 é que foram plantados em áreas de cerrado, ou seja, aqui em mata nós temos 0,25% e de área dos 4 milhões apenas 29% foram nas áreas de floresta. Ou seja, esta questão de se dizer que se está plantando soja e grãos, acho que ainda não está muito bem claro.

E aí a pesquisa agropecuária como instrumento de política agrícola.

Eu queria colocar aqui alguns resultados envolvendo adaptação de cultivares porque é o primeiro passo: começamos com adaptação de cultivares e depois vamos vendo se a coisa funciona, avançaremos no sistema de cultivo.

Eu quis fazer um esquema sintético aqui nas três áreas. O nosso resultado de pesquisa, para milho por exemplo, nas regiões, temos que ele é altamente competitivo porque quem produz acima de 85, 90 sacos está dentro da competitividade de produção, e aqui, por exemplo, 130 e em comparação com a média nacional, aqui 45, 52. Estamos com problemas em Redenção porque essas áreas são de cerrado e tivemos alguns problemas com calcário e não temos ainda, estes são dados de pesquisa e perdemos um pouco lá mas temos matérias hoje muito boas.

Vocês vêem aí, por exemplo, a soja bem estável nessas áreas. Já sabemos do estabelecimento das épocas adequadas para o plantio dos grãos, recomendação de densidade populacional de plantas, isto é fruto dos últimos 6 anos de pesquisa que temos conduzido nesta região; definições de dosagem econômica corretivas e fertilizantes; recomendações para o controle integrado de pragas e doenças que estão bem avançados; e aqui adaptações positivas para adoção da técnica do plantio direto, que são algumas coisas muito interessantes que estamos trabalhando.

As pesquisas que estão em andamento e estão avançadas, avaliar com precisão os custos do sistema de produção e propor medidas para sua redução: avaliar os impactos agroambientais: isso é importante no sistema de produção em uso. E propor medidas mitigadoras: já estamos com projetos em que medimos a poluição de lençóis subterrâneos, de Igarapés, desvio da bacia. Precisamos aprofundar o estudo da adaptação do sistema de plantio direto, principalmente planta de cobertura, seleção, enfim.

Melhorar os processos de integração entre agricultura e pecuária, que é aquela proposta que estamos querendo avançar um pouco.

E concluindo, podemos dizer que o agronegócio de grãos no Pará é uma alternativa econômica para o aproveitamento de áreas alteradas, abandonadas. Existem disponibilidade de produtos, tecnologias de serviços para o desenvolvimento do sistema de produção e precisam de melhorias relacionadas aos impactos ambientais e sociais que devemos buscar. Com o aumento dos investimentos de infra-estrutura e a conseqüente valorização das terras, é conveniente uma ação enérgica dos órgãos públicos ligados à proteção ambiental para coibir o avanço sobre áreas protegidas e nichos ecológicos específicos. Era só isso e obrigado.

Antônio Santana – Passamos para o Homma que vai fechar esta parte das apresentações.

Alfredo Homma – Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer aqui a oportunidade desta participação. Vou tentar colocar aqui três aspectos nesta palestra. O primeiro aspecto tenta navegar na sobra das outras palestras e contribuir no que ficou talvez faltando para o debate.

Na primeira parte gostaria de colocar de maneira bastante rápida, quais são as vantagens dessa expansão da soja, acho que é uma coisa que precisa ser colocada. E o segundo ponto, quais as desvantagens da expansão da soja. Com base nesses dois sinais vou tentar colocar algumas sugestões de como se poderia reduzir os possíveis impactos ambientais, econômicos e sociais dessa expansão da soja.

No caso da soja, acho que tem grandes vantagens que não podemos negar por causa da Amazônia aqui. A primeira delas, eu colocaria, é que a soja proporciona uma certa injeção econômica local. Quem assistiu a reportagem do Globo Rural do dia 7 de dezembro mostrando uma reportagem grande fazendo uma comparação da entrada da soja em 1988 e 15 anos depois com as melhorias, a infra-estrutura, as estradas, escolas, etc.. A soja proporciona uma certa injeção econômica aqui. Tem a importância, como já foi colocado, de equilibrar a balança comercial porque aqui a Região Norte, a Amazônia é inviável do ponto de vista da balança comercial há mais de 10 anos, há décadas que o que exportamos é muito pouco em relação ao que nós importamos. Tem anos que as importações chegam a ser duas vezes as exportações, seria uma possível contribuição.

Mas acho que o grande resultado dessa expansão da soja, em termos das vantagens, seria a criação de um certo mercado de insumos agrícolas, tanto de fertilizantes químicos, calcário a preços mais reduzidos, e também temos novos mercados de produtos aqui. Porque a opinião que eu queria colocar aqui é a seguinte: a questão da soja, não pode ser vista num contexto isolado, a mesma questão acontece também com a pecuária, com a pimenta e com outras culturas. Então, temos aqui na Amazônia 62 milhões de hectares já desmatados, e isso equivale a uma área maior que a soma do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, ou três vezes o Estado do Paraná. Acho que dentro deste espaço, mesmo colocando todas as restrições ecológicas, colocando as limitações do aspecto legal, como o código florestal que estabelece que rios acima de 200 mts você tem que deixar 100 mts de cobertura florestal de ambas as partes, você não pode colocar essas áreas máximas de soja, mas colocando restrições vocês teriam determinados espaços que deveriam ser aproveitados, é uma opção interessante para ocupação de áreas já desmatadas na Amazônia, acho que essa questão não pode ser menosprezada.

Se nós queremos aqui na Amazônia chegar ao desmatamento zero, isso é utopia que estamos imaginando que algum dia vai chegar, em um determinado ano em que não consigamos mais fazer nenhum desmatamento, acho que vai ter que passar pela intensificação da agricultura. Os pequenos produtores vão ter que usar adubo químico, vão ter que usar fertilizantes, calcário e assim por diante. E a soja, que é considerada um vilão da ecologia, tem um outro defeito ao contrário: proporcionar a incorporação dessa agricultura familiar aos médios produtores e principalmente ao público ligado à questão das pastagens, que apresenta má forma de uso da terra aqui na Amazônia, mais de 40 milhões de hectares de pastagens, 62 milhões deve ser de área de pastos, e precisamos recuperar essa pastagem, temos que fazer uma nova agropecuária, uma nova agricultura, e a soja, com essa facilidade de entrada de fertilizantes, calcário, criação de um mercado de tratores de segunda mão e assim por diante, teria um efeito importante aqui.

Outro aspecto que podemos criar, a expansão da soja não está vindo isolada, está vindo com o aumento da produção, principalmente de arroz e milho; o arroz é uma atividade que não dá lucro, é muito mais para pagar o custo de recuperação das áreas, o milho é que passa a dar o lucro aí. Mas, aumenta essa oferta de arroz e milho

que aqui os Estados da Amazônia têm uma grande dependência das importações desses produtos. E uma grande parte do desmatamento da Amazônia está sendo feito pelo desmatamento da floresta densa para produzir arroz; tirando aquelas áreas de várzeas, que já estão mecanizadas, uma grande parte da produção de arroz está vindo de áreas desmatadas de floresta densa, porque um dos melhores indicativos de você saber se em determinado local o pessoal está fazendo o desmatamento de floresta densa é verificar se tem produção de arroz, porque o arroz só gosta de área desmatada de floresta densa ou de capoeirão de 8, 10 anos.

Se criarmos esse grande mercado de arroz de áreas mecanizadas, poderíamos quebrar esse mercado de arroz proveniente de áreas desmatadas de floresta densa, o que tornaria inviável esse tipo de atividade, e poderíamos colocar também um certo freio nesse processo de desmatamento, principalmente pela pequena agricultura; se ela não caminhar em termos da intensificação de floresta, virão grandes prejuízos a esta questão aí.

A outra vantagem que poderíamos colocar é que esse uso de fertilizantes aqui na Amazônia praticamente começou com a lavoura da pimenta-do-reino que foi introduzida pelos japoneses em 63 porque antes ninguém utilizava fertilizantes químicos, tratores e aqui inaugurou a era do fertilizante. Essa redução de desmatamento, ao contrário de muitos políticos que tentam preservar a floresta para salvar, acho que tem que dar atenção às áreas desmatadas; chamando a floresta de primeira natureza, estas áreas desmatadas seriam a segunda natureza. O desafio aí seria "contrassomar" a esta segunda natureza uma terceira natureza em bases mais adequadas. Inclusive se você analisar, por exemplo o café chegou aqui no Estado do Pará em 1727, em 1740 já estava no Rio de Janeiro e promoveu aquele grande desmatamento da Mata Atlântica, e hoje se você visitar o Parque Nacional da Tijuca é um exemplo de terceira natureza; o imperador D. Pedro II encarregou o major Manoel de fazer um desmatamento daquela área, este é um exemplo em que podemos fazer essa comparação.

Essas vantagens de geração de emprego, tem as vantagens ecológicas, etc.. Mas nós temos que falar da desvantagem. Esta parte aqui foi bastante explorada em seminários, riscos ecológicos principalmente aí.

A minha preocupação maior aí é que na expansão da soja, ocupar aquelas áreas já derrubadas, não adviria nenhum problema; o grande perigo que vejo é a incorporação dessas atuais áreas de cerrado que são um convite a serem desmatadas, a serem incorporadas ao processo produtivo, que até agora estavam quietas porque não serviam nem para a formação de pastagens, e com a expansão da soja haverá risco de incorporação dessas áreas, induzir o aumento do desmatamento e assim por diante.

Outro aspecto que também entra aí e que temos que chamar atenção seria, já que o pessoal da soja não desmata mais, ele vai comprar áreas de pequenos produtores, de pastagem degradada, isto tende a empurrar a fronteira agrícola para mais adiante. Esse é um risco que fica embutido atrás da questão dessa expansão da soja.

A outra questão que eu colocaria aí, acho que não foi colocada mesmo com toda essa crítica pesada para a questão da soja, é a questão do fato consumado, este é o grande perigo na Região Amazônica. O objetivo aí seria usar área já desmatada. Este exemplo aí é um folder que era distribuído pelo Governo do Rio Grande do Sul, dizendo que lá nunca entraria soja transgênica, mas hoje é o Estado que tem a maior quantidade de soja transgênica; aí vem o governo lá dizer que seria sem finalidade nenhuma, o pessoal já estava plantando soja transgênica há bastante tempo.

Nessa lógica do fato consumado, os exemplos são os maiores. E aí, por exemplo, o *slogan* de determinados Governos estaduais aqui na Amazônia, por exemplo, aqui no Estado do Pará é “desenvolver sem devastar”, mas quando você analisa a política de Governo, o efeito é totalmente ao contrário, quer dizer, usam o *slogan* aí mas o desmatamento aumenta. Isso não escapa também em Estados considerados ambientalmente corretos como o Acre, por exemplo, o Capiberibe do Governo anterior você nota que o desmatamento também tem aumentado nesses Estados aí, tem dobrado no Acre, tem aumentado no Amapá e assim por diante.

Essa questão da lógica do fato consumado e um exemplo que poderíamos colocar no caso do “quebradão” que é muito praticado pelos agricultores no sul do Pará, você pega grandes áreas, coloca trator e esteira em pleno inverno para fazer tipo caminhos de rato, vai fazendo e colocando capim e quando ele forma, solta o gado e depois quando o gado consegue abaixar o capim ele toca fogo e fica caracterizado como queima de pastagem e depois que queimou não tem mais jeito fica a lógica do fato consumado. Essa lógica do fato consumado aqui é vinculada no caso da madeira, a maneira de você cobrar do IBAMA todas as leis ambientais. Esse é o grande perigo, essa questão da fraqueza das Secretarias Estaduais do Meio Ambiente e das Secretarias Municipais do Meio Ambiente na Região Amazônica, porque dificilmente elas têm condições de se contrapor a uma política estadual. Essa é a grande fraqueza institucional, a dificuldade quanto a esse controle.

Outro assunto também ligado a esta questão que temos de tomar certo cuidado, a alta dependência da importação de insumos aqui no caso brasileiro. No caso o nitrogênio, o Brasil importa 62% de nitrogênio, as importações estão vindas principalmente da Rússia e dos Estados Unidos; fósforo importamos 41% e o nosso maior fornecedor são os Estados Unidos; potássio é caso gravíssimo que temos que nos preocupar, inclusive uma estratégia de desenvolvimento agrícola, tem uma dependência absoluta em termos de potássio, quase 88% do potássio é importado, e a produção local só abastece 12% e nós compramos potássio da Rússia, Canadá, Alemanha, Israel, os países que podem criar motivo de boicote nessa questão da expansão aqui.

E o nosso consumo de fertilizantes químicos ainda, apesar de todo este crescimento em termos de área plantada, soja vem em primeiro lugar, depois cana e depois milho, mas o Brasil utiliza apenas 1/6 do que a China usa, é mais ou menos 1/3 do que os Estados Unidos e a Índia utilizam desses fertilizantes químicos aqui.

A questão da soja em toda esta discussão acho que também não está sendo colocada de maneira neutra, tem diversos interesses que ficam por trás da questão da soja também; uma delas é uma manobra externa para barrar as atividades produtivas na Amazônia, o próprio ministro da Agricultura tem definido este ponto de vista, por exemplo, o presidente da Federação Nacional da Agricultura do Brasil mostrou. Esta expansão da soja mostrou também a grande capacidade de resposta do agricultor brasileiro a preços de mercado, esta é uma característica muito impressionante que também se verificou no caso da juta e da pimenta-do-reino. Quando os japoneses introduziram a pimenta-do-reino aqui em 1933, em 50 anos o Brasil já chegou a ser o 1º produtor mundial de pimenta-do-reino, 1º exportador mundial em 1982, ele responde muito bem às questões de mercado. Então, essa capacidade de resposta preocupa os países produtores, envolve também uma certa negociação de pequenos produtores com intenção de certas vantagens; acho que também está embutido nesta questão da soja, porque tem que criticar a soja para fazer um mecanismo de troca para criar determinados espaços setoriais. Não podemos menosprezar este jogo de forças aqui.

A outra preocupação nesta questão de riscos estratégicos refere-se à destruição irreversível dessas áreas de soja, hidrovias, etc., acho que este é o grande risco. Quer dizer, muitas das propostas que estão sendo colocadas aí implicam, por exemplo, a destruição da cachoeira de Santa Isabel no rio Araguaia, das quedas de Lourenço no rio Tocantins e assim por diante, o rio está cheio de cachoeiras.

Se você analisar a história da Amazônia aqui é uma série de ciclos; nada garante que daqui a 40, 50 anos a soja vai ser ainda a atividade dominante na região; a juta que fez um ciclo acabou, houve o ciclo do cacau, o da seringueira, vai fazendo expansão, estagnação e depois o decreto; hoje temos uma série de ciclos conjuntos: ciclo da madeira, ciclo da pecuária, etc., mas isto tem uma grande dinâmica, uma grande transformação que pode mudar daqui a 50 anos, e quando fazemos este tipo de obras irreversíveis pode ter conseqüências sérias.

A coisa mais grave também que vejo nesta expansão aí, do relato dos colegas da Embrapa, é que precisamos investir mais em ciência e tecnologia para apoiar essas iniciativas. A Profa. Bertha também enfatizou, ao dizer que aqui na Amazônia os investimentos de ciência e tecnologia estão em torno de 3,5% do país e o número de PhDs está na mesma faixa. Precisamos aqui reivindicar pelo menos um percentual da população que vive nesta região, a Região Norte, tem mais ou menos 11 a 12% da população brasileira. Precisamos aqui no mínimo triplicar ou quadruplicar esses investimentos e de pesquisadores aqui na Região Amazônica, não a lógica do absurdo como muita gente está defendendo aí, que a Amazônia é 60% do Brasil e tem que jogar 60% dos recursos, mas o mínimo aqui teria que acompanhar esse percentual da população que vive aqui na região em termos de investimentos, ciência e tecnologia.

Tem aqui a questão dos transgênicos também, é uma coisa do ponto de vista estratégico, atualmente o Brasil tem 250 mil, vocês devem ver neste último levantamento do Ministério da Agricultura, 30 mil fizeram e preencheram a declaração de que vão plantar soja transgênica, os quais concentrados no Rio Grande do Sul, mas já tem outros Estados plantando.

Essa é um exemplo também da lógica do fato consumado; se vocês visitarem São Félix do Xingu, tem uma parede na entrada da cidade dos doadores que contribuíram para a construção da estrada São Félix do Xingu até Medicilândia, uma estrada de mais de 300 km para extração de madeira. Esse é o perigo que a gente vê nesta questão, a desmoralização que está havendo desse conceito de utilização de áreas já desmatadas. O discurso hoje é esse, conseguir medidas em termos de controle e podemos correr grandes riscos.

Mostrados estes cenários, rapidamente, o que poderíamos fazer em termos de mitigar essa redução da expansão da soja? Primeiro, acho que a soja é importante para utilização dessas áreas já desmatadas, é uma injeção econômica e tem que ser considerada, é uma atividade que é também independente do Governo, vai por conta própria. Há uma certa indefinição aqui na Amazônia, porque as propostas vão nos temas: ou a poranga ou a soja, reservas extrativistas ou a soja, corre nos extremos e cada uma delas tem grandes limitações. Quando o Fernando Henrique inaugurou a hidrovia do Madeira em 1997, dia 07 de maio, dois meses depois estava recebendo incentivo, 'cortou a poranga na cabeça' e correu o mundo a fotografia. Esta definição é perigosa aqui no caso da Amazônia.

Esta expansão da soja no meu ponto de vista deveria ser feita mediante uma certa compensação ecológica, aí teria que fazer essa cobrança de maneira mais forte,

firme, em termos de qualquer expansão de 10 mil hectares de soja ter que ser acompanhado de uma expansão de 10 mil hectares de recuperação de áreas que não deveriam ter sido desmatadas, se você andar pelo rio Araguaia está desmatado de ponta a ponta, o Tocantins a mesma coisa, então tem muitas áreas onde precisa ser feita recuperação pela própria natureza também sem gastar dinheiro, essa coisa toda. Tem que acompanhar um programa de recuperação.

Acho que tem que criar também um conjunto de alternativas econômicas, e aí entra a questão da pesquisa, porque não pode ser analisada a soja de maneira isolada. Existe também um problema pior ou semelhante com a questão da pecuária, precisamos recuperar essas áreas de pastagem degradada nas quais tem milhares de pequenos produtores que estão vivendo do leite aqui na Região Amazônica e a pastagem está entrando num processo de degradação e tem que mudar para outro local.

O dendê também é uma outra atividade que acho que tem que ser considerada. Se você assiste o pessoal da área de dendê todos eles colocam que a produção de dendê vai superar a da soja em termos de produção, de óleo de dendê, tem maior produtividade que a soja e assim por diante, então aqui tem um grande espaço para dendê, acho que os riscos ecológicos seriam menores.

No caso dessas alternativas aqui nós estamos menosprezando o milho também neste aspecto.

Essa questão ambiental foi colocada para a Amazônia sobretudo no final da década de 80. Tem muitos produtos, apesar da ênfase na reserva extrativista, no extrativismo mas estamos esquecendo que tem muitos produtos extrativistas nos quais se observa um evidente conflito entre a oferta natural e a demanda. Podemos citar como exemplo o bacuri, 100% da oferta de bacuri é extrativa, existe um tremendo mercado de bacuri que nós já devíamos ter plantado aqui na Amazônia algo em torno de 30 mil hectares de bacuri como temos plantado de cupuaçu. A pesquisa está dormindo, os produtores estão dormindo, esta é a grande oportunidade.

Um dos problemas também da expansão da soja é que está havendo a destruição do bacuri no Maranhão também, está sendo uma vítima da destruição. Por exemplo, pega aqui o pau-rosa, é outro produto em que a pesquisa está dormindo, o setor produtivo. A Amazônia aqui já chegou a exportar 450 toneladas de óleo essencial de pau-rosa, hoje não exporta de 20 a 25 toneladas, tanto que um tambor de pau-rosa hoje, 180 litros está custando mais de 8 mil dólares, mais de 40 dólares um litro de pau-rosa, mais caro que qualquer um daqueles *whiskies* que se possa comprar nos supermercados.

Para produzir aquela quantidade de 450 toneladas, precisamos já ter plantado aqui pau-rosa em idade de corte, 30 mil árvores que pudessem ser cortadas ao meio. É uma alternativa aos pequenos produtores que estamos desprezando. Estamos também dormindo com a questão da borracha vegetal, quer dizer, nestes últimos 10 anos o Brasil importou mais de um bilhão de dólares de borracha do sudeste asiático, e não é para plantar aqui na Amazônia mas em outros lugares, diminuimos uma pressão aqui em cima da Amazônia. E a produção de borracha extrativa despenca aqui no Brasil, apesar de toda essa ênfase do Acre de 23.000 para 4.000 toneladas, a seringueira também entra aí como uma alternativa interessante.

Acho que nós temos que confinar essas áreas de cerrado na Amazônia, porque a maior vítima que vejo aqui vão ser essas áreas de cerrado que estão intactas em campos, vão ser incorporadas ao processo produtivo. Tem muita área não aproveitada, em Descanso em Tocantins, Mato Grosso, Goiás, quer dizer, uma política pública aí

acho que seria também tentar recuperar essas áreas para colocar a soja nesses locais e reduzir a pressão em cima das áreas da Amazônia.

É importante o desenvolvimento desse programa de pesquisa, não estamos só na área econômica, mas no sentido geral, no caso da soja, Mato Grosso, houve uma mudança também nessa geografia dos centros da Embrapa nesses últimos 30 anos. Quando a Embrapa foi criada há 30 anos, hoje o Pará é o maior produtor de mandioca, o centro da mandioca fica lá na Bahia e o Pará, por exemplo é hoje o 2º maior produtor de abacaxi, de banana, cujo centro fica em Cruz das Almas. Mato Grosso hoje produz mais de 75% do algodão que fica na Paraíba, o próprio centro de soja também que fica em Londrina, ela está caminhando para o Norte. Este programa de expansão tem que ser acompanhado por um agressivo programa de pesquisa, não só na área econômica, mas nas outras áreas aqui.

Maior atenção para esses minérios “sociais” principalmente o calcário. Para promover a recuperação dessas áreas já desmatadas se nós queremos reduzir o desmatamento temos que investir dentro dessas áreas desmatadas, e temos que oferecer calcário a preços mais competitivos. Tem muitas jazidas desse calcário aqui na Amazônia, e o governo tem que dar algum tipo de força para tentar colocar esse calcário a preços mais competitivos. O calcário que tem no Maranhão, é só para atender lá, não dá para trazer para cá porque também já está esgotado. Agora começou a primeira indústria de calcário no Estado do Pará, no município de Santana do Araguaia, bem no sul, é uma iniciativa do ex-ministro Antônio Cabreira, mas tem outras jazidas que devem ser colocadas para serem produtivas.

Tem a questão do limite da destruição que é uma dessas propostas que estão indo aí contra a soja e tenta também desenhar um cenário de destruição da Amazônia que deve ser pouco questionado, é um trabalho do William Laurence, que foi publicado na revista Science, a revista Veja fez a capa, é um cenário mais pessimista, coloca que no ano de 2023, 95% da Amazônia será desmatada.

Com esse processo de urbanização da sociedade brasileira, a população brasileira está diminuindo não só em termos relativos, mas também em termos absolutos desde a década de 70. Acho que não tem mão-de-obra para fazer tamanha envergadura de desmatamento; o que eu acho ser possível, nesses próximos 20 anos, se deixar do jeito que está, dobrará essa área desmatada, de 16% passará para 32%, mas chegar a 95% é impossível, pela falta de mão-de-obra, pelo processo de urbanização, e mesmo a população rural estocada, 46% da população está no Nordeste, mesmo que descesse para cá seria bastante improvável um cenário de tamanha destruição aqui, porque tem um limite também.

Em linhas gerais, acho que é isto que eu queria colocar para discutir com vocês, incluindo assim nos vácuos dos colegas que me antecederam uma contribuição para os debates nesta questão da soja. Muito obrigado.

Antônio Santana – Passamos imediatamente para o debate; quem quiser questionar é este o momento.

Rubens – Uma perguntinha para Roraima e aí poderia ser eventualmente estendida aos demais. Dois dados que eu queria entender melhor: não entendi, estava-se falando do calcário, lá do subsídio de um real, agora mais ou menos qual é a média lá em Roraima de necessidade de calcário por hectare/ano? Por exemplo, lá em Humaitá, quanto se está utilizando, fazer uma comparação mais ou menos de quanto é esse investimento.

E outro dado que não entendi bem, porque passou rápido: áreas de 500 hectares, geração de 250 empregos diretos, é isso ou entendi mal ou talvez poderia explicar melhor esse dado, porque não bate com aquilo ...

Antônio Santana – OK! Rubens, deixa fazer algumas perguntas e depois responde no bloco.

Tereza Avilapires (pesquisadora bióloga do Museu Goeldi) – Eu queria fazer duas colocações: a primeira é sobre o Pará e a questão do zoneamento econômico-ecológico que se fez aqui e que tem a ver também com a área que está sendo considerada propícia para a soja; em termos biológicos tem-se que lembrar que a Amazônia não é uma coisa só, e mesmo nessas áreas consideradas mais degradadas, por exemplo, essa área do leste do Pará tem muitas vezes uma fauna endêmica que só ocorre nessas áreas, portanto, isto tem que ser lembrado quando se diz que estas áreas estão disponíveis para uma utilização que degrade mais o ambiente. Para essa fauna, mesmo uma área já degradada mas que tenha capoeira, quer dizer, uma estrutura arbórea, ela é uma coisa bem diferente porque pode ajudar a manter alguma fauna que em uma plantação permanente e de gramíneas ou de grãos não estaria aqui, isso tem que ser levado em consideração também.

O segundo ponto é sobre o cerrado: em algumas falas apareceu que a preocupação estaria sendo no desmatamento causado pela soja e que a plantação de soja em áreas de cerrados não tem nenhum impacto ambiental, isto está longe de ser verdade. O cerrado tem um componente biológico muito importante, a fauna do cerrado pode ser localmente menos rica na Amazônia mas, se pegarmos várias áreas e aumentar essa fauna ela é rica, e quando pensamos nas áreas de cerrado da Amazônia elas formam isolados e existem populações que estão isoladas há muito tempo da fauna de cerrado geral e que tem suas características próprias, elas são de uma importância biológica muito grande. O lavrado tem fauna endêmica, as áreas aqui de Rondônia, do sul do Pará, todas elas, tem no mínimo populações isoladas e diferenciadas em parte geneticamente e não se conhece muito bem quanto elas são diferenciadas entre si e da fauna do cerrado, mas se conhece que são diferenciadas, portanto, isto tem que ser lembrado também.

Antônio Santana – Você quer dirigir uma questão para algum dos membros da mesa?

Tereza Avilapires – Não, pode ser comentário geral.

Rubens Cardoso (Emater do Pará) – Na nossa “árvore de problemas”, para dirigir especificamente para ele, não vi como descritor a desordem da expansão da soja, não vi nenhum descritor se referindo ao preço dos fatores e ao preço da soja como produto, isto foi abandonado, simplesmente vocês não levaram em consideração, não teve impacto e por isso ele não aparece como descritor.

A outra questão é sobre o ZEE colocado como fetiche ou como poder encantatório de resolver todas as questões de ordenamento do espaço e de ocupação econômica/ecológica. Pergunto, não sei bem a quem dirigir esta pergunta, talvez seja até para o próprio Paulo, se ele poder indicar aquele zoneamento que está colocado lá por interesse extremamente já pré-determinado. Então não estamos criando um fetiche, um poder encantatório que não resolve absolutamente nada.

Antônio Santana – Mais uma questão? Fechamos este bloco.

Cristóvão Sena - A nossa região, o oeste do Pará, foi muito badalada aqui no encontro, principalmente pela parte da manhã, e é interessante lembrarmos um pouco que a Santarém/Cuiabá é um projeto de praticamente 150 anos em que nada foi feito em

termos de o que fazer com essa idéia de ligar o Centro-Oeste com o Pará a fim de escoar a produção pelo porto de Santarém.

Eu queria voltar um pouco ao tema de que, quando se fala na expansão da soja o final é o pequeno produtor, trabalhamos com ele, agricultura familiar, e não vejo em função de todos os fatores que interferem junto a essa agricultura familiar uma solução para dar a ele para que enfrente a situação da expansão da soja dentro do seu território; ele é um produtor inculto na maneira de ver a sua realidade, ele é um produtor que não tem acesso à tecnologia, não domina os processos de produção e tem que decidir entre vender ou não vender a sua terra para quem está chegando com dinheiro e tecnologia. E aí me questiono como extensionista rural: o que é essa função tão importante de extensionista que tem que estar ao lado do produtor, orientando, levando os conhecimentos básicos para que ele produza com eficiência e retire da sua terra alta produtividade, que ganhe competitividade, ele está simplesmente abandonado das suas condições mínimas de trabalho.

Santarém – 24.000 km², 18 mil famílias no campo, 7 extensionistas, mais de 700 comunidades; como é que vamos dar condições para que esse produtor não venda a sua terra para o sojeiro? Temos algumas alternativas na maneira de ver, e concordo plenamente com o que o Dr. Homma falou aqui a respeito dos produtos não madeireiros. Posso citar que toda questão que passa pela minha cabeça para levar ao pequeno produtor não tem saída para ele. Pergunto para a pesquisa: o que nós sabemos sobre a copaíba para levar para esse homem do campo?, quantos furos se dá numa copaibeira, qual é a altura ideal para se furar, qual é o diâmetro mínimo que se fura uma copaibeira? Não temos respostas, procurei respostas sobre cumaru e não encontrei; andiroba, temos pouca coisa pesquisada, é caro e muito caro mas alguém tem que financiar isto para que dê respostas para a Amazônia. Sabemos muito sobre uva, sobre acerola, sobre soja, variedades incríveis, mas o que nós fizemos para enxertar o cumaru para reduzir esse tempo de maturação?

Estamos com um projeto na região que começou lá, de fibras, com curauá, a cultura não é nova mas se enquadra muito bem numa atividade de agricultura familiar porque, quando você compara todo o sistema de produção com a rusticidade, clima que foi colocado aqui, clima, solo, capacidade do produtor, rusticidade, a praga e doença, o curauá se enquadra como uma luva na agricultura familiar, e ela tem um detalhe que é escala porque serve para produzir fibras para a indústria automotiva, para a celulose, para a indústria têxtil, para plástico, ela tem uma gama incrível de opções para ser utilizada pela indústria brasileira e também para exportação. O que nós fizemos por curauá até hoje foi muito pouca coisa. O que nós queremos saber de curauá muitas vezes é pesquisado fora do Pará, fora da Amazônia porque aqui não fizemos muita coisa para incrementar essa produção e dar condições para que o pequeno produtor se insira numa cadeia produtiva forte, porque hoje ele produz grãos, produz arroz e não concebo isso na cabeça de um pequeno produtor da Amazônia produzir grãos se ele tem a copaíba, se ele tem o cumaru. O professor falou do pau-rosa, 47 dólares, nós temos a cumarina, temos a bromalina, tem tanta coisa incrível aí.

Vou dar mais um detalhe aqui, e isso vai desembocar tudo naquilo que todo mundo falou que é fazer a pesquisa, mas faltam recursos, alguém tem que financiar isso. Nós temos alguns detalhes sobre o curauá que são interessantes: ele produz, só o subproduto a mucilagem, tem 7% de proteínas já constatados, para cada hectare que o pequeno produtor planta de curauá ele pode criar 4 cabeças de gado confinados,

sem pasto porque o 'volumoso' sairia do curauá, e outras coisas mais.

Deixo isso como reflexão e perguntaria para o Homma o seguinte: como é que ele vê, (porque temos que colocar o curauá, domesticá-lo e pensar em larga escala) numa expansão maciça assim na Amazônia com um detalhe, ele suporta sombreamento, pode ser consorciado com cumaru, andiroba, pau-rosa e fazer com que a agricultura familiar tenha uma sustentação não só naquela agricultura anual que seria o curauá, mas também pensar em uma caderneta de poupança para ele que daqui a 7 ou 6 anos estaria vendendo cumarina, o pau-rosa, andiroba, etc..?

Antônio Santana – Já que a grande maioria das questões foram diretas, estamos iniciando aqui pelo jovem do calcário.

Antônio Carlos – Com relação à pergunta feita sobre subsídio do calcário, a necessidade de calcário por hectare/ano, lá em Roraima ao contrário de outras regiões é uma necessidade pequena, está na faixa de 1.300 a 1.500 quilos de calcário por hectare, PRNT de 100%, bem diferente de uma condição do Centro-Oeste onde a quantidade de calcário é bem mais elevada.

Com relação à geração de empregos, aquele valor a que me referi é com relação à área total, quer dizer, se você considerar uma relação que para cada 30 hectares você teria um emprego direto, numa condição de 7.000 hectares teremos uma área média de produtor, uma faixa de 250 empregos diretos que é uma referência com relação a isso aí.

João Barreto – Respondendo à pergunta do Sr. Roberto, lá no sul do Estado do Amazonas, em Humaitá, tem variado de 1.500 a 2.000 kg por hectare, 1,5 a 2 toneladas de calcário por hectare e isto está muito relacionado com a qualidade do calcário. Quando você tem um calcário de maior concentração de terra NT você diminui. De maneira geral os calcários que têm sido utilizados no Amazonas são ruins; tem uma jazida de calcário no próprio Estado que tem sido distribuído, este ano houve um calcário melhor que veio de Pimenta Bueno, em Rondônia, e em determinadas épocas chega o de Cárceres, tem variado nestas quantidades aí. Quando pega o calcário mais ruim que nem o do Estado, há necessidade de colocar até mais, 2,5 até 3 toneladas, mas em média está variando de 1,5 a 2 toneladas de calcário.

Apesar de não ser, sei que esta pergunta pode ter sido direcionada para o Dr. Paulo, mas particularmente o colega que falou sobre o zoneamento ecológico-econômico sobre a questão do fetiche, considero realmente que se pode interpretar dessa forma. Agora, infelizmente entendo que esta questão estaria muito relacionada é com o comprimento; alguns Estados têm feito zoneamento ecológico-econômico, mas de certa forma parece que tem sido para "inglês ver"; o pessoal pede, as autoridades, a exemplo de Rondônia, lá no Estado do Amazonas foi feito para a região sul do Estado e até hoje realmente não foi oficializado porque de certa forma eu diria que em Rondônia, há quantos anos foi feito o zoneamento e até hoje não foi respeitado, ninguém está nem aí para esse zoneamento! Talvez até seja realmente para se pensar um pouco neste aspecto que o colega aborda. Quem sabe se em função disso, as pessoas não estão muito preocupadas não estão querendo fazer, mas temos a compreensão da necessidade de se fazer isso. Com certeza o zoneamento caracterizaria áreas com muito mais condições para você trabalhar determinadas culturas e que, sem dúvida, contribuiria para não fazermos talvez coisas de forma equivocada, plantar por exemplo determinadas culturas em uma região que não tem as mínimas condições. Consideramos isso aí.

Também em relação à questão levantada pelo nosso colega de Santarém, por sinal é a minha terra – Cristóvão Sena -, sou de lá; conheço o curauá, sem dúvida é uma cultura de importância que deve e merece maior atenção; infelizmente até hoje não conseguimos dar o valor que essa cultura representa para a economia daquela região. Enquanto nós realmente não conseguirmos condições de venda para esses produtos, só nós de forma local não temos consumo para tanto curauá, para tanta andiroba, ou para tanta copaíba. Não sei, na minha simples visão continuo entendendo assim: se o Brasil de maneira geral não fizer uma espécie de marketing em relação aos seus produtos no mercado internacional, não sei até onde poderíamos conseguir fazer com que os nossos produtos passem realmente da esfera regional, porque até hoje não conseguimos isso.

E ainda assim eu queria enfatizar a necessidade, você tem razão quando coloca isso, infelizmente não temos nem pesquisa nessa área e nessas culturas aí; faz-se necessário também que direcionemos propostas neste sentido.

Eu colocaria em relação à questão do Estado do Amazonas, temos tido discussões em relação a essas questões, o próprio Governo hoje através da FAPEAM já se colocou aberto, entende realmente que essas áreas, essas culturas têm que ter o apoio até para tentarmos amenizar um pouco a situação das pessoas que trabalham, no caso aí dos extrativistas que podem ter mais uma atividade, você não pode pensar numa cultura dessa apenas como uma, mas esta pode ser mais uma alternativa dentro do sistema produtivo, a questão da extração.

Antônio Santana – Eu gostaria que vocês fossem bastante objetivos nas respostas para dar chance a mais uma rodada de questões.

Newton Lucena – Bem rápido aqui. Com relação ao calcário, temos a usina em Rondônia de altíssima qualidade, o PRNT está chegando a 70%, as quantidades utilizadas são pequenas, 1,5 a 2 toneladas porque são solos que já foram calcariados, mostrando pelo menos 5 anos de efeito residual. Na usina custa R\$ 28,00, chega a Porto Velho a 120 ou 130 e Vilhena a 40, só que a grande parte do nosso calcário vem de Cárceres, é o melhor freteamento e mais vantajoso.

Com relação ao zoneamento que foi citado de Rondônia, concordo: o fator determinante foi a estrada, só que isto foi em 84, então, o nosso zoneamento foi aprovado em 94, virou lei em 2000 na Assembléia, não é reconhecido pelo CONAMA, o nosso é um zoneamento criminoso, ele preconiza 80% do desmatamento em áreas de potencial de produção, com isso ninguém quer dar parecer. De 1994 para cá, o mapa vai ficando amarelo, e no último ano o desmatamento foi grande, este ano também, quando fizer outra vez vai estar todo amarelinho. Então o zoneamento, se tivesse sido aprovado, estaríamos seguindo porque o pessoal que não tem área para fazer averbação não tira dinheiro do Basa, do Pronaf, a grande maioria não tem, e sabe quem tem a Pronaf ?, o grande produtor, que tem 20 ou 30 mil hectares, tem lá os seus 5, 6 mil hectares e tem área para fazer financiamento e está fazendo, e o pequeno está sendo excluído. Se não fizer zoneamento, Rondônia a exemplo desse, o Acre não fez, Amapá não fez, os outros não fizeram, ninguém quer fazer porque não vale nada, e neste meio tempo o pessoal vai desmatar até, como o Dr. Homma falou, o fato consumado, aí mudar o mapa e ficar todo amarelinho, todo desmatado.

Antônio Santana – Obrigado. Passo a palavra para o Dr. Richard, depois o Paulo e por último, na sequência, o Homma.

Richard Pasquis – Quero aproveitar para insistir sobre a preocupação que foi colocada aí no cerrado, justamente no começo insisti muito sobre o conceito da Amazônia Legal que não tem uma equivocação se a Amazônia é sobre a floresta ambrófila deixando de lado o cerrado. Nós achamos que a preocupação é para vários biomas que estão incluídos no conceito da Amazônia Legal e o cerrado, logicamente também uma preocupação grande tanto quanto a floresta ambrófila.

Se entendi bem a sua preocupação em relação a preços de custos, talvez não tenha ficado claro na minha apresentação, o raciocínio do sojicultor é quase exclusivamente econômico. A sua preocupação justamente é a margem de lucro. Na situação atual, tem uma situação do mercado internacional, um apelo pela demanda é muito forte, a desvalorização também do real que faz com que o preço para a soja brasileira seja interessante, porque tem um preço que é favorável para a soja brasileira, de um lado; de outro lado, entram os três tipos de custos e produção, o custo mais elevado é o preço da terra, e justamente esse deslocamento ao Norte ou na fronteira como dizia a Berta Becker, é justamente a procura de terras “baratas” porque o barato é provocado pela falta de ordenamento territorial, pela confusão fundiária e etc., e também porque estão um pouco em regiões mais afastadas em relação com os eixos de comunicação. Mas realmente o deslocamento que estamos observando é justamente provocado pela procura de diminuição de um custo de produção principal que é o preço da terra, porque do outro lado, pelo tamanho das áreas tem bastante economia de escala em relação com o preço do trabalho, justamente pela própria mecanização o preço do trabalho está bastante reduzido, e por enquanto tem um financiamento privado que permite sustentar essa dinâmica. Este financiamento vem através dos famosos “pacotes”, o que a Berta falou terceirização, porque o pagamento é realizado com grãos, não com dinheiro. Então, o custo principal é a terra e justamente é essa procura de diminuir este custo principal que é a terra que vai deslocar o produtor de soja ao Norte à procura de terras mais baratas.

Paulo Kitamura – Tenho uma pequena colocação em relação ao zoneamento que me foi perguntado.

Eu não conheço nenhum zoneamento na área rural que foi feito no Brasil da forma como conheço zoneamento, que não é só cartografia, zoneamento começa quando terminamos a cartografia porque aí vêm exatamente as medidas e os instrumentos que nós vamos utilizar, o conjunto de instrumentos para implementar o zoneamento. Neste sentido acho que só nas áreas urbanas do Brasil você tem zoneamento, porque nas áreas urbanas você realmente tem instrumentos que levam a exatamente o que a cartografia está recomendando; acho que tem várias cidades no Brasil que praticam isso e muito bem. Agora, nas áreas rurais onde vejo que tem trabalhos interessantes, onde fizemos zoneamento a configuração final é dada de forma participativa. Por exemplo, as “apas”, tem várias delas no Brasil que realizaram o trabalho de zoneamento e funcionam porque foi socialmente acertado, é um pacto que você faz e ali funciona. Em projetos integrados de desenvolvimento e conservação, em alguns locais do mundo você também tem esse tipo de experiência, você faz um zoneamento e termina nessa primeira parte de cartografia junto com a população, e a partir daí você monta toda uma política para gestão dessa área.

A nossa experiência na Embrapa-Meio Ambiente não é de áreas, tem efetivos de características, estamos trabalhando com produção integrada no Nordeste, no Estado de São Paulo que são áreas que já estão estabelecidas, já tem comunidades estabelecidas e trabalhamos com isso, mas de qualquer forma são instrumentos.

Eu estava falando de BPA's, código de conduta, tudo isso para funcionar realmente, a experiência que tem é que, se você não faz, não produz isto de forma, não é um trabalho socialmente construído, é muito difícil você implementá-lo porque aí a hora que você vai para o embate dos atores o negócio não sai do papel.

Por que eu coloco isso também? Porque tem um colega nosso que no ano passado terminou um trabalho nos Estados Unidos de "Introdução de Código de Conduta na Produção de Camarão", que é um grande impactante de área de mangue, e eles conseguiram introduzir técnicas extremamente complicadas se formos pensar de forma individual; eles conseguiram com que os produtores não jogassem toda a água do tanque para colher o camarão, coisa que era a prática de 100% dos produtores, mas só que a pesquisa estava junto nessa conversa e ofereceu alternativas de como resolver o problema da reciclagem de água nos tanques. Por isso digo que, quando falamos em produzir alguma coisa nessa linha da participação mesmo, você tem que estar com todos os atores que serão envolvidos no processo, principalmente os que vão ser diretamente afetados, os agricultores, e você construir isto de uma forma participativa.

Alfredo Homma – A pergunta do Cristóvão Sena, acho que tem duas questões importantes em termos de política pública. O primeiro aspecto temos que desmistificar um pouco esta questão da biodiversidade, o pessoal está pensando que com a biodiversidade da Amazônia vamos ficar ricos de uma hora para outra. Acho que a biodiversidade se analisarmos a contribuição dela para a Amazônia, não vale nada, a capacitação nas exportações, camarões 0,45%, castanha-do-pará 0,36%, peixe congelado 0,21%, palmito 0,17%, tudo zero, zero, zero, pau rosa 0,2% e assim por diante, a única exceção é a biodiversidade da madeira que apresenta 12%. O pessoal está pensando que uma biodiversidade por descobrir, não sabemos o que é e vamos ficar milionários de uma hora para outra, descobrir câncer, AIDS, etc.. Qualquer produto da biodiversidade na hora que vai entrar no processo produtivo, vai se transformar em cultura como outra qualquer, com seus problemas de mercado, de preço, de pragas, de doenças e assim por diante. Quer dizer, cada produto vai fazer o seu nicho; a curauá vai fazer um nicho, bacuri vai fazer um nicho, a pupunha vai fazer um nicho, e assim por diante.

Nós estamos precisando aqui no caso da biodiversidade é sair do abstrato e passar para o concreto; quais são os produtos da biodiversidade que precisamos domesticar, plantar, porque esse produto da biodiversidade já tem um conflito entre a oferta natural e a demanda, o caso do bacuri, o pau-rosa, a seringueira, a madeira porque os madeireiros precisam modificar este pensamento de só sucatear a floresta para plantar madeira e assim por diante. Ficamos tipo aquela história da fonte da juventude, da fonte do Eldorado, esta questão, inclusive a pesquisa tem que sair do abstrato para o concreto, de domesticar, por exemplo, medidas de cinco plantas da biodiversidade a cada quinquênio, a cada decênio para incorporar ao processo produtivo.

A outra questão que também remete a esta questão aí, é que estamos falando muito sobre utilização de áreas já desmatadas. Isso, como disse, está sendo o *slogan* de Governo porque o pessoal disse que vai fazer isso e faz ao contrário. Temos que passar para a segunda etapa, dar nome aos bois, e o que plantar em cima dessas áreas já desmatadas. A ministra Marina Silva também já incorporou este discurso de dizer que para reduzir o desmatamento tem que usar áreas desmatadas, isto é importantíssimo.

Agora, a discussão que vai ter que entrar é a questão do que plantar, e aí entra a questão de dizer que estamos desprezando esta biodiversidade presente, entra a soja,

pastagens, são coisas que têm que ser consideradas como cupuaçu, bacuri, guaraná, etc., e cada um desses produtos têm limitações, vantagens e desvantagens e tem que colocar, e é esta discussão que está sendo difícil; quando você coloca essa discussão, não existe concordância, acho que tem que amadurecer muito nessa utilização das áreas desmatadas para não ser usada como tipo *slogan* de Governo, dizer que vai usar mas não vai.

Não tenho potencial do curuá, acho que para mim isto vai ser um nicho de mercado, vai ter que comparar com sizal para ver até onde pode avançar, mas cada produto vai fazendo o seu nicho, não existe esse produto mágico da biodiversidade como o pessoal está imaginando, temos que incorporar ao processo produtivo, tanto que essa biopirataria está sendo feita em cima da biodiversidade presente e não aquele produto imaginário. Era isto que eu queria complementar com a sua pergunta.

Antônio Santana – Mais alguma questão?

(Não identificado) – Eu queria ouvir um pouco, é claro que aí tem Embrapa-Meio Ambiente, Embrapa-grãos, mas se vocês pudessem afirmar, não sei se um ou dois aí, qual é a avaliação que a Embrapa faz da seguinte questão: vamos imaginar a área já alterada, (concordo que cerrado não é área alterada) e vamos discutir a utilização dessa área alterada; qual é a avaliação que a Embrapa faz, levando em consideração o grão, a pastagem, mais os outros produtos, principalmente os da chamada fruticultura - vou usar esta expressão que envolve, além do que foi citado como pupunha, etc., mas vamos pegar também outras plantas permanentes que acho que cacau não está em crise porque em dois anos recupera, a pimenta, o café, os outros produtos; qual é a avaliação que a Embrapa faz hoje do total dessa área, caminharíamos para usar quanto por cento na produção de grão? Estou fazendo esta pergunta para nós dimensionarmos um pouco qual é o potencial dessa produção de grão, porque a Amazônia vai se tornar uma grande produtora de grãos, tem uma limitação, ou as outras atividades econômicas até pela sua viabilidade também vão ganhar espaço, queria que vocês comentassem se já tem algum acúmulo, e se não tem pode ser a opinião individual, porque não parto do princípio de que não vai ter soja na Amazônia porque ela já existe, mas não parto do princípio também de que ela vai ser o carro-chefe da economia nas áreas alteradas da Amazônia, mas de repente estou equivocado.

Antônio Santana – Mais alguma questão?

Emeleocípeo Andrade – Acho que, na questão de grãos, o pensamento que nós temos é que, na verdade na nossa região e especialmente no Pará temos uma economia e todo o pensamento, toda a lógica em cima do extrativismo, e a idéia é se mudar um pouco essa cultura e tentar introduzir alguma coisa em termos de uma agricultura mais racionalizada. O grão seria um elemento indutor, quer dizer, não que estejamos pensando que o grão vai entrar porque o pessoal deverá vir do sul, os grandes plantadores, os grandes empresários, mas acho que com o tempo, à medida que for mudando essa cultura empresarial, vão aparecer as novas oportunidades de negócios. Por exemplo: acho que fruticultura é alguma coisa que vai muito bem, porém, tem que ser muito bem feita, ela não vai bem porque as pessoas acreditam que por aqui ser trópico úmido não precisa irrigar, e as respostas que temos observado nos experimentos e nas iniciativas em que se usa irrigação, são alguma coisa de fantástico. Tenho visto alguma coisa que não se usa, só vi uma vez na África um dendezal irrigado, 900 hectares de dendê irrigado, porque ali era uma questão muito no Benin, antigo Daomé, o dendê era uma questão quase que de sobrevivência do pessoal, e

era complicado porque não tinha água e eles irrigaram aquilo ali e passaram de quase uma situação de insuficiência de produtividade em termos de 10 toneladas de cacho/hectare para 32 toneladas de cacho/hectare. A experiência que se fez com irrigação, estamos colhendo aqui, 20, 22 toneladas de cacho de dendê nos nossos plantios das plantações. As experiências com irrigação estão dando também 36 toneladas; coco numa média de 80 frutos por pé – é essa média quando você irriga aqui. Outra coisa, em áreas até pouco mais secas como Capanema você está tendo 210 frutos por pé, é algo fantástico e você diz: por que vai irrigar aqui?, pimenta é a mesma coisa. Acho também que temos que fazer uma agricultura muito mais tecnificada, inclusive se usando menos área.

A idéia, vamos seguir para isso, até quem sabe no próprio grão não possa se fazer um pivô central com gotejamento, que você produza o ano inteiro, enfim. Penso que estamos precisando quebrar essa inércia da cultura extrativista com alguma coisa mais tecnificada; agora, acredito que existam outras opções, com certeza, o reflorestamento, a fruticultura, os grãos enfim, e até mesmo hortaliças com outro enfoque, envolvendo a agricultura orgânica, mas precisamos é criar essa cultura agrícola que não temos aqui.

Antônio Carlos – O Emê foi muito feliz na colocação de vários aspectos aí, mas eu gostaria de levantar que, com relação às áreas alteradas, principalmente considerando áreas de florestas, nós também temos essa preocupação de que opções você pode ter com relação ao aproveitamento, e nós vemos, por exemplo, nos sistemas agroflorestais onde você combina diversos componentes, fruteiras, tem a sua poupança verde no final que é a madeira que o agricultor pode explorar no fim, também como uma opção. Temos trabalhado lá em Roraima junto a pequenos produtores em duas comunidades na adaptação destes temas agroflorestais junto com desenvolvimento, junto dos próprios produtores, e tem tido resultados muito bons, inclusive uma região que está sujeita àqueles períodos de queimadas e que muitos aí já devem ter visto, inclusive temos testado alguns sistemas utilizando a opção da irrigação.

O outro fator que acho importante (aí incluo a área de cerrado e lavrado) é a fruticultura irrigada, porque nessa condição nossa lá principalmente de clima mais seco, temos uma condição de clima de menos pluviosidade durante o ano, ela se mostra com certeza pelo que temos visto como opção bastante interessante, e que pode ser uma opção para agricultura familiar tranquilamente.

Outro aspecto que, não sei até que ponto está, mas é o que pensamos incentivar é o próprio florestamento, porque você fala de espécies de madeiras novas como opção para essas áreas. Os grãos, na verdade, há uma prevalência deles naquela região de Roraima, vão predominar mais neste sistema de integração lavoura-pecuária, quer dizer, o objetivo final é justamente utilizar grãos porque é uma atividade junto à pecuária. Acho que seriam mais ou menos essas alternativas que foram levantadas.

Airton Faleiro – Só acrescentar uma coisinha em relação a esse comentário das áreas alteradas: é difícil fazermos uma previsão *a priori* de quanto das áreas alteradas vai ser utilizado para cada uma das culturas, mesmo porque, o que imagino aqui é o seguinte: você tem usos alternativos das áreas alteradas, o zoneamento vai mostrar níveis de manejo que você tem que utilizar e a partir daí para cada cultura você terá um código de conduta ambiental, que tipo de sistema pode utilizar, quais as práticas que serão obrigatórias para cada caso. Então, *a priori* é difícil fazermos uma previsão de quanto vai ter de cada área, mas o que podemos fazer é induzir quais os cultivos que aquela região vai ter. A minha proposta é exatamente neste sentido, já que não

conseguimos trabalhar naquela direção dos arranjos produtivos, buscar esse arranjo de atores e a partir daí a forma de regulação que possa levar nessa direção.

Alfredo Homma – A pergunta do deputado Faleiro é interessante, isto vai depender muito da questão do mercado local. Por exemplo, se colocarmos, no sudeste paraense, para mim a grande alternativa é recuperar a pastagem degradada, porque lá temos mais de 45 mil assentados, 450 projetos de assentamentos envolvendo uma área maior do que a soma do Estado de Alagoas, mais o Distrito Federal que vai ser totalmente desmatada, o pessoal está chegando lá, desmancha o lote e na hora que acaba a mata inviabiliza as atividades. Esse pessoal está precisando de um auxílio imediato em termos de recuperar essas pastagens degradadas para viabilizar a atividade pecuária leiteira porque estamos assistindo no sul do Pará a entrada de grandes laticínios como Parmalat, Leite Bom etc., que vão fazer o queijo para exportar para São Paulo sem colocar o custo ambiental dessa destruição.

Agora, esses produtos, os mercados aí são bastante grandes, como exemplo, a seringueira, para acabar essas importações precisamos plantar aqui, hoje deveria estar em produção 120 mil hectares de seringueiras em idade de sangria. Reflorestamento para apoiar esse programa de carvão do grande Carajás que está fazendo uso à custa de madeira de floresta nativa, nós já devíamos ter plantado em idade de posse 120 mil hectares de eucaliptos para fazer carvão, não sei se o pequeno produtor também poderia ser envolvido nessa atividade, mas é uma coisa totalmente sustentável. Madeira, por exemplo, reflorescimento aí, toda essa briga do mogno já devia estar plantado aqui na Amazônia (para evitar essa confusão) 40 mil hectares de mogno, teria aquela quantidade máxima de mogno, 40 mil hectares plantados e se cortássemos todo para 1.000 hectares teria a quantidade máxima de mogno que poderíamos exportar, como já exportamos aqui.

Há necessidade de mudar também a visão do madeireiro que está só pensando em tirar a árvore da floresta, há necessidade de plantar. Agora, se fizermos um exercício de colocar todas as áreas máximas de culturas perenes dos maiores países produtores de seringueira, comparando a colocar por exemplo 2 milhões de hectares aqui na Amazônia, o maior produtor de cacau aqui e colocar no Brasil, e café, assim por diante; somando todas essas culturas perenes, com uma fração diária você já pode dobrar a produção mundial. No caso de culturas perenes, numa pequena área você praticamente dobra, somar, colocar essas quantidades máximas não chega a 2% da superfície da Amazônia, você teria condições de dobrar tudo em culturas perenes tropicais. Agora, no caso de culturas anuais precisamos de grandes áreas, tanto que a China é um exemplo para abastecer de arroz e milho, feijão, precisamos de grandes espaços. E aí entra também, no caso da pequena agricultura, é uma necessidade de buscarem auto-suficiência alimentar de arroz, milho, feijão, e que não pode ser feita com esse processo de derruba e queima, há necessidade de tecnificar, e aí entra o grande risco da própria agricultura familiar apesar de toda essa conversa de ajudar, todas essas atividades são altamente intensivas em mão-de-obra, se não aumentarmos a produtividade da terra e da mão-de-obra esse pessoal terá dificuldade. Tanto que hoje muito pequeno agricultor prefere vender mão-de-obra, que ganha muito mais do que se trabalhar na lavoura. Um outro fenômeno está surgindo, principalmente no sudeste paraense. O pessoal fica discutindo salário mínimo, 100 dólares e no meio rural já se paga isso há muito tempo, indicando aí que no setor urbano está sobrando mão-de-obra, mas no meio rural vai começar a faltar mão-de-obra, e a venda de mão-de-obra pode ser mais interessante do que trabalhar nas atividades agrícolas. Então, o agricultor familiar vai ter que tomar cuidado com essa questão senão ele pode virar simplesmente um vendedor de mão-de-obra; a venda de mão-de-obra

hoje, todos os institutos estão mostrando, representa 20 a 25% do que se está ganhando durante um ano, a participação está aumentando bastante e isso é um perigo que também tem dentro do setor de agricultura familiar para prestarmos atenção. Há necessidade deste pessoal ter tratores, essa parte de mecanização.

Newton Lucena – No caso de Rondônia temos especificamente 5 milhões de hectares de pastagem, 500 mil de culturas anuais e perenes e um milhão de capoeiras. As capoeiras, todas elas degradadas, alteradas, estão em solo de baixa fertilidade, porque o nosso produtor está consciente de que naquele solo, naqueles 2% bons não pode ter capoeira; o que ele vai fazer vai ser, ou pastagem, ou café, e se alguém arrendar ele planta grão, mas o produtor não vai plantar grão, com certeza ele não planta. Vamos ter um incremento agora de cerca de 40 mil hectares na produção de grãos porque o governador deu a semente em tempo hábil já com comprometimento do feijão, está em Rondônia para plantar em março e plantou arroz e milho, deve dar uns 40 mil, mas o nosso produtor não planta mais grãos: a questão é ou arrendamento dos grandes empresários ou no sul do Estado a questão da soja, mas a produção de grãos realmente foi excluída porque o café e o leite são a base produtiva que nenhuma dessas culturas vai ter; você imagina ter 36 mil produtores rurais vendendo leite a 40, 50 centavos, quanto mais leite produz mais vende, e o café. Nós tivemos a redução de 30% na área de café, aqueles que não são cafeicultores; o nosso rendimento do Estado aumentou em 40%, o café diminuiu a qualidade e o próprio ICMS do Estado aumentou em 20%, com isso, a nossa especialização vai ser café com leite, aí entra a pastagem e realmente a produção de grãos vai ficar para o médio e grande produtor, o nosso pequeno produtor rural não tem condições de fazer lavoura branca e competir com o empresariado já mecanizado.

Antônio Santana – Antes de encerrar, chamaria o Dr. Peter que deseja fazer um comunicado, e depois dar uma palavra final para encerramento do evento.

Peter Toledo – É simplesmente para dizer que alguns participantes do evento desde manhã estavam muito interessados principalmente na questão de receber cópias das apresentações hoje, e pelo que entendi uma lista já está percorrendo todos os participantes com a liberação das suas apresentações, que vamos disponibilizar para os organizadores e colocar na *home page*.

Como vocês sabem, as apresentações também estão sendo gravadas, iremos transcrever numa publicação que chamamos de "Idéias e Debates" do Museu Goeldi. Contudo, face à importância do tema e realmente a necessidade de divulgação e de se tornar perene a informação mais as suas apresentações, os organizadores da Embrapa/Museu Goeldi e os Amigos da Terra decidiram induzir a edição de um livro, e justamente tem a questão de pressa porque a velocidade da produção do livro tem que estar concomitante com a velocidade do avanço da soja justamente se nós estamos querendo disseminar o conhecimento científico para a população. Com isso, estamos querendo que vocês, vamos fazer um convite aos participantes, aqueles que tinham sido previamente convidados mas não puderam participar, e outros que os editores indicarão (pela Tatiana, por mim e pelo Roberto Smeraldi), muito possivelmente os editores de cada uma dessas instituições vão solicitar para vocês um manuscrito até o dia 30 de janeiro para que possamos já ter isso publicado em março. A boa nova é que, em conversa com a nova Sudam, parece que existe a possibilidade pelo Chiquito de colocar à disposição a gráfica e todo o sistema editorial, estamos em negociação, e este é um sistema de parceria com o qual vamos poder colocar essas informações disponíveis já em março. Agora, precisamos contar com o apoio de todos os participantes no tempo de apresentação, no manuscrito e realmente na revisão para termos isto publicado já em março. Era essa a informação que eu queria passar e motivar um pouquinho para até amanhã.

Sessão 3:

Soja na Amazônia: aspectos fundiários, ambientais e sociais

Moderador: Rafael Magalhães - Grupo de Trabalho Amazônico

Palestrante 1: José Helder Benatti - Universidade Federal do Para/Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

Palestrante 2: Paulo Koury - Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

Palestrante 3: Raimunda Monteiro – Ministério do Meio Ambiente

Palestrante 4: Luiz Fernando Guedes Pinto - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

Rafael Magalhães – Dentro de alguns minutos daremos início ao segundo dia, é a Sessão III do Seminário sobre Geopolítica da Soja na Amazônia.

Como estávamos esperando somente a Dra. Raimunda Monteiro, acredito que este já é o momento ou ainda esperamos um pouco mais?

Eu gostaria de chamar a Mesa para a Sessão III – “Soja na Amazônia: aspectos fundiários, ambientais e sociais”. Vou ser o moderador da mesa. Eu sou Rafael Magalhães, do Grupo de Trabalho Amazônico, e vamos chamar agora os palestrantes: o primeiro será o Sr. José Elder Benatti, da UFPA e do IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia). O segundo palestrante será o Dr. Paulo Koury, da diretoria de meio-ambiente da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente. A terceira palestrante será a Sra. Raimunda Monteiro, do Fundo Nacional do Meio-Ambiente do Ministério do Meio-Ambiente. O quarto palestrante é o Sr. Luis Fernando Guedes, do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - IMAFLORA.

Cada palestrante terá 20 minutos para sua apresentação, com dois minutos de argüição, agora, vamos ter que respeitar porque ontem, pelo que fiquei sabendo, se estendeu, o que é normal quando as pessoas continuam a discutir. O primeiro expositor é o Sr. Benatti que vai falar um pouco desse recente processo de ocupação pela soja em novas e significativas áreas na Amazônia, com seus aspectos fundiários, ambientais e sociais, haja vista que existe muito conflito acerca da soja, principalmente em Santarém onde já tivemos vários conflitos agrários até com assassinato de lideranças comunitárias, enfim, os palestrantes vão colocar um pouco como ocorre esse processo. Passo a palavra ao Benatti.

José Helder Benatti – Bom dia. A primeira parte que vou trabalhar mais é com relação à fundiária da soja, vou dar um realce para o Mato Grosso e região do Baixo Amazonas e de Santarém.

O que vou apresentar aqui na verdade é uma pesquisa de um grupo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia que está levantando essa informação, é uma pesquisa que ainda não terminou, os dados que vou apresentar aqui são preliminares, vamos trabalhar e alguns dados recebi ontem de informações que chegaram da área.

Peço permissão para poder descer e trabalhar já que vou apresentar algumas imagens com dados e fica mais fácil ir direto ao computador do que ficar na mesa; não é um desprestígio, muito pelo contrário, é para facilitar o meu trabalho.

Como sou jurista, o meu discurso é mais nessa área do que na antropologia ou na questão ambiental.

Quais são as principais causas de desmatamento que temos de levantar na região? Primeiro, a questão do tipo e uso da terra: pecuária, plantio de grãos, agricultura, corte e queima, que isso com certeza já deve ter sido discutido. Infra-estrutura, especulação de terras públicas, aqui a especulação tanto das terras devolutas quanto das terras arrecadadas, porque juridicamente este tema tem distinção. Quando se fala em terras públicas, posso estar falando em unidade de conservação (floresta nacional, o parque nacional que é terra pública), mas que tem já inserido sobre ela uma limitação que é para uso ambiental. Tem as terras públicas que foram arrecadadas pelo Governo em vários momentos só que em algumas vezes a terra é arrecadada mas não foi destinada. Por exemplo, um assentamento para se realizar, primeiro o Governo tem que arrecadar, tornar este patrimônio público em propriedade pública. E tem as terras devolutas, são aquelas que existem, não foram arrecadadas mas são um bem público, é uma terra pública, só que não está discriminada, o governo sabe que existe mas não tem o mapa ou uma organização no seu cadastro daquelas terras. Isto na Amazônia é bem comum, na realidade não só na Amazônia, se você reparar em São Paulo, Rio Grande do Sul você ainda encontra terras devolutas. Nesses Estados em que a ocupação humana é maior e tem terras devolutas, imagine na Amazônia como é que se está, ou seja, o problema cadastral, saber quais são as terras que foram arrecadadas e aquelas que foram destinadas para algum fim, ainda é um hiato na política pública brasileira. Tem também a degradação florestal através da exploração madeireira e incêndios florestais, ou seja, a exploração madeireira vai facilitar os incêndios florestais, que dependendo da atividade de exploração quando você vai analisar a área, boa parte da biodiversidade já está perdida e os sub-bosques e outros produtos já foram queimados.

Também em 1990, na ocupação da soja tinha muito forte a ocupação do Mato Grosso, Tocantins bem ao norte ali do Maranhão; Pará e o resto da Amazônia praticamente, e Rondônia na divisa com o Mato Grosso não tinha ainda uso da terra para soja. Já em 1996 o Estado do Amazonas começa a ter grandes áreas ocupadas ou mesmo apropriadas para fins de uso da soja, os sojeiros já começam a ocupá-las. Agora em 2001, praticamente os Estados não têm terras, grandes áreas pelo menos oficialmente ocupadas pela soja escapam só no Amapá, Roraima e o Acre. Estas cores mostram a percentagem de áreas que são destinadas para plantação de soja, lógico que Mato Grosso ainda é o grande centro da Amazônia Legal de ocupação e uso da terra para soja.

As duas dinâmicas estão interligadas: uma que está muito levantada que é a soja está ocupando boa parte de áreas já degradadas, mas também ela empurra e facilita a ocupação para outros agentes que venderam as suas terras degradadas, se capitalizaram e foram ocupar outras frentes. Na realidade, a lógica de ocupação de fronteira aberta é o discurso dos proprietários. Se você conversar como o Smeraldi estava colocando, numa conversa muito informal de vôo de avião e conversar com outras pessoas, sojeiros, eles acham que não estão fazendo nada de errado, o discurso não é moral, é um discurso de ação, de ocupação e de tornar produtivo, estão pagando por isso; o que legitima o ato de ocupar não é se a terra é pública e se pode destinar, mas o ato econômico de pagar e dar uma atividade econômica, esse é o discurso de legitimação.

Nessa questão fundiária ou na definição política, acho que o discurso moral não resolve o problema, porque a moral neste aspecto, cada um tem uma moral sobre este mesmo fenômeno, moral ambiental, moral produtivista são morais que têm sua base de estimação. A discussão aqui é outra alternativa depois mais para frente vou apresentar algumas propostas de resolução. Mas estas são formas de ocupação da soja no Estado do Mato Grosso.

Esta região aqui do Mato Grosso é florestal mas tem alguma coisa de soja entrando aqui, ou seja, uma área que está sendo ocupada ou pela pecuária ou também para parte da soja. Então a floresta vem sendo incorporada, seja pela ação direta dos sojeiros ou não; para a lógica da sociedade não interessa qual é a atividade que está sendo desenvolvida, interessa que o recurso está sendo ocupado, destruído.

Como é que se dá agora o avanço da produção do grande oeste paraense! Este mapa ajuda a entender a lógica da ocupação e como é que os sojeiros estão vendo a questão econômica de acesso ao mercado internacional.

Estou pulando várias discussões porque ontem várias informações já foram dadas e não faz sentido repetir, e aí no debate podemos acrescentar alguma lacuna que em uma exposição não ficou clara ou deixei de colocar.

Você tem aqui a BR-163 Santarém/Cuiabá que é a grande discussão hoje da ocupação; você tem também o mercado via Santos e Paranaguá que esta área central da soja de Mato Grosso sai indo de Santos para Paranaguá que são as vias possíveis de sair, mas tem outras vias alternativas, rio Madeira e a partir daqui o navio pode sair direto para o mercado internacional. E quando tiver pronta a estrada para o Pacífico, também pode ser uma alternativa, uma parte toda de estrada e depois ir direto, principalmente aqui para o consumidor da Ásia, que hoje o grande consumidor de soja seria a China. Nesta infra-estrutura é que está a lógica também espacial, porque quanto mais distante da infra-estrutura, obviamente, mais caro vai ser o transporte.

Como está o cenário atual ao longo da BR-163: aqui tem Santarém, Tapajós, estas unidades aqui são terras indígenas e esta outra coisa aqui são unidades de conservação.

Pode ver aqui que no Estado do Mato Grosso, nesta linha divisória do Pará e Mato Grosso, a área está bem ocupada; estes pontos aqui são áreas de ocupação e desmatamento, ainda no caso de ocupação da soja. Esta é a área de influência da BR-163; a área de influência da BR-163 é 50 km mais ou menos desta distância, dependendo da área, tiramos aqui porque como tem a unidade de conservação, ou área indígena, ela até agora tem sido um espaço de não ocupação, pelo menos para soja, e isto não quer dizer que não esteja sendo explorada a questão madeireira; quando você tem um enfoque muito localizado numa atividade esquece que outras atividades correm paralelas e que podem ter um efeito nocivo. Boa parte da área preservada ainda está no Estado do Pará. Interessante que ao pegar esta margem direita e a esquerda, a margem direita no Pará você tem várias unidades, ou área indígena ou unidade de conservação, só que esta margem esquerda aqui tem um grande espaço de áreas abertas que ou algumas áreas são degradadas do Incra ou do Iterpa, ou são terras devolutas. E é exatamente aqui que está tendo o maior grau de grilagem de terra atualmente na Amazônia.

Você tem aqui o grau de desmatamento, por ano, e a principal área hoje de ocupação de soja em Santarém é esta região, e essa área que os sojeiros estão chegando e propícios a comprar exatamente o plantio que está próximo ao porto aqui de Santarém, quanto mais próximo o porto, menor o custo de transporte. O custo inicial agora está ocorrendo com especulação imobiliária, você tem o aumento do preço por hectare desta região. Mas mesmo assim para quem vende terras no Mato Grosso ou Paraná ou outro Estado e compra aqui na Amazônia, ele vai ter um preço de 1:3 ou 1:5 ou 1:6, dependendo da área que ele comprar, ou seja, ele tem um capital para com certeza comprar a área e mais alguma coisa para investir na infra-estrutura do local onde vai desenvolver, vai atuar.

Você tem a ocupação de soja em Santarém, Belterra em 89, estes pontos aqui são as sojas, pontos vermelhos e as áreas brancas são áreas já ocupadas. Em 2001/2002 tem um aumento aí, e em 2002 estas áreas que estão mais ocupadas são até agora oficialmente ocupadas para exploração da soja na região.

Aqui são áreas da Terra do Meio que estamos trabalhando, discutindo o que fazer com estas áreas, mas parte delas tem área indígena ou unidade de conservação.

Vamos ver como está a situação fundiária nesta região, especificamente a região próxima a Santarém, que envolve o Estado do Pará.

Não deu tempo para atualizar esta imagem, mas ontem conseguimos algumas informações do órgão federal e estadual que esta área que chamamos de glebas ainda não discriminadas, mas na verdade tem parte dessas glebas que estão discriminadas, e algumas delas estão destinadas para assentamento, só que também tem a informação de que é exatamente aqui que os sojeiros mais estão comprando terras, 10 mil, 5 mil hectares de terra, e o procedimento, estamos negociando com o legalizador da região para ver se ele vende para nós e passa a informação de quais são as propriedades que possui, porque em uma conversa informal eles disseram que tinham o mapa de todas as propriedades que foram recompradas pelos sojeiros, estão ou no Incra ou no Iterpa para pedir a legitimação da terra, ou seja, a lei permite que você ocupe a terra e peça que o órgão público legalize a sua situação fundiária; então a terra é pública, pode ser devoluta ou uma área discriminada, mas que o poder público não deu uma definição, seja para conservação, seja para agricultura, então ele ocupa; a ocupação, pela Constituição atual, nunca vai chegar a ter direito ao usucapião. Pela ocupação pura e simples ele nunca vai ser proprietário, mas pode o poder público legitimar, regularizar a situação dele; o Incra só regulariza terra até 100 hectares, a última portaria, quer dizer, legitima a terra desde que a pessoa trabalhe e desenvolva uma atividade, mas também pedem a regularização, entram com um processo no órgão, e quem faz este processo é uma equipe ou um escritório que vai preparar o processo requerendo a área. E a informação quem me deu foi um juiz da região, conversamos com algumas pessoas que disseram que o processo é simples: pega-se um avião, sobrevoa a região com GPS, localiza as estradas, quer dizer, tem uma estrada aqui de madeira, uma estrada ali, vai marcando os pontos de GPS, depois volta para a área, joga no computador e forma um polígono de 5, 6 km longe dessas estradas, porque eles acreditam que naquela área não tem ninguém porque está longe da estrada, não tem ocupação e faz o polígono, depois volta com o avião, marca o GPS polígono, joga a informação no computador, no programa, tira o mapa, o croqui bem moderno e faz o processo requerendo a legitimação da regularização fundiária daquela área. Paralelo a isso, uma outra equipe entra em campo demarcando os lotes de 5, 10 mil hectares, paga-se um salário mínimo para posseiros ocuparem a área e a regularização pode ser 5, 10 processos que depois quando for regularizado esses posseiros passarão por legítimos donos da área requisitada. É um processo bem moderno, para que grilar em cartório, inclusive o cartório de Altamira estava sob intervenção. Se você tem os processos pode regularizar.

E a outra maneira que ainda na região não foi feita, mas se tentou, é quando você entra com um processo de regularização e o poder público não se manifesta, ele pode em juízo exigir que o poder público se manifeste, estou trabalhando e impedido de conseguir financiamento porque o poder público não regulariza a minha área, tenho lá roças, tenho estradas, tantos mil hectares já explorando, 100, 200, 500 hectares já plantados, você tem alternativas e enquanto o litígio não se resolve, o Poder Judiciário pode buscar alternativa de pressionar a regularização da área.

Hoje, como está a ocupação? Num levantamento da região da BR, você tem ainda que praticamente 80% da área que eles compraram para utilização imediata está na área de pastagem e agricultura, áreas de plantação de grãos em torno de 10% e 10% também em área de floresta. Na realidade, isso agora os dados de 2002 e parte de 2003, não querem dizer que eles vão ocupar só essa área; acredito que essa área que o pessoal alega que é área degradada, de pastagem ou agricultura, basta ser ocupada enquanto estiver disponível; a partir do momento que estas áreas ficarem muito caras, eles vão para o centro da floresta. O dado é esse mas não é paralisado, uma imagem que não altera, essa tendência é tendência, a tendência não mostra que vai ser sempre assim, mostra o momento em que está ocorrendo. Outros fatores econômicos podem alterar daqui a 5, 10 anos esta relação de 80%, ainda de pastagem e só 10% em área florestal, quer dizer, a área que eles estão ocupando atualmente.

Outro dado interessante e diferente do Mato Grosso, pelo menos na região a tendência da BR é de pequenas e médias fazendas; na realidade o que eles estão fazendo: 200 a 1000 hectares de terra produtiva eles estão utilizando, e terra produtiva não é toda a propriedade, mas em média na entrevista com os produtores rurais que vão plantar soja eles dizem que estão plantando de 200 a 1000 hectares de terra produtiva, diferente do Mato Grosso que são grandes extensões. Por enquanto ainda, a estratégia de ocupação efetiva está ainda de 100, 200 a 1000 hectares, está em média de 500 de arroz, a soja está sendo implantada.

Agora, paralelo a isso a informação que está se tentando ver se consegue é pegar estes processos que estão pedindo regularização que são grandes áreas, 5 ou 10 mil hectares e como são áreas de florestas ainda não estão sendo utilizadas, mas a média das propriedades ainda são pequenas e médias fazendas; quer dizer, esta é a lógica pelo menos por enquanto. E a médio custo a produção da região é de 460 a 500 reais, pelo menos a informação que nos passam.

Qual que é a disposição? Isto a Cargill e os grandes sojeiros passaram informação, qual é a idéia de ocupação da região: primeiro, até 2003 plantaram 6.000 hectares de soja na região, incluindo Alenquer, Monte Alegre e Santarém; a produção é de 16 a 8000 toneladas de soja, só que é esperado para o próximo ano de 20 mil hectares para 50 mil toneladas de soja. Se for somar aqui, tem quase que triplicar a área e também a produção, e em cinco anos eles esperam ter um total de 200 mil hectares de área plantada produzindo soja na região. Se vai confirmar isso ou não, vai depender da dinâmica e da reação dos sujeitos, do Estado e da sociedade civil na região, mas esta é a expectativa que eles trabalham para ocupação da soja na região. E a soja em Santarém lucra 9 reais mais por saco do que Mato Grosso, obviamente por causa da distância do transporte, sem contar que no caso da Cargill você tem toda a discussão jurídica no Ministério Público ameaçando demolir a construção porque foi construída sem estudo de impacto ambiental. Tem um outro elemento que era exatamente a estrutura do local está sendo questionada porque foi construída sem levar em consideração os impactos ambientais, até paisagístico de Santarém, e com certeza o porto não é mais bonito do que o pôr-do-sol que ele esconde agora em Santarém.

Agora, um fato importante a discutir em qualquer proposta é que você tem madeireiro, sojeiros, agricultura familiar, pecuária, isto sem tirar a unidade de conservação porque no caso é uma intervenção pública, mas para a sociedade civil você tem diferentes usos da terra competindo pelo mesmo espaço. A política é: o Estado vai intervir para organizar essa ocupação ou ainda vamos continuar naquela velha história que o Delfim Neto disse na década de 70 para a Amazônia: primeiro criamos para o Oeste

e depois colocam o xerife. Isto já passados mais de 30 anos e parece que o xerife vem e vai sem muita força.

Esta é uma discussão que acho só vai se resolver com o reordenamento territorial; definir democraticamente quem é que e porque vai ocupar aquele espaço, é uma decisão da sociedade, se ela quer pagar um preço alto ou não, agora, não dá para os setores decidirem qual a conveniência ou não do Estado, como é que vai ser a ocupação do espaço.

A proposta do aspecto fundiário que vou apresentar aqui não é nenhuma novidade, acho que as propostas estão dadas, já tem mais de 20 anos de discussões, vários trabalhos, teses; vou tentar aqui resumir algumas delas, nem englobam todas as propostas.

Primeiro, acho que tem que ter um reordenamento territorial. O reordenamento territorial tem que ter e com a participação da sociedade; sem a sociedade e os diferentes sujeitos discutindo claramente a ocupação do espaço, nós, o cenário que vou mostrar não é muito favorável. O zoneamento ecológico e econômico é uma medida fundamental, tanto com o movimento do Governo federal como estadual. É interessante que em muitas discussões você vê a pouca participação e a pouca cobrança da participação do Estado, e as áreas que mais avançaram no zoneamento ecológico e econômico foram as regiões onde o Estado interviu e assumiu como política pública, que é o caso de Amapá, Acre, Rondônia que você tem toda a interferência internacional pressionando para o financiamento, mas tem uma polêmica. A questão é um ponto de pauta da política pública daquela região. Nesse caso do zoneamento territorial ele é fundamental para resolver o que fazer antes que seja muito tarde para chorarmos o leite derramado.

Ordenamento, começar a ordenar um fato consumado, mas é democraticamente discutir apropriação e definir o que nós queremos para a região. E aí não é também só a relação de normas jurídicas, tem ordenamento e a sanção, só essa lógica não funciona. Se não tiver uma política pública de estímulo, incentivo, não vai adiantar ter só sanção e obrigar a pessoa a se enquadrar. Demonstrar que é só a norma jurídica como ordenadora de espaço e definidora de comportamento, e caso o comportamento não seja cumpridor de uma sanção, isso só não funciona; se não tiver toda uma política pública de estímulo e de desestímulo, econômico ou tributário, só a norma em si não funciona, não é a solução adequada.

Quanto ao respeito ambiental, é o princípio básico em qualquer negociação, não dá para discutir implantação de soja ou qualquer tipo de atividade na Amazônia sem respeitar o código florestal, sem discutir a questão da área de preservação, as áreas das reservas legais, e aí o poder público tem poder fundamental porque a localização das reservas legais nas propriedades depende também da autorização pública que vai dizer onde é o local mais interessante, porque vários estudos mostraram também que se criar fragmentação vegetal, a cobertura vegetal não cumpre suas funções ecológicas; quanto maior a fragmentação, maior o impacto, menor são as funções ecológicas que poderiam estar sendo tiradas daqueles recursos.

A regularização fundiária: o Governo até agora está criando grupos de trabalho em Brasília também hoje se encontram reuniões de grupos de trabalho florestal aqui no Pará, Rondônia, Mato Grosso e o Acre, e a idéia é o governo até início de março apresentar proposta para uso florestal. E cada vez mais estou chegando à conclusão de que a única alternativa para isso é publicizar todas as áreas que já são públicas. O acesso privado vai se dar por intermédio de concessão, seja para agricultura, para soja

ou para manejo florestal, porque assim você consegue controlar um pouco a especulação e quebrar um controle que o Estado não conseguiu ainda, que é o dos cartórios.

A nova lei vem tentando regularizar ou melhorar a ação da questão do registro da propriedade, mas ainda continua tendo uma autonomia muito grande dos cartórios, ou seja, quem legitima, quem diz que a propriedade é privada é o registro cartorial, não é só o cadastro no Incra ou no Iterpa ou a declaração para pagar o imposto do ITR, mas sim o que está registrado no cartório. Isso é uma prova tão forte que até você discutir que aquele documento é falso, passa-se anos, anos e quando o documento é falso, mas a ocupação é efetiva, é real e o dano já está causado. E a questão da ocupação histórica no Brasil trabalha com uma característica que não mudou nesses últimos 300, 400 anos: é o fato consumado. Consuma-se o fato, depois negocia-se sobre ele, historicamente tem sido isso, não importa se a ocupação é legal ou ilegal, o fato em si é legitimador para uma ação política. E a inércia do Estado favorece essa ocupação factual. Ah!, mas estou aqui, para que o Governo me indenize, porque o Supremo, os Tribunais brasileiros são bem claros: mesmo a área sendo pública, mas se ele trabalhou com boa fé, etc., tem direito de ser indenizado se o Governo quiser retirá-lo de lá, quer dizer, tem benfeitorias, trabalhou e todo trabalho tem que ter em contrapartida o pagamento, no caso se o poder público quiser dar outra utilização para aquela área, e aí se paga milhares e milhões de reais para indenizar. Aí pergunta: para que pagar, legaliza logo a situação e gasta dinheiro para regularizar a unidade de conservação! Num país onde pouco se tem é muita riqueza e pouco dinheiro, a lógica é melhor gastar o pouco dinheiro e deixar eles lá. Essa negociação tem sido feita constantemente; legitima por uma ação de ocupação, o fato de ser legal ou ilegal torna-se secundário por causa da atividade.

E a outra informação pública na regularização fundiária é o Estado e a União dizerem para a sociedade quais são as áreas que são terras devolutas na Amazônia. Parar de esconder informação porque quem tem informação privilegiada está ocupando, e a sociedade não tem como defender essas áreas porque não sabe onde estão essas áreas públicas devolutas, e elas são apropriadas dia a dia por vários sujeitos: madeireiros, sojeiros e seja lá quem for estão ocupando e dando a destinação que acham mais adequadas sem a sociedade poder intervir. É errada essa estratégia de esconder informação. A partir do momento que o Estado disser que esta é área pública, devoluta e ninguém entre porque estou dizendo que é devoluta e sei que está aqui, vai parar o discurso da boa fé: - Ah, comprei mas não sabia que era devoluta, não sabia que era isso ou aquilo. Você pára com esse discurso da boa fé, seja qual for, era pública ou devoluta e o Estado está querendo dar outra destinação para isso.

Para mim essa estratégia anterior de esconder informação não funcionou, não tem funcionado; vamos tornar pública a informação para que a sociedade civil, junto com o Estado possam controlar e definir como melhor utilizar essas áreas, uma fiscalização mais efetiva, a transparência é fundamental, independente de quem esteja no Governo, tem que ser uma ação do Estado; o Governo de 4 em 4 anos é renovado e não pode se renovar a transparência porque sai Governo, um mais opaco, mais claro, esse tipo de coisa não fortalece a democracia e muito menos a proteção ambiental.

Se o cenário não alterar, daqui a 20 anos o que nós teremos provavelmente de áreas naturais serão indígenas ou unidades de conservação, porque toda essa região aqui no Pará, Mato Grosso, parte de Rondônia, praticamente vai estar toda destruída. E outro impacto difícil de calcular é: o quantum e como vai reagir a cobertura vegetal das unidades de conservação, porque esquecemos que Mato Grosso está sendo destruído, ocupado pela soja, são exatamente as áreas de nascente dos rios da margem

direita do Amazonas; com o abalo, com o desmatamento da região de Mato Grosso, com certeza vamos atingindo diretamente os rios que correm para o Amazonas e são as nascentes dos grandes rios que deságuam no rio Amazonas. O que se dirá: ótimo, pelo menos preservamos isto, e nem há certeza de qual grau de conservação vai se dar, porque sem ordenamento territorial, com certeza as próximas áreas de pressão social serão essas. Muito obrigado.

Rafael Magalhães – Dado o adiantado da hora, vou passar a palavra ao Dr. Paulo Koury que é diretor de meio-ambiente da Secretaria Executiva Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.

Paulo Koury – Bom dia a todos, senhoras e senhores. Queria cumprimentar meu antecessor pela brilhante apresentação e dizer que vou colocar aqui para os senhores o pensamento neste momento do Governo do Estado do Pará com relação ao avanço da soja na Amazônia, em especial no Estado do Pará.

O Estado do Pará vem fazendo um grande esforço para implementar seu desenvolvimento, tendo como tema “não devastar”, e para isso entende ser fundamental a otimização do uso de suas fronteiras abertas, espaços onde o desenvolvimento deverá acontecer fortemente, a partir da produção intensiva apoiada nas tecnologias disponíveis, e ainda, na infra-estrutura existente, como rodovias, ferrovias e outros meios. Entenda-se, o Estado do Pará vem sofrendo um processo de ocupação histórico e algumas regiões já têm ocupação consolidada e extremamente entropizada. Então, o Governo do Estado entende que, a partir de então, esse desenvolvimento pretendido tem que ser priorizado nessas áreas, como forma de reduzir a pressão sobre as novas fronteiras e as fronteiras clássicas que ainda se encontram com altos níveis de conservação.

Nesse contexto, entendemos que a lavoura de soja poderá ser importante para a economia do Estado, considerando que sua capacidade de atrair investimentos na produção de insumos e serviços proporcionará a outras atividades da agropecuária os meios para sua viabilização plena.

Ora, nas áreas em que a antropização já é forte, nas áreas onde já é impossível se inverter a lógica de ocupação e os processos produtivos, por que não aproveitar a soja como alternativa catalisadora para que essa atividade geradora de riqueza através da produção possa acontecer? Naturalmente que sem descuidar da responsabilidade ambiental que é dever nosso. Não vamos descuidar ainda nessas áreas, de buscar a proteção das áreas que estão conservadas; de buscar a recomposição daquilo que precisa ser recomposto e, acima de tudo, procurar fazer as melhores opções dentro desse modelo de uso de produção intensiva que necessariamente não precisa somente ser através da agropecuária, pode ser inserido o componente florestal fortemente nisso, uma vez que é uma vocação muito grande do Estado por estar na Amazônia a produção florestal, seja ela no seu aspecto de manejo, seja ela no aspecto do reflorestamento que é um item que tem sido muito pouco discutido mas entendemos que é preciso que seja fortemente discutido nesse processo.

Entretanto, quando nos referimos ao avanço da lavoura da soja nas novas fronteiras, ou mesmo nas de ocupação anterior com elevado índice de conservação de sua biodiversidade, como é o caso dos municípios localizados na calha do rio Amazonas, entendemos que são necessários cuidados especiais, pois sendo uma lavoura cujos recursos para sua implementação normalmente são adquiridos junto a grandes cooperativas ou empresas de comercialização, acaba por ficar fora do controle dos órgãos de gestão ambiental ou governamentais e é o que está acontecendo no momento. O que o nosso antecessor aqui colocou, nos dá uma idéia exata dessa situação.

Tanto os órgãos gestores ambientais estaduais, como federais, ficam de fora do processo porque é uma lavoura que tem a sua própria lógica econômica, ela consegue se auto-financiar através de um processo fechado e o governo perde por conta disso a oportunidade em função da sua precariedade infra-estrutural, etc., acaba perdendo oportunidade de acompanhar esses processos e evitar que os males maiores aconteçam.

Outro agravante consiste nas grandes áreas que são necessárias para sua produção econômica, fator que poderá gerar um grave incremento nos índices de desmatamento, acarretando importantes perdas de biodiversidade. Diante destes fatos é fundamental o rápido ordenamento territorial do Estado, para que sejam definidas as áreas destinadas ao uso intensivo, as reservadas ao uso sustentável e as que serão protegidas integralmente.

Isso é uma situação que está clara para o Estado, para nós todos, e o Governo do Estado está buscando através do zoneamento econômico e ecológico fazer o exercício desse ordenamento.

Da mesma maneira, é de fundamental importância que os instrumentos de regularização fundiária e de gestão ambiental estejam disponíveis e estrategicamente localizados para dar suporte às atividades da produção, através da formalização das propriedades e do licenciamento ambiental dos empreendimentos, avaliando seus impactos, recomendando as medidas mitigadoras necessárias e estabelecendo as condicionantes e fazendo o seu monitoramento. Nessa perspectiva, o Estado do Pará está realizando o seu zoneamento ecológico-econômico, cuja fase do zoneamento está em conclusão, para em seguida ser implementado seu detalhamento nos espaços já ocupados e naqueles que estão sujeitos a forte pressão de ocupação.

Da mesma maneira está realizando um esforço para modernizar suas instituições de gestão ambiental e fundiária, tendo como decisão importante a reestruturação da Sectam que será aparelhada para executar plenamente a sua missão.

O Estado do Pará está atento para esta questão, muito embora tenhamos a certeza de que as coisas estão acontecendo muito ao largo daquilo que deveríamos estar acompanhando, muito além daquilo que poderia ser acompanhado, ainda assim o Estado tem que tomar a decisão e ele tomou a decisão ainda em tempo hábil. Acho que há uma necessidade muito grande de se fazer a questão do ordenamento territorial, a questão da regularização fundiária, a questão da gestão ambiental nessas áreas nos seus mais diversos vieses, não só aquilo que é a gestão propriamente dita. Além disso, há a parte ostensiva do processo que é preciso realçar em função justamente de evitar que a coisa aconteça de modo a que não se possa controlar o processo ainda e conseguindo se manter aquilo que nós queremos em termos de fisionomia de biodiversidade no Estado do Pará.

Meus amigos, o tema é extremamente palpitante, extremamente complexo, e seguramente não sou eu que vou conseguir colocar tudo aquilo que todos nós gostaríamos de abordar neste momento. Mas em tese esta é a visão muito sintética ainda do Governo do Estado, uma vez que o tema, apesar de não ser tão recente, mais recentemente é que está sendo debatido e vou me colocar aqui juntamente com os outros companheiros à disposição dos senhores no momento em que os questionamentos forem feitos. Agradeço a atenção de todos e, quem sabe, poderemos de forma conjunta construir uma agenda que possa realmente nos deixar tranquilos com respeito a este episódio novo na nossa vida aqui na Amazônia. Obrigado.

Rafael Magalhães – Agora passamos a palavra à Dra. Raimunda Monteiro, diretora do Fundo Nacional do Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente.

Raimunda Monteiro – As questões que vou colocar não são apenas o enfoque do Ministério do Meio Ambiente, elas dialogam um pouco com a minha experiência na pesquisa, principalmente a pesquisa realizada com a Profa. Edna Castro em 2002 na BR-163 em São Félix do Xingu, em que nós fizemos uma primeira descrição naquele momento da racionalidade dos atores que atuam nestas frentes de desmatamento, e no contato que a própria experiência no Ministério permitiu nesses anos com vários pontos da “geografia do desmatamento” que nos permite ter um cenário sobre o qual comentar, além do acompanhamento dos trabalhos e das discussões desenvolvidas no âmbito do projeto Geoma, principalmente uma última missão que o Ministério e o Geoma conseguiram realizar na Calha Norte em que trazemos uma primeira descrição do que está acontecendo, principalmente em Monte Alegre e Alenquer.

Estas várias formas de ver a questão, trazem uma certeza compartilhada com todos que falaram aqui sobre o problema, desde ontem, de que nós temos uma regularidade e uma previsibilidade nas dinâmicas de ocupação e uso dos recursos naturais na Amazônia.

Nós temos hoje um acúmulo bastante avançado de diagnóstico das diversas formas como se dão essas dinâmicas, temos o mapeamento de atores, temos já também da parte das instituições uma leitura bastante ampla do cenário físico institucional em que esses processos se dão. Reforçando o que já foi dito aqui, de que estamos convivendo com novas ondas migratórias, já faço algumas ponderações, de que quando entramos na compreensão realmente da racionalidade de atores, vamos ver a importância da articulação dessa migração, das atividades no território a partir da racionalidade de reprodução de grupos familiares e de vizinhança nos Estados onde os recursos vão ficando mais escassos e a rentabilidade vai ficando menor, em que os custos de produção vão aumentando. As formas de organização dos atores são variadas e têm racionalidades próprias, e o fato de se configurarem dessas formas, isso vai ter efeito na forma como eles ocupam o espaço, o deslocamento de um município para outro, a influência dos vizinhos, as redes que se formam a partir da migração do Paraná, de Itaipu, o mesmo tempo que ficaram no Paraguai e agora se deslocam a partir desses grupos para a BR-163 aonde também vão se situar em áreas próximas, se constituírem como comunidades, como vizinhos a partir de uma racionalidade de reprodução social.

Na cultura de fronteira continuamos tendo o que tivemos anos atrás só que agora sem a influência direta do Estado, uma propaganda das novas oportunidades; nos hotéis em Guarantã do Norte, em Alta Floresta, em Sinop e talvez até em Cuiabá (mas pelo menos nestes primeiros eu passei), você percebe claramente uma propaganda, uma indução das oportunidades oferecidas pelo amplo território que está no entorno do porto de Santarém. Já que estamos falando em Santarém aqui, vamos falar de todo um circuito geográfico de pelo menos 200 km a leste do município e uns 200 km ao sul, norte e a oeste que seria uma área geográfica favorável do ponto de vista do custo dos transportes. Essa propaganda é ostensiva, e agora em Monte Alegre ela está em pé, a missão da pesquisa identificou que muitos dos produtores estão se deslocando para lá, estão sendo incentivados por propagandas veiculadas nas emissoras de rádio do Mato Grosso.

[Mostrando figuras]

Aqui são múltiplas frentes, isto já está sendo bastante discutido, não temos um arco linear, temos múltiplas frentes mas que pulsam simultaneamente, dinamicamente da BR-163 a São Felix do Xingu, a Terra do Meio sendo atravessada por pelo menos, nós mapeamos em 2002, 2.000 km de estradas clandestinas dentro da Terra do Meio

e o sul do Pará, a região que está sendo propagandeada como um pólo favorável para soja a partir de Redenção. Também Calha Norte, Juruti, vários pontos no Estado do Amazonas e o noroeste do Mato Grosso e Rondônia vários focos, várias áreas que já foram identificadas aqui por outros pesquisadores.

No caso da Calha Norte, os municípios de Monte Alegre e Alenquer, a missão do Geoma que esteve lá agora identifica esse alinhamento que vai aqui dos municípios de Prainha, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos no sentido norte acompanhando uma rota de vegetação aberta, mais rara, de campos e cerrados que são as áreas que estão sendo ocupadas pelos produtores de grãos na sucessão que já conhecemos, muitos começam a plantar arroz, adquirindo propriedades ainda de 200, 300, 500 ou até 1.000 hectares mas num processo concentrador de curtíssimo prazo que já se observa. E áreas também, aqui nesta margem do rio Paru, rio Maicuru, estas áreas com uma extensão muito grande que é área de vegetação mais fechada e são reservas de madeira, aonde aqui está havendo uma apropriação extensa por madeireiras.

Aqui é o bairro do Planalto em Monte Alegre para onde estão se deslocando famílias de pequenos produtores que estão vendendo suas terras nas áreas de assentamento mais antigo, até centenário de agricultores familiares que vêem hoje na venda da terra uma oportunidade de capitalização e deslocamento para a cidade, o que em Santarém você não tem, essa regularidade absoluta; muitas das famílias que estão ali há 100, 130 anos estão vendendo suas terras e se deslocando para os projetos de assentamento que estão nas margens do rio Curuá-Una, ou seja, as áreas mais distantes onde certamente elas não permanecerão, dentro de 2, 3 anos estarão repassando essas terras adiante.

Nesse processo também a regularidade é quebrada pela velocidade de apropriação, como já falei, a BR-163 de leste a oeste, e aqui até dialogaria com o Benatti, seria interessante a impressão que tivemos também do nosso trabalho de campo é de que a apropriação das terras públicas na BR-163 pelo volume e pelo padrão das propriedades que vêm sendo adquiridas, de 20 mil, 50 mil até um milhão de hectares pretendidos, se fôssemos fazer o cadastramento dessas áreas talvez não encontrássemos terras disponíveis para venda. O que nos faz prever aqui e na região da Terra do Meio é que vamos ter conflitos entre médios e grandes, como já tivemos o caso do conflito de São Félix do Xingu agora em agosto.

No caso da Terra do Meio, por exemplo, de acordo com o loteamento de 2.500 hectares das áreas do Iterpa que são todas as áreas que não são reservas indígenas, dá 231 lotes de 2.500 hectares. Quando estive em Garantã do Norte, uma associação de produtores tinha cadastrado no Iterpa, 388 lotes para produtores do Mato Grosso; você já antevê aí conflitos que vão se dar entre os recém-chegados, e no padrão de médias e grandes apropriações.

Aqui gostaríamos de ressaltar também que precisamos compreender melhor as diferenciações internas e como se encadeia essa racionalidade de pequenos, médios e grandes, e aqui em todas as cadeias produtivas, porque a pecuária tem uma cadeia que está se fortalecendo também; temos hoje frigoríficos com capacidade para abate de mais de 1.000 cabeças de gado em Alta Floresta, em Redenção, Xinguara, Marabá, São Felix do Xingu, Garantã do Norte está construindo um, há uma rede de estrutura de agroindústria a partir da pecuária se fortalecendo também e onde há uma racionalidade sólida e estruturada. No entanto, dentro dessa racionalidade, na medida que a terra vai encarecendo, os custos de produção vão aumentando, essas terras vão se tornando oferta natural para produção de grãos. É preciso que entendamos

melhor como se articula isto no espaço para fazer previsões mais seguras sobre como este espaço produtivo se configura nos próximos anos.

Próxima – Aí o aquecimento do mercado de terras que faz parte desta regularidade. Uma coisa importante é a consciência do limite das áreas. Estes atores têm consciência do limite, e para isso a apropriação desenfreada, descontrolada tem, sim, um fim de incorporação produtiva imediata, mas também especulativo muito forte. Quem está se apropriando de grandes áreas na Calha Norte, grande parte deles não vai ser para uma conversão produtiva imediata, mas é um estoque de terra já previsto para daqui a 5, 10 anos. E aí tem sim um fator de apoio do poder público. Considero que os zoneamentos feitos pelas instituições de pesquisas baseados de forma reducionista apenas na aptidão agrícola dos solos, como foi feito no planalto santareno, isto induziu de forma decisiva a velocidade e a grandeza com que o processo se deu, e a efetividade com que o processo de incorporação daquelas terras que eram da agricultura familiar passaram para média e grande produção de grãos. E aí no caso de Santarém é uma questão que temos que nos perguntar e estudar: como é que vai se dar a relação do incremento da produção de grãos ali em larga escala, mecanizada, com o balanço hídrico. Porque o que observamos, e aí também o Mato Grosso é interessante, que lá há um certo respeito à legislação ambiental do ponto de vista de manutenção de matas ciliares, mas se você faz um sobrevôo vai ver que a proporcionalidade de vegetação mantida com os rios e tudo, considerando aquilo que o Benatti falou que trata-se das nascentes das principais bacias, Xingu, Tapajós e tudo, você vai ver que no conjunto o simples respeito à legislação ambiental, num balanço conjunto, não garante a sustentabilidade de longo prazo do complexo ecológico que significa aí a convivência dessas culturas em larga escala com esses rios protegidos apenas pelas suas matas ciliares, e a reprodução disso de forma automática, e no caso do planalto santareno essa legislação ambiental nem sequer para atendimento de recursos hídricos e proteção de nascente vem sendo respeitada rigorosamente. E aí acho que tínhamos que questionar do ponto de vista do poder público, no caso específico do planalto santareno, sabemos que ali guarda-se um aquífero, um grande aquífero de Alter do Chão que é frágil do ponto de vista ecológico e sabemos que já há perfurações e acesso a esse aquífero por conta dos problemas climáticos que vêm se agravando em Santarém, onde realmente a seca tem se prolongado; culturas permanentes que antes se mantinham no planalto santareno estão morrendo porque não há água suficiente. É este tipo de questão que precisamos nos fazer de forma mais profunda, porque os zoneamentos não conseguiram, ao meu ver, orientar esta ocupação.

Próximo – A sucessão estrutural entre atividades, madeira, pequena produção de pecuária e grãos, ontem foi apresentada uma proposta interessante de que você pode alternar estas culturas com vistas ao melhor suporte dos solos.

Uma coisa que observamos em muitas entrevistas com famílias de madeireiros, com pecuaristas e produtores de grãos é que há uma especialização profissional na atividade dessas famílias e que isto remonta de muitas gerações, de que dificilmente, claro que há casos mas isto não é uma coisa muito forte, de você ter naquela família a passagem de uma atividade para outra, principalmente na mesma propriedade. Esta especialização faz com que a racionalidade da família seja avançar pela pecuária, outra seja para a soja, outra seja para madeireira, não é muito fácil atualizarmos essas possíveis alternâncias de cultivos nas mesmas áreas.

Outra coisa importante que acho estar ligada a esta questão da concentração das áreas é o papel funcional que os projetos de assentamento vem tendo no custo dos desmatamentos e na concentração da terra. A localização e a gestão dos recursos associados a dependentes estruturais de setores capitalizados: madeireiros, pecuaristas e produtores de grãos. O Incra já está revendo isto, mas da parte da sociedade, de todos os atores, inclusive institucionais que trabalham a questão do desenvolvimento rural tem que haver uma afirmação enfática em relação à localização dos novos PA's, Santarém por exemplo está todo mapeado, os novos PA's estão todos nas margens do rio Curuauna, já são assim, a 200, 300 km da cidade, do mercado onde você sabe perfeitamente que dentro de 2, 3 anos aqueles PA's vão estar sendo transferidos para aqueles setores que já estão se acercando deles, conhecendo, se para o pequeno assentado 200 km é longe para ele retirar o seu produto do mercado, para o produtor de soja que está se instalando ali, 200 km não é nada.

Há um papel funcional do ponto de vista estrutural, de infra-estrutura, social, ambiental do modelo atual de PA's e assim está programado para Juruti, Monte Alegre, Alenquer, para todas essas áreas em que o PA é um estágio provisório de amansamento da terra para repasto para o setor capitalizado que chega depois.

Próximo – Esta estrutura de concentração tem que continuar sendo discutida, essa decisão do governo passado e que no novo governo está passando por uma revisão da não-regularização fundiária de áreas com mais de 100 hectares, que são os clientes naturais da reforma agrária, e o repasse para os Estados das terras da União que poderão obedecer o que está na Constituição do repasse de até 2.500 hectares. Se isso não se der dentro de um processo consensuário mínimo de zoneamento, corre-se o risco de os estados fazerem esse repasse como está se dando na Terra do Meio, como está se dando da mesma forma que o próprio Estado, não está conseguindo controlar na BR-163, em que entram intermediários entre o comprador de terras e o próprio Estado, sem um controle.

Aí vem uma questão estrutural de fundo, que é de modelo, em que se vê que quando se discute em termos de políticas públicas para a agricultura na Amazônia a soja reproduz um modelo de projeto agrário agrícola do país para médios e grandes produtores de *commodities* com vínculos estruturais com a partilha de poder em níveis local e regional. Isto é uma questão de fundo, porque vimos aqui que a agricultura familiar aparece quando você discute; a expansão da grande *commoditie* agrícola aparece de forma lateral na política, as estratégias produtivas da agricultura familiar não são centrais para ocupação econômica e rural na Amazônia, e aí ela fica na dependência da sua própria capacidade de resistência baseada na subsistência e em algumas oportunidades de mercado, que aí são abertas com a fruticultura ali, óleos para outro lado, de uma forma desarticulada, de uma política estrutural de fortalecimento desse ator econômico. Isso faz com que a transferência das terras deles agora seja uma coisa automática e muito fácil.

Qual é o lugar da agricultura familiar no espaço? A BR-163 tem dois assentamentos de colonização clássica, o resto são PA's e funcionam estruturalmente com o processo de concentração de terras, a BR-163 não tem lugar para agricultura familiar; Terra do Meio, com o nível de conflitos e a capacidade dos grandes agentes nesta competição pelo espaço não é para eles; sul do Pará onde está havendo uma reconquista da terra pela agricultura familiar através de novos projetos de assentamento em áreas profundamente alteradas com elevados custos de produção e na mesma lógica de deixar lá abandonar sem uma inserção com o desenvolvimento regional, também não vai ser. Acho que

esta questão do espaço na economia, na infra-estrutura e nos investimentos tecnológicos para agricultura familiar, isso também tem que ser pautado para discussão dos agentes institucionais, de fomento e tudo, de uma forma estratégica, assim como os setores de *commodities* com altas contribuições no PIB dos últimos anos.

Aspectos ambientais que eu queria destacar: continuam havendo novos desmatamentos tanto para PA's, as novas aberturas de florestas para assentamentos em Monte Alegre, Alenquer, Juruti, essas regiões também em Santarém, na região do Iriri e com certeza no noroeste do Mato Grosso, Rondônia e Amazonas. Temos também o aspecto que eu queria destacar, de que cerrados e campos naturais vêm sendo nivelados a categorias genéricas de áreas degradadas, temos visto isto freqüentemente. E aí tenho uma preocupação muito grande com o sul do Pará, com os municípios de Conceição do Araguaia, Redenção, todos aqueles municípios ali; andei por lá e vi, fiz isto logo depois de Garantã do Norte e fiquei muito feliz de ver que a pecuária naquela região não chegou aos níveis de degradação que chegou no norte do Mato Grosso, Garantã do Norte, Alta Floresta, Novo Mundo, todos aqueles municípios ali.

A região do sul do Pará tem cerrados preservados, pastos sombreados que você percebe que são pastos com bom manejo e que estão sendo tratados como áreas degradadas, e do ponto de vista da cultura da soja são áreas maravilhosas, agora são cerrados, inclusive são os últimos estoques naquela transição. Acho que temos que cuidar muito disso e fazer um levantamento desses estoques. Que estoques de cerrados e campos naturais temos aí, e o que vai ser possível converter para essa produção de grãos, e o que vai ser possível preservar deles? Será que vamos ter que pensar também em preservá-los?!

O custo de desmatamento de uma área de cerrado e de campo de conversão é muito mais baixo, portanto, já temos na Calha Norte uma rota de degradação já prescrita nas áreas de vegetação aberta.

Outro aspecto que não destacamos muito porque é cidade de forma fragmentada, pequena, de pouco impacto, é a rede hídrica cortada pelas rodovias. Entre Altamira e Anapu, que são 120 km eu conferi, 100 igarapés mortos, represados pela rodovia; se você for multiplicar isso por 100, a cada 1.000 km você tem 1.000 de igarapés mortos, represados ou feitos por aquelas tubulações que não resolvem o custo dos igarapés. Isto inclusive na leitura da BR 163 não existe nenhuma recomendação especial; se você for ver nos 70 km entre Manaus e Presidente Figueiredo, lá morreram não foram igarapés não, foram verdadeiros rios! Então, é também uma mentalidade da construção da infra-estrutura, pequenos cursos d'água, isto aí não é considerado, mas se você for fazer uma leitura do impacto agregado desses pequenos impactos, você vai ver ao longo do prazo o que está vendo hoje sobrevoando a região sul e sudeste do Pará com 30 anos de pecuária em que você tem processos de desertificação em curso.

Como apenas estas novas ondas? O zoneamento: no campo institucional do Governo federal tem alguns processos importantes desencadeados, eu não estava ontem aqui mas creio que a Profa. Bertha Becker deve ter informado desses processos, que ela tem participado de alguns. O primeiro é o PAS que é um arcabouço estratégico de desenvolvimento para a região e que agora deve passar por um exercício de compatibilização com o PPA. O segundo é o GT do desmatamento tomado neste ano e que já produziu um conjunto de formulações técnicas e financeiras de diretrizes de como conter os problemas críticos do desmatamento, quais as políticas públicas federais, estaduais e municipais articuladas; tem os GTs para a BR-163 no âmbito do Ministério do Planejamento, temos GTs para a BR-163 no âmbito do Ministério da Integração e

Meio Ambiente, e temos zoneamentos dos Estados como o Pará que acaba de colocar uma proposta em discussão, e aí é preciso articular uma estratégia de governo. E acho que este será o próximo ponto de 2003 e todas as instituições e sociedade civil têm que estar preparadas para intervir ativamente na construção dessa estratégia que para mim, do Governo, vai ser construída mas acho que tem que ser mais, tem que ser da sociedade. A sociedade deve participar, este ano as organizações não-governamentais já se reuniram em Sinop, Itaituba, Santarém, Altamira, GTA, IPAN e organizações de pequenos agricultores já têm propostas para intervir neste processo, então acho que vamos conseguir sim construir um cenário mínimo de futuro consensuado. Agora, não vamos esquecer que zoneamento é importante principalmente como uma arena de negociações, uma explicitação das diversas visões de desenvolvimento que estão em conflito, como uma oportunidade de transparência como o Benatti colocou, em relação ao conhecimento e informação que são os recursos naturais, de que tipo de propriedades e que formas eles podem ser repassados para os diversos setores que estão disputando.

São múltiplos e complexos os interesses, nunca fizemos isso de uma forma muito boa no Brasil e estamos com a pretensão de fazer isso para a Amazônia, no Estado do Pará acho que a iniciativa é, antes de tudo, colocar o primeiro desenho para abrir a discussão, para desencadear os conflitos em torno dele. E aí é a grande questão: como acomodar todos? Há limites. Tem áreas de 50.000 hectares para quantos que querem chegar aqui e se apropriar desse padrão de propriedade, onde vai ser, que áreas de 'sensibilidade ecológica' vão ter que ser protegidas, mesmo que no zoneamento de aptidão agrícola se diga que são planas, com solos muito bons para agricultura mas que são de 'sensibilidade ecológica' que não vão ser convertidos em produção agrícola não, porque têm outra finalidade para a sociedade, e não é toda terra plana que vai ter que se converter em agricultura de larga escala de grãos. Investir é induzir o bom uso dos recursos naturais, que passa pela questão da fiscalização, ação repressiva sozinha não vai receber nada. Os programas de desenvolvimento e os programas de fomento têm que chegar antes para ajudar a converter os setores produtivos, porque não vamos conseguir conter a necessidade dos setores econômicos também utilizarem os recursos naturais. O investimento para essa conversão é uma grande massa de recursos em incentivos especiais para o manejo, assim como foi até agora para outro tipo de uso.

A institucionalização de mecanismos de mediação de interesses entre as esferas de Governo e entre Estados, sociedade e setor privado. É assim o novo marco civilizatório na busca de uma gestão racional de território. Há responsabilidade científica nesse processo. Essa sensibilidade e interações ecológicas no espaço imediato e no contexto envolvente existe para que não vejamos o impacto das ações apenas aonde estão acontecendo, que procuremos vê-las pulsando articuladamente com o conjunto dos contextos, de uma forma mais multidisciplinar. O compromisso social com o projeto de País e não de apenas um setor econômico, se lemos a rima da BR-163 é uma tentativa de ajustar o projeto ao corredor de um único produto ou de 5, 6 produtos que são grãos, você não vê ali um interesse em pensar o desenvolvimento regional com a multiplicidade de oportunidades que vários atores podem obter ali com aquele projeto. Então aqui é uma questão de pensar como um País e não como um setor, e a Amazônia, a questão da inteligência aplicada a uma visão de longo prazo na exploração máxima das oportunidades naturais e nas vantagens comparativas e competitivas.

Isso, embora pareça discurso, na minha tese de doutorado levantei 274 produtos que estão industrializados em linha de ponta que são oriundos e/ou que utilizam matérias-

primas da Amazônia. A Natura e o Boticário, este ano, vão faturar 3 bilhões de dólares e estão entrando no mercado internacional e no caso da Natura a linha líder desse avanço que a empresa deu agora é a Ekos que é baseada em matérias-primas muitas das quais da Amazônia.

Um outro dado: em Santarém, das 50 espécies madeireiras que são autorizadas a serem exploradas pela floresta nacional do Tapajós, apenas 3 não têm o uso apenas madeireiro, todas as outras têm vários usos. Isto já foi falado aqui, precisamos maximizar estas oportunidades.

A revolução científica e tecnológica que a Profa. Berta Becker vem colocando é fundamental para esse passo como suporte para emergência de uma economia firme, baseada em arranjos produtivos de complexas vias, com níveis diversos de agregação de valor, não é só essa verticalização industrial, clássica que conhecemos por aí que é alternativa para a região; a região tem diversas outras formas de potencializar os seus recursos e mercados.

Por último, investir nas capacidades locais. Continuamos pensando de forma colonizada que, assim como a redenção econômica vem de fora, a redenção científica vem de fora, a redenção tecnológica vem de fora e nunca geramos as capacidades locais necessárias para dar as respostas internas para estes estímulos externos que vão chegar sempre porque é natural, é da história. Então são necessárias a informação, a educação superior em massa, especializações dirigidas para demandas de curto e médio prazo para uma outra economia que não esta que é centrada em poucas atividades, que é excludente, e que não consegue gerar dinâmicas de desenvolvimento local capazes de responder a estas demandas externas. Obrigada.

Rafael Magalhães – Agora passamos a palavra ao Dr. Luis Fernando Guedes, que representa o Imaflora.

Luiz Fernando Guedes – Bom dia a todos. Parabens ao Museu Emílio Goeldi, a Embrapa e o Amigos da Terra pela organização e iniciativa de criar este evento, e agradeço o convite.

Vou apresentar rapidamente o Imaflora. Há uma ONG com sede em Piracicaba, no interior de São Paulo, mas com atuação nacional, cuja missão é incentivar e promover tanto o manejo florestal quanto a produtividade agrícola rumo ao desenvolvimento sustentado, ao chavão do socialmente justo e economicamente viável e ambientalmente adequado. Para isto trabalhamos basicamente com três ferramentas: a certificação, o treinamento e o apoio ao desenvolvimento de políticas públicas; temos dois programas de certificação, um florestal e um agrícola entre outras atividades.

Nessa apresentação quero falar de dois assuntos diferentes: um é sobre certificação e o segundo, tocando no tema desta mesa, é sobre a valorização do recurso florestal pelo proprietário agrícola, pelas áreas de produção agrícola, pelo nosso público aqui que é o sojeiro. Então são duas colocações de certa forma independentes.

Por que falar de certificação? Primeiro, quero deixar muito claro que o Imaflora não está propondo a certificação da soja na Amazônia no momento, mas eu creio que os organizadores do evento acham que este é um tema que deve ser tocado e que deve surgir em algum momento, e como estamos numa fase de definição de agendas, de pautar temas, a certificação é um que deve ser pautado no entendimento dos organizadores, o Imaflora concorda, e é importante antes de uma discussão posterior entender melhor como este instrumento funciona, quais são as vantagens, os benefícios, os riscos que ele apresenta, e um pouco disso, baseado nas experiências que já

existem, é o que vou tentar abordar aqui, falar um pouco sobre a teoria da certificação, refletir um pouco sobre o que a certificação florestal agrícola tem produzido hoje no Brasil e ver se isto serve para a soja ou não, trazer isto para a plenária a fim de podermos debater posteriormente.

Fiquei mais tranquilo depois das apresentações de ontem, que de certa forma já apresentaram a certificação como tema explícito, o Paulo Kitamura colocou códigos de conduta e a certificação diretamente como um tema a ser discutido, mas outros apresentadores, o colega da UnB falou sobre critérios ambientais e sociais, o Smeraldi colocou sobre marcos temporais, critérios, coisas que estão muito relacionadas tanto a instrumento de certificação como a questão de padrões e certificação. Acho que o tema já emergiu e esta sensibilidade dos organizadores, isto seria um tema relevante e me parece que foi adequado.

[Mostrando figuras]

Esta figurinha meio caricatural (ela é bem caricatural mas é extremamente útil), alguns parceiros nossos estão cansados de invejar, mas aí é basicamente como seria o sistema ideal de certificação, a regulação deste sistema. Primeiro, porque a certificação é um instrumento que pode promover e incentivar transformações no sistema produtivo, por isso o Imaflora trabalha com essa ferramenta, porque ela tem se mostrado muito útil e poderosa para incentivar e promover mudanças no sistema de produção rumo ao destino desejado, que hoje é o desenvolvimento sustentável, sendo que ela é um instrumento de mercado. A certificação dá um atestado a algum produtor ou algum empreendimento de que aquele empreendimento tem um produto ou um processo que atende a determinados critérios. Ela começa com uma relação entre produtor e consumidor, sendo que o produtor quer passar uma mensagem para o consumidor sobre o seu produto ou seu processo produtivo, só que o que ocorre é que muitas vezes o produtor não é a pessoa mais indicada para dizer sobre o seu produto ou seu processo, há conflitos de interesses para dizer que o seu produto ou processo é bom, adequado, atinge determinados padrões. Para isso surgiu a figura do certificador que é uma terceira parte independente, que atesta que esta mensagem é verdadeira, ele coloca um selo ali confirmando a veracidade dessa mensagem, e faz isso baseado em padrões, que são a tradução dessa mensagem, ou seja, o meu produto é orgânico ou a pesca do meu atum não mata golfinho, tartaruga, etc., esta é a mensagem e para isto existe uma série de padrões que definem esta mensagem.

Sempre que fazíamos esta apresentação falávamos mais sobre quem avalia o certificador, e se já havia uma dúvida da sociedade sobre o produtor passou a ter uma dúvida da sociedade sobre o certificador, se ele é isento e até que ponto o trabalho dele não é sujeito a não ser correto, etc., e para isso surgiu uma nova instância que é o credenciador, que é quem avalia o certificador. Enfim, os certificadores são entidades credenciadas por uma outra instância, como é o caso da Isa, etc.

O que é mais importante realçar aí: a questão da participação social, como os grupos de interesse ou que o Paulo chamou ontem de multiatores, como a sociedade participa nesse processo. Ela pode participar de várias formas e a nossa experiência tem mostrado que ela deve falar o mais intensivamente possível; ela pode ocorrer no processo de certificação, nos processos de avaliação que devem ser públicos, é o nosso entendimento, todos devem ter acesso e saber dos processos de avaliação que eles tocam interesses públicos, os sócioambientais. É fundamental a participação dos grupos de interesse ou dos multiatores na definição dos padrões, quando está

se tratando de assuntos públicos ou ambientalmente adequados socialmente justos, é um tema público. A sociedade deve participar da definição de padrões e também deve estar presente de alguma forma nas instâncias credenciadoras, então, aqui deve ter uma combinação de setor produtivo ambientalista e social, enfim, tudo que está relacionado a essa mensagem. Se aqui é uma mensagem de interesse público, aqui o público deve participar, isto depende das escalas, mas para soja tudo indica que esta estrutura seria ideal.

Alguns princípios da certificação para o Imaflora, e acho que são princípios universais mas realçamos que são, muito claramente, porque acho que cabem na questão da soja. Primeiro é que ela deve ser sócio-ambiental, não deve se limitar a nenhum componente específico do sistema produtivo, só avaliar questões sociais ou só avaliar questões ambientais. O desenvolvimento sustentável é a referência teórica onde todos querem chegar, mas enfim, este é um princípio muito básico e tem isso claro, norteia a elaboração de padrões. Se a mensagem é um produto sócio-ambiental ou rumo à sustentabilidade tendo claro qual é a mensagem, a definição de padrões passa por este triângulo muito simples e a complexidade ou definição dele e da definição de normas é muito além, mas é muito importante ter essa coisa muito clara.

Alguns outros princípios fundamentais no nosso entendimento quando se fala de certificação, um sistema sério de implicações políticas, não só técnicas; estou querendo deixar muito claro que a certificação é um instrumento de mercado, mas que tem uma série de implicações políticas, técnicas, sociais, etc., não podemos perder o foco disso. Primeiro, que os padrões devem ser universais, isto no caso de solicitar a própria certificação orgânica é isso que ocorre, porém com necessárias adaptações regionais, frente a realidades locais. Um exemplo bem caricatural mas extremamente interessante quando se fala que as moradias devem ser dignas. No Sudeste a cama é um lugar digno para se dormir aonde o trabalhador realmente deseja dormir; talvez a rede seja aonde a pessoa deseja dormir aqui no Pará. Isso parece uma coisa muito boba, mas é só para dar um exemplo da sensibilidade da interpretação de normas de padrões e como é necessário conhecer a realidade local para poder estar aplicando os padrões.

A segunda é que a certificação deve ser voluntária, como um mecanismo de mercado é essencial que seja um processo voluntário e não obrigatório, porque tornar obrigatório passa a ser lei e daí você vai ter mais gente querendo saber como burlar do que como atingir aquele processo. Este é um princípio fundamental.

Outro que é bastante polêmico e cada vez mais cresce a polêmica dele é que deve ser um processo independente feito por uma terceira parte. Movimentos sociais e de pequenos agricultores têm questionado isso e estão defendendo a certificação participativa, a auto-certificação de grupos pequenos, comunitários, etc., e isto é um tema bastante relevante porque a independência garante muita credibilidade da certificação, por isso defendemos este caráter independente, e não ser independente deve ser exceção e ter muito bem fundamentado o porquê.

Não-discriminatória significa que qualquer empreendimento ou qualquer grupo social ou qualquer produtor pode se candidatar à certificação; para ser certificado ele tem que estar em conformidade com os padrões, mas ele tem o direito de ser avaliado, você não pode discriminar ninguém.

Tecnicamente consistente, esta é a ligação com a pesquisa que é fundamental, quer dizer, você tem que poder avaliar as suas normas e tem que estar relacionado com o estágio da ciência, do conhecimento disponível, isso é fundamental, não pode criar

coisas que são impossíveis de serem avaliadas.

Socialmente reconhecida. Isto é uma questão que vem aqui para este seminário, ou seja, a sociedade reconhece que alguma atividade ou algum processo produtivo é certificável, que aquilo pode ser bom, e que é possível diferenciar a pesca do atum, existem formas diferentes de pescar atum e a sociedade reconhece isso, existem formas diferentes de manejar florestas sendo que reconhecemos que algumas formas merecem ser diferenciadas e premiadas, e a pergunta que fica é: a produção da soja da Amazônia é certificável? É possível diferenciar tipos de produção? Existem alguns que são menos piores que outros ou melhores que outros? Esta é a grande pergunta que deve ser feita neste momento, por isso estou falando de propor esta pergunta junto com outros grupos. É uma decisão da sociedade certificar algum empreendimento, isto é fundamental.

Outro ponto bastante importante é que a certificação deve ser um instrumento democrático e não ser mais um processo excludente, que é o grande perigo porque a certificação envolve custos e está muitas vezes ligado a sistemas internacionais em que o produtor paga em dólar, e isto pode ser um processo excludente que só é possível para grandes empreendimentos e os pequenos não podem ter acesso a este instrumento de alcançar mercados, de ganhar mais, mesmo que eles tenham desempenho sócio-ambiental tão bom quanto os grandes. A Imaflo trabalha muito nessa frente de buscar democratização, e acho que não se deve perder o foco principalmente neste debate da soja em que se coloca muito claramente a questão do grande e do pequeno, da agricultura familiar; de repente você pode ter uma grande empresa produzindo soja certificada e um pequeno que não vai poder ter acesso a esse instrumento. Este princípio é fundamental, também é preciso ter claro que é um risco, você pode criar um instrumento que seja excludente ao invés de ser democrático, trazer benefícios para todos os tipos de produtores.

Antes de entrar neste slide eu gostaria de fazer algumas reflexões sobre a nossa experiência na certificação florestal e na agrícola, o quê que ela tem trazido frente ao tema desta mesa que é "aspectos fundiários, ambientais e sociais", e tentar traçar um paralelo para a soja, se este instrumento pode ser positivo ou não, porque trabalhamos com florestas tanto plantadas quanto naturais, existem outros certificadores também, do sistema FFC. Temos áreas no Sul, no Sudeste, áreas certificadas na Amazônia de grandes e pequenas empresas; que tipo de transformações a certificação tem causado, e o quê poderia causar para a soja.

Primeiro: aspectos fundiários – A grande contribuição da certificação é que a posse da terra tem que estar claramente definida, não existem áreas certificadas em que exista conflitos sobre posse de terra ou que não se demonstre a legalidade da posse da terra e do uso, este instrumento é muito eficiente neste sentido, só foram certificadas as áreas em que a questão da terra era muito clara.

Outra pergunta de aspectos fundiários é sobre concentração de terra: pode-se definir tamanhos de propriedades a serem certificadas? Isto não existe para certificação florestal, mas enfim, isto é uma coisa em que a certificação pode eventualmente atuar, pode-se definir que áreas maiores de X hectares não são certificadas porque isso não é socialmente justo ou ambientalmente adequado, isto pode acontecer mas não tem acontecido na certificação florestal nem agrícola, mas é possível atuar nisso.

Sobre aspectos sociais, a certificação tem contribuído em dois aspectos: uma é com os trabalhadores dos empreendimentos em que os grandes avanços têm sido na questão da segurança do trabalho, na liberdade de organização, a garantia de direito

de organização dos trabalhadores é uma atuação direta na questão da terceirização de trabalhadores em que se procura garantir os mesmos direitos e benefícios para trabalhadores terceirizados e trabalhadores próprios, isso talvez não seja tão relevante para a soja mas em algumas áreas florestais é fundamental. Enfim, outros avanços, como empreendimentos com a comunidade, enfim, temos visto algumas interações bastante positivas.

Do ponto de vista ambiental, as principais transformações tratam da conservação dos recursos naturais e dos recursos florestais, a questão de áreas de preservação permanente, reserva legal, o manejo de agroquímicos, existem as listas nacionais e internacionais de produtos proibidos; a consideração da bacia hidrográfica como unidade de planejamento, então esta questão hídrica tem sido considerada com bastante incisão, enfim, uma série de outras coisas que seria possível listar aqui.

Sobre a certificação de áreas agrícolas na Mata Atlântica, estamos vendo uma grande contribuição para recuperação de ecossistemas de Mata Atlântica em empreendimentos nas regiões Sul e Sudeste.

O que existe hoje de principais iniciativas de certificação agrícola? Ontem o Paulo Kitamura citou algumas, colocou a questão das frutas que tem o SIF que é uma iniciativa governamental e tem trazido uma série de benefícios bastante interessantes, e as iniciativas independentes. A principal na agricultura é sem dúvida a orgânica, existem dois sistemas paralelos: um é o sistema internacional do IFUAN que é não-governamental, que é a Organização Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica com sede na Alemanha que tem ditado as regras da certificação orgânica no mundo. Isto está sendo agora ligado, existe um sistema nacional regulamentado pelo Ministério da Agricultura, o projeto de lei foi votado este mês, enfim, está caminhando bastante para que esse sistema nacional esteja funcionando, inclusive ele reconhece esta certificação participativa, grandes avanços na questão da certificação orgânica.

Existe soja orgânica certificada na Amazônia e acho que vale a pena os grupos que acompanham isso visitarem estas áreas verdes, ver o que ela trouxe de positivo além da questão dos químicos, avançar nas questões sociais e ambientais, portanto, já existe soja certificada em várias regiões do país, inclusive na Amazônia, acho que é importante colocar isto.

Existem iniciativas de comércio justo que são direcionadas para pequenos produtores e cabem muito aí para agricultura familiar, não existe soja certificada e existe a rede de agricultura sustentada que é onde o Imaflo se insere, que trabalha nesta perspectiva sócio-ambiental que é importante diferenciar, aceitando inclusive o uso de produtos químicos. Acho que todas elas cabem para a soja, o comércio justo especificamente e exclusivamente para pequenos produtores, não existe um mercado para isso mas é um instrumento possível, não vejo muito a aplicação no curto e médio prazo. Agora, a soja orgânica já existe e a agricultura sustentável pode existir dependendo de pressões ou demandas de mercado internacional, que queira uma garantia da origem da soja e coloque as questões ambientais mais amplas, além dos produtos químicos, questões sociais.

Esqueci de colocar também: sobre a questão ambiental, não conheço nenhum sistema de certificação que aceite o uso de organismos geneticamente modificados; então hoje não existe nenhum produto certificado pelos principais órgãos de certificação florestal agrícola que aceite os transgênicos, esta é uma questão posta.

Encerrei esta questão da certificação. A outra mensagem que a Imaflora tem tentado trazer sendo um grande defensor do manejo florestal, é tentar sensibilizar agricultores, fazendeiros, sojeiros, quem está em área de vocação florestal para que use o seu recurso florestal entendendo que o manejo do recurso florestal é uma estratégia de conservação também, entendemos isto muito claramente. Não temos ainda o setor privado mas queremos incentivar grupos de interesse como os que estão aqui e o setor privado para que veja a floresta como um recurso. Foi colocado ontem pelo Richard a questão da floresta não ter valor em pé, temos muitas experiências mostrando que a floresta tem um alto valor de pé e queremos reforçar isto. Defendemos primeiro a vocação florestal da Amazônia, uma área fantástica para crescimento da floresta em taxas enormes, é a vocação, e defendemos o manejo florestal e o uso de sistemas agroflorestais, e não o madeireiro em reservas legais em áreas de produção agrícola.

O que embasa essas nossas colocações? Primeiro, que existe além da vocação florestal um déficit de madeira, num livro do Cpatu que está exposto ali fora fala do déficit de borracha e coloca inclusive quais as regiões da Amazônia que são de escape em que poderia ser possível o plantio de seringueira. Há mercado para produtos madeireiros.

Outra coisa tratando só da questão florestal, a certificação florestal é uma realidade e existe um mercado ávido que é muito maior, a demanda é muito maior do que a oferta, tanto para madeireiros como não-madeireiros, principalmente madeireiros, tanto de área de plantação quanto de manejo de floresta natural. Já existe crédito especial para empreendimentos de manejo florestal ou de produção florestal, enfim, há um ambiente institucional e de mercado que justifica o manejo da floresta que embasa essa questão. Colocamos muito clara esta questão da floresta como algo importante. E a produção agrícola ser feita em base e área florestal.

Próximo – Eu gostaria de colocar, principalmente para as Embrapas aqui a mensagem, este é o tema que mais me agrada: o sistema agroflorestal é entendido basicamente como um sistema para pequeno produtor, para produtores pobres que têm pequenas áreas de produção, que são sistemas de baixo nível de insumo, sistemas pouco intensivos e só; a pesquisa tem mostrado que não, que o sistema agroflorestal é apto para qualquer nível de manejo, para qualquer nível de intensidade. Então, existem sistemas muito intensivos que podem ser obtidos nos sistemas agroflorestais assim como os diversos benefícios que os sistemas agroflorestais apresentam do ponto de vista de produção e conservação de recursos naturais. À esquerda é a região do sul da Bahia, é o casamento de dois vilões: pasto com eucalipto, mas imaginem que esta pastagem seria na Amazônia e ali seriam outras espécies nativas; são áreas extremamente produtivas, tem uma cerca ali que separa na foto de baixo o pasto da área de sistema agroflorestal; os dois sistemas são extremamente produtivos e olha a diferença de um lado da cerca e do outro do ponto de vista da paisagem. Em cima também na região sul da Bahia existem diferentes desenhos que podem ser utilizados, são áreas comerciais, enfim, que poderiam estar existindo na Amazônia em outros arranjos de produção com altíssima produtividade no uso da terra intensivo e com vários benefícios ambientais.

Do lado direito é uma foto tirada no meio-oeste americano no Estado de Indiana, que é o berço da revolução verde, uma área de milho com castanha negra, aí são as áreas onde o milho é produzido com o maior nível de uso de insumo e de soja do mundo, e existe uma série de pesquisas em algumas áreas comerciais com sistemas agroflorestais com alta produção.

O recado para a Embrapa é: do meu ponto de vista a pesquisa, na produção de grãos na Amazônia, deve ser feita com base para sistemas agroflorestais, não para sistemas

de monocultivo, devido à vocação e as limitações das áreas, e esses trabalhos têm mostrado que a produção por unidade de área do sistema é igual ou maior do que o monocultivo da produção de cada espécie isoladamente.

Então a primeira mensagem é: não é só para sistemas de baixo nível de insumos mas também para sistemas intensivos e podem ser usados para a soja na Amazônia.

A segunda mensagem é: o plantio de soja conjugado a sistemas agroflorestais não é novidade, isto é área de seringueira com soja, não é novidade para quem já planta árvore e quem planta eucalipto e seringueiras, as grandes empresas e mesmo os pequenos produtores plantam uma grande parte consorciado com culturas anuais, inclusive soja. Isso não é novidade, tem ciência, tem tecnologia, existem dados suficientes que embasam o cultivo de soja com árvore. Estas fotos são antigas, da década de 80, não tem nenhuma novidade e são áreas comerciais.

A última mensagem é que, além disso, estes sistemas já foram estudados, o Prof. Marcos Bernardo já fez uma série de experimentos com soja e diversas outras espécies de grãos em sistemas agroflorestais, já desenvolveu modelos matemáticos que ajudam a prever o desempenho dessas culturas em consorciação, enfim, existe bastante base teórica, dados e experiências comerciais que justificam e criam condições para se propor e fazer de fato cultivo da soja em sistemas agroflorestais.

Essas eram as três principais mensagens, a questão da certificação como instrumento que pode ser interessante, a Imafloira não está propondo que ele seja utilizado, mas que seja discutido com clareza; a questão de quem produz grãos reconheça a floresta como recurso e que além disso produza o grão consorciado com árvore porque são sistemas que podem ser muito produtivos e trazer outros benefícios de emprego, ambientais, etc., etc... Obrigado.

Rafael Magalhães – Antes de passarmos ao debate, gostaria de agradecer a todos os palestrantes e à organização do evento pelo convite feito ao GTA para ser moderador aqui da mesa. Também confirmar, como a Raimundinha falou, que a sociedade civil realmente vem se manifestando acerca desse modelo insustentável de investimento na região. A característica principal deste quadro é a elevada probabilidade do aumento de ocupação e desenvolvimento desordenado ocorrido nas últimas décadas através dos planos orientados pelo crescimento econômico e pela exploração de recursos naturais.

Além disso, os eventos que ocorreram em Sinop, em Santarém, em Itaituba sobre a questão da soja vêm colocando um pano de fundo que também está neste seminário, se é possível controlar a expansão da soja ou se vai ser o combate puro e simples ao modelo monocultor. E neste sentido, ampliar o reconhecimento dos direitos da comunidade. O que se percebe, o que se reflete através deste evento é justamente que urge na sociedade a necessidade de se organizar; a articulação, mobilização dos movimentos sociais das ONGs frente ao processo de organização da soja na Amazônia e seus impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais, devem apontar para estratégias políticas que afirmem o modelo de desenvolvimento proposto pela sociedade.

Agora passaremos para o debate; são 10:53 aqui, temos até meio dia na verdade para as considerações e perguntas, e está aberto. Quem quiser fazer as perguntas seria bom dirigir-se ao microfone para que seja registrado, está sendo tudo gravado.

Como o Fernando lembrou aqui, é bom se identificar, colocar de qual instituição pertence.

Antônio Luis de Andrade (Professor da Faculdade de Ciências e Tecnologias da UNESP de Presidente Prudente) – A minha pergunta vai para toda a mesa.

Primeiramente com relação à questão da certificação do companheiro de ESALP: primeiro, como se relaciona a questão da certificação com a questão da segurança alimentar. Especificamente com respeito à soja, há vários tópicos que a discussão sobre segurança alimentar tem que abordar: propriedade da semente, quem controla isso, quem domina a tecnologia e por aí afora. Segundo: a certificação na ponta da cadeia produtiva, isto é, o que me garante que a lata de óleo que estou consumindo na minha casa não tem na cadeia produtiva soja que foi produzida sem certificação, ou que não tenha uma forma que tenha fugido disso aí, como se controla isso?

Do ponto de vista da certificação, ele tocou no assunto, e eu gostaria de fazer a pergunta: se a questão do mercado de certificação não é de mercado de grande negócio? Quer dizer, o aspecto econômico que envolve a questão da certificação.

Do ponto de vista da questão da soja, acho que entra na questão da certificação também a questão da propriedade intelectual e da questão das patentes, por isso, gostaria de saber como que a certificação trata este elemento? Para o restante da mesa, qual é o impacto que a questão do custo da propriedade intelectual e das patentes tem ou terá sobre a produção de soja? Isso é claro, por conta da questão da propriedade das patentes, não só da soja pela Cargill, pela Monsanto e outras grandes multinacionais que têm patentes requeridas para isso aí.

Em relação ao projeto que vi aqui em alguns mapas, me chamou atenção quando o companheiro fala do projeto, recentemente o Governo brasileiro aprovou e esteve reunido em Nova Iorque sobre o projeto do PPP (Parceria Público-Privado). Nesse projeto, como política de Governo, me deixou assustado a construção de usinas hidrelétricas, o modelo energético pautado na construção de usinas à base de plutônio, pequenas produtoras termelétricas, a construção da rodovia que pega todo o Xingu saindo aqui em Santarém que na verdade é um projeto que vai juntar toda a área de produção de soja na extensão toda do Xingu; a produção de portos e a construção desses portos, todos eles apresentados como projeto de infra-estrutura que na verdade me parece que consolida o modelo agrícola que está aí, altamente intensivo, concentrador, e que resolve o problema do transporte da soja que vem dessa região do Centro e deságua em Santarém, ou as barcaças que vão descer através do lençol de água que vai ser formado com o rio Madeira para jogar a soja do lado de lá no Pacífico, e aí tem a construção de estradas.

Por que estou colocando isso? Porque me parece que, pelo que ela colocou, o Plano Plurianual, o PPP e as obras de infra-estrutura para os próximos anos não batem com o projeto de preservação ambiental e com a desestruturação desse modelo de concentração agrícola. Eu gostaria de ter trazido aqui o disquete com o mapa do PPP, o acordo firmado pelo Mantega com os americanos de que esse financiamento será pago com ações e ativos das empresas estatais brasileiras, vamos pagar então investimento das multinacionais nos portos, na malha ferroviária, na construção de estradas com ações da Petrobrás, do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e o resto da Vale do Rio Doce, e é lógico que os americanos aceitaram. Então, eu gostaria de saber exatamente isso.

Terceiro: se os senhores têm algum estudo de quanto de insumos, por exemplo fosfatos, serão utilizados na produção em grande escala de soja nos próximos anos, porque me preocupa o lençol freático não só de Santarém, mas o complexo aquífero Guarani, a contaminação do meio ambiente porque a produção intensiva de soja exige necessariamente intensividade na utilização de pesticidas, herbicidas e também de adubos e coisas do tipo. Então, gostaria de saber qual é o impacto que este tipo de utilização vai ter sobre o meio ambiente nessa área?

Rafael Magalhães – Alguém mais se inscreve? Seria bom fazermos um bloco de perguntas para ser mais rápido.

Luis Bressan (Fase) – Duas questões: uma é sobre a certificação, não apareceu muito nos debates a questão dos transgênicos e a soja, um debate nacional, já que a questão dos transgênicos está em pauta; vai ser certificada a soja transgênica? Porque ela traz consigo um pacote desde as sementes, herbicida e inseticida, como é que isso vai ficar?, porque automaticamente está embutida na questão da soja a questão dos transgênicos.

Outra questão é sobre fronteiras de expansão, seu desenvolvimento está ligado a um debate que está muito em pauta que é o ordenamento territorial, a questão de fazer o zoneamento e todo esse processo que se pensa em termos de proposta.

Fazemos parte de uma discussão nacional do Fórum Nacional da Reforma Agrária, e há um ano e meio mais ou menos iniciamos uma proposta de emenda popular que seria para mudar a Constituição, referente ao tamanho da propriedade da terra, a questão do limite da propriedade; a proposta era que a propriedade no Brasil tivesse limite de 35 módulos fiscais, tipo assim, vamos supor na região de Santarém são 100 hectares o módulo fiscal, então seria o máximo de 3.500 hectares.

Aí Raimundinha, o Benatti, também o Governo do Estado, não estaria na hora de realmente... essa emenda popular está represada, está com cerca de um milhão de assinaturas porque houve avaliação política de que não passaria por causa de questões políticas no Governo passado e mesmo agora há dúvida se é momento de colocar essa emenda popular em pauta. Mas a partir dos conflitos no Pará, na Terra do Meio, o limite da propriedade não seria um elemento básico para discutir realmente desenvolvimento, zoneamento, produtividade, tudo que a Embrapa colocou ontem, porque aí você estabelecerá critérios legais que possibilitariam um debate mais aprofundado; enquanto não tiver isso, as negociações, os cartoriais, a nível de órgãos estaduais ou federais vão de 10, 50, 100 mil hectares, essas coisas que têm ocorrido aí, Obrigado.

Rafael Magalhães – Vamos fazer bloco de três, depois passamos para a mesa e fazemos as considerações.

Não-identificado (CNC) – Eu queria fazer uma observação para a questão da certificação para o Dr. Guedes. Acho que o que diferencia a soja é justamente o fato que 100% da soja vai para exportação, e isso significa que o potencial da certificação, teoricamente, é bem mais interessante para a soja do que, por exemplo, para a madeira ou pecuária onde a maioria da produção vai para o mercado doméstico.

Outra coisa relevante aqui é que talvez num futuro o mercado da soja seja chinês, mas na atualidade o mercado da soja é principalmente a União Européia, quase toda a soja que vai ser escoada do Mato Grosso e vai ser implantada na planície santarena vai para o mercado europeu. Já no ano passado o aumento do desmatamento obteve uma reputação bastante negativa na Europa, foi manchete de jornal, várias citações culpando a soja pelo aumento do desmatamento. Os produtores, a Cargill, as grandes empresas já estão sabendo do potencial dos problemas políticos que eles vão ter na Europa se a soja aparece no mercado europeu como vilão da história do desmatamento na Amazônia. Então vai haver uma pressão pela certificação bem grande vindo do setor produtivo. Talvez vocês não estejam sentindo no momento, mas a partir do ano que vem isto vai ser uma pressão muito grande. E também do mercado consumidor na Europa; é bastante provável que haja algum requerimento no Parlamento Europeu pela certificação da soja na Amazônia como já existe requerimento pela importação de madeira da Amazônia na Europa.

Seria interessante, o Imaflora já começa a pensar sobre como adaptar esses temas existentes de certificação para produtos agrícolas, para a soja, porque acho que é uma oportunidade, uma vez que já temos a experiência da certificação da madeira que foi realmente problemático para os pequenos produtores como você já colocou. Temos agora uma oportunidade de repensar um sistema de certificação de maneira que possa realmente atender aos pequenos e médios produtores e não somente os grandes produtores.

Para finalizar, acho que o senhor colocou muito bem que é necessário, quando você está implementando o sistema de certificação, que haja uma variedade na estrutura de produção; você precisa ter certos rumos diferentes de produção e tentar estimular através da certificação a forma de produção que seja mais correta em termos ambientais e sociais. E a realidade é que você tem atualmente dois tipos de produção dentro da soja: um, dos grandes monocultores que socialmente não é nem ambientalmente correto e você tem os pequenos produtores que têm uma certa funcionalidade social, mas também não deixa de ter seus problemas ambientais. O que não tem e seria interessante estimular através da certificação, é um tipo de produção médio onde você tem produtores razoavelmente grandes, mas produtores que estão respeitando o código florestal, que estão respeitando o código de conduta ambiental com relação ao uso de agrotóxicos, etc., e neste sentido a certificação pode ter um papel muito importante em estimular uma produção de soja mais responsável também praticada por grandes empresas, mas potencialmente também dando uma vantagem para o pequeno produtor, e servindo como uma maneira de reforçar os pequenos produtores já existentes na rodovia BR-163, por exemplo, que estão praticamente 'segurando a barra' no momento.

Finalmente, a questão dos transgênicos, acho que se vai ou não haver transgênicos entrando na certificação, isto é basicamente em função das demandas do mercado; se o Parlamento europeu, por exemplo, insiste em ter uma certificação onde o transgênico entra, tem que entrar, senão, talvez não.

Rafael Magalhães – Nós iremos agora passar à mesa, a não ser que seja muito necessário a colocação, para podermos fazer blocos de três colocações, três perguntas, e quem vai iniciar a fazer suas colocações aqui é o Sr. Fernando.

Luis Fernando Guedes – Vou começar de trás para frente para me organizar melhor aqui.

Primeiro, não há dúvida de que a questão da exportação e do mercado é uma oportunidade, acho que temos que encarar sem dúvida como uma oportunidade como quem estava aqui ouviu ontem o Smeraldi falar, como um desses instrumentos qual que é a margem de manobra para causar ou promover mudanças no sistema de produção, e esta questão do mercado internacional, na soja é muito sensível, e sem dúvida é uma grande oportunidade para procurar incentivar transformações ou adequações no sistema. Acho que tem nessa questão de vir a pressão externa, além dela, é fundamental termos uma discussão interna no País, e ver como a sociedade brasileira reage à certificação da soja; acho que o mercado internacional exigir, é ótimo, muito favorável, mas a sociedade brasileira tem que também discutir, os grupos de interesse têm que discutir se isso é bom ou ruim e em que bases, por isso o diálogo da comunidade nacional com a internacional vai ocorrer em algum momento, já está ocorrendo, mas um debate interno é fundamental para dar esse reconhecimento social para o instrumento.

Segundo, eu queria esclarecer que o Imaflora tem seu programa de certificação agrícola, mas esta decisão de certificar soja não é do Imaflora, deve ser desse debate

da sociedade brasileira e alguém que executa isso, fazemos este instrumento acontecer, colaboramos, tem um grande conhecimento e experiência de desenvolvimento de padrões na questão operacional, agora só certificamos o que a gente sente que a sociedade aceita e concorda, isto é fundamental e o Imaflora não vai liderar esta discussão sobre certificar soja, ele vai participar ativamente mas desde que haja líderes em todos os setores da sociedade.

Sobre a questão dos transgênicos que pega três perguntas que foram colocadas, coloquei na minha apresentação que não conheço nenhum sistema de certificação que atue no Brasil e aceite transgênicos, nem florestal nem agrícola; os sistemas orgânicos não aceitam transgênicos, outros também não, isto é uma decisão que a sociedade brasileira tem que tomar, mas do que existe hoje não há transgênico certificável, não se aceita isso, pode ser que no futuro isto mude, mas hoje não há transgênico certificado.

Acho que respondi a você e ao colega da Fase. Ele fez várias colocações bem complexas e queria ser bastante enfático que a certificação não resolve tudo sozinha e tem limites muito bem colocados.

Sobre a segurança alimentar, eu também tive dúvidas em interpretar algumas coisas que foram colocadas; a certificação avalia, os padrões hoje florestais avaliam o que acontece dentro da unidade produtiva, dentro da fazenda da propriedade, o que está acontecendo lá dentro e os padrões falam como aquilo é produzido, de que forma técnica, em relação ao meio ambiente e à sociedade, trabalhadores, comunidades, etc., mas da porteira para fora e para dentro acho que a ação hoje é pequena nos movimentos que existem, a própria certificação orgânica seria muito restritiva em alguns aspectos, ela exige que a semente não tenha nenhum veneno mas não questiona de onde vem a semente; se a Monsanto tiver uma semente orgânica, acredito que ela é certificável, suponho, não conheço em detalhes. Não sei se isto abrange de certa forma o que você colocou.

A cadeia produtiva, a certificação vai fundo mas você só consegue saber o que é certificado, não o que não é; se um dia tiver um óleo de soja certificado ele vai ter um selo e você vai poder garantir a origem daquilo, o Paulo Kitamura ontem colocou, mas o que não é você não sabe de onde veio ou de onde foi, não sei também se isto responde o que você colocou. Os produtos de soja, podem ser certificados até na prateleira do supermercado, até um chocolate, aí você pode falar: um chocolate não tem soja, mas enfim alguns produtos que têm soja se pode falar, esse produto tem soja orgânica, mas o que não é de certificado ambiental você não sabe, mas o que é existem mecanismos que te garantem de onde veio a origem.

Sobre ser instrumento para grandes corporações, acho que esta é a grande preocupação de não ser um processo excludente; a saída que temos visto é a certificação em grupo para pequenas cooperativas e comunidades, acho que esta é a grande saída – certificação em grupo, existem técnicas para isso de certificar cooperativas de um cliente, o certificado é a cooperativa ou uma associação e isto dilui muito o custo, é um desafio para a organização social, mas são até positivas as transformações que a certificação pode causar. Acho que isto também vai acontecer no caso do colega do IPAN, mas o do meio ambiente vai ter certificação e terá também mecanismos coletivos, enfim. Isso pode ser contornado, mas os grandes saem na frente, sem dúvida, mas a certificação orgânica também tem para pequenos, uma certificação sócio-ambiental do café que estamos fazendo aos pequenos. Se tem benefícios bem claros é possível acessar.

Sobre a questão da patente acho que a certificação hoje não trata, pode tratar as defesas, princípios e critérios (são dinâmicos os padrões), a sociedade pode rever os certificadores, enfim, isto depende de como a sociedade reage. Isso é uma coisa importante de ser discutida ou não, e mais, tem que ter muito claro o limite de onde a certificação atua. As outras perguntas que não tratam de certificação não tenho nada a acrescentar. Obrigado.

Rafael Magalhães – De imediato passamos a palavra ao Benatti. Faça suas considerações.

José Benatti – Das perguntas, uma levantada é a questão do limite da propriedade. O Brasil não tem nenhuma restrição legal quanto a limite nem restrições a quantas propriedades você pode ter. Se tem direito, se faz distinção doutrinária quando se fala em direito à propriedade e direito de propriedade.

Direito à propriedade que está na Constituição, todo mundo pode ser proprietário, não tem nenhuma lei proibindo ninguém de não ser proprietário; qualquer pessoa pode comprar uma casa, um terreno, isto a Constituição assegura e é livre, não há nenhuma restrição, você pode ter uma casa, uma propriedade, 10, 20, 30, 50, uma propriedade de grandes hectares, o que não pode ter é um minifúndio, e mesmo pode ter um latifúndio, o que pode ocorrer é ser desapropriado, mas você pode adquirir um latifúndio. O que a legislação trabalha muito é limite no direito de propriedade, o uso da propriedade, a função que você dá à propriedade aí cabe ao Estado regulamentar, porque tem a questão ambiental, social, etc. O Estado hoje só tem limitado o uso da propriedade, a função que ela deve cumprir, é um direito de propriedade; ao direito da propriedade não há nenhuma restrição legal. Apesar de, em outros países, você ter várias limitações: a Itália limita o tamanho da propriedade máxima, a França diz que você pode adquirir qualquer propriedade, mas exige que você comprove que pode explorar a propriedade rural pessoalmente, se não você é obrigado a arrendar, então existem várias formas de limitação. E essa questão de tamanho é muito interessante: dando palestras em outros países, na América Latina, Costa Rica e etc., quando se fala em pequenas propriedades de 100 hectares ele olha para sua cara e diz: e quanto é uma grande propriedade? Porque aqui já é um latifundiário quem tem 100 hectares. A dimensão da propriedade está muito ligada à dimensão espacial do território. É também uma relação cultural que você pode rever.

Existe também uma diferenciação de pretensão e do que você precisa para a propriedade ser produtiva; a pretensão brasileira nunca foi de 100 hectares, desde o descobrimento do Brasil a pretensão era de 10.000, 20.000 hectares; o módulo da sesmaria no século XVIII era no mínimo 10 mil hectares, o módulo mínimo que era concedido no início da colonização brasileira. As pretensões no Brasil sempre foram grandes propriedades. Agora o fato de ter a pretensão de 10s mil hectares, reivindicar aqui 20 mil hectares, 100 mil, isto não quer dizer que ele precisa dessa área para torná-la produtiva. E o ordenamento territorial, o zoneamento pode discutir isso! O poder público não precisa ter uma emenda constitucional para limitar a área que ele vai conceder daqui para frente, é uma decisão de Estado; daqui para frente das áreas públicas que tenho para a agricultura, só vou conceder até 2.000 hectares, 3.000 até 500 hectares, é esta área máxima que vou conceder. Tanto é que hoje tem uma portaria que limita que a única área que pode ser regularizada hoje na Amazônia é a de 100 hectares, ou seja, a pequena propriedade, acima disso o produtor tem maior dificuldade para conseguir sua regulamentação em áreas devolutas ou áreas públicas. Essa definição é de políticas públicas, definição de Estado, não precisamos gastar

tanta energia, aqui no caso da emenda constitucional tem todo um debate para conseguir essa exigência de diminuir a propriedade, e aí sim é uma discussão nossa, o que fazer com as áreas públicas que existem atualmente.

A outra questão também que tenho reparado muito, quando se fala em legislação ambiental temos que lembrar que tem a área de preservação permanente e só existe em propriedades que têm nascente de água, corrente ou declive em terreno acima de 45°, essa é uma área de preservação permanente. Agora, reserva legal qualquer propriedade tem que ter, porque hoje na Amazônia quando tem cobertura florística de floresta tem que ser no mínimo 80%, e aí poucos respeitam isso, com exceção quando for campo ou cerrado.

Tem um dado interessante numa pesquisa orientada de um integrante do MP fazendo um curso de especialização, ela queria saber em Redenção quantas propriedades tinham a reserva legal averbada, porque todo mundo diz que ninguém tem averbação, é tudo mentira, desrespeito à lei; o cartório deu para ela uma listagem de propriedades acima de 1000 hectares, quantas tinham averbadas de reserva legal no município de Redenção; para surpresa dela, (que me procura chateada porque tinha perdido o seu objeto de pesquisa) 90% das propriedades tinham averbado reserva legal acima de 1000 hectares. E agora, não tem mais objeto de pesquisa! Falei que íamos descobrir o motivo de como estava essa averbação. Foi aí que ela descobriu que eles averbam mas não localizam nem discriminam onde está a reserva legal na propriedade, é como você ter uma piscina e jogar uma bóia lá dentro, ou jogar várias bolinhas que deveriam representar 80% da propriedade como protegida. E há uma discussão constitucional de quem averbou, localizou antes da legislação de 96 a medida provisória, se é legal ou ilegal. Ou seja, além de averbação no caso do Pará você tem que verificar se está localizada e delimitada, por sinal pode ser uma bóia solta, continua ilegal, averbação é a base para conseguir financiamentos públicos, a questão da proteção ambiental. E neste ponto você tem que ter políticas de estímulo sobre proteção.

Na área de pequenas propriedades, você tem o Programa Pró-ambiente que era um programa, hoje é uma política pública, porque acho que ele tem um forte condutor para o pequeno produtor proteger os recursos naturais na sua propriedade, que é reserva legal e área de preservação permanente, há estímulo para fazer isso.

Acho que temos que discutir também quais são os estímulos para que a propriedade seja preservada na Amazônia. Ontem lendo na imprensa parece que foi aprovado dentro da questão a possibilidade de você introduzir também a floresta nativa para receber fundos de proteção na questão da discussão do aquecimento global, ou seja, não é um modelo único mas são várias políticas que você vai conseguir alcançar, mas acho que a primeira política, a inicial, é o zoneamento participativo. Nós temos que criar culturas de assentar os vários sujeitos sem entrar na discussão moral, pequeno proprietário, sojeiro, pecuarista, o Estado, ambientalistas, vamos discutir o que queremos para as áreas e por quê. Que a terra tem a vocação, para mim, é mais religioso do que cultural; "vocação para" é uma opção política e social que a terra produziu ou não, não é uma vocação natural. Decisão política, seja qual for a área; temos tecnologia. A questão toda é discutir o preço para tal (o Clodoaldo fazer ou não fazer estou pagando preço para isso), aí é opção política dizer: vamos pagar esse preço ou não, e aí a sociedade brasileira e da Amazônia já está madura suficiente para sentar em uma mesa, discutir e seguir. Mesmo que as primeiras reuniões virem mais uma terapia grupal para depois chegar na segunda fase para discussão, mas é necessário passar pela primeira fase, senão não avançamos na discussão e continua cada um no seu

cantinho fazendo terrorismo para tentar que essa política seja implementada. E você tem visto agora um aperto completo, tanto dos dois lados.

Não-identificado – Com relação à certificação, já foi muito bem colocado pelo Imaflora, e as questões fundiárias o professor Anaissi também colocou com muita propriedade, e me restaria aqui fazer alguma consideração sobre uma pergunta que o Bressan fez sobre a questão de fronteira, de expansão e uma outra que foi feita aí sobre questão de utilização de insumos massivamente na cultura de soja.

Na verdade o que nos tem preocupado não é só o Governo do Estado, mas todos nós de modo geral, ficamos preocupados com questões do tipo fundiário, a questão da sua formalização, a questão do desmatamento e a perda de biodiversidade, isto aí são os temas que chamam mais atenção até agora; obviamente que vamos ter que fazer a decomposição em outros temas e esta questão tem que ser encarada de qualquer maneira porque é fundamental. De forma que é isto que eu queria colocar, e quem sabe mais adiante poderemos colaborar com mais alguma coisa.

Raimundinha Monteiro – Sobre a questão do ordenamento de forma geral, penso que ele é acima de tudo uma diretriz de ação, é uma decisão política, vai contar com instrumentos e entre eles tem uma legislação no País bastante estruturada, uma legislação muito boa, mas é preciso associar a essa legislação como instrumento algumas decisões de choque. Ontem a Berta falava nas forças federais ou alguma coisa do ponto de vista de envolver mesmo uma ação repressiva maior para conter a grilagem. Não sei se temos que pensar nesses termos, mas decisões de política pública que orientem para um fechamento da fronteira da forma como ela hoje está sendo apropriada, seria importante nessa linha que o Benatti coloca, de uma decisão no sentido de que novas áreas vão ser só com concessão, a política florestal vai passar por concessão das áreas ou que mas também sejam concedidas por tempo com bases contratuais bem definidas e nelas, inclusive, as restrições ambientais a serem desenvolvidas pelos que vão receber estas concessões. Mas acho que a idéia de se colocar ordem na casa, de se estabelecer estado de direito, de se estabelecer coordenação de governo nessas situações que hoje se encontram sem controle, isso é importante inclusive para que haja uma situação democrática de convivência entre os que pensam diferente. Na semana passada, durante a reunião que os movimentos sociais realizaram em Itaituba, uma das participantes, uma freira americana se distanciou do grupo (estavam numa chácara) e foi gravemente espancada, vai passar mais de 20 dias sem poder se comunicar, maxilares quebrados e você percebe que havia uma mensagem política naquela agressão e que existem hoje várias pessoas em situação de ameaça por pensarem diferente desse modelo em vários pontos dessas áreas da fronteira.

Creio que deve sim, por dentro de uma decisão de ordenamento territorial, haver uma ação de governo repressiva a esse tipo de violência que caracteriza esses processos. Junto com isso estabelecer imediatamente os canais de negociações institucionais em torno do zoneamento que é um instrumento importante de condução das negociações, e aí talvez eleger aquelas áreas críticas e começar a discussão do ordenamento a partir delas, isso pode ser um caminho.

A primeira pessoa, o professor lá de São Paulo falou dos problemas da compatibilização dessas grandes obras, como imprimir uma visão sócio-ambiental para processos em que o comando empresarial pode desviar esses tipo PPP. Sobre isso tem o seguinte: dentro do governo, como falei ainda há pouco, existem vários grupos de formulação,

de discussão, e alguns níveis de encontro só vão se dar no próximo ano; entre as obras que estão no PPA e que remontam o Avança Brasil, 14 delas são consideradas problemáticas, e está tendo fórum de ministros discutindo essas obras, entre as quais a própria BR-163 porque dentro do Governo ainda tem quem discuta, será que é mesmo a rodovia ou não seria uma ferrovia já que, se o foco é a produção de grãos, um corredor de exportação de grãos, por que não ferrovia, seria mais barato? Tem gente que pensa assim dentro do Governo. Tem o fórum de 11 ministros que discute esses assuntos e que vai procurar consensualizar uma proposta de governo. Quem está mediando no Governo esses fóruns é a Secretaria Geral da Presidência que está recebendo manifestações de todos os setores da sociedade sobre essas obras, manifestações críticas, de apoio, estudos, subsídios que orientem as decisões do Governo.

No caso da BR-163, tem o consórcio PPP já formado, discutindo, já tem um calendário, existe uma proposta de calendário dos procedimentos desde uma fase de diagnósticos que deverá ser realizada ainda agora, até a autorização de construção da lavra, tem uma proposta de 24 meses para se darem todas essas negociações, tem um cronograma que tenho aqui, envolvendo uma fase de diagnóstico, depois a formação de processo de consulta, a discussão, EIA-RIMA, porque dentro da legislação ambiental do licenciamento de obras tem ritos também que devem ser obedecidos, o EIA-RIMA já está disponibilizado na página do Ibama, é importante consultar, é importante começar a ver como este EIA-RIMA dialoga com as questões de ordenamento de uma forma mais ampla, isso em relação à BR-163; mas cada obra prevista para a região e que está dentro dessa macro-estratégia de integração da região aos mercados, cada uma tem no seu entorno problemas como os da BR-163, e o ordenamento, a meu ver, tem esse movimento que vem de uma formulação mais geral das instâncias de governo, dos grupos interministeriais, para mim eles respondem a um certo nível de resposta às demandas concretas do que significa ordenar, o que significa estabelecer usos, convenções de usos para as diversas áreas do espaço. Para mim, este movimento vem das formulações gerais, e se ele não se encontrar com o processo de formulação interno das regiões locais, regionais, ele não vai por si só responder às necessidades de uma integração desses processos locais e regionais de uma forma que seja mais como sujeito e não como objeto, e vai prejudicar essas negociações ao nível local.

Queria falar só uma última coisa sobre questão da segurança alimentar: em alguns desses municípios (cuja estrutura fundiária está sendo transferida da agricultura familiar para a produção de grãos em larga escala), está ocorrendo a substituição de um grande contingente de pequenos produtores que tinham um papel muito importante no abastecimento local de frutas, de verduras, de arroz, feijão, etc... O impacto disso no abastecimento e segurança alimentar nos mercados regionais e locais precisa ser estudado. Porque a substituição da propriedade não vai gerar um emprego, não vai gerar oportunidade de renda de imediato também para essas populações nos centros urbanos, e a tendência é de um processo de exclusão social forte.

Para onde estão indo os agricultores familiares em Alenquer, Monte Alegre, Prainha, Santarém e lá em Rondônia e nesses outros municípios, o que eles produziam e a que preços? A que preços as populações locais vão adquirir, a partir de agora, estes produtos que não vão estar sendo produzidos por uma agricultura de base familiar, que têm um nível de remuneração baixa, que convive com estas economias que foram formadas nessas regiões? O que está se perdendo em base territorial de produção alimentar e do ponto de vista da eficiência das estratégias produtivas da agricultura familiar para que ela se afirme onde ainda está? A tendência é realmente de uma

transferência generalizada de propriedades, de território e de uma outra configuração econômica que coloca em risco a segurança alimentar na região.

Rafael Magalhães – Após as considerações do primeiro bloco, o debate está agora aberto para o segundo bloco; já tem gente inscrita ali...

Raimunda Monteiro – Crescimento das empresas, não tenho esta informação para te dar.

Rafael Magalhães – Tem dois inscritos, o primeiro, de camisa branca; só lembrando que dirija-se ao microfone falando nome e a organização da qual participa. Esta seria a última rodada de perguntas e colocações.

Repres. do Min. do Meio Ambiente – Esses dois dias aqui foram bastante interessantes, este aprendizado da Amazônia, eu que não sou daqui, para pôr em termos de trabalho no Ministério do Meio Ambiente um pouco daquilo que já estávamos pensando em fazer. Do ponto de vista do aprendizado, o tema Geopolítica da Soja permitiu ver o quanto toda a estratégia dos grupos em torno da soja que são quem estabelece políticas para toda uma região por conta do seu poder de influência em termos econômicos aqui na Amazônia, conforme mostraram as várias intervenções de ontem e de hoje, como é que se consegue traçar uma política de ordenamento da região, estruturar toda uma região em função disso. E como estava mostrando hoje aí a Raimundinha, até no movimento social, quer dizer, toda uma dinâmica populacional em função de uma ordem estabelecida ou pelo menos em curso como mostrou a Profa. Berta. Acho que este Seminário está mostrando que realmente ela é a base da necessidade de um ordenamento fundiário territorial e de toda uma população que está buscando sua alternativa econômica de desenvolvimento sustentável.

Desse aprendizado várias coisas se destilam: primeiro, enquanto Governo que tem a obrigação do ordenamento fundiário territorial até a Secretaria onde eu estou tem um trabalho que está chamando de “zoneamento econômico-ecológico”, você tem ainda o Ministério da Integração que tem a função específica de ordenamento territorial com o qual estamos negociando, está gerindo tudo isso, mas a minha questão toda é: como é que conseguimos institucionalizar um pouco daquilo que a Raimundinha estava colocando, de fazer essa união de governo dos estados, setor privado, sociedade civil, para as tarefas de ordenamento, por exemplo, na questão do manejo florestal dos chamados sistemas agroflorestais, inclusive o próprio ambiente nesta discussão toda, acho que precisamos de uma outra discussão para isso, que seria bastante louvável aproveitando os estudos e trabalhos que já existem pela Imazon, pela Imaflora, Ipan, o próprio Museu Goeldi que tem vários estudos dentro do Geoma, como reunir tudo isso no sentido de institucionalizar. Estou tentando ver como é que se pode transformar isso já em ações imediatas, por exemplo, dentro do Ministério do Meio Ambiente, que estamos discutindo exatamente um momento do grupo de trabalho de desmatamento os chamados GP11, e o próprio PAS que está nesse impasse, não sabemos o que fazer com isso, principalmente como é que vamos legitimar isso com a participação que está sendo prevista, acho que é a segunda fase, mas aí com o próprio Governo do Estado que está aqui, toda uma idéia de como vamos discutir essas decisões não só de investimentos em estrada como é a grande discussão no momento, mas também essas outras ações de desenvolvimento que o secretário está colocando na mesa, como é que vamos fazer essa interlocução. Acho que é esta forma institucionalizada, num Governo democrático que se pretende assim, como é que nós vamos transformar isto, de como é que o Governo age para construir suas política de desenvolvimento sustentável.

Newton Lucena (Embrapa Rondônia) – Gostaria de fazer algumas considerações porque a Embrapa é vista tradicionalmente como uma empresa ligada ao agronegócio, o que não é verdade. Inclusive ontem em O Liberal foi colocado que a Embrapa tem como quarta prioridade a questão social e ambiental.

Vou falar um pouco bem rápido sobre a posição da Embrapa na Amazônia. Começamos a trabalhar com safra na Amazônia (Embrapa Rondônia, especificamente em 73: cacau, café, seringueira, com culturas intercaladas como arroz, milho e feijão, inclusive a SUDHEVEA não permitiu o cultivo de seringueira consorciado com o café ou cacau, fazíamos isso clandestinamente.

A Embrapa como empresa, em 1990, criou os CEPAF (Centro de Pesquisa Agroflorestal), Dr. Murilo Flores atento a esta questão ambiental transformou as unidades da Embrapa (que são seis) em centros agroflorestais, a nossa grande ênfase é esta. Pelo menos 50% da pesquisa feita na Embrapa Rondônia e acho que nas demais também, é com questões agroflorestais. Mas por que as coisas não acontecem? Se você não disponibilizar alternativas tecnológicas viáveis no presente, o pessoal não vai esperar pelo futuro, e lá em Rondônia trabalhamos muito a questão de potencialidade; começamos com assentamento, como falei ontem em solos de boa fertilidade, basicamente com culturas anuais e depois chegou café e pecuária. Tradicionalmente a pecuária é uma atividade de abertura de novas áreas. Por que Rondônia reproduz o binômio pecuária, principalmente leite e café? Porque não tem outras opções, e lá os potenciais não se desenvolveram. As iniciativas do próprio Governo com os pólos de fruticultura foram um fracasso; se você chegar em algumas regiões de Rondônia e falar em acerola, você pode ser espancado, porque eles foram ludibriados. No caso de Rondônia tem a questão que falei ontem do desmatamento, do êxodo rural, mas temos que tirar o chapéu porque nós amortecemos quase dois milhões de brasileiros que para lá foram – paranaenses, gaúchos, nordestinos – e que infelizmente tiveram que desmatar as nossas áreas. A nossa população rural é estável, talvez reduza um pouco, afirmo que o padrão de vida do produtor médio de Rondônia, agricultor familiar, é o melhor do Norte e Nordeste, sem sombra de dúvidas; a nossa base produtiva – café e leite (eu sempre bato nessa tecla) você envolve quase 70.000 pessoas, se eu tiver em Rondônia 10 pessoas produzindo meio hectare de cupuaçu, não há mercado, então este é o grande fator. A base social de Rondônia reside no fato de que temos uma grande base produtiva, e quanto mais pessoas entrarem em leite e café vai ter mercado.

Nós sempre falamos que Rondônia deve ser vista, estudada, avaliada, reconheço que o Pará é um Estado já de quase 500 anos desde o Grão-Pará, tem problemas internos muito diferenciados do nosso, mas observamos que Estados como o Acre, o próprio Roraima e Amapá não olham isso. A nossa produção de leite cobre, com folga, o PIB agropecuário do Acre; um município nosso bate Roraima e Amapá em termos de agropecuária, um município. Tem que se dar mais valor a isso, Rondônia é muito relegado a terceiro ou quinto plano, é considerada a terra do desmatamento mas lá estamos amortecendo esse grande número de brasileiros. Temos por exemplo Vilhena, que é a capital que trabalha muito com soja e tem o melhor IDH do Norte e Nordeste, é conhecimento que a soja é excludente, mas é imprudente regionalmente. Então Vilhena é um município que está com o IDH altíssimo, não tem desemprego, salários quase que o dobro das demais regiões. Agora, ao redor de Vilhena sim, a exclusão é muito grande e a soja muitas vezes se concentra em pequenas localidades.

Nós dizemos que não enxugamos gelo, tem que ter alternativas práticas, não dá para se esperar tanto, por isso o pessoal que está com a pecuária e o leite, a soja é um sonho do pequeno produtor que quer ser o grande produtor.

Como falamos, parafraseando a Bíblia, odiamos o pecado, desmatamento, degradação ambiental, mas amamos o pecador e fazemos o possível para que ele tenha condições digna de vida. Mas só concluindo, o nosso produtor também tem essa grande consciência ambiental; o primeiro que conheci em Rondônia em 80 estava vendendo terras em Ouro Preto, solos de alta fertilidade e até hoje produtivas para ir para o Acre. Este sonho de desbravamento de fronteira agrícola já não existe mais; o Acre está com problema sério, não tem ocupação, a Amazônia não tem espaço para ele e estão conscientes que, ou se fixam na terra ou não terão como voltar para o Paraná, Espírito Santo e Minas Gerais, e não terão como avançar. No caso específico, a grande fronteira agrícola seria o Pará e a parte do Amazonas, mas vocês já têm problemas muito sérios aqui e não teriam condições de vir para cá. Muito obrigado.

Rafael Magalhães – Não tem mais ninguém inscrito?

Major Josafá (subcomandante do Batalhão de Policiamento Ambiental) – Nasci em Belterra, desde a fundação tenho familiares meus lá. Acompanhei esta situação toda de 79 para cá, até 1990 de longe, e quando cheguei dia 13 de março de 1990 de volta a Santarém já observei aquela situação de desmatamento daquele espaço de Picatuba até entrada de Belterra, fiz a pé, fui a Belterra a pé e voltei a pé. Achei alarmante porque quando eu ia para Belterra fiz este mesmo percurso de bicicleta e quando ia para Belterra era um verdadeiro túnel de árvores, principalmente aquela estrada velha que tem morada nova. A partir daquela época passei a me preocupar em o que eu deveria fazer, não via progresso naquilo, não vejo progresso no fim da cobertura vegetal na Amazônia, até porque os produtos que nós conhecemos, o meu avô coletava cumaru e, se não estou enganado, o cumaru parece que é mais caro do que a soja.

Os nossos produtos da Amazônia se forem atrás dos mercados vão ter muito mais produção. Hoje estou aqui no Batalhão de Policiamento Ambiental preocupado e trabalhando com o Ibama nessas fiscalizações, o nosso efetivo é cada dia reduzido, ou aumenta um pouquinho, ninguém nos dá muito espaço para trabalhar. O detalhe é o seguinte: quero saber em quê poderia, o nosso trabalho de fiscalização, qual canal de fiscalização poderia ser utilizado pelo Batalhão, um outro órgão utilizar unidade de policiamento ambiental na fiscalização desses espaços utilizados de uma forma ou de outra para o avanço da soja na Amazônia, até porque aí já existe uma preocupação com a questão dos transgênicos. Agora, a maior preocupação é o próprio desmatamento, quem sabe incentivado pelo próprio produtor de soja, que na esteira da derrubada indiscriminada das árvores pode vir um outro desmatamento e em seguida essa plantação de soja, ninguém sabe aonde vai essa questão de ordenamento, mas ninguém sabe se vai parar em algum momento. Acho que já está na hora de se começar a pensar nesse freio, e onde é que ficaria o Batalhão de Policiamento Ambiental na hora em que fosse necessário fiscalizar e colocar um freio nessa situação. É só isso.

Rafael Magalhães – Agora vamos para o último inscrito para depois a mesa fazer suas considerações finais.

Charles Clement (INPA) – Só para todo mundo dormir tranquilo: teve uma informação dada ontem que não foi enfatizada.

Dentro da medida provisória que está regulamentando o suposto fim da soja transgênica no sul, tem um artigo que, para plantar novamente nessa safra precisa pedir autorização; foram 112 pedidos de Mato Grosso, e esta soja vai escorrer para a Europa onde os europeus compram soja transgênica, mas eles rotulam, porém na

Amazônia não temos condições de agregar transgênico do não-transgênico.

Rafael Magalhães – Agora passamos a palavra de lá para cá. Vai respondendo e vai fazendo as considerações finais.

Raimunda Monteiro – Como instituímos o processo de zoneamento: acho natural que o Shiqueo coloque isso para nós porque do ponto de vista da experiência do ministério, tem 10 anos de discussão de zoneamento dentro do Ministério do Meio Ambiente, mas nestes 10 anos as discussões ficaram num âmbito mais metodológico, de concepção, ele contribuiu com alguns processos no País mas isso não deu a substância necessária para chegarmos hoje e dizermos que tem uma receita, é assim, de como fazer isso na prática. Agora estamos com as primeiras experiências que vão se desencadear em relação a essas questões mais conflituosas. Acho que o zoneamento de Rondônia se deu em um outro contexto, o caso do Pará vai ser uma experiência importante.

Nós vivenciamos aí, como Ministério do Meio Ambiente, uma experiência de escala pequena que durou 3 anos aqui no Pará e que foi o macro zoneamento da região do lado de Tucuruí, e ela deixou algumas lições interessantes que servem para você pensar também o zoneamento em escala maior.

A primeira: você tem que instituir um fórum de negociações dos conflitos, e neste fórum você tem que ter representações paritárias da sociedade civil, dos setores produtivos, do poder público. Que este fórum tem que ter um mandato muito claro de, produtos que ele tem que apresentar, em que prazos e de que forma esses produtos vão ser institucionalizados. O fórum tem que se municiar de diagnósticos sérios, seguros, e quando ele não tem todos esses estudos, alguns estudos rápidos, operativos, ajudam a construir os consensos, de que na construção do processo de consensualização você tem que ir já resolvendo aquilo que é consenso de todo mundo e deixando para trabalhar de uma forma mais complexa aquilo que não é consensualizado de imediato.

Tem uma experiência muito interessante vivenciada pelo Ministério que pode ser útil hoje, tanto para resolver situações mais específicas de ordenamento de territórios, tipo BR-163, noroeste de Mato Grosso, como na somatória desses diversos processos, aí já é uma metodologia você pode ir conformando a totalidade de um ordenamento mais amplo.

Acho que temos alguma experiência e podemos verificar outras que podem ajudar e não tem receita, é como falei há pouco: não promovemos o ordenamento na escala e na complexidade que estamos sendo desafiados a fazer agora, e quando falo nós digo Estado, sociedade no Brasil.

A Embrapa: achei interessante a colocação do colega de Rondônia sobre os esforços da Embrapa para agricultura familiar. Eu só diria que talvez (e aí não é uma questão só da Embrapa, é do conjunto das políticas públicas para o desenvolvimento rural), dispomos hoje de várias tecnologias importantes, muito bem desenvolvidas, mas não conseguimos massificá-las, e não conseguimos principalmente inseri-las num projeto de desenvolvimento rural articulado em que essa tecnologia pudesse ser elevada para grandes contingentes de produtores, fosse implementada com acompanhamento e assessoramento técnico adequado e fosse principalmente encadeada em processos produtivos que estão sendo financiados pelo Banco como foram 130 mil famílias na Amazônia de agricultores familiares, a maioria delas para fruticultura e pequena pecuária, e não houve encadeamento produtivo, e aí vem a decepção com acerola

aqui, com o coco lá, com o cupuaçu acolá; no entanto, essa decepção, essa frustração não significa de forma alguma que essas culturas não sejam viáveis e que elas não possam ter uma inserção de mercado regional e nacional. Nós fizemos isso de forma fragmentária, sem encadeamento, de forma que não conseguimos dar densidade econômica para essas iniciativas, e aí acho que faltou sim massificar estas tecnologias. E no caso da soja, como é um setor que vem estruturado, com uma estrutura interna de cadeia muito forte e de mercado muito bem definidos, esses setores têm como aproveitar melhor as tecnologias geradas inclusive pela própria Embrapa.

Acho que temos sim algumas experiências de sucesso de encadeamento produtivo da agricultura familiar, inclusive em Rondônia, Ouro Preto do Oeste que é importante, eles hoje têm vários produtos com inserção no mercado regional e nacional, Marabá, no Acre, mas realmente eles estão precisando ainda da densidade do encadeamento mais amplo que os outros setores conseguem.

Acho que isso aí é para dialogar um pouco aquela idéia de que não estamos mais entre a opção de poronga ou soja como o professor Homma colocou ontem, o nosso campo de opções é muito mais amplo, como falei ainda há pouco, de múltiplas oportunidades de negócios a partir da biodiversidade, inclusive isso de uma forma mais ampla e de múltiplos caminhos de agregação de valor. Não temos só uma rota, temos várias. Por exemplo, o cupuaçu: identifiquei 32 usos de cupuaçu em cosméticos, alimentos e fitoterápicos que estão presentes no mercado; 16 de castanha-do-pará; cragiru que é uma erva usada tradicionalmente contra anemia, 6 utilizações industriais no mercado. O cumaru, florestas de cumaru e castanhas estão sendo substituídas por plantios de grãos de Alenquer, Monte Alegre e Óbidos, esse conflito que é de concepção de uso da base de recursos naturais, acho que também tem que ser refletido hoje pela pesquisa, pela assistência técnica, principalmente para os agricultores familiares que tinham na assistência técnica pública a base de seu desenvolvimento.

Só uma reflexão, finalizando, sobre a riqueza que se forma dentro dos pólos produtores de grãos: Vilhena, que o colega de Rondônia falou, não conheço Vilhena e sei pouca coisa de Sinop e mineiros lá no sudoeste goiano que é um dos primeiros e mais fortes produtores de soja de Goiás. Analisando dinamicamente você percebe que os excluídos de lá não ficam todos lá, eles saem para abrir novas fronteiras aonde têm ofertas de terras públicas e baratas. Muito da mão-de-obra volante que chega hoje na BR-163, em ônibus que chegam todos os dias com pessoas atrás de trabalho, seja na madeira, seja na pecuária, no comércio, eles não estão vindo de Sinop, estão vindo de Sorriso, estão vindos dessas cidades em que se consolidou a ação de alta escala e que tem a absorção de mão-de-obra e esses excluídos vão em frente atrás de novas oportunidades. Acho que precisávamos analisar isso de forma mais dinâmica no contexto de um território muito mais amplo, que não apenas aquele limitado aonde o setor produtivo está instalado.

Sobre o colega da Polícia Ambiental, creio que no desenho de operações que vai ser trabalhado a partir deste ano pelo Ibama com maior compartilhamento de ações com o Governo do Estado, realmente a Polícia Ambiental deve ter um papel mais articulado nesse processo, contribuindo, e aí nós tivemos muitas dificuldades este ano, desde greves que fazem parte da própria estrutura interna do órgão, orçamento, o que esperamos melhorar nos próximos anos. Mas para terem uma idéia, a ação desenvolvida pelo Ibama em Porto de Moz, Transamazônica agora, para fiscalizar 54 planos de manejo só conseguiu fiscalizar 12, e neles tinham encontrado irregularidades, o que significa o esforço de controle. Esse processo de ilegalidade vai ser um esforço

demorado, os resultados não vão vir assim tão rápido, e para que seja eficiente essa ação como está sendo desenvolvida, inclusive com o apoio do próprio Ibama de conversão dos setores, eles vão ter que ser trabalhados adequadamente. Eram essas as minhas considerações finais.

Paulo Koury – Eu gostaria de fazer duas abordagens aqui: uma com respeito ao zoneamento ecológico-econômico que o Governo do Estado já está implementando, na sua fase de macrozoneamento, já nessa etapa com a participação bastante expressiva e na hora do detalhamento com certeza absoluta será muito mais participativo ainda, porque acreditamos que ele somente será legítimo se for participativo. Já temos alguns exemplos: no município de Moju está sendo concluído um zoneamento participativo feito junto à Embrapa apoiado pelo DFID e com a participação do Governo do Estado através da Sectam e que poderá nos ajudar muito como modelo para os próximos exercícios.

Da mesma maneira, gostaria de colocar para o Major Josafá, do Batalhão de Polícia Ambiental, que não somente a partir destas colocações da Dra. Raimundinha do que seria uma maior utilização do Batalhão dentro das ações do Ibama na sua atividade fiscalizadora, a própria modernização da estrutura de gestão ambiental do Estado que passa pela reestruturação da Sectam, com certeza absorverá e demandará muito mais ainda as ações do Batalhão de Polícia Ambiental.

Finalmente, agradecer o convite que nos foi feito e cumprimentar a organização do evento e dizer que tudo aquilo que foi aqui colocado vamos recolher e colocaremos como considerações nas nossas ações.

José Helder Benatti – Acho que um dos pontos mais destacados aqui foi a questão da sociedade e o Estado terem que dar um fim, ou mesmo buscar os objetivos para as áreas públicas. E aí o instrumental ou a política principal seria o ordenamento territorial ou o zoneamento ecológico-econômico.

No final da minha exposição falei que as propostas que estou apresentando são novas; na verdade não se tem muita coisa nova para ser apresentada, o que tem de novo são relatos de alguns acontecimentos, mas quando se pensa em propostas colocadas na mesa, não precisa inventar mais para poder buscar.

A questão é que todo mundo tem o mesmo objetivo, e a questão é como chegar lá; usando o Thiago de Melo, não tem nenhum caminho novo para fazer; o que tem de novo nessa discussão é como caminhar porque há divergências no como é que cada um caminha e vai ter que chegar a um ponto em que ninguém seja atropelado no processo. E isso é interessante porque na maior discussão na margem esquerda da BR-163, esse escritório que tem na região e está organizando os processos para pedir regularização fundiária das grandes propriedades, o próprio técnico disse que lá não tem mais terra para ser solicitada, toda a área já tem dono que tem um processo; se tiver mais processos vão ser duas solicitações sobre a mesma área, ou seja, duas grilagens que seriam da leitura dessa solicitação. Ou seja, a área, pelo menos da parte esquerda do rio já está toda loteada privadamente; a questão que temos que discutir é como parar essa apropriação ilegal do recurso público. E essa é uma questão da sociedade com o Estado, porque as estruturas do Estado na região de Itaituba, o escritório do Incra não tem nem capa para fazer processo administrativo, e o técnico está lá porque tem muita boa vontade mas não tem capacidade para levar avante qualquer ação mínima, até burocrática emperra o órgão. Aí você, obviamente, encontra

um poder econômico com uma estrutura melhor rapidamente e avança isso. Quem tem informações é a sociedade civil, são as ONGs, o Estado se tem não as apresenta publicamente, não é nem embate de idéias ou de propostas de áreas, nenhum nem outro possuem, outro já incluiu a informação mas não está pública porque primeiro precisa assegurar o direito, mas na realidade precisa colocar na mesa toda essa diferença para poder dar um basta e chegar na decisão final, e levar à consideração os diferentes sujeitos que vão ter diferentes ações.

Como foi colocado aqui, não há problema nosso em tecnologia, não é um problema de proposta, não é capacidade humana, temos capital social para levar, o que há é uma tentativa de unificação das diferentes políticas num grande objetivo que é o uso dos recursos naturais da região. E se não conseguirmos superar essa fase de discussão, o que vamos ter é sempre reclamação e novo estudo como já previsto o desmatamento e destruição dos recursos naturais. Espero que daqui, a importância deste seminário é realçar o seguinte: a soja é um vetor forte de ocupação, mas ela pode ser facilmente substituída por qualquer outro grão que daqui a 5, 10 anos ganhe outra importância.

O importante deste seminário é despertar esta possibilidade da sociedade civil com o Governo discutir uma política conjunta, e não mais separada para poder deixar como herança para os nossos filhos e netos algo realmente sustentável, porque senão com certeza o meu filho, o meu neto não vão viver na Amazônia não porque não queira, mas porque ele vai achar que não tem condições. Como queremos que as pessoas vivam e tenham um nível de vida bom, acho que tem que planejar, e o planejamento é bem simples.

O lance todo é não mais ficar chovendo no molhado, mas tomar ações simples, só criar fóruns de discussão e de lá tirarmos as ações coletivas, é a melhor maneira que temos de segurar o desmatamento e apropriação de recursos naturais como está ocorrendo hoje, principalmente na área de influência da BR- 163. Muito obrigado.

Não-identificado – Apenas dois comentários sobre o que foi falado: sobre o colega do INPA, de alguma forma o que você colocou toca na certificação sobre a dificuldade de separar uma soja transgênica ou não-transgênica.

Essa questão da rastreabilidade da separação não é o que mais preocupa a cabeça de um certificador, pelo que temos acompanhado na história de outros setores. Tendo o mercado definido, a engenharia resolve o processo de separação, tem uma série de mecanismos que você consegue contornar e aí temos base da experiência de outros setores semelhantes aos da soja que são complexos agro-industriais como do açúcar, do café, da madeira, a indústria de papel e celulose, todas elas onde a certificação se sedimentou, há instrumentos, mecanismos, formas de separar, e aí você pode criar em Itacoatiara uma forma de separar, isto é uma parte técnica relevante do processo que faz parte da credibilidade mas não é o mais preocupante, o mais delicado é o contexto político, a tomada da decisão de certificar ou não, o resto não que não seja tão relevante, mas é mais engenharia, acho que política é mais complicado que engenharia, suponho.

Entendo que o colega Sena reagiu à minha apresentação porque só eu falei da Embrapa explicitamente, mas acho que você exagerou, aumentou muito a minha colocação; a mensagem que eu queria colocar para a Embrapa ou outros órgãos de pesquisa e para o setor produtivo é de que, sistema agroflorestal também deve ser estudo e proposto para sistemas de usos intensivos da terra e de alta produção, etc.,

só isso, e essa não é a história nem da pesquisa e nem da promoção do sistema agroflorestal; concordo que o papel da Embrapa é um, da extensão é outro e da política pública é outro, enfim, você reagiu de uma forma que pareceu que eu cutuquei bem mais fundo do que falei. A minha provocação é simplesmente essa: o sistema agroflorestal também deve ser estudado e proposto para os grandes sistemas de produção agrícola, para as grandes culturas. Só isso e obrigado.

Rafael Magalhães – Antes de finalizar a terceira sessão do seminário, vamos abrir para a última frase da Raimundinha.

Raimunda Monteiro – É que nessa linha de sistemas agroflorestais serem propostos também para grandes propriedades, acho que temos que abrir nas próximas discussões a possibilidade do PROAMBIENTE também ser pensado para médios e grandes produtores, ser estendida para eles como uma proposta que pode remunerar os serviços ambientais prestados por ele.

Rafael Magalhães – Vamos chamar agora o Roberto Araújo que fará a apresentação do documento síntese, documento final do seminário que vai ser encaminhado a vários organismos, enfim, a palavra está com o Roberto. Obrigado.

Roberto Araújo – Vamos fazer um pouquinho de pompa e circunstância, vamos fazer uma mesa com os representantes de todas as instituições que presidiram ao evento. A Tatiana acho que não está, mas o professor Homma que esteve conosco na redação ...

Peter Toledo - Antes de dispersar os palestrantes de hoje pela parte da manhã, lembrar que vamos solicitar os textos para que possamos publicar um livro para ser lançado em março. Vamos identificar, a Tatiana, o Roberto Smeraldi, vamos identificar editores dessas instituições justamente para solicitar dos palestrantes os textos até o final de janeiro para que possamos fazer a revisão e sua publicação em março com o apoio da nova Sudam como foi colocado ontem.

Roberto Araújo – Esse é um documento com pontos de consenso que nos pareceu haver no debate do Seminário Geopolítica da Soja na Amazônia, claro que está aberto a que a assembléia se pronuncie sobre esses pontos aparentemente consensuais.

A expansão da soja na Amazônia, a partir das áreas de cerrado no Centro-oeste tem-se efetuado não só em áreas antes alteradas, mas também através da conversão indireta de novas áreas florestais e da conversão direta de áreas de cerrado e campos naturais.

Incentivada pelas grandes empresas do agronegócio para exportação que atuam sobretudo como fornecedores de créditos e insumos à produção, a expansão da soja vincula-se às dinâmicas da especulação e da apropriação fundiárias desordenadas, e ao uso predatório dos recursos naturais.

A viabilização da produção da soja na região não pode prescindir de uma série de medidas necessárias à resolução dos graves problemas sócio-ambientais que por ora acarreta o processo de sua expansão.

Importante para a economia do País, a soja não pode ser considerada como carro-chefe do desenvolvimento sustentável da região.

Neste espírito, o Seminário Geopolítica da Soja na Amazônia obteve as seguintes conclusões:

- *Limitar a abertura de novas fronteiras para expansão da soja, fortalecendo também a integridade das unidades de conservação e terras indígenas existentes, diante das tentativas de rever seus limites para atender a expansão da soja.*

- *Desenvolver mecanismos de certificação da soja, baseados em critérios de sustentabilidade da cadeia produtiva e de respeito aos termos negociados de um processo de ordenamento fundiário.*
- *Reforçar a presença do Estado para coibir a grilagem de terras públicas e a expropriação violenta de populações locais para solucionar os conflitos sócio-ambientais, implementando o estado de direito como condição para estabelecer as bases de negociação entre o conjunto dos atores no processo de zoneamento ecológico-econômico.*
- *Disponibilizar para o conjunto da sociedade, as informações e conhecimentos existentes nos órgãos de gestão territorial indispensáveis ao ordenamento fundiário.*
- *Evitar a destruição do patrimônio natural para construção de infra-estruturas indutoras de ocupação.*
- *Finalmente, estabelecer no primeiro semestre de 2004 uma reunião de aprofundamento dos 'pontos de Estado' tendo em vista a elaboração de propostas e diretrizes que sirvam de base à negociação com os atores econômicos envolvidos no processo de desenvolvimento regional.*

Eis aí o documento e deixo a palavra com a assembléia para se pronunciar.

Peter Toledo – Volto a reforçar: seria muito interessante que este livro fizesse parte como um texto – consulta para essa próxima reunião no primeiro semestre de 2004. Vamos já tentar em março ou abril a próxima reunião.

Roberto Smeraldi – Apenas queria comentar que é óbvio que tem outras coisas importantes e que às vezes podem até ser mais relevantes ou estratégicas que foram discutidas no âmbito do seminário. Para prevenir objeções, isso não é um documento de síntese do seminário, é meramente uma listagem de denominadores comuns, os pontos de consenso pelo menos no filtro que foi feito pelo representante das três instituições agora de manhã, e obviamente sujeito a erros, mas a idéia era apenas listar pontos de consenso. Isso não quer dizer que outras propostas relevantes às vezes até mais avançadas e ousadas que foram feitas na área fundiária, o Dr. Benatti hoje de manhã sobre concessão, outras coisas que não necessariamente representam ponto de consenso, foram pontos importantes discutidos no seminário, mas que não constam do documento. Era só para explicar.

Peter Toledo – Mais um informe: as apresentações que nos foram entregues já estão disponibilizadas na *home page* do Amigos da Terra e estamos tentando disponibilizar no Goeldi e vamos entregar para a Embrapa o final para que essas três instituições possam repassar as apresentações que foram cedidas pelos palestrantes. Queríamos agradecer em nome da comissão organizadora a disponibilização desses mapas, várias pessoas perguntaram sobre as apresentações, e esperamos que aqueles que não puderam disponibilizar as suas que pudessem condensar isso como um *paper* para o livro porque foram muito ricas as apresentações para todos nós.

Charles Clement – Vou tomar a colocação do Roberto como uma abertura para sugerir mais um ponto de consenso: acho que foi consenso que a idéia da revolução científica que Bertha já tem proposto, recebeu eco nesta sala, embora não claramente comentado pelos colegas da Embrapa na sessão da tarde, hoje foi por Newton quando ele falou que a Embrapa tem tentado trabalhar os novos cultivos da Amazônia, mas tem tido sucesso limitado, e essa nossa experiência em todas as Embrapas e outras instituições de pesquisa agrícola. E se vamos ter outra coisa que não seja soja, é só essa revolução

que vai abrir os caminhos. E a nossa colega que comentou o trabalho da Calha Norte falou claramente que precisamos trabalhar cadeias de produção destes, não é só a revolução, precisamos internalizar as propostas da Embrapa para trabalhar cadeias de produção. Eu queria sugerir a inclusão de mais um ponto de consenso nesse documento.

Bertha Becker – Eu ia exatamente tocar neste ponto, mostrando a importância do conhecimento, da valorização da floresta, medidas de vários tipos, tecnológicas, de cadeias, enfim, tudo que for possível no sentido de valorização da floresta. Um elemento importantíssimo, o Charles falou o que eu queria dizer.

Paulo Koury – Quero colocar o seguinte: nesse documento detectei uma colocação que parece um preciosismo da minha parte como representante aqui do Governo do Estado, mas acho que é importante ser colocado. Na verdade ali, quando se diz: “implementando o estado de direito como condição para estabelecer as bases de negociação entre o conjunto dos atores no processo ...”, isso me parece que o Estado não está exercendo de forma clara isso, e na verdade não estamos fazendo exercício de exceção. Como estamos no início de um procedimento, algumas dúvidas pairam, mas a intenção, a determinação do Estado é que realmente esse zoneamento seja feito com a participação de todos. Gostaria de fazer essa observação para que não fique colocada uma coisa que se contrapõe àquilo que o Estado, que é o comandante do processo, está fazendo, está realizando.

Roberto Araújo– Como você formularia? Você tem uma sugestão para formular?

Paulo Koury – Acho que quando você coloca ali – negociação do conjunto de atores – dispensa estado de direito, que parece estamos procedendo como estado de exceção porque não estamos no estado de exceção. Acho que, desde o início, não estou querendo polemizar, mas acho o seguinte: como vai ficar isso registrado, deve ficar muito bem claro que em nenhum momento se furtou ao exercício do estado de direito, essa é uma afirmativa, na minha opinião, dispensável.

Roberto Smeraldi – Acho que essa afirmação, quer dizer, a redação como está no documento não quer dizer que o zoneamento ecológico-econômico está se fazendo voluntariamente como estado de exceção, faz simplesmente menção ao fato de que vastas áreas do oeste paraense e do sul do Pará atualmente estão numa situação de conflito com mortes de pessoas, uso sistemático de pistolagem e grilagem violenta e expropriação de populações locais, e que este estado absolutamente é um estado de fato mas que não existe a presença do estado de direito na região para implementar as bases de negociação. É muito simples, é muito difícil de negociar com poderosos grileiros e poderosos proprietários de terra, quando o sujeito está com o fuzil apontado para você, é muito difícil; sem o estado de direito não há base de negociação. É nesse sentido que deixamos desta forma a redação, e não dizendo que o processo de zoneamento está se fazendo como um processo de exceção, de forma nenhuma.

Não-identificado – O objetivo era, principalmente, (pelo menos na intenção, não sei se ficou claro ou explícito), de dizer que não há uma negociação que não leve em conta a necessidade de ter um estado de direito; às vezes pode dizer que vamos negociar, só que às vezes tem condições de relação de força, de violência, de ameaça que não torna a negociação entre iguais. Era esta um pouco a idéia, que acho que não está em contraste; a nossa interpretação não era aquela que você deu.

Paulo Koury – Acho que ficou muito bem claro agora, mas da maneira que estava colocado aí não estava tão claro como imagino que deva ficar num documento desse nível.

Não-identificado – Não sei se ficaria melhor dividir as duas coisas: uma coisa é o estado de grilagem e violência, outra é o zoneamento ecológico que pode discutir a questão. São dois aspectos de imediato: é a questão da violência e grilagem, e outro aspecto é a questão do zoneamento que é um instrumento importante que acreditamos que possa em médio prazo, você pode pensar outras políticas imediatas para parar a grilagem dependente do zoneamento. Distinguindo, colocando dois parágrafos distintos, não vinculando uma coisa a outra porque você pode pensar de imediato uma proposta para acabar com a grilagem e a violência, e outra a médio prazo que seria o ordenamento territorial discutido democraticamente, etc., desvincular pelo menos na frase, mas não necessariamente como políticas públicas. Não sei se facilitaria.

Roberto Araújo – Claro, que se é um consenso sobre isso posso fazê-lo, mas acho que é uma vantagem começarmos a pensar que as duas coisas estão vinculadas, porque sempre falamos que o zoneamento é um produto de uma negociação entre os diferentes atores. Ora, em campo, os diferentes atores manifestamente por falta de um estado de direito não têm as mesmas condições de negociação. É impossível negociar sem o estado de direito que garanta a possibilidade de contrato. E vou mais longe: não há mercado nem possibilidade de ter mercado em determinadas áreas da região, de ter relações de mercados contratuais, pela falta de estado de direito, é impossível ter relações contratuais. Então, acho que vincular as duas coisas do ponto de vista do ganho em conhecimento que temos e de percepção da situação, é interessante.

Todo mundo está de acordo para dizer que o zoneamento só é útil se ele for o resultado de um processo negociado entre os diferentes atores que compõem o processo; só que para negociar o zoneamento nas condições atuais, é necessário que exista o estado de direito, porque não há negociação sem o estado de direito, se não estamos em guerra. Quer dizer, não há possibilidade de negociar se não existir previamente as condições de negociar entre os diferentes atores, não vou sentar na mesa com um sujeito que ameaçou a minha família na véspera, é impossível, não tenho nem condições de negociar com uma pessoa assim. E a situação atualmente em certas áreas do Pará está deste jeito, portanto, precisamos realmente reconhecer isto e é um ganho no conhecimento e no diagnóstico que temos da situação, se começamos pelo menos no ponto de vista conceptual colocar coisas juntas; quer dizer, não há negociação sem o estado de direito. Acho que isso é muito importante. Agora, se vocês todos estão de acordo posso desvincular os dois parágrafos, que é o que temos feito sistematicamente, temos colocado a negociação com ZE, todos os atores envolvidos o que é uma coisa muito pós-moderna, consenso, negociação. Não estamos vivendo em uma sociedade que não é pós-moderna exatamente, onde tem o problema do estado de direito. Acho que é bom vincular as duas coisas, pelo contrário, fiz de propósito ao vincular, colocamos

[Alguém se manifesta fora do microfone)

Roberto Araújo – Mais algum comentário?

Não-identificado - Para aquela outra coisa que já havia sido acordada, você já fez uma formulação Charles? – Você quer ler Roberto enquanto ...

Roberto Araújo – Então seria: *fomentar* (tem que ter um verbo) *a revolução científica proposta por Becker para desenvolver técnicas, produtos e processos, para utilização da biodiversidade e do conhecimento tradicional da Amazônia, é imprescindível e urgente para viabilizar alternativas econômicas para a região.* Também propomos que cunhemos a expressão *a revolução de Becker.*

Peter Toledo – Gostaria de finalizar o evento com as palavras do Roberto Smeraldi e da Tatiana Sá.

Antes porém, não posso deixar de mencionar que foi muito importante para nós realizarmos este evento neste momento, ainda em 2003. Não deixar esse processo, essa efervescência de idéias, sugestões e arranjos e parcerias se apagar, e espero que até o 1º quadrimestre, possamos já fazer a segunda reunião e também chamando os outros atores, o próprio Smeraldi e outras pessoas que participaram desta reunião durante estes dois dias.

Roberto Smeraldi – Também concordando foi muito adequado porque, por exemplo, nós como sociedade civil estamos tendo o nosso próprio processo no âmbito de GT de floresta do fórum das ONGs, com reuniões específicas que teremos nas próximas semanas. Este subsídio e insumo dessa discussão é extremamente importante já para pautar o aprofundamento da discussão que vamos ter entre as ONGs em movimentos sociais. Imagino que no mundo da pesquisa vai ser a mesma coisa, porque vocês têm também os próprios processos internos de definição.

Entendo que esse encontro, não só o documento mas o encontro, as coisas que não estão no documento são muito úteis para gerar demanda e direcionar pesquisa. Tem **n** aspectos que foram citados aqui que são dignos de aprofundamento de pesquisa importante, seja na área social, na área de ciências biológicas, na área da tecnologia e da produção, e também na área da negociação política. Entendo que, por exemplo, o Governo do Estado do Pará pode ter nesse trabalho uma base de agenda de temas a serem colocados no processo justamente do zoneamento que estão conduzindo e que acho irá ajudar muito a focar temas críticos no âmbito do zoneamento. Entendo esta reunião como uma fornecedora de agendas para os diferentes setores aqui em que cada um pode avançar por sua conta, pelo menos do nosso lado é o que tentaremos fazer. E nos reunirmos novamente daqui a alguns meses, já com grau de amadurecimento desses processos que nos permita ter uma discussão mais objetiva. Acho que em cima desses pontos já é uma agenda, mas o objetivo é para discutir com setores econômicos, que não é só o sojeiro, são todos os setores econômicos como estava dizendo, é até a Petrobrás que vende combustível para o frete, quer dizer, o conjunto dos atores econômicos que às vezes tem interesses diferentes entre eles, dos insumos, etc., e são atores não só do setor privado, não seria só dizer com o setor privado, às vezes são atores econômicos estatais também em alguns casos. Acho que vamos estar muito melhor preparados para poder ter esta conversa com os setores econômicos. E mais uma vez fomos testemunhas de uma situação que é a diferença da Amazônia, foi extremamente interessante ter trazido as pessoas, por exemplo, do Sul, da Embrapa, da soja, porque acho que tanto eles se deram conta de quanto é diferente o contexto fundiário social, econômico do mundo onde eles estão tradicionalmente acostumados mais a trabalhar, com a especificidade amazônica. Isto ajuda muito neste diálogo em entender quais são os condicionantes, não são necessariamente os mesmos que fizeram certas coisas fora da Amazônia, e esta especificidade também achei muito bem ressaltada aqui no evento, e por isso seria importante ter estes subsídios tantas apresentações que às vezes não fazem jus ao raciocínio estas coisas de *power point*, são primeiro elementos mais de dados, às vezes o raciocínio do palestrante não é plenamente refletido nas apresentações de *power point* mas por enquanto elas estão disponíveis no *site* Amazônia como o Peter citou e em outros *sites* ao longo dos próximos dias, e elas serão na realidade substituídas mais adiante por uma publicação que aí sim, não seja meramente a reprodução de slides, mas que seja na realidade um texto mais organizado e acho que será realmente uma base muito importante para esta nova discussão com os atores econômicos. Obrigado.

Tatiana Sá – Tenho mais é que agradecer o que começou de uma conversa com o Peter na reunião preparatória para a reunião de ciência e tecnologia há cerca de dois meses. Um exercício de convivência na construção justamente da revolução que a Bertha comenta, porque acho que em vários momentos um dos grandes trunfos deste seminário, além de tudo que foi colocado, foi o exercício da convivência dos diversos, e acho que só podemos avançar quando esses diversos se complementarem por solidariedade se aproximando do todo, porque enquanto trabalhamos cada um isolado na sua realidade, nos auto-aplaudimos e não estamos trabalhando na dimensão devida do nosso mandato. Este foi o momento bastante interessante, e, particularmente em termos de uma instituição com o perfil da Embrapa e que não podemos esquecer a sua gênese que como empresa de pesquisa agropecuária nacional, ela foi criada em 73 e estamos num momento atual onde existem três vertentes que estão sendo seguidas que estão bastante aderentes em todo discurso que foi colocado aqui, só que internamente estamos sentindo este discurso, estamos tentando avançar neste discurso, mas esbarramos numa série de limitações que não são privilégio nosso. Por exemplo: temos dificuldade de processar o paradigma atual, estamos falando que não se trabalha mais em revolução verde há mais de 10 anos, na Rio 92 o comentário era que a revolução verde era um paradigma ultrapassado, mas não conseguimos financiamento para que tenhamos condições de levantar as variáveis do paradigma da sustentabilidade, estamos num momento em que algumas oportunidades de cooperação internacional, que em anos anteriores nos dava esta oportunidade, ainda estão dando oportunidade de valorizar a biodiversidade, valorizar aspectos biofísicos e bioquímicos, como é o caso do Reino Unido e outros, estão saindo daqui. O que temos que fazer, acho extremamente importante essa cunha que foi dada na questão da revolução científica porque temos por esse lado que nos aliarmos bastante e aprovo o esforço que a ADA (rumo à nova Sudam) tem feito e que vivenciamos nas últimas semanas, um esforço de guerra também como o de todo mundo aqui tentando aproveitar este fim de ano estrategicamente sem perder a oportunidade, justamente fazendo com que tenhamos um espaço para a pesquisa regional. Naquela ocasião tivemos reuniões na Sudam nos dias 2 e 3 e depois na outra semana, e se implementadas as definições de lá, teremos desde fundo regional para pesquisa com temáticas bastante aderentes. Em termos da Embrapa o que estamos pensando, houve em outros momentos conselhos regionais das unidades da Amazônia (que são seis), que não funcionavam, reuniam uma vez por ano e não dava em nada, o que estamos conscientes e tentando avançar é de formar uma imagem Embrapa na Amazônia que não se fecha nos 600 daqui e envolve outras unidades da própria empresa que estão trabalhando, como no caso a presença aqui dos dois Paulos nesta linha, tentarmos esgotar internamente com parceiros respectivos esse avanço para compenetrarmos mais, gerenciar a diversidade. Acho que esta questão de gerenciar diversidade tem várias leituras e a idéia nossa é trabalhar o máximo possível essas leituras; acho que o exercício daqui foi bastante amplo, os ganhos não se limitaram ao que aconteceu nesses dois dias. No momento em que começamos a trocar correspondência na organização do evento, trocar textos, trocar idéias isso já começou e este *making off* do evento é bastante rico e deve continuar neste pós-evento, nesse intervalo entre este evento e o outro porque acho que temos que agir fortemente.

Como foi comentado, acho que isso deve ser tido como um piloto de um exercício a seguir em outras temáticas. Estamos (internamente) nas unidades da Embrapa da Amazônia e encontramos como meio de dialogar entre nós, selecionar temas não esgotando os

temas prioritários na nossa presença, mas alguns temas em que pelo menos 4, 5, 6 unidades tivessem interesse de imediato para que possamos construir propostas substanciais e não ficar esperando editais, nós irmos à luta para que elas se realizem juntamente com nossos parceiros, isto faz parte dessa idéia que foi bem expressa com essa denominação da revolução, que é onde precisamos avançar. Obrigada.

Declaro encerrado o evento, por enquanto, quer dizer, interrompido até

F I M

LISTA DE SIGLAS

ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia
APEAM Associação dos Procuradores do Estado do Amazonas
BASA – Banco da Amazônia
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
C&T – Ciência e Tecnologia
CDS/UnB - Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília
CEPAF - Centro de Pesquisa Agroflorestal
CESUPA – Centro Universitário do Pará
CNC – Confederação Nacional do Comércio
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPATU – Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental
DFID – British Department for International Development
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Produção Agrícola
FAO - Food and Agriculture Organization/ Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAP – Fundação de Apoio a Pesquisa
FAPEAM - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FDR - Fundo de Desenvolvimento Regional
FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará
SAGRI - Secretaria da Agricultura
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIAM - Faculdades Integradas Alcântara Machado
FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente
GEOMA – Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia
GPE - Gerência de Planejamento e Estudos Especiais
GT – Grupo de Trabalho
GTA - Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGE – Instituto Brasileira de Geografia e Estatística
IBOPE- Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDH - Instituto de Desenvolvimento Humano
IMAFLOA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola.
IMAZON - Instituto Homem e Meio Ambiente na Amazônia

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
ITERPA – Instituto de Terras do Estado do Pará
ITR - Imposto Territorial Rural
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MA - Ministério da Agricultura
Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
Ministério do Meio Ambiente - MMA
Ministério do Planejamento - MP
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
MST- Movimento dos Sem-Terra
ONG – Organização não-governamental
P&D - programa de Pesquisa e Desenvolvimento
PAS - Programa Alimentos Seguros
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Poder Legislativo
GPS – Sistema de Posicionamento Geográfico
PPA – Programa plurianual/plano plurianual
PPC - Projeto de Pesquisa Científica
PPP – parcerias público-privadas
PRNT- poder relativo de neutralização total
PROAMBIENE- Programa de Desenvolvimento Sócio Ambiental da Produção Familiar Rural na Amazônia
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTA - Plano de Trabalho Anual
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SECTAM – Secretária de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SIF - Sociedade de Investigações Florestais
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDHEVEA - Superintendência da Borracha
UFPA –Universidade Federal do Pará
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNAMA- Universidade da Amazônia
UNESP- Universidade Estado de São Paulo
WWF - World Wide Fund For Nature
ZEE –Zoneamento Ecológico Econômico



Volumes Publicados

- 1 Um novo modelo para explicar a origem do homem no continente americano
Dr. Walter Alves Neves
- 2 Acesso ao Patrimônio Genético, Propriedade Intelectual e a Convenção sobre Diversidade
Simone Henriqueta Cossetin Scholze
- 3 Ciência e Ética
Dr. Ennio Candotti
- 4 Ecossistemas, Desmatamento e Saúde Humana
Dr. Ulisses Eugenio Cavalcanti Confalonieri
- 5 Biodiversidade como base para o desenvolvimento sustentável da Amazônia
José Maria Cardoso da Silva, Maurício de Carvalho Amazonas, Luís Carlos Joels, Bráulio Ferreira de Souza Dias, João Alberto Capiberibe, Emanuel A.S. Gonçalves Matos
- 6 Conhecimento Científico da Amazônia: do RADAM ao SIVAM/SIPAM
Roberto Dall'Agnol, Gilberto Câmara, Edgar Fagundes, Lúcio Flávio Pinto
- 7 Terra do Meio: Poder, Violência e Desenvolvimento
Felício Pones Júnior, Edna Casrto, Robero Araújo, Mário A. Meneses, Paulo Medeiros

Disponíveis no site www.museu-goeldi.br